



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LITERATURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

FRANCISCA CAROLINA LIMA DA SILVA

**“O MAL NO MUNDO, O MAL EM NÓS”, OS HOMENS QUE NÃO NASCERAM
PARA A DESUMANIDADE: Uma análise da Teologia Humanista de José Saramago**

FORTALEZA

2024

FRANCISCA CAROLINA LIMA DA SILVA

“O MAL NO MUNDO, O MAL EM NÓS”, OS HOMENS QUE NÃO NASCERAM
PARA A DESUMANIDADE: Uma análise da Teologia Humanista de José Saramago

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Letras. Área de Concentração: Literatura Comparada.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Márcia Alves Siqueira.

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L1^c LIMA DA SILVA, FRANCISCA CAROLINA.
"O MAL NO MUNDO, O MAL EM NÓS", OS HOMENS QUE NÃO NASCERAM PARA A
DESUMANIDADE : Uma análise da Teologia Humanista de José Saramago / FRANCISCA
CAROLINA LIMA DA SILVA. – 2024.
195 f.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação
em Letras, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. ANA MÁRCIA ALVES SIQUEIRA.

1. José Saramago. 2. Ensaio sobre a Cegueira. 3. Ensaio sobre a Lucidez. 4. Mal. 5. Humanismo. I.
Título.

CDD 400

FRANCISCA CAROLINA LIMA DA SILVA

“O MAL NO MUNDO, O MAL EM NÓS”, OS HOMENS QUE NÃO NASCERAM
PARA A DESUMANIDADE: Uma análise da Teologia Humanista de José Saramago

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Letras da Universidade
Federal do Ceará, como parte dos
requisitos para obtenção do título de
Doutora em Letras.
Área de concentração: Literatura
Comparada.

Aprovado em: 26/02/2024.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Ana Márcia Alves Siqueira (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dra. Sayuri Grigório Matsuoka
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Prof. Dr. Antonio Augusto Nery
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof. Dr. Geraldo Augusto Fernandes
Universidade Federal do Ceará – UFC

Prof. Dr. Júlio Cezar Bastoni da Silva
Universidade Federal do Ceará – UFC

Ao meu filho Ulisses, que agora já consegue ler essas palavras, meu amor, meu motivo, minha força... como se dissesse água.

AGRADECIMENTOS

A meus pais, Maria de Fátima e Francisco Soares, pelo apoio incondicional, pelo orgulho e amor que sentem por mim, e por me ensinarem que o mundo é meu.

A meu esposo, Felipe José, pelo encorajamento e apoio de sempre, por acreditar em mim mais que eu mesma, e por me amar.

Ao meu filho, Ulisses, por me fazer todo dia repensar minhas prioridades e me tornar capaz de começar de novo quantas vezes for preciso.

Aos meus irmãos, Karina, Alceu, Pedro, Matheus e Emanuel, por serem meu porto seguro, fazendo com que essa caminhada fosse menos amedrontadora, por me trazerem alegria, por espelharem o que temos de melhor, e por me olharem como se eu fosse forte.

À minha orientadora, Professora Dra. Ana Márcia Alves Siqueira, pela confiança no meu trabalho e pelo apoio que ultrapassou, inclusive, as fronteiras acadêmicas, por me confortar e por ter coragem de me dizer a verdade e me lembrar que sou tão boa quanto os outros e que mereço estar onde estou.

Aos professores que compõem a banca, pela gentileza e cuidado em partilhar e colaborar comigo as ideias que irrompem de minha cabeça acelerada.

Aos MEUS amigos e amigas que me acompanharam durante a jornada e tornaram tudo mais leve e divertido, pelas memórias e angústias compartilhadas, mas também pelo conhecimento e parceria, levarei vocês comigo sempre, sempre: Karine, Elieudo, Tiago, Alejandra, Amanda, Mellisa, Edinaura, Josenildo e afins, vocês são o bônus disso tudo.

Aos amigos da coordenação e da secretaria, em especial o Diego e o Victor, pelo carinho, paciência e prontidão em ajudar.

Aos professores que passaram, ficaram e ensinaram que nessa profissão a gente aprende mais que ensina, e que nossa classe é irmã: Ana Márcia, Júlio, Claudicélio, Orlando, Marcelo Peloggio, Geraldo e todos os outros.

“Deus é o silêncio do universo, e o homem é o grito que dá sentido a esse silêncio”.

José Saramago

RESUMO

Saramago, reconhecidamente, é um autor que elenca a literatura como forma de refletir sobre a realidade, por meio de um processo de ficcionalização, perpassado a uma inventividade ímpar. Entretanto, não se contenta em projetar seus escritos na esfera da realidade, trazendo propostas que combinam dados contundentes e violentos da vivência atual com a incorporação de elementos insólitos, que conduzem a caminhos da construção literária de uma humanidade marcada pela prática do mal e do retorno à subjetividade do ser humano, ainda capaz de amar ao próximo e a si mesmo. O resultado é uma literatura que ocupa o lugar vazio deixado pela existência racional da humanidade. Transportada por essa falta, a escrita do autor vem oportunizar aos leitores a vivência de um mundo que ainda não é, mas que pode ser, revelando assim muito de nossa realidade social e humana, em especial nas obras elencadas por nós para ser analisadas neste trabalho, a saber: *Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a Lucidez* (2004). Nestes textos, o que se pode experienciar é um “ensaio” do que pode ser o destino do ser humano, caso ele permaneça incrustado no estado de profunda coisificação e massificação em que se encontra hoje, marca da sociedade contemporânea. Como consequência, percebemos erguer-se em seus escritos uma visão particularmente analítica e crítica sobre o homem e sua relação com o mal e o mundo, entrelaçado por um discurso pessimista, que revela, por sua vez, uma esperança compromissada na capacidade humana. Tudo isso alicerçado em um tom que assume um ponto de vista marcadamente humanista. Adotando esse caminho, construímos nossa proposta de tese, amparada na Literatura Comparada, que é acessada por via da intertextualidade oriunda de uma metodologia da pesquisa bibliográfica, e pautada na necessidade de compreender o humanismo materializado por Saramago em sua produção artística, em que ele traz uma visão redentora da humanidade, por meio da teoria da encarnação de Jesus Cristo, tensionando esse humanismo como existencial. Adotando uma perspectiva comparativista, que não apenas assemelha, mas problematiza, questiona e relativiza o diálogo empreendido com os discursos filosófico, teológico e sociológico que fundamentam nossa pesquisa, procuramos, através de um estudo bibliográfico, crítico e qualitativo das obras elencadas, realizar nossos objetivos de pesquisa. Para tanto, recorreremos a leituras teóricas de Perrone-Moisés (1990), Barthes (1980), Candido (2011), Wisnik (2020), Hannah Arendt (2020), Sartre (2009), Byung-Chul Han (2018), Carlos Nogueira (2022), entre outros, que serão determinantes para compreendermos as engrenagens que conduzem o mundo a tal estado.

Palavras-chave: José Saramago; Ensaio sobre a Cegueira; Ensaio sobre a Lucidez; Mal; Humanismo; Teologia Humanista.

ABSTRACT

Saramago, famously, is an author who chooses literature as a way to reflect about reality, by means of a process of fictionalization, merged with a singular inventiveness. However, he doesn't settle for projecting his writings in the sphere of reality, bringing ideas that combine damning and violent data of the current experience with the incorporation of unusual elements, that lead to paths of construction of a humanity marked by the practice of evil and the return to the subjectivity of the human being, still able to love another and thyself. The result is a literature that occupies the empty place left by the rational existence of humanity. Transported by this lack, the author's writing gives readers the opportunity to experience a world that still isn't, but that can be, thus revealing plenty of our social and human reality, especially in the works chosen by us to be analyzed in this work, namely: *The Gospel According to Jesus Christ* (1991), *Blindness* (1995) and *Seeing* (2004). In these texts, what can be experienced is a "rehearsal" of what can be the fate of the human being, in case they remain encrusted in the state of deep reification and massification in which they are found today. As a consequence, we notice arising in his writings a particularly analytic and critical view about man and his relation to evil and the world, entangled by a pessimistic discourse which reveals, in turn, a hope committed in human capacity. All of this grounded in a tone that assumes a markedly humanist point of view. Adopting this path, we build our proposal of a thesis, based in the necessity of understanding the humanism materialized by Saramago in his artistic output, in which he brings a redemptive view of humanity, by means of the theory of the incarnation of Jesus Christ, tensioning this humanism as existential. Adopting a comparative perspective, that not only resembles but problematizes, questions and relativizes the dialogue developed with the philosophical, theological and sociological discourse that fundamentalizes our research, we aim, through a bibliographical, critical and qualitative study of the chosen works, to realize our goals of research. For that, we appeal to the theoretical reading of Perrone-Moisés (1990), Barthes (1980), Candido (2011), Wisnik (2020), Hannah Arendt (2020), Sartre (2009), Byung-Chul Han (2018), Carlos Nogueira (2022), among others, who will be essential to understand the gears that conduct the world to such a state

Key-words: José Saramago; Blindness, Seeing; Evil, Humanism; Humanist Theology.

RESUMEN

Saramago es reconocido como un autor que utiliza la literatura como forma de reflexión sobre la realidad, a través de un proceso de ficcionalización, mezclado con una inventiva incomparable. Sin embargo, no se contenta con proyectar sus escritos en el ámbito de la realidad, aportando propuestas que combinan datos contundentes y violentos de la experiencia actual con la incorporación de elementos insólitos, que conducen a caminos de construcción de una humanidad marcada por la práctica del mal y el retorno a la subjetividad del ser humano, todavía capaz de amar al prójimo y a sí mismo. El resultado es una literatura que ocupa el lugar vacío dejado por la existencia racional de la humanidad. Transportada por esa carencia, la escritura del autor ofrece a los lectores la oportunidad de experimentar un mundo que aún no es, pero que podría ser, revelando así gran parte de nuestra realidad social y humana, especialmente en las obras que hemos elegido analizar en este trabajo, a saber: *El Evangelio según Jesucristo* (1991), *Ensayo sobre la ceguera* (1995) y *Ensayo sobre la lucidez* (2004). En estos textos, lo que se puede experimentar es un "ensayo" de lo que puede ser el destino de los seres humanos si permanecen incrustados en el estado de profunda cosificación y masificación en el que se encuentran hoy en día. En consecuencia, vemos surgir en sus escritos una visión particularmente analítica y crítica del hombre y de su relación con el mal y el mundo, entrelazada con un discurso pesimista, que a su vez revela una comprometida esperanza en la capacidad humana. Todo ello sustentado en un tono marcadamente humanista. Adoptando este enfoque, construimos nuestra propuesta de tesis a partir de la necesidad de comprender el humanismo materializado por Saramago en su producción artística, en la que aporta una visión redentora de la humanidad a través de la teoría de la encarnación de Jesucristo, destacando este humanismo como existencial. Adoptando una perspectiva comparativista, que no sólo paraleliza, sino que problematiza, cuestiona y relativiza el diálogo entablado con el discurso filosófico, teológico y sociológico en el que se basa nuestra investigación, pretendemos alcanzar nuestros objetivos de investigación a través de un estudio bibliográfico, crítico y cualitativo de las obras enumeradas. Para ello, recurriremos a las lecturas teóricas de Perrone-Moisés (1990), Barthes (1980), Candido (2011), Wisnik (2020), Hannah Arendt (2020), Sartre (2009), Byung-Chul Han (2018), Carlos Nogueira (2022), entre otros, que serán fundamentales para comprender los engranajes que conducen al mundo a tal estado.

Palabras clave: José Saramago; *Ensayo sobre la ceguera*; *Ensayo sobre la lucidez*; Mal; Humanismo; Teología Humanista.

Sumário

1. Introdução	11
2. “Uma escrita além da carne”: a literatura que move e comove	19
2.1. José Saramago, uma escrita a ser vivida	19
2.2 “Todo o homem é um mundo”: O Humanismo de Saramago	33
3. “É desta massa que nós somos feitos, metade de indiferença e metade de ruindade”: O totalitarismo, o sujeito de massa e o mal em <i>Ensaio sobre a Cegueira</i>	52
3.1. “O Governo está perfeitamente consciente das suas responsabilidades”: o totalitarismo e a violência	68
3.2. “A cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança”: o sujeito de massa, o mal e a desumanização do homem.....	79
3.3. “Não há limites para o mal”: A banalização do mal que há no homem.....	95
3.4. A salvação do homem – a capacidade para a esperança.....	107
4. “Os grandes males pedem grandes remédios” – “agora ou nunca” ... a reconstrução de um sistema político pela lucidez	121
4.1. “De que me serve ver... para ter desejado estar cega”: quando todos já conseguem enxergar aquilo que não queriam ver	158
4.2. “É regra invariável do poder que, às cabeças, o melhor será cortá-las antes que comecem a pensar, depois pode ser demasiado tarde”: A salvação do homem pelo pensamento	174
Considerações Finais	187
Referências Bibliográficas	191

1 - INTRODUÇÃO

Saramago é um autor que escolhe a literatura como procedimento de reflexão da realidade, através de sua relativização ou mesmo questionamento, em um processo de entrecruzamento do real com o insólito. Seus escritos, portanto, proporcionam uma experiência do que há de mais duro na realidade: o mal, experimentado e praticado pelo homem, conhecido por meio de uma proposta vivencial fora do que consideramos real, mas dentro das expectativas do verossímil, ou seja, Saramago trabalha dentro dos limites do que foi, do que poderia ter sido e do que pode ser.

A proposta da escritura do autor nos conduz, a partir das escolhas temáticas e abordagens, a caminhos da construção de uma humanidade marcada pelo retorno a subjetividade do ser humano, capaz de amar ao próximo e a si mesmo, balizada pelo bem e o mal. O resultado é a escolha do caminho da possibilidade de uma revolução, travada pela escrita e pela ideia de construção de um mundo novo, em que podemos ser gente.

Esta proposta que Saramago coloca em suas obras, da esperança da construção de um mundo melhor, a partir da apropriação de nossa capacidade humanista se delinea no âmbito de toda sua escrita. Este pensamento, para nós, está integrado de forma especial nas obras elencadas como objeto de análise neste trabalho: *Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a Lucidez* (2004). Através da reflexão destes textos esperamos desvendar a visão particularmente analítica e crítica que Saramago constrói sobre o homem em seus escritos, marcada por um paradoxo que entrelaça um discurso pessimista, mas que revela uma esperança compromissada na capacidade humana.

Assim, Saramago nos conduz a um caminho revelador, em que trilha uma estrada de regresso do homem a sua capacidade de sentir e agir, realizado pelo retorno ao pensamento, que eleva o sujeito à condição de liberdade necessária para que seja possível declarar sua autonomia existencial. Toda essa discussão inspirada pelo autor através de suas obras dialoga de forma muito coerente e lúcida com a realidade, principalmente quando dimensionamos nosso pensamento para a construção dos sustentáculos culturais sobre os quais se ergue o comportamento humano: a herança judaico-cristã.

A partir dessa dedução, julgamos necessário um retorno a uma das obras basilares do autor, para reforçar a sustentação teórica da proposta de nossa tese de que o homem é,

em resumo, a medida de todas as coisas¹ em Saramago, pois assume o papel de protagonista de seus escritos, enquanto ser consciente e responsável por seu destino. Esta perspectiva nos conduz ao romance *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), que remete a uma discussão ontológica a respeito da independência do homem com relação a suposta necessidade de uma divindade.

Por esse caminho construímos nossa proposta de tese, amparada na perspectiva de compreender o humanismo construído por Saramago em sua obra, em que projeta uma visão redentora da humanidade, através da teoria da encarnação de Jesus Cristo, compreendida como “o anúncio de um Deus que se encarna e morre na cruz”, conforme ampara Franco Crespi (1999, p. 67). Essa ideia é interpretada pela perspectiva teológica bíblica como a redenção dos pecados humanos através do sacrifício de Jesus, em nome de todos os homens. O estudioso argumenta:

A tradição católica, como é notório, interpretou a infração da proibição divina de comer os frutos da árvore do conhecimento como *pecado original*, ou seja, como uma livre escolha de Adão e Eva a favor do mal, que envolveu na culpa a humanidade inteira, tornando praticamente necessária a redenção, através da encarnação e da morte de Cristo. (Crespi, 1999, p. 18)

Entretanto, em Saramago, e inclusive em estudiosos do assunto, como é o caso de Dietrich Bonhoeffer e de todos os teóricos da Morte de Deus, essa simbologia é redimensionada. Para eles, Jesus morre na cruz também para salvar os homens, mas não no sentido da redenção de seus pecados, mas sim para encarnar a ideia de Deus, assumindo ali o seu lugar, conforme discutiremos no primeiro capítulo de nosso trabalho.

Contudo, o que nos inquieta é observar que o autor não arquiteta a figura do nazareno como um homem idealizado, pelo contrário, o personagem de Saramago é profundamente problemático. Tal escolha conecta-se à visão humanista exalada de suas obras, de um homem perdido em suas escolhas. Esse Jesus mescla uma personalidade ambígua, que ora se compromete com o ideal projetado para ele por seu pai celestial, ora se entrega a sua condição humana.

¹ Destacamos que nos referimos, nesse caso, especificamente a uma proposta da *Teologia Humanista* de Saramago, porém, não é inaugural em sua obra, ou mesmo em nossa discussão essa sentença, atribuída ao sofista Protágoras: “*O homem é a medida de todas as coisas, das coisas que são, enquanto são, das coisas que não são, enquanto não são*”. (REALE; ANTISERI, 2004, p. 77).

E essa configuração nos leva a pensar nos liames do surgimento da ideia do humanismo saramaguiano. Esse ponto de vista é percebido por Salma Ferraz (1998) e nomeado por ela como *Teologia do Ateu* ou *Teologia Humanista*, termo utilizado também por outros pesquisadores, aplicado ao estudo da obra de autores literários, filósofos e etc., entretanto, todas as aplicações do termo tendem a ser direcionadas a uma proposta especificamente religiosa, restrita a presença do contexto bíblico na composição desse enredamento. Para nós, a existência da visão humanista em Saramago se coloca para além dos textos que parodiam os escritos teológicos, e se faz uma constante em suas obras posteriores, porque se caracteriza como um compromisso do autor com a ideia da necessidade de transformação do mundo por via do homem.

Assim, a partir desta escolha criativa, as personagens saramaguianas reivindicam sua condição de humanidade, negando o heroísmo característico dos seres literários clássicos, principalmente daqueles resgatados através de um diálogo intertextual com obras fundadoras da história e da cultura, como é o caso de Jesus Cristo, como será com Caim, e como foi com tantos outros. Essas personagens não desejam a conduta exemplar, resiliente, heroica, pelo contrário, elas sofrem, choram, desistem, rejeitam, são homens, são mulheres, são humanos.

Ademais, outro dado interessantíssimo que nos chama a atenção na teoria humanista de Saramago é a forma como ele reconhece a necessidade de o homem reconstruir sua subjetividade, não apenas por meio da reconquista de seus direitos, mas através também do exercício de seus deveres humanos. Esse foi um aspecto bastante motivador para delinear nosso objetivo de compreender como essa falha no sistema simbólico do humanismo engajado opera na formulação da perspectiva incorporada pelo autor em suas obras.

Harold Bloom (2005), ao pensar a respeito do humanismo, formula a ideia de que ele já não admite uma “visão humanista ingênua e essencialista”, numa perspectiva em que o paradigma pós-moderno, como ele mesmo nomeia, instituído pelos “filósofos da suspeita” - Marx, Freud e Nietzsche (Bloom, 2005), “exige, e com muitas razões, uma nova configuração, mais humilde e cética, dos valores da tradição intelectual e artística humanista”. Notadamente, o retorno do humanismo não aconteceria como um simples retorno, “uma mera repetição acrítica” (Bloom, 2005, p. 312).

Esse Humanismo criticado por Bloom incute seus esforços em reivindicar uma proposta pautada apenas nos direitos do homem, sem levar em consideração o fato de que a ausência de seus direitos parte inicialmente do descumprimento de seus deveres,

operando decisivamente em um estado de desumanidade, pois o limite dos direitos conflita com o limite dos deveres.

É o que percebemos através da leitura analítica dos textos de Saramago em estudo, pois, por meio da imposição de direitos, às vezes até questionáveis, como está de forma mais latente em *Ensaio sobre a Cegueira*, há a ausência da consciência dos deveres do sujeito, que operam nele, na maioria dos casos, uma condição de desumanidade e crueldade, o que vem a se tornar nossos objetivos de pesquisa.

Logo, nossa hipótese principal consiste em tensionar a respeito desse humanismo saramaguiano, compreendendo-o como existencial, porque adotamos em nossa pesquisa um ponto de vista que considera o homem como o único responsável pela sua existência e seus atos, a partir da visão colocada em sua obra por Saramago. Essa visão, por sua vez, se afirma por uma retomada teológica da ideia de Cristo, assim como pela negativa da perspectiva divina e da afirmação do poder do homem, sendo esse o primeiro requisito existencialista na perspectiva de Jean Paul Sartre (2009), ao colocar o homem em posse do que ele é, fazendo-o assumir a total responsabilidade por sua existência. Entretanto, o que trazemos de inaugural para nosso trabalho é a formulação de como se constrói essa perspectiva humanista saramaguiana, pautada não apenas na reivindicação dos direitos do homem, como dissemos, mas promulgando os “deveres humanos”, no sentido de reconhecer nele, no ser humano, a responsabilidade pela definição de seus propósitos e do que ele constrói no mundo e em suas relações.

Após delinear e discutir esse perfil humanista da escrita do autor, passamos a discutir o conceito de mal contemporâneo, a partir da compreensão desenvolvida por Hannah Arendt (2012) a respeito do totalitarismo que marca a vivência política desse contexto vivencial em destaque, e de como esse sistema conduz o homem a prática da banalidade do mal como forma de projeção de sua condição de sujeito de atomizado, pertencente a uma massa sem capacidade política ou reflexiva, que pratica o mal e o tem como parte de si, apenas pela incapacidade de pensar que desenvolveu e da respectiva perda de sua humanidade.

Essa ideia, por sua vez, está relacionada com a liberdade e a autonomia que o homem conquista a partir da morte de Deus e da ascensão do homem como medida de todas as coisas, posposta e discutida por nós em nosso primeiro capítulo, como conceito germinal da teoria humanista de Saramago. Assim, a presente pesquisa sobrevém a partir da paixão pela escrita de José Saramago, e não pretende propor possibilidades significativas que limitem a leitura de suas obras, através de tentativas de interpretação e

esclarecimento total delas. Desejamos, no entanto, discutir seus processos de criação e as relações dialógicas com o mundo construídas por sua produção, capazes não só de inquietar o leitor, mas também de transformá-lo, no sentido em que coloca em debate sua formação como sujeito humano, no exercício de seus direitos e deveres humanos.

Adotando uma perspectiva comparativista, que não apenas assemelha, mas problematiza, questiona e relativiza o diálogo empreendido com o discurso filosófico, teológico e sociológico que fundamentam nossa pesquisa, procuramos, através de um estudo bibliográfico, crítico e qualitativo das seguintes obras de José Saramago: *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), *Ensaio sobre a Cegueira* (1995) e *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), realizar nossos objetivos de pesquisa.

Nesse sentido, a literatura comparada nos fornece o aporte teórico e metodológico necessário, ampara ao conceito desenvolvido por René Wellek, que “insiste na concepção de literatura comparada como uma atividade crítica”, por “refletir amparado em diversa noção do literário, que afina com orientações teóricas para as quais o texto é o objeto central das preocupações” (Carvalho, 2006, p. 42-43). Nossa abordagem, portanto, prioriza o texto literário como fonte de pesquisa, emanando dele as questões norteadoras e problematizadoras que darão vazão à pesquisa, e na tentativa de construir sentidos para o universo fundado em cada uma das obras.

Nessa perspectiva, a postura teórica comparativista adotada por nós, prevê o estudo da literatura abandonando os paralelismos binários,

movidis somente por ‘um ar de parecença’ entre os elementos, mas compara com a finalidade de interpretar questões mais gerais das quais as obras ou procedimentos literários são manifestações concretas. Daí a necessidade de articular a investigação comparativista com o social, o político, o cultural, em suma, com a História num sentido abrangente. (Carvalho, 2006, p 86)

Aliamos, portanto, a análise cuidadosa das obras elencadas ao diálogo teórico com áreas como a filosofia, no sentido de buscar construir sentidos a respeito das propostas críticas colocadas por nós em nossa leitura. Além disso, procuramos estabelecer de forma muito clara, em nosso primeiro capítulo, a perspectiva de como compreendemos a relação da literatura com o mundo social, e de como isso se estabelece nas obras em análise.

Inicialmente nossa pesquisa se construiu a partir de uma leitura crítica das obras de José Saramago selecionadas, além de alguns textos críticos e literários do autor, como suas crônicas publicadas em coletâneas como *Os cadernos de Lanzarote* (1997) e *O Último caderno de Lanzarote* (2018). Recorreremos também a publicações críticas

escritas sobre sua obra, que revelam leituras basilares sobre seus escritos, como é o caso do livro *José Saramago* (2008), de Ana Paula Arnaut, e *José Saramago entre a história e a ficção: uma saga de portugueses* (2018), de Teresa Cristina Cerdeira, além do livro recém publicado *José Saramago: A literatura e o mal*, de Carlos Nogueira (2022).

Todos esses textos críticos trazem um compêndio de variadas publicações a respeito da obra do autor, compreendendo a proposta de abertura de horizontes sobre a interpretação de seus textos, levando-nos a acessar pontos importantes discutidos a partir de sua materialização nas obras. Nessas questões, observamos como sempre recorrem a condução de um dado existencial do homem, vindo a colaborar com nossa tese de que há um enredamento humanista em tudo quanto Saramago publicou.

A partir desse referencial, construímos um diálogo, em nosso primeiro capítulo, com as áreas que estabelecem nossa base teórica, articulando os resultados de nossa leitura às reflexões em torno da relação da literatura com o mundo, utilizando-nos de reflexões bastante atuais sobre o tema, realizadas por pensadores como Leyla Perrone-Moisés (1990), Roland Barthes (1980), Antônio Candido (2011), José Miguel Wisnik (2020), entre outros. Nessa discussão procuramos explorar como a escrita saramaguiana se conecta com o mundo, no sentido de construir significados pautados na ausência e na conciliação de sentidos dos hiatos em que a racionalidade falha.

Posteriormente, no subitem 1.2, procuramos vislumbrar como a Teologia Humanista do autor se edifica em seu evangelho e se propaga nas obras analisadas por nós, para isso recorreremos a pensadores importantes da área, como os filósofos da morte de Deus. Nesse momento, propomos a obra de Saramago como uma leitura da religiosidade de base cristã moderna, pautada na ideia da morte de Deus na figura humana de Jesus Cristo, que promulga a ascensão do homem como medida de todas as coisas.

Ainda nessa discussão, desenvolvemos formulações a respeito do humanismo, não como disciplina, mas como filosofia, que percebe o homem como sujeito responsável pela definição de sua condição existencial, arquitetadas no pensamento de Hannah Arendt (2020), que colaborou de forma fundamental para que compreendêssemos que a condição de humanidade só é possível através de um equilíbrio entre direitos e deveres humanos, e que esse retorno à condição de sujeito humano só é vislumbrado através do pensamento.

Colabora também, nesse sentido, as formulações desenvolvidas por Sartre (2009), que argumenta a respeito de uma liberdade do homem superando a ideia de livre-arbítrio, a partir da perspectiva do reconhecimento da inexistência de deus, que irá discutir com a ideia da construção de humanismo existencial vinculado à obra de Saramago. Esta

proposta relaciona-se à concepção de Saramago sobre o homem como arquiteto da ideia de Deus, de sociedade, de moral e etc.

Após discutir os moldes nos quais o autor faz sua escolha pelo homem, depositando nele fé e esperança de que o mundo pode mudar, apesar da carga pessimista agregada por sua visão de mundo, em nosso capítulo seguinte, discutiremos a condução do narrador – suas escolhas e efeitos – ao caos distópico que uma epidemia de cegueira pode causar, no momento em que o homem de massa se percebe despido dos valores mercadológicos e frágeis estabelecidos como pilares de suas relações com os outros.

Nesse momento, leituras de Hannah Arendt (1991, 1993, 1998, 1999, 2016, 2020), Adorno e Byung-Chul Han (2017), serão determinantes para compreendermos as engrenagens que conduzem o mundo a tal estado. É nesse sentindo que estabelecemos a análise de *Ensaio sobre a Cegueira*, na busca de inferir o fim da utopia sugerido na obra como revelação de um mundo que não merece ser amado. No capítulo, destacamos ainda como a banalização do mal revela a incapacidade do homem para sentir e enraizar-se no mundo, pautado no pensamento desenvolvido por Hannah Arendt (1975) sobre o assunto.

Toda essa problemática é discutida a partir da análise de *Ensaio sobre a Cegueira*, em que é problematizada a condução do homem a um estado de profundo desenraizamento e desumanidade, para que possa então se encaminhar para sua redenção, pela reconquista da capacidade do sentimento, do pensamento e da humanidade.

Essa capacidade para a esperança que Saramago descobre no homem o conduz a uma revolução da bondade, em que ele irá se reencontrar com sua essência e competência para o bem, e para desconstruir e ressignificar o espaço político e social em *Ensaio sobre a Lucidez*, analisado no capítulo subsequente, promovendo assim, por meio do pensamento, a possibilidade da transformação do seu mundo. O que descobrimos ao nos dedicar a leitura e estudo daquela que talvez seja umas das obras mais revolucionárias de Saramago, é que ela propõe a condução de um estado de anestesiamento social experimentado e rompido já em *Ensaio sobre a Cegueira*, para um processo de referenciação do mundo social e político alicerçado pelo homem.

Em *Lucidez*, Saramago indica a redenção do homem através do retorno à capacidade de agir e pensar, nos moldes do que postula Hannah Arendt em *A vida do espírito* (1977). Essa regressão do transe alienatório guiará o homem à reconquista de sua humanidade, pelo caminho dos direitos e dos deveres humanos conciliados de forma equilibrada e racional.

Por fim, nas considerações finais pretendemos vislumbrar como nossa proposta colabora para o avanço na área dos estudos saramaguianos, dando vazão a mais uma possibilidade de abordagem e de compreensão possível de seus textos, sempre buscando reafirmar o caráter inacabado e infinito que o texto literário possui.

“Todas as mágoas são suportáveis se as colocamos em uma estória [story] ou contamos uma estória sobre elas”.

Isak Dinesen

2. “Uma escrita além da carne”: a literatura que move e comove

Uma das características marcantes de Saramago diz respeito à utilização da literatura como meio de refletir sobre a realidade, através de um processo de ficcionalização de dados reais e verossímeis trabalhados por meio de uma inventividade ímpar, na qual a imaginação constrói a realidade ficcional como um amálgama entre a história, o cotidiano referencial, o fantástico e o absurdo. Pode-se dizer que, de modo geral, o autor rejeita o realismo tradicional como forma de representação da realidade, pois considera esta parcial e parcelar, ao passo em que narra a história dos vencedores, e nunca dos vencidos.

Saramago, em contrapartida, escolhe sempre o lado daqueles que estão à margem do discurso da história oficial, ou do que poderia ser ela, optando em privilegiar uma forma de experimentar o mundo por meio da diversidade da existência humana, escolhendo o homem como medida de todas as coisas, adotando uma postura marcadamente humanista em suas obras, projetadas em um ambiente distópico e pessimista. Essas propostas são potencializadas nos ensaios do autor, onde vislumbramos o declínio do homem e sua rendição ao mal que ele mesmo criou.

2.1. José Saramago, uma escrita a ser vivida

Partindo do pressuposto de que a finalidade da ficção – se pudermos falar em uma finalidade para a arte, ao lado da não finalidade – não é nos enganar, e muito alienar, mas sim nos inquietar, através de uma projeção imaginada do mundo, iniciamos nossa reflexão a respeito da obra de José Saramago, no sentido de referenciar a maneira como seus textos projetam o mundo e, principalmente, o modo como operam nele, a partir do efeito movedor e comovedor que oportunizam a seus leitores.

Pois bem, a partir da premissa de que o mundo social no qual vivemos não para de se transformar, “no ritmo em que o transformamos e que ele nos transforma. O espaço ficcional experimental dessas transformações oscila entre o real e o possível. É o mundo em constante mutação que a ficção permite experimentar (Leenhardt, 2018, p. 43).

Dessa forma, esse mundo oferecido pela ficção é a experiência daquilo que não podemos alcançar em nossa vivência racional, e nos aproxima de nossa essência

espiritual, corporificando-se na linguagem transformada em literatura, que por sua vez é agora uma “escritura cuja função não é mais comunicar ou exprimir apenas, mas impor um além da linguagem” (Barthes, 1986, p. 117), que nos induz a tocar “aquilo que não pode ser dito e que não tem palavras”, conforme explica Adélia Prado (1999, p. 20). A ficção prevê, portanto, que nos transformemos em outro(s), em um convite lançado pelo ficcionista para viver vidas que não temos, mas que são possíveis.

Assim, a escrita de Saramago nos encaminha para essas múltiplas possibilidades, a partir de sua capacidade ficcional, fundada na exploração multiplicadora da existência, uma vez que

ao dar o salto em direção ao inverificável, a ficção multiplica ao infinito as possibilidades de tratamento. Não dá as costas a uma suposta realidade objetiva: muito pelo contrário, mergulha em sua turbulência, desdenhando a atitude ingênua que consiste em pretender saber de antemão como é essa realidade. (Saer, 2009, p.2)

No caso de Saramago, a ficção projeta realidades variadas, e no caso específico das obras em estudo, as propostas são de abordagem coletiva. É como se o mundo verificável fosse insuficiente e a obra literária surgisse para completar essa falha, essa falta, conforme argumenta Leyla Perrone-Moisés:

Na sua gênese e na sua realização, a literatura aponta sempre para o que falta, no mundo e em nós. Ela empreende dizer as coisas como são, faltantes, ou como deveriam ser, completas. Trágica ou epifânica, negativa ou positiva, ela está sempre dizendo que o real não satisfaz. (Perrone-Moisés, 1990, p. 104)

Nesse caminho, a partir da identificação e do preenchimento da falta, o mundo é desconstruído, perdendo sua consistência para oportunizar o surgimento de um mundo novo, acessível através do texto. Esse entrecruzamento, por sua vez, opera a emergência de uma ponte entre os mundos (o real e o ficcional), ligando-os em uma tradução recíproca.

Assim, ao pensar o conceito de obra literária, “existe em sua natureza um deslizamento estranho entre ser e não ser, presença, ausência, realidade e irrealidade. O que é uma obra? Palavras reais e uma história imaginária, um mundo onde tudo o que acontece é tirado da realidade, e esse mundo é inacessível” (Blanchot, 1997, p. 326). O texto literário, nasce, então, de nossa incapacidade de acessar a realidade a partir de sua racionalização, não vinculada àquilo que comumente compreendemos e asseguramos ser a realidade, mas àquilo que está fora da esfera de nossa compreensão, a parte impenetrável, que evoca, conforme explica Couto (2012), a náusea do mundo:

A materialidade da apropriação literária pode ser duvidosa, mas a materialidade do livro é real, e a realidade daquela ficção é muitas vezes muito mais concreta do que o próprio real, pois a realidade da linguagem a impregna de si mesma. Isso faz com que a literatura exista, seja a expressão inventiva de tudo o que não pode ser expresso e adquira por isso uma força insuspeitada. Ela evoca a náusea ao mundo, permite que se sinta estranho a ele, catapulta quem a experiência para aquele lugar “de borda”; trabalha no mundo porque dele descomprometida, situada fora do laço imobilizante da palavra comum: exterioridade radical praticada graças à sua visada subjetiva. (Couto, 2012, p. 120)

Dessa maneira, a literatura passa a ser compreendida “como uma linguagem consciente, profunda, cheia de segredos, dada ao mesmo tempo como sonho e como ameaça” (Barthes, 1986, p. 118). Ela possui, portanto, uma força insuspeita, que opera no leitor a capacidade e a possibilidade de “outrar-se, do obliquar-se no outro, de lançar-se ao entrelugar do sujeito e do objeto, do real e do irreal, do atual e do virtual” (Wisnik, 2018, p. 148). Nesse sentido, se esvaziada a oportunidade de entregar-se a um estado de profunda alteridade, “as narrativas que suportam a realidade entrariam num quase inimaginável colapso centrípeto” (Wisnik, 2018, p. 148).

Para além disso, essa experiência que o contato com o texto literário nos oportuniza permite nos deslocarmos do lugar de conforto que ocupamos na estrutura social da qual fazemos parte, e percebermos suas conjunturas, lançando um olhar reflexivo sobre elas, por passarmos a vivenciar tais experiências sob pontos de vista distintos e variados, já que

o contrato de ficção, quaisquer que sejam suas modalidades, fusionais ou distanciadas, coloca o leitor frente a um mundo possível. Assim, ele contribui para produzir o que Goldmann (1964) chamou de campo de consciência possível, isto é, a margem de transformação da concepção que o leitor faz do mundo, tendo em vista o lugar que ele ocupa no dispositivo social global. (Leenhardt, 2018, p. 43)

Ao projetarmos essa reflexão para o contexto das obras de José Saramago, em especial em seus Ensaio, percebemos que o autor nos coloca frente a um mundo localizado em um não lugar, situado em um paradoxo entre o possível e o impossível, que nos revela muito sobre quem nós somos e o que sabemos, e nos faz pensar sobre quem deveríamos ser. Isto porque seus Ensaio manifestam, através de um ponto de vista pessimista e distópico, principalmente em *Ensaio sobre a cegueira* (1995), o desfecho do caminho de fracasso que o homem tem trilhado, marcado pela profunda desumanização e individualidade, característica do mundo contemporâneo.

A primeira parte da narrativa de *Ensaio sobre a Cegueira* traz, de forma subjetiva, a representação de uma sociedade líquida, em que as pessoas demonstram um estado de cegueira que precede a epidemia branca, em um ambiente onde “a modernidade construiu uma subjetividade desengajada e com indivíduos cada vez mais solitários e indiferentes à dor do outro”. (Bauman, 2003, p. 171). Na perspectiva de Bauman a modernidade oportuniza o nascimento de um homem indiferente ao sofrimento do outro. A sustação da moralidade em detrimento da predominância da ética marca uma transmutação da organização social pautada na mudança do coletivo para o individual. Suas relações são plásticas, efêmeras e automatizadas, e todos demonstram estar à beira do caos, conforme é possível perceber logo no primeiro parágrafo da narrativa:

A gente que esperava começou a atravessar a rua pisando as faixas brancas pintadas na capa negra do asfalto [...]. Os automobilistas, impacientes, com o pé no pedal da embraiagem, mantinham em tensão os carros, avançando, recuando, como cavalos nervosos que sentissem vir no ar a chibatada. (Saramago, 1995, p. 11).

A sensação de pressa, de desespero, de necessidade de que nenhum fragmento de tempo seja perdido marca o estado inicial das personagens da narrativa: “Alguns condutores já saltaram para a rua, dispostos a empurrar o automóvel empanado para onde não fique a estorvar o trânsito, batem furiosamente nos vidros fechados” (Saramago, 1995, p. 12).

As pessoas não se esforçam em se relacionar com os outros, nem mesmo em praticar a alteridade. A prova disso é o primeiro cego, que não sabe lidar com a nova situação, pois ela foge daquela organização arquitetada e normalizada pelo modo de vida moderno, o que desestabiliza a maneira como ele compreende o mundo, demonstrando então receio em evidenciar fraqueza: “agradeceu à sorte não ter aparecido naquele momento nenhum vizinho, pois ali mesmo, à primeira palavra que ele lhe dirigisse, se teria desfeito em lágrimas” (Saramago, 1995, p. 20).

A desconfiança sobre a bondade e solidariedade é outra característica que se destaca, pois, mediante a naturalização da maldade e do individualismo, qualquer atitude altruísta é digna de demérito e suspeita, como quando o primeiro cego sente receio da boa vontade do rapaz em ajudá-lo, pressentimento esse que se demonstrará fundamentado: “O zelo pareceu de repente suspeito ao cego, evidentemente não iria deixar entrar em casa uma pessoa desconhecida que, no fim das contas, bem poderia estar a tramar [...], para depois deitar a mão ao que encontrasse de valor” (Saramago, 1995, p. 15).

Além disso, percebemos o retrato dessa sociedade exatamente na atitude desse rapaz, que auxilia o primeiro cego no momento da descoberta de seu estado. Ele o ajuda a chegar em casa e instalar-se, porém, mesmo presenciando a aflição do homem, não hesita em roubá-lo, aproveitando-se de sua condição vulnerável: “o santinho do teu protector, a boa alma, levou-nos o carro. [...] Aproveitou-se da tua desorientação, da aflição em que estavas, e roubou-nos” (Saramago, 1995, p. 20).

A personagem do ladrão de carros é o primeiro a demonstrar o tipo de mal que será destacado em *Ensaio sobre a Cegueira*, o mal banal, inerente ao homem, que o pratica sem que reflita sobre suas consequências, conforme discute Carlos Nogueira

Há uma tendência humana para o mal (como há para o bem), mas este fenômeno não tem uma natureza inevitável. O mal, tanto nas suas formas mais comuns e menores como nas suas formas catastróficas, consiste em negar a alguém o seu direito de ser integralmente (ou minimamente) humano. A solução, sempre provisória, insuficiente e relativa, para o mal do mundo está na (re)construção de cada um de nós e das instituições reside nos valores morais voltados para o bem comum que cada pessoa e o coletivo sejam capazes de convocar e aplicar dia a dia, a cada momento. (Nogueira, 2022, p. 390)

Na questão específica da conduta da personagem, que rouba o primeiro cego em um momento em que ele precisa de ajuda, se destaca o fato de que o homem já se encontra em um estado de banalização e desumanização, marcado pelo interesse individual. Entretanto, *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez* irão explorar as variadas camadas da prática do mal exercidas pelo homem, levando em consideração que uma das principais linhas de escrita de Saramago “é a representação do irrepresentável que é o mal, nas suas realizações mais severas: a opressão e a guerra, a fome e a pobreza, a ignorância, a exploração, a crueldade, a tortura, o genocídio, os assassinios em massa” (Nogueira, 2022, p. 226).

Nesses ensaios, entretanto, vamos perceber o olhar crítico do autor se voltar para o domínio do mal inerente ao próprio homem, o mal banal, expressado por meio da fome, da crueldade, e etc., e àquele exercido pelos governos totalitários na tentativa de manter, ou mesmo retomar o domínio do outro, através da opressão, da tortura, do assassinato, do controle e da manipulação das massas.

Destarte, destacamos que a representação do mal na perspectiva saramaguiana não coaduna com a concepção religiosa do tema nesses ensaios, pois, para o autor, a espiritualidade existe no próprio homem e “se constitui no interior do texto e daí transcende para o exterior, onde se realiza no contínuo desenvolvimento dialético da

realidade ética, moral, jurídica, política e literária, na aspiração a uma trindade autenticamente humana para todos (...): a justiça, o bem e o belo”. Assim, o “espiritual é uma espécie de sentimento” (Damásio, 2017, p. 304).

Dessa forma, se projeta o diálogo do autor com a realidade, em uma atitude que atravessa o texto e não se esgota em contemplação, projeta-se em intervenção do real, de busca de uma proposta coletiva de liberdade de consciência e bem-estar comum. Para Carlos Nogueira, “Saramago pratica uma espiritualidade que está tanto na verdade crua que as suas palavras nos dão a ver como no horror que elas expressam” (Nogueira, 2022, p. 223).

Nesse contexto, destaca-se também a caracterização profundamente burocratizada da sociedade construída na narrativa, em que as hierarquias se colocam como obstáculo ao acesso e ao desenvolvimento das ações, como quando o médico oftalmologista chega à conclusão de que a cegueira é contagiosa e de seu potencial epidêmico, mas não consegue contactar as autoridades competentes por via direta:

a única forma de fazer chegar a informação aonde convinha, por via segura, seria falar com o director clínico do seu próprio serviço hospitalar, de médico para médico, sem burocracias pelo meio, ele que se encarregasse depois de pôr a maldita engrenagem oficial a funcionar. (Saramago, 1995, p. 40).

Por fim, o médico irá chegar à constatação de algo que, segundo o narrador, era obrigado a saber, o fato de que “é desta massa que somos feitos, metade de indiferença e metade de ruindade” (Saramago, 1995, p. 40). Esta é a sociedade da qual fazemos parte, e na qual nos reconhecemos ao ler o *Ensaio sobre a cegueira*, um espaço marcado pela indiferença e pela maldade, ou seja, pela desumanidade.

Dessa forma, enquanto nesse romance as personagens são levadas de um estado de alienação e desumanização a um reconhecimento de sua condição, que conduz a uma resignificação, em *Ensaio sobre a lucidez* os sujeitos nos parecem já refeitos, após resgatar sua subjetividade, sendo capazes agora de arquitetar inconscientemente (ou não), uma revolução contra toda uma estrutura de poder, ao conduzirem uma votação que resulta, não uma, mas duas vezes, em uma maioria de votos em branco, como uma recusa ao estado atual das coisas e do mundo.

Assim, se a obra de arte armazena registros do comportamento histórico, social e cultural do homem no mundo, ela abre caminhos para que possamos nos reconhecer nas situações que projeta, mesmo quando não há essa intencionalidade, pois a literatura versa

também sobre o possível. Além disso, destacamos que esses dados da vivência humana podem funcionar, também, como sedimentados de uma perspectiva visionária, e na obra de Saramago. Nesse sentido, ela produz, de forma intencional ou não, questões problematizadoras, pois coloca o homem em ação com o mundo, em conflito com seus afetos, diante de seus padecimentos, enfim, ela dispõe o homem frente à vida. Assim, a experiência que vivenciamos nos Ensaio de Saramago nos induz a confrontar nossas próprias mazelas, como se o narrador fosse obrigado a agenciar a voz do indizível.

Dessa forma, estamos diante do “campo de consciência possível” denominado por Goldmann (1964), pois os Ensaio de Saramago nos colocam, de certa forma, e através de um processo complexo de representação estética, diante da possibilidade de nosso futuro. Assim, a partir do ponto de vista do que pode ser, pautado em duas potentes metáforas, uma marcada pela cegueira, e outra pela lucidez, estamos expostos a essência de quem somos, em nosso mundo, capazes de observar, sob um ponto de vista externo, até onde nossa incapacidade para o amor, nossa profunda individualidade, tendência para a banalização do mal e a desumanização pode nos conduzir.

Esse processo de compreensão de si e do mundo social e cultural no qual o sujeito está inserido, a partir da experiência literária, perpassa pela forma como os universos imaginários projetam os valores veiculados pelas obras, pois, “a socialização por meio do manejo dos possíveis implica uma adesão imaginária, que constitui, ela mesma, a mediação pela qual se dá uma requalificação da experiência, a elevação de seu nível”, levando a uma compreensão de que “existe uma forma de aprendizagem que passa pela possibilidade de prefigurar um mundo por meio da experimentação ficcional” (Leenhardt, 2018, p. 44).

Essa aprendizagem pela ficção estaria vinculada à experiência do mundo através das possibilidades daquilo que poderia ser, que se dá através do pacto com o ficcional e da respectiva adesão ao imaginário, que nas obras de Saramago veiculam vivências de forma potencializada e conflitiva, de valores e circunstâncias que levam o sujeito humano a seu limite, e assim requalificam a experiência do real.

Uma experiência que se coloca como inaugural, pois o autor literário projeta mundos ficcionais novos e outros, pautados, quase sempre, na realidade, mas que nunca são e nem pretendem ser a realidade. Na percepção de Leyla Perrone-Moises, a palavra “*criação*” supõe o tirar do nada, o tornar existente, aquilo que não existia antes. É uma palavra teológica. Assim como Deus criou o mundo a partir do Verbo, assim o autor

literário instauraria um mundo novo, nascido de sua vontade e de sua palavra” (Perrone-Moisés, 1990, p. 100).

É nesse campo da experiência do saber, a partir de sua experimentação estética, que versa outra hipótese de que os “Ensaio” de Saramago não só revelam a amalgama da cegueira moderna, conforme muitos outros pesquisadores apontaram, mas nos induz a um caminho de (re)conhecimento de nossa incapacidade de pensar sobre nós e sobre o mundo que criamos, revelando aquilo que sabemos, mas que omitimos. Então, a partir desse complexo processo, referenciamos nossa conduta, nossas escolhas e nossas ações no mundo, não como reprodutores de um discurso e de um saber, mas como condutores e produtores dele. Souki, ao realizar uma leitura da teoria de Hannah Arendt sobre o exercício de pensar, argumenta que

o pensamento é a expressão de uma necessidade do espírito humano de pensar para além da possibilidade de todo conhecimento, pois os homens têm uma inclinação, talvez uma necessidade de pensar para além desse limite e de fazer dessa habilidade algo mais do que um instrumento para conhecer e agir. (Souki, 2006, p. 109)

Assim, a capacidade de refletir torna as pessoas cientes de outra(s) ordens da realidade percebidas antes, desestabilizando todos os critérios que outrora constituíram uma ordem de valores e medidas de bem e de mal, em função de sua capacidade de dissolver toda certeza. Nesse sentido, Hannah Arendt afirma: “Não há pensamentos perigosos; o próprio pensamento é perigoso” (Arendt, 1991, p. 17)

Dessa forma, as metáforas da cegueira e da lucidez de Saramago ganham novos contornos, ao ter suas significações potencializadas, pois não apontam apenas para aquilo que não vemos, mas para um paradoxo simbólico, que revela através da cegueira a visão do que é essencial, do caminho de retorno à humanização, que nos conduzirá a um complexo processo de reconstrução de quem nós somos, através de nossa lucidez política.

Nesse sentido, os textos escritos por José Saramago trazem representados todos os tipos humanos, dialogando com a preocupação acerca da atividade e conduta corruptiva da humanidade, transparecendo um ponto de vista cético e, por vezes, até pessimista em relação ao rumo que o homem deu ao mundo, o que parece ser influência de todas as fantasmagorias ideológicas e egocentrismo que a era capitalista instaurou.

O autor, ao construir suas narrativas, rejeita o realismo tradicional, ao compreender que a realidade é absurda e insólita por si mesma, acolhendo a perspectiva não do que foi, mas do que poderia ter sido, projetando possibilidades que indicam, de maneira ficcional, indícios do caminho que o homem tem trilhado. Dessa forma, a

perspectiva de seus textos nos conduz ao pressuposto de que “a literatura parte de um real que pretende dizer, falha sempre ao dizê-lo, mas ao falhar diz outra coisa, desvenda um mundo mais real do que aquele que pretende dizer” (Perrone-Moisés, 1990, p. 102), isso porque lida com o indizível, com o que podemos experimentar apenas na esfera do literário.

Nesse sentido, a forma que Saramago escolhe para representar o mundo através da ficção em seus Ensaio aproxima-os do conceito de distopia, pois tais textos dialogam com a ideia de que as distopias ou as utopias negativas “expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pós-medieval” (Fromm, 2009, p. 269). Dessa forma, a naturalização das amálgamas que caracterizam o homem moderno e pós-moderno no mundo, é algo

indissociável da destruição de formas humanas e não humanas de vida, ou seja, de um empobrecimento existencial (de possibilidades) prévio: ao contrário do que dizia Heidegger, o homem moderno não cria mundos, ele empobrece o mundo para estandarizá-lo. (Nodari, 2015, p. 77)

Assim, a distopia não projeta um mundo melhor, pelo contrário, ela potencializa determinadas características da sociedade contemporânea e intensifica seus desdobramentos, ao passo que ambienta suas narrativas, geralmente, em um futuro distante, estando a obra distanciada de seu tempo, e podendo, assim, refletir sobre a sociedade de sua época. Esse movimento leva também o leitor a refletir sobre a condição humana, “porque diante de um mundo que se tornou insustentável, apontamos para a única alternativa realista: a demanda do impossível. Não só um outro mundo é possível – como também um outro possível é mundo” (Nodari, 2015, p. 83).

Para Booker, a perda de energia utópica que marca determinadas comunidades sociais, característica da sociedade pós-moderna, condiciona o surgimento da distopia, oriunda de um sentimento de individualidade e decadência. Esses sentimentos são provocados por acontecimentos históricos que marcam a sociedade coletivamente, e que leva seus cidadãos a perceberem-se sozinhos, desiludidos da noção de coletividade, como ocorre com as personagens de *Ensaio sobre a Cegueira*. Nesse contexto, a grande diferença da distopia é que ela, ao contrário da utopia, não se projeta no futuro, mas no presente, conforme argumenta Leomir Hilário:

As distopias problematizam os danos prováveis caso determinadas tendências do presente vençam. É por isso que elas enfatizam os processos de indiferenciação subjetiva, massificação cultural, vigilância total dos indivíduos, controle da subjetividade a partir de dispositivos de saber etc. (Hilário, 2013, p. 206)

A distopia, portanto, possui um traço de crítica do presente no sentido de refletir sobre a realidade e suas possibilidades. Esse dado se afasta da relação comumente estabelecida entre distopia e ficção científica, pois ela não se limita apenas a projetar a temática futurista, ela funciona também como ferramenta para combater o presente na tentativa de evitar determinado futuro, faz “soar o alarme que consiste em avisar que se as forças opressoras que compõem o presente continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará a catástrofe e barbárie” (Hilário, 2013, p. 207).

Então, em um movimento não linear, a distopia dos Ensaios saramaguianos projeta essas reflexões sobre o ser humano para a contemporaneidade, utilizando a literatura para pensar a individualidade e a tendência corruptiva do homem, por meio da representação da sociedade massificada. Porém, importa destacar que, apesar de a forma como Saramago projeta essa sociedade dialogar com a noção de sociedade massificada, ele usa esse dado para demonstrar também o poder que a massa tem, ao representar em *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez* a reação da sociedade contra o poder estabelecido, pois, conforme pontua André Bernardo, “através dessa quebra de laços entre indivíduo e sociedade há como que um ‘desmontar’ ou uma ‘desconstrução’ dessas relações de poder imbuídas na sociedade” (Bernardo, 2012, p. 46).

É através do pensamento que esses sujeitos se rebelam contra o poder estabelecido, já que a faculdade do pensar é condicionada a todos os homens, entretanto, no contexto contemporâneo, ela tem se configurado como ato de resistência a um processo de naturalização do agir em detrimento do pensar. Portanto, o primeiro ato revolucionário das personagens dos Ensaios saramaguianos é pensar, levando em consideração o fato de que,

se todo pensar exige um “pare-e-pense”, tal movimento permanente é incompatível com a atividade de pensar. Nessa pausa onde o homem pode suspender, provisoriamente, seus juízos de valor e suas certezas prévias, “parar-para-pensar” é o primeiro ato de resistência a uma imposição externa, a uma exigência de obediência. É exatamente nessa parada, momentânea, mas decisiva, que o homem pode começar a realizar sua autonomia. E esse fluxo contínuo, que interdita qualquer parada, qualquer pensamento, tem como objetivo, exatamente, o automatismo em que os homens deixam de interrogar para, prontamente, obedecer. (Souki, 2006, p. 124)

Além disso, as obras de temática distópica de Saramago nos revelam ainda “mais claramente a insatisfação causada pela falta”. Dessa forma, “acentuar o que está mal, torná-lo perceptível e generalizado, até o insuportável, é ainda sugerir, indiretamente, o que deveria ser e não é” (Perrone-Moisés, 1990, p. 104).

É nessa certeza de que o real não satisfaz, de que é insuficiente, que transita a literatura saramaguiana, se estabelecendo como que para preencher uma falta. Este vazio, por sua vez, pode ser ocupado de duas formas, segundo Leyla Perrone-Moisés (1990), inventando um outro mundo, ou evidenciando as lacunas desse em que vivemos. Parece-nos que Saramago optou pelas duas soluções, mitigadas em doses quase homeopáticas, pois, em seus Ensaio, ao lidar com a problemática da existência humana contemporânea, escolhe fundar um universo outro, distópico, mas que possui muita similaridade com o real, no sentido em que o desconstrói e o ressignifica através do pensamento, revelando assim suas amálgamas e sustentáculos.

As obras revelam que os universos culturais criados pelo homem para significar sua existência e convivência, modulados por um princípio capitalista, suplantaram o próprio homem, que passou de opositor dos sistemas de controle social a seu mantenedor, sendo oprimido e marginalizado por ele, imerso em estado de alienação, que caracteriza o homem contemporâneo como um sujeito desenraizado e sem capacidade política.

Dessa forma, os sujeitos dessas e de outras narrativas de Saramago não produzem mais cultura, são produzidos por ela, são determinados pelos padrões sociais estabelecidos através do lugar que ocupam nessa sociedade, característica essa comum no romance moderno e contemporâneo. Exemplo disso é a escolha do autor em não batizar as personagens com nomes próprios, mas sim denominá-los de acordo com as profissões e funções que exercem na sociedade ficcional que habitam, contribuindo assim para a perda total de sua identidade, por exemplo: o médico, a mulher do médico, a prostituta de óculos escuros, o velho, em *Ensaio sobre a Cegueira*; o Presidente da seção eleitoral, o secretário, o delegado do partido de direita (p.d.d.), o delegado do partido do meio (p.d.m.), delegado do partido de esquerda (p.d.e.), em *Ensaio sobre a Lucidez*.

Hannah Arendt propõe uma discussão filosófica interessante nesse sentido, em seu *A condição Humana* (2020). Para ela, quando queremos “dizer *quem* alguém é, nosso próprio vocabulário nos induz ao equívoco de dizer *o que* esse alguém é”, e procuramos então definir essa pessoa a partir de qualidades partilhadas, descrevendo “um tipo ou um ‘caráter’” (Arendt, 2020, p. 225). A unicidade específica de quem é o homem, portanto, nos escapa, conduzindo a um estado de frustração.

Essa frustração tem a mais estreita afinidade com a notória impossibilidade filosófica de se chegar a uma definição do homem, uma vez que todas as definições são determinações ou interpretações de *o que* o homem é e, portanto, de qualidades que ele possivelmente poderia ter em comum com outros seres vivos, enquanto sua diferença específica seria encontrada determinando-se que tipo de “quem” ele é. (Arendt, 2020, p. 225).

Ao projetarmos essa discussão para a obra de Saramago, observamos que seus textos descontroem isso, em um movimento inverso, pois as personagens, principalmente em *Ensaio sobre a Lucidez*, iniciam a narrativa incorporando essa dimensão des-subjetivada e generalista, que representa o papel social nomeado, mas que no decorrer do desenvolvimento da narrativa operam uma ressignificação individual, ao reconquistar sua individualidade e sua humanidade, sendo contempladas, no âmbito da obra, com a competência de dizer quem verdadeiramente são, e principalmente, com a capacidade de pensar, como acontece com o grupo dos primeiros cegos.

Esse retorno à essência humana nas narrativas dos Ensaíos saramaguianos só é possível a partir da decisão do homem de abandonar as coisas, sem o intermédio do materialismo e do modo de vida massificado, como argumenta Arendt: “É esse um fator básico da incerteza, igualmente notória, não apenas de todos os assuntos políticos, mas de todos os assuntos que se dão diretamente entre os homens, sem a influência mediadora, estabilizadora e solidificadora das coisas” (Arendt, 2020, p. 225).

As subjetividades, portanto, são produzidas de acordo com o projeto político de cada contexto social, criando seres úteis à manutenção do capitalismo, destituídos de sentimentos, coletividade e empatia, balizados pela indiferença ao sofrimento do outro, pois humanamente “a modernidade construiu uma subjetividade desengajada e com indivíduos cada vez mais solitários e indiferentes à dor do outro” (Bauman, 2003, p. 171).

Nesse sentindo, compreendemos, conforme as formulações de Perrone-Moisés (1990), que a literatura nunca está afastada do real, o que ela faz é capturar, através do imaginário, verdades do real impossíveis de serem vistas fora de uma ordem simbólica, ou seja, literária, e a partir daí superar as fronteiras e os limites daquilo que compreendemos e aceitamos como realidade, uma vez que

a literatura se posta sempre além do mundo, à sua margem, extrapolando-o enquanto realidade dada e reinventando-o à sua maneira, sem deixar de marcar o mundo e suas “bordas”: o além-mundo. [...] É desse lugar que ela emana seu poder de falar das coisas e de se ocupar dos homens e termina por admitir em si mesma sua autoridade mais potente, seu engajamento mais veemente. (Couto, 2012, p. 120)

As narrativas de Saramago superam, portanto, a ideia de representação da realidade, quando revelam o que está oculto, aquilo que não foi, aquilo que não é, através de um movimento que desestabiliza a realidade, mas que leva uma obra, como *Ensaio sobre a Cegueira*, que é em si um texto de desgraça e ruína, se transmutar em esperança. Nos termos discutidos por Blanchot,

é como se, no âmago da literatura e da linguagem, para além dos movimentos aparentes que as transformam, estivesse reservado um ponto de instabilidade, um poder de metamorfose substancial, capaz de tudo mudar sem nada mudar. Essa instabilidade pode passar como o efeito de uma força desagregadora, pois por ela a obra mais forte e mais carregada de força pode se tornar uma obra de desgraça e ruína, mas essa desagregação é também construção, se subitamente por ela o desespero se faz esperança e a destruição se faz elemento de indestrutibilidade. (Blanchot, 1997, p. 329)

Dessa forma, a escrita de Saramago demonstra que escrever se estabelece, cada vez mais como uma forma de resistência ao estado atual do mundo, e a linguagem se consolida como importante ferramenta para tal, pois incorpora a possibilidade de construir um diálogo entre as variadas áreas do saber sem necessariamente tensionar ou propor uma verdade absoluta e inquestionável. Dessa forma, as histórias que entrecruzam os Ensaios de Saramago revelam um caminho para a revolução através do pensamento.

Porém, é importante destacar que para ser político, um texto não precisa, necessariamente, falar em política, nem muito menos propor soluções para problemas dessa conjuntura, ele só precisa demonstrar situações de maneira que o leitor a veja melhor e reflita sobre ela. Entretanto, essa capacidade do texto literário não coloca em risco o pacto estético que a obra possui em si mesma, no sentido do que discute José Miguel Wisnik:

O encantamento do pacto mágico se instaura sem anular completamente sua problematização como contrato esclarecido. [...] A ficção sublima, em seu momento de potencialização máxima, a luta que está entranhada nela — luta política surda pelo poder e pelo privilégio da representação, [...] essa luta política persiste para além do momento de encantamento. (Wisnik, 2018, p. 137)

Esse arrebatamento não se revela em Saramago de uma forma tão latente, uma vez que o autor adota uma escrita marcada pelo pessimismo, pela certeza de que o mundo, assim como o homem, se encaminha, cada vez mais, para o erro, para o caos. Porém, em seus Ensaios, e em especial em *Ensaio sobre a lucidez*, vislumbramos esse traço de esperança projetada no homem, encarnada na potência da possibilidade do retorno ao humanismo, ou a humanidade do homem.

Em *Ensaio sobre a cegueira*, a esperança se coloca no retorno da humanidade das pessoas através da cegueira, que irá proporcionar a elas a capacidade de perceber o mundo de forma libertária em relação à imagem que os variados discursos de poder cosmopolitas construíram sobre ele. Já em *Ensaio sobre a lucidez*, que de certa forma propõe a continuidade da narrativa da cegueira, o retorno se realiza na esfera política, em que pessoas retomam a capacidade de refletir sobre suas escolhas políticas de pensar na forma como tais decisões individuais interferem na organização do mundo.

A esperança corporificada na ideia de um homem capaz de pensar e se perceber no mundo, através de um processo de ressignificação, transpassa toda a obra do autor, mas tem seu ponto de partida definitivo em seu *Evangelho segundo Jesus Cristo*, que marca, decididamente, a apoteose do homem sobre todas as coisas na obra de Saramago, instaurando de uma vez por todas o humanismo como tom marcante de sua escrita, porém, um humanismo que não só reivindica os direitos do homem, mas que também exige o cumprimento de seus deveres.

Partindo do pressuposto desenvolvido por Antônio Candido, de que a humanização compreende circunscrições essenciais, tais como “o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso de beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor”, nos é possível pensar, em concordância com o teórico, que “a literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante” (Candido, 2011, p. 182). Dessa forma, o crítico compreende que a literatura é necessária, e é também um direito de qualquer sujeito em qualquer sociedade, pois, “pelo fato de dar forma aos sentimentos e à visão do mundo ela nos reorganiza, nos liberta do caos e, portanto, nos humaniza. Negar a fruição da literatura é mutilar a nossa humanidade” (*Idem*, p. 188).

Nesse sentido, ao pensar acerca dos argumentos de Candido, podemos discutir o fato de que os textos de Saramago nos humanizam duplamente. Em uma primeira via, quando cumpre a função da alteridade, característica da própria literatura; e por uma segunda via, ao nos ofertar a experimentação de narrativas perspectivadas a partir das vivências humanas de determinadas condições sociais e existenciais.

2. 2. “Todo o homem é um mundo”: o humanismo de Saramago

O humanismo é um tema que atravessa a obra de Saramago de forma contundente, pois, como já destacado, o autor tem uma preferência especial pelo homem, na medida em que acredita que é a capacidade para a esperança e para o pensamento que nos distingue e nos torna capazes de constituir a sociedade.

A escolha de Saramago pela humanidade está exposta em todas as suas obras, na verdade, o autor escolhe determinado tipo de homem (ou mulheres) para protagonizar seus textos, no sentido de escamotear o ideal humano que a modernidade construiu, e oportunizar o desvelamento de histórias que foram silenciadas pelas vozes opressoras do discurso do mais forte. Assim, vemos surgir nas páginas do escritor figuras que comumente ocupam a margem, os “ex-cêntricos” como nomeia Linda Hutcheon (1991), definidos como àqueles que não estão no centro, trazendo à luz outra versão desses fatos, de maneira a propor outra perspectiva de modo reflexivo.

Essa escolha do autor não tem nada de descompromissada, uma análise apurada de suas opções, alinhada a decisões estilísticas, como o cuidado com a condução onomástica da arquitetura textual, por exemplo, revela uma estratégia pontual no processo de feitura de seus escritos, que reflete em sua potência significativa. Isso porque Saramago age através da desconstrução, da inversão, do não dito. Dessa maneira, percebe-se, em suas obras, a ascensão de figuras históricas, mitológicas, literárias, arquiconhecidas pelo ideário ocidental, que foram condenadas por uma carga negativa vinculada às suas histórias ditas oficiais, propondo uma nova versão destas de forma subversiva e propiciadora de novas possibilidades interpretativas. Por outro lado, também cria personagens anônimos, na maioria das vezes, aqueles relegados ao silêncio, que protagonizam histórias extraordinárias de reencontro do homem consigo mesmo, no caminho de reconquista de sua humanidade.

Esse caminho se inicia com *O Evangelho Segundo Jesus Cristo* (1991), em que o personagem Jesus Cristo tem sua história recontada, sob um ponto de vista revelador e humanista. Essa postura, entretanto, será seguida nas obras publicadas pelo autor posteriormente, sempre compromissadas com a lapidação de uma ideia de homem responsável por si, pelo mundo e por sua transformação.

Saramago, portanto, em seu evangelho, constrói sua versão da vida do judeu da Galileia sobre sua passagem pelo mundo, e do que isso representa para sua tese humanista, na perspectiva da teoria da encarnação. Para compor esse evangelho, o autor

parte, principalmente, daquilo que foi silenciado ou mesmo ignorado pelos textos canônicos a respeito da vida de Jesus, trazendo à tona algumas questões ignoradas pelo Cristianismo na construção de sua versão acerca da vida e do cumprimento da missão de Cristo enquanto Messias. A adoção desse ponto de vista é, como mencionamos, decisivo para a postura teórica que compreende o homem como único capaz e responsável por suas ações no mundo.

Por meio das dúvidas e do redirecionamento da narrativa, das personagens e do próprio texto bíblico, Saramago constrói as reflexões propostas na obra em questão, a partir, principalmente, do narrador, que projeta em sua voz tais inquietações. Entretanto, essas meditações não condizem com o contexto de composição dos escritos que serviram de fonte de intertextualidade ao autor; elas dialogam, ao contrário, com a angústia da modernidade. O que significa dizer que Saramago reflete a transformação e o papel da religiosidade cristã por meio de uma volta ao passado, norteadas através da centralidade da figura do homem, como afirma Salma Ferraz:

Estamos diante de um narrador/(des)evangelista que reconta parodicamente um texto do início do milênio, com os olhos, mentalidade e preocupação de alguém que vive no mesmo século do leitor. O tempo do discurso prevalecerá sobre o tempo da história, ocorrendo uma anacrônica entre a ordem da história e a ordem do discurso. (Ferraz, 1998, p. 46)

Apesar de a narrativa de Jesus ser ambientada em um tempo bíblico, as projeções construídas dialogam com a época contemporânea ao autor, trazendo à tona a discussão de questões existenciais caras à contemporaneidade, em um movimento que pensa o presente através da compreensão do passado, como se esse retorno justificasse muito de nossa atitude, enquanto humanidade, diante do mundo, pautada na fé em uma religiosidade descompromissada com o sujeito humano.

Esse descompasso é compreendido a partir da análise da obra, que apresenta uma tonalidade humanista através de variadas vias, dentre as quais, uma das mais importantes constitui a humanidade confessa do personagem principal, Jesus Cristo, considerado, por sua vez, o Messias do Cristianismo.

Desde logo o romance evidencia um amor incondicional pelo homem, demonstrado pelo personagem Jesus. Ele desvela o perfil humano, passível de erro, de prazer e até mesmo de medo de um homem que se submeteu ao sacrifício pelos outros, mesmo em seu íntimo desejando fugir de tal destino. A abordagem do personagem, como dissemos, destaca seu perfil humano, caracterizado desde o seu nascimento: “O filho de

José e de Maria nasceu como todos os filhos dos homens, sujo do sangue de sua mãe, viscoso das suas mucosidades e sofrendo em silêncio. Chorou porque o fizeram chorar, e chorará por esse mesmo e único motivo” (Saramago, 2005, p. 65).

O percurso de Jesus pelo romance de Saramago reafirma sua humanidade, construída conforme o protagonista toma consciência de seu destino. O próprio nazareno a defende em diversas passagens da obra, como nesta, em que dialoga com Maria de Magdala sobre o relacionamento sexual entre os dois:

Deus, que fez o mundo, não deveria privar de nenhum dos frutos da sua obra as mulheres de que também foi autor, Conhecer homem, por exemplo, Sim, como tu vieste a conhecer mulher, e mais não devias precisar, sendo, como és, o filho de Deus, Quem contigo se deita não é o filho de Deus, mas o filho de José, Na verdade, nunca, desde que vieste, senti que estivesse deitada com o filho de um deus, De Deus, queres tu dizer, Quem me dera que o não fosses (Saramago, 2005, p. 345).

Mais adiante o judeu da Galileia afirma: “Que não te surpreenda ver que o filho de Deus é um filho de homem” (Saramago, 2005, p. 347). Muitos são os momentos da narrativa em que a personagem afirma e defende sua humanidade, estando sua condição de homem expressa também através das relações vivenciadas, por exemplo, seu envolvimento amoroso com Maria de Magdala, conservando uma cumplicidade ímpar de amizade e também de realização dos desejos carnaís:

Maria de Magdala conduziu Jesus até junto do forno, [...] e ali, recusando o auxílio dele, por suas mãos o despiu e lavou, às vezes tocando-lhe o corpo, aqui e aqui, e aqui, com as pontas dos dedos, beijando-o de leve no peito e nas ancas, de um lado e do outro. Estes roces delicados faziam estremecer Jesus, as unhas da mulher arrepiavam-no quando lhe percorriam a pele, Não tenhas medo, disse Maria de Magdala. Enxugou-o e levou-o pela mão até à cama, Deita-te, eu volto já. [...] Maria de Magdala apareceu, nua. Nu estava também Jesus, como ela o deixara, [...] quando Maria se deitou ao lado dele, e, tomando-lhe as mãos, puxando-as para si, as fez passar, lentamente, por todo o seu corpo, os cabelos e o rosto, o pescoço, os ombros, os seios, que docemente comprimiu, o ventre, o umbigo, o púbis, onde se demorou, a enredar e a desenredar os dedos, o redondo das coxas macias, e, enquanto isto fazia, ia dizendo em voz baixa, quase num sussurro, Aprende, aprende o meu corpo. [...] E ele aí o tinha, o seu corpo, tenso, duro, erecto, e sobre ele estava, nua e magnífica, Maria de Magdala, que dizia, Calma, não te preocupes, não te movas, deixa que eu trate de ti, então senti que uma parte do seu corpo, essa, se sumira no corpo dela, que um anel de fogo o rodeava, indo e vindo, que um estremecimento o sacudia por dentro, [...] ao mesmo tempo que Maria, gemendo, deixava descair o seu corpo sobre o dele, indo beber-lhe da boca o grito, num sôfrego e ansioso beijo que desencadeou no corpo de

Jesus um segundo e interminável frémito. (Saramago, 2005, p. 233-234-235)

A extensão da citação se justifica em função da intimidade com que o narrador descreve o ato sexual entre Jesus e Maria de Magdala, fazendo com que o leitor vislumbre a humanidade da personagem saramaguiana. Este dado, entretanto, é considerado inimaginável nos evangelhos canônicos, devido ao dogmatismo cristão, uma vez que desvincula o tom de sacralidade do nazareno. Entretanto, o evangelho humanista de Saramago busca construir um diálogo com o Jesus histórico, apócrifo e gnóstico, e não com o sagrado, caminhando mais uma vez para sua afirmação da apoteose do homem.

Além das relações nomeadamente humanas, outro dado que chama a atenção no Jesus de Saramago é sua aproximação característica com um homem comum, um homem qualquer, desvinculado de qualquer herança sagrada, que o torna capaz de ser reconhecido, de ser representado, de provocar no leitor a sensação de alteridade, pois ele é, por exemplo, um homem abandonado, vulnerável:

Este homem, que traz em si uma promessa de Deus, não tem outro sítio aonde ir se não a casa duma prostituta. Não pode regressar ao rebanho, Vai-te, disse-lhe Pastor, nem tornar à sua própria casa, Não te cremos, disse-lhe a família, e agora os seus passos hesitam, tem medo de ir, tem medo de chegar, é como se estivesse novamente no meio do deserto, Quem sou eu, os montes e os vales não lhe respondem, nem o céu que tudo cobre e tudo devia saber, se agora a casa voltasse e a pergunta repetisse, sua mãe dir-lhe-ia, És meu filho, mas não te creio, ora, sendo assim, é tempo de que Jesus se sente nesta pedra que aqui está à sua espera desde que o mundo é mundo, e nela sentado chore lágrimas de abandono e de solidão. (Saramago, 2005, p. 252)

Outra figura que ganha destaque na narrativa evangélica de Saramago é o Diabo, ou o Pastor, como prefere chamá-lo o autor, que por sua vez é restituído de toda injustiça aplicada a sua figura na história do Cristianismo. Na história de Saramago, o Diabo não só ganha voz, mas também direito de defesa, ao ter a oportunidade de contar sua história a partir de sua versão dos fatos, através da nova leitura dada a ele pelo narrador. O próprio Diabo defende-se da responsabilidade pelos motivos que ocasionam toda maldade da humanidade:

Digo que ninguém que esteja em seu perfeito juízo poderá vir a afirmar que o Diabo foi, é, ou será culpado de tal morticínio e tais cemitérios, salvo se a algum malvado ocorrer a lembrança caluniosa de me atribuir a responsabilidade de fazer nascer o deus que vai ser inimigo deste, Parece-me claro e óbvio que não tens culpa, e, quanto ao temor de que te atirem com as responsabilidades, responderás que o Diabo, sendo mentira, nunca poderia criar a verdade que Deus é (Saramago, 2005, p. 325-326).

Através dessa passagem é possível apreender que a personagem do diabo traz à discussão um dado importante da representação humanística do mundo que Saramago constrói, a de que o mal é responsabilidade do homem, uma vez que a própria ideia de Deus e do Diabo são também criações suas.

O Diabo então, nesta obra de Saramago, além de ser o grande adversário do e no Cristianismo, é também o espírito contrário a Deus, e, conseqüentemente, a todo o dogmatismo ditador da vivência cristã, personificando a rebelião contra a doutrina, que distancia a humanidade de Deus, através do questionamento da retidão do homem em relação aos princípios irredutíveis do Cristianismo, que limitam sua liberdade. Essa dimensão de Satã será potencializada no romantismo:

O Romantismo transformará Satã no símbolo do espírito livre, da vida alegre, não contra uma lei moral, mas segundo uma lei natural, contrária à aversão por este mundo pregada pela Igreja. Satanás significa liberdade, progresso, ciência e vida. [...] Amigo do homem e inimigo de Deus, que estabeleceu a ordem como um tirano, condenando ao sofrimento, à humilhação e à morte todos aqueles que tinham por única culpa o desejo de conhecer, Lúcifer está ao lado do homem, uma vez que como o homem, ele é condenado ao sofrimento (Nogueira, 2002, p. 104).

A partir desta modificação sob a perspectiva moderna, o Diabo passa, definitivamente, para o lado do homem. No evangelho de Saramago, o narrador também ressignifica o perfil desta personagem, invertendo seu papel, relacionando agora a uma benevolência tipicamente divina, defendida pelo próprio Jesus, em ocasião de um diálogo com a mãe: “Louvado seja o Senhor que me deu um filho sábio, a mim que sou uma pobre ignorante, mas sempre te digo que essa não é ciência de Deus, Também se aprende com o Diabo, E tu estás em poder dele, Se foi pelo poder dele que este cordeiro teve a sua vida salva, alguma coisa se ganhou hoje no mundo” (Saramago, 2005, p. 146).

Saramago não é inédito ao questionar a imagem eminentemente maléfica do Diabo construída pelo ideário cristão. O teólogo Paul Tilich destaca que “o grande problema de Lúcifer foi o seu equivocado amor pelos homens. Defende que Lúcifer é a mais alta potência da criação e que era dotado de uma agudíssima consciência de si mesmo, e que a única coisa que ele quis era que os homens fossem iguais aos deuses” (Tilich apud Ferraz, 2012, p. 193). Essa percepção da figura do Diabo dialoga com a personagem saramaguiana, já que o Lúcifer de seu evangelho passa definitivamente para

o lado dos homens, metaforizado através do cuidado e do carinho que desvela pela figura de Jesus Cristo.

O fato é que a leitura do evangelho de Saramago demonstra a escolha de Jesus por sua humanidade, embebida pela influência de variados fatores, que auxiliam na composição do ponto de vista emblemático, porém, revelador, que o autor coloca na obra. Essa humanidade parte desde a escolha que o personagem faz:

Não estejas com rodeios, diz-me que morte será a minha, Dolorosa, infame, na cruz, Como meu pai, Teu pai sou eu, não te esqueças, Se ainda posso escolher um pai, escolho-o a ele, mesmo tendo sido ele, como foi, infame uma hora da sua vida, Foste escolhido, não podes escolher, Rompo o contrato, desligo-me de ti, quero viver como um homem qualquer. (Saramago, 2005, p. 310)

Dentre os fatores que compõem a humanidade de Jesus podemos citar, além da influência esclarecedora que o diabo exerce em sua formação, a herança que seu pai, José, deixa para ele, conforme mencionado na citação, uma questão bastante discutida na obra, pois as falhas de José, enquanto homem, operam em Jesus um alcance determinante, e a culpa gerada pelos pecados do pai acompanham-no e atormentam-no ao longo de todo o seu percurso:

Se a vida é uma sentença e a morte uma justiça, então nunca houve no mundo gente mais inocente que aquela de Belém, os meninos que morreram sem culpa e os pais que essa culpa não tiveram, nem gente mais culpada terá havido que meu pai, que se calou quando deveria ter falado, e agora este que sou, a quem a vida foi salva para que conhecesse o crime que lhe salvou a vida, mesmo que outra culpa não venha a ter, esta me matará. Na meia escuridão da caverna, Jesus levantou-se, parecia que queria fugir, mas não deu mais que dois incertos passos, [...], eis que o vemos sofrendo o remorso daquilo que não fez, mas de que há-de ser, enquanto viva, ó insanável contradição, o primeiro culpado. Este rio de agónicas lágrimas, digamo-lo já, irá deixar para sempre nos olhos de Jesus uma marca de tristeza, um contínuo, húmido e desolado brilho, como se, em cada momento, tivesse acabado de chorar. (Saramago, 2005, p. 184)

Essa passagem é bastante inquietante, porque sugere que a condenação à crucificação a que Jesus foi vítima poderia ter sido realizada como forma de quitar os pecados deste pai, José, um homem comum, e não para garantir o império daquele outro

suposto pai celestial², Deus, que tem sua paternidade questionada durante toda a obra, sendo inclusive interrogado por Jesus a respeito da questão:

Que foi que ouviste da boca do Diabo, Que sou teu filho. Deus fez, compassado, um gesto afirmativo com a cabeça e disse, Sim, és meu filho, Como pode um homem ser filho de Deus, Se és filho de Deus, não és um homem, Sou um homem, vivo, como, durmo, amo como um homem, portanto sou um homem e como homem morrerei. [...] Eu tinha misturado a minha semente na semente de teu pai antes de seres concebido, era a maneira mais fácil, a que menos dava nas vistas, E estando as sementes misturadas, como podes estar certo de que sou teu filho, É verdade que nestes assuntos, em geral, não é prudente mostrar certeza, ainda menos absoluta, mas eu tenho-a, de alguma coisa me serve ser Deus. (Saramago, 2005, p. 305-306)

A escolha de Jesus pela humanidade e por sua humanidade principalmente, traduz o ponto de partida definitivo da Teoria Humanista que Saramago arquiteta ao longo de suas obras, e que constitui um ponto de destaque em seus Ensaios, conforme discutiremos nos capítulos posteriores.

A culminância do protagonismo do homem como condutor e construtor de sua história é confirmada através da simbologia do cordeiro, edificada também nessa obra, que tem início a partir da passagem em que Jesus escolhe, por misericórdia, não executar a oferta do sacrifício que fora fazer. Nas palavras de Saramago:

Deus, nas empíreas alturas, respira, comprazido, os odores da carnagem. [...] Então Jesus, como se uma luz houvesse nascido dentro dele, decidiu, contra o respeito e a obediência, contra a lei da sinagoga e a palavra de Deus, que este cordeiro não morrerá, que o que lhe tinha sido dado para morrer continuará vivo, e que, tendo vindo a Jerusalém para sacrificar, de Jerusalém partirá mais pecador do que quando cá entrou. (Saramago, 2005, p. 207)

Nesse trecho percebemos não apenas a recusa de Jesus em oferecer um sacrifício a Deus, abdicando dessa forma a manutenção de uma prática sagrada e ancestral, mas observamos também o que seria uma atitude germinal da reivindicação da liberdade humana, que para Aleksandrowicz e Minayo:

Seria fruto de um processo de aprendizagem, a partir do qual o homem se desembaraça da servidão passiva aos afetos que lhe diminuem a potência à medida que acede ao conhecimento adequado das coisas e de si mesmo. Agirá, então, determinado apenas pela necessidade de sua

²Na verdade, os motivos da crucificação de Jesus, que convocam a construção do sustentáculo da teoria da encarnação de Cristo na cruz para salvar o homem é mais uma vez questionada na obra de Saramago, como veremos mais adiante.

própria natureza sem se deixar constranger por cadeias causais a ela alheias. (Aleksandrowicz e Minayo, 2005, p. 521)

Assim, o homem, representado na figura de Jesus, se encaminha para sua libertação das amarras dogmáticas, e sua autonomia surge como em dado latente, resultante do reconhecimento de sua responsabilidade por seus atos. Mais adiante, na narrativa evangélica de Saramago, o papel de cordeiro de Deus, designado a Jesus, será confirmado, inclusive pelo Criador:

Logo, não tenho saída, Nenhuma, e não faça como o cordeiro irrequieto que não quer ir ao sacrifício, ele agita-se, ele geme que corta o coração, mas o seu destino está escrito, o sacrificador espera-o com o cutelo, Eu sou esse cordeiro, O que tu és, meu filho, é o cordeiro de Deus, aquele que o próprio Deus leva ao seu altar, que é o que estamos preparando aqui. (Saramago, 2005, p. 215)

De fato, Jesus não tem escapatória de seu destino de mártir, nem mesmo em Saramago, se apropriando, portanto, da ideia de um ser divino ser responsável pelos caminhos que irá trilhar no mundo.

Porém, este Jesus humanista subverte seu sacrifício, ou pelo menos tenta, ao declarar-se rei dos judeus, na ocasião de seu julgamento e morte, demonstrando mais uma vez sua predileção pelos homens e que sua trajetória é marcada pelas escolhas que faz, e não pelo traço do destino escolhido por Deus. Esse desejo é manifesto na tentativa do protagonista em desvincular a vontade de seu pai divino como geradora de sua morte, por meio da declaração de Jesus a respeito dos motivos pelos quais é julgado à execução.

Em Saramago, os acontecimentos que levam Jesus à morte são invertidos, porque ao se declarar rei dos judeus, complica-se politicamente, uma vez que naquela época os judeus viviam sob o jugo de Roma. Jesus confessa então não só ser rei dos judeus, como nega ser filho de Deus, ao replicar Caifás durante um diálogo, na ocasião de seu julgamento, em que o sumo sacerdote acusa Jesus de mentir duas vezes:

Que mentiras, perguntou Jesus, Uma, a de seres o rei dos Judeus, Eu sou o rei dos Judeus, A outra, a de seres o filho de Deus, Quem te disse que eu digo que sou o filho de Deus, Todos por aí, Não lhes dêis ouvidos, eu sou o rei dos Judeus, Então, confessas que não és o filho de Deus, Repito que sou o rei dos Judeus, Tem cuidado, olha que só essa mentira basta para que sejas condenado, O que disse, disse. (Saramago, 2005, p. 370)

O narrador de Saramago manipula esse fato para determinar a morte de Jesus enquanto homem, condenado por tentar usurpar o poder de Herodes, então rei dos judeus

sob o domínio de Roma, em seu representante Pilatos, governador romano que possuía legitimidade em administrar a região de Jerusalém:

O filho de Deus deverá morrer na cruz para que assim se cumpra a vontade do Pai, mas, se no lugar dele puséssemos um simples homem, já não poderia Deus sacrificar o Filho, Queres pôr um homem no teu lugar, um de nós, perguntou Pedro, Não, eu é que irei ocupar o lugar do Filho, Em nome de Deus, explica-te, Um simples homem, sim, mas um homem que se tivesse proclamado a si mesmo rei dos Judeus, que andasse a levantar o povo para derrubar Herodes do trono e expulsar da terra os romanos, isto é o que vos peço, que corra um de vós ao Templo a dizer que eu sou esse homem, e talvez que, se a justiça for rápida, não tenha a de Deus tempo de emendar a dos homens, como não emendou a mão do carrasco que ia degolar João. (Saramago, 2005, p. 367)

Aqui percebemos que o autor ao subverter os motivos que levaram Jesus à crucificação, reafirma sua humanidade. Assim, não há escapatória, o nazareno é condenado à morte, porém a escolha da forma pela qual se dará seu sacrifício chama a atenção dos pesquisadores e estudiosos, pois “Jesus foi punido com a morte [...] com a crucificação, [*destinada*] aos sediciosos políticos” (Arias, 2001, p. 61). A maneira como Jesus morre gera ambiguidade, pelo fato de a crucificação ser a pena designada aos sediciosos políticos; os crimes religiosos eram punidos com a morte por apedrejamento. Logo, Saramago faz uso desse dado histórico para destacar mais uma vez a humanidade de Jesus, ao morrer como rei dos judeus e não por ser filho de Deus.

Quando Jesus resolve sacrificar-se pelos homens, e não por Deus, ao se proclamar rei dos judeus, e pedir, inclusive, que seja afixada a sua cruz um letreiro que o identifique como tal, morrendo então como filho de José, ele passa definitivamente para o lado dos homens. Assim, pelo menos em parte, o Nazareno tem a falsa sensação de exercer seu livre-arbítrio, certeza essa que será desfeita quando percebe que não havia outro caminho que pudesse trilhar, destacando o perfil do Jesus do Cristianismo. A análise de Franco Crespi acerca da morte de Jesus, pautada no pensamento de Vitiello, dialoga com a perspectiva da morte do nazareno descrita por Saramago, já que ele acredita que

a morte de Cristo na cruz daria justamente testemunho da impossibilidade de redenção da finitude. O grito “Meu Deus, meu Deus, por que me abandonastes?” exprime para Vitiello, o conteúdo essencial da mensagem de Cristo: “é a voz mais verdadeira do Filho do homem, a voz do abandonado, da solidão extrema, do deserto do mundo do qual o Pai se ausentou. [...] Tal subtração do Pai ao Filho *no* Filho é a dor extrema da finitude – que é tal somente pela experiência da infinita ausência do infinito”. Com base nesse pressuposto, Vitiello acha que a interpretação da paixão e morte de Cristo como sacrifício necessário para libertar a humanidade da culpa e da violência seja a mais grave

mistificação realizada pelo Cristianismo histórico; uma leitura regressiva que trai a mensagem cristã. (Crespi, 1999, p. 54)

Essa é exatamente a perspectiva adotada por Saramago a respeito da morte de Cristo, já que seu narrador não descreve a aceitação de Jesus ao seu sacrifício de forma amena e compassiva; pelo contrário, o filho de José questiona, e até tenta persuadir Deus a mudar de ideia a respeito disso. Assim, o autor chama a atenção para o fato de a sacralização da morte de Jesus tratar-se de uma mitificação de sua figura, uma vez que o transcendentalismo acrescentado à cena sacrificial é de responsabilidade da Igreja:

Assim, o que inicialmente fora colocado como um convite libertador para a escuta do mistério divino e para a resposta pessoal à vida do Cristo, enquanto revelação de um Deus que renuncia ao próprio poder para assumir inteiramente a existência terrena na sua precariedade e incerteza, sofrendo e morrendo na cruz, transformou-se, por um lado, em um juízo culpabilizante e, por outro lado, na exaltação triunfalista de uma libertação do tempo, que acaba reduzindo a vida terrena à simples *prova*, a um momento de transição para uma conciliação suprema que será concretizada no além. (Crespi, 1999, p. 17)

Essa leitura da Igreja a respeito das simbologias que se construíram sobre a morte de Cristo é desconsiderada por Saramago, já que em seu evangelho não é narrada a sua ressurreição, o que destaca, mais uma vez, o caráter humano de seu Jesus, consumado no desfecho da narrativa, atravessado por uma descrição realista e ao mesmo tempo sobrenatural da crucificação de Cristo:

Quando o primeiro cravo, sob a bruta pancada do martelo, lhe perfurou o pulso pelo intervalo entre os dois ossos, o tempo fugiu para trás numa vertigem instantânea, e Jesus sentiu a dor como seu pai a sentiu, viu-se a si mesmo como o tinha visto a ele, crucificado em Séforis, depois o outro pulso, e logo a primeira dilaceração das carnes repuxadas quando o patíbulo começou a ser içado aos sacões para o alto da cruz, todo o seu peso suspenso dos frágeis ossos, e foi como um alívio quando lhe empurraram as pernas para cima e um terceiro cravo lhe atravessou os calcânhares, agora não há mais nada a fazer, é só esperar a morte. (Saramago, 2005, p. 374)

A narrativa do sacrifício de Jesus é realista e humana, ele sente a mesma dor que seu pai, José, sentiu, e nós, leitores, podemos também senti-la, pois o texto nos provoca sentimentos ambíguos, que tendem muito a dor e a compaixão do que mesmo a admiração, pois a imagem que construímos de Jesus na obra é humana, e ver um homem sendo executado provoca em nós compaixão e medo. E então, após toda a angústia humanista, surge a dimensão transcendental:

Jesus morre, morre, e já o vai deixando a vida, quando de súbito o céu por cima da sua cabeça se abre de par em par e Deus aparece, vestido como estivera na barca, e a sua voz ressoa por toda a terra, dizendo, Tu és o meu Filho muito amado, em ti pus toda a minha complacência. Então Jesus compreendeu que viera trazido ao engano como se leva o cordeiro ao sacrifício, que a sua vida fora traçada para morrer assim desde o princípio dos princípios, e, subindo-lhe à lembrança o rio de sangue e de sofrimento que do seu lado irá nascer e alagar toda a terra, clamou para o céu aberto onde Deus sorria, Homens, perdoai-lhe, porque ele não sabe o que fez. Depois, foi morrendo no meio de um sonho, estava em Nazaré e ouvia o pai dizer-lhe, encolhendo os ombros e sorrindo também, Nem eu posso fazer-te todas as perguntas, nem tu podes dar-me todas as respostas. (Saramago, 2005, p. 374)

Mesmo incorporando um tom diferente nessa passagem, o narrador o utiliza no sentido de condenar a religiosidade de base judaico-cristã pelo histórico de sofrimento que deixou no mundo. Essa alusão não processa, entretanto, um reconhecimento da suposta transcendentalidade de Jesus na obra, pelo contrário, questiona todo o mal que foi feito em seu nome na história do Cristianismo.

Mesmo considerando os textos saramaguianos no âmbito literário, a partir de sua própria materialidade, não é possível desconsiderar o diálogo deles com o universo extra-literário, neste caso, o religioso. Como nos referimos, a forma como o autor relê os textos bíblicos materializa em sua obra alguns dos conceitos defendidos por teólogos e filósofos a respeito do Cristianismo do século XX e XXI, após ser repensado para se adaptar aos tempos modernos e contemporâneos. Esse redimensionamento perpassa, principalmente, pela teoria da encarnação, que equipara o homem a Deus, emancipando-o.

Para que Jesus Cristo, a figura humana central do Cristianismo, pudesse ascender como encarnação de Deus foi necessário que este morresse. A possibilidade da morte de Deus vem sendo tema recorrente nos debates acerca da nova configuração do Cristianismo, em parâmetros filosóficos, evidentemente. Essa possibilidade surgiu a partir da ideia central desenvolvida por Dietrich Bonhoeffer da “Teologia da morte de Deus” ou “Ateísmo Cristão”, que defende basicamente a secularização da mensagem de Cristo para que ela possa adaptar-se ao homem moderno, trazendo uma interpretação mais aberta e desvinculada do sentido religioso aos textos que compõem o cânone bíblico.

Outros pensadores precursores do movimento da morte de Deus, como Rudolf Bultmann, pensavam de forma semelhante. Em seu texto *Novo Testamento e mitologia* (1941), ele constrói uma linha reflexiva de como deve ser interpretado o Novo Testamento, na perspectiva do homem moderno. Para ele, o homem contemporâneo não pensa da mesma forma que antes, portanto, é necessário ressignificar a mensagem

neotestamentária, no sentido de purificar os textos bíblicos das impurezas mitológicas, para tornar o anúncio da mensagem de fé mais coerente com o contexto vigente. Entretanto, a visão mais disseminada e aceita dessa linha de pensamento tem como base a ideia de Dietrich Bonhoeffer, como é o caso da modalidade de religiosidade a que se assemelha às ideias materializadas na obra de Saramago.

A evolução da técnica e da ciência trouxe importantes descobertas que invalidaram muito do dogmatismo institucional da Igreja, a partir do desenvolvimento de um ateísmo que nega a necessidade da participação da religião na manutenção de sua vida, levando assim o homem moderno a não só negar, mas também hostilizar Deus, impedindo-o de reconciliar-se com sua suposta bondade e poder. Essa forma de religiosidade desenvolveu-se com o intuito de aproximar o Cristianismo ao pensamento do homem moderno, e esse processo teve início juntamente ao desenvolvimento da ciência, conforme pontua Charles Bent:

Frequentemente no passado os homens confundiram os fins da ciência com os da religião. [...] Mas a ciência seguiu a sua própria lógica e o seu próprio desenvolvimento interno e, gradualmente, começou a encarar o seu papel como uma tentativa de compreensão do próprio mundo fenomenológico, em vez de tentar decifrar a inteligibilidade de Deus no mundo. [...] Este novo conceito é ateísta e humanista. No século XIX o Cristianismo tornou-se menos misterioso, menos religioso, menos exigente e mais culto à medida que mais pensadores e teólogos cristãos abraçavam o conceito de um mundo coerente consigo próprio, Deus começou a ser considerado cada vez mais, como um intruso. (Bent, 1968, p. 61-62)

O Movimento da Morte de Deus almejava, basicamente, um Cristianismo sem religião, desligado de qualquer conceito teocêntrico e onipotente de Deus. Os teólogos do movimento defendem que vivenciamos a imposição de uma nova era, uma era de desesperança, descrença e alienação, a era marcada pela morte da fé, pelo fim do Cristianismo, pela morte de Deus.

Charles Bent, em seu livro intitulado *O Movimento da Morte de Deus* (1968), traz à tona este assunto, através da análise do pensamento de outros importantes pensadores do tema: Gabriel Vahanian, William Hamilton, Paul van Buren e Thomaz J. J. Altizer, que seguem a linha do pensamento elaborado por Bonhoeffer, mas se afastam um pouco da perspectiva adotada por Bultmann, por julgarem sua proposta mais próxima da afirmação de um cristianismo contemporâneo. Esta obra, organizada por Bent (1968), aborda a transformação da religião e seu papel no mundo ocidental, tema que encontra cada vez mais espaço no conturbado mundo contemporâneo.

Paralelamente ao Movimento da Morte de Deus, é possível constatar uma considerável transformação de atitudes em todos os campos da atividade humana. Isso interfere diretamente na concepção religiosa dos povos, causando o desligamento do homem da necessidade de uma divindade para lhes ordenar e lhes explicar a existência humana. Portanto, o indivíduo contemporâneo procura agora tomar coragem para aceitar o imutável e o inevitável. Assim, para Vahanian “o homem ocidental rompeu com toda a sujeição a uma concepção mundial cristã e entrou agora numa nova era cultural, caracterizada por uma concepção mundial radicalmente imanentista³. O homem moderno vive agora numa era pós-cristã” (Vahanian apud Bent, 1968, p.8).

No contexto do mundo moderno, portanto, “concepções do homem e do mundo, que são fundamentalmente imanentistas, científicas e seculares substituíram os pontos de vista que eram transcendentais, mitológicos e sacro-sacramentais” (Vahanian apud Bent, 1968, p. 18). Entretanto, é importante destacar que essa perspectiva de mundo, peculiar ao homem moderno, não figura como verdade para todos eles, já que o mundo é insatisfatório “o que há, e já houve em doses mais confortadoras para o homem, são modos de reagir à insatisfação que o mundo nos causa: pela religião, aceitando os desígnios da providencia e remetendo o mundo sem falhas para o além-morte” (Perrone-Moisés, 1990, p. 103), ou através de outros meios. Entretanto, a insatisfação, a certeza de que o mundo não basta, continua no espírito humano, que tentará suprir essa falta secular de outras formas. Através da arte, por exemplo, já que ela transcende o cotidiano, e configura-se como a linguagem do inefável, inaugurando uma outra realidade, como quer a religião.

Segundo Vahanian, na religiosidade moderna existe uma fidelidade e uma submissão maior do homem para com Deus, porém, esses sentimentos baseiam-se no próprio homem, e não em Deus. Na era pós-cristã, o homem é a medida de todas as coisas, o que orienta os dogmas e preceitos religiosos modernos é a confiança depositada na bondade e na capacidade humana. Cabe ao homem moderno, portanto, buscar na figura de Jesus Cristo o sentido de sua religiosidade, e essa busca, segundo Hamilton, se dá de duas formas, a primeira seria o cristão descobrir Cristo sob os disfarces do mundo, ao realizar essa busca, conseqüentemente o homem descobriria a si próprio. E a outra

³ O imanentismo refere-se a algo que está contido de maneira inseparável na natureza de um ser, e que não recebe nenhuma influência externa, assim como é permanente.

consiste no homem empenhar-se em se tornar Jesus no mundo e para o mundo, incide em um homem se transformando em redentor para os homens, como ocorre com a simbologia da imagem do personagem Jesus Cristo no evangelho de Saramago.

Esta é uma postura entre muitas que ajustam a crítica e a compreensão do cristianismo sob uma perspectiva contemporânea, pois a religião de base judaico-cristã, sempre foi sensível no sentido de adaptar-se à necessidade de cada época, e moldar sua atuação para manutenção de sua estrutura de poder de acordo com o pensamento vigente.

Nossa escolha por esta linha de pensamento em especial, para alinhar-se às reflexões construídas a respeito da obra de José Saramago, foi motivada pelo fato dos teóricos do tema pertencerem a uma linha de pensamento que compreende o homem como medida da divindade moderna, mas que também problematiza as responsabilidades advindas com essa ascensão. O homem diagnosticado por eles é um sujeito abandonado por deus, entregue a sua solidão, des-subjetivado, como é possível perceber igualmente nos textos de Saramago. Entretanto, é um homem que acima de tudo compreende sua capacidade para mudança.

A leitura que esta religiosidade moderna faz da figura de Jesus, entretanto, diverge da defendida pela cristologia ortodoxa católica, que, segundo Van Buren (1968), não faz justiça à humanidade de Jesus de Nazaré, quando despreza sua compaixão, seu interesse nos assuntos dos homens e sua relação com outros homens. Por conseguinte, estes teólogos modernos se sustentam nestas características de Jesus para proliferar a adoração da sua verdadeira humanidade. O teórico defende, portanto, que Cristo foi envolvido nos interesses humanos involuntariamente, ele foi um ser humano, nada “mais do que um homem”.

Este teólogo separa, portanto, a fé da realidade da existência humana, pois esses dois fatores que antes se completavam, passam agora a se opor, já que a fé, como cita o autor, passou a ser um refúgio psicológico, que reflete uma mentalidade completamente divergente da estrutura secular atual. A fé não pode possuir uma realidade que transcenda a realidade mundana. Mas hoje surge uma nova espécie de teólogo, que insiste em que a fé deve ter um papel significativo dentro do contexto do mundo atual, e que deve existir uma relação mútua e recíproca existente entre ela e o mundo.

De fato, a fé como ato vital é sinônimo de confiança. E a confiança pertence aos momentos vitais fundamentais e básicos de toda vida humana. Como tal momento vital, entende-se para além do âmbito das profissões cristãs. A confiança que precisamos para viver não se estende unicamente a determinadas circunstâncias, coisas ou pessoas, mas nos

leva a confiar, para além destas, no indeterminado. Deste modo, podemos dizer que acima de toda confiança condicionada que depositamos nas circunstâncias, coisas e pessoas entre as quais se move nossa vida, se dá uma confiança incondicionada e mais profunda, da qual vivemos. Pois bem, também esta confiança incondicionada, apesar de toda a sua abertura e incondicionalidade, é em todo homem uma confiança em algo. Concentra-se sempre numa pessoa ou numa coisa. (Luis Segundo, 1985, p. 39)

Podemos pensar que, a partir da modernidade, essa confiança transitou da noção de religiosidade para outro tipo de indeterminado, mas o sentimento da fé permaneceu vivo, enquanto ato vital da vida humana, porém, se transmutou seu ideal, vindo a ser relacionada agora ao homem.

Destarte, o que se observa é que se manteve o tom de transcendentalismo da fé, pautado na ideia de um homem para além do homem, que já não existe, ou que talvez nem sequer tenha existido um dia, o “super-homem” (*Übermensch*) de Nietzsche, ou quem sabe apenas um “homem demasiado humano”, como o quer Saramago em seus textos, capaz de se reconhecer em sua solidão e orfandade, mas disposto também a superar a ausência de humanidade, através do retorno ao pensamento e ao sentimento. Nesse sentido, “a moderna perda de fé não é de origem religiosa, e seu alcance não se limita de modo algum à esfera religiosa. A evidência histórica mostra que os homens modernos não foram arremessados de volta a este mundo, mas para dentro de si mesmos” (Arendt, 2020, p. 314).

O homem em Saramago irá, portanto, passar por uma perda de valores sem necessariamente “recorrer à providência eterna”. Assim, em consequência, “sua função será estabelecer valores que não estejam ratificados em sanções sobrenaturais”, o que o leva a questionar seu ceticismo “quanto a todas as suas derradeiras esperanças de salvação” (Passos, 2013, p. 254). Isso é o que Nietzsche chama de “perda de fundamento”, que nada mais é que pensar o niilismo como revolução, ou seja, uma situação em que o homem “reconhece explicitamente a ausência de fundamento como constitutiva de sua condição” (Passos, 2013, p. 254).

Nesse sentido, a Semelhança entre Saramago e o Movimento da Morte de Deus pode ser diagnosticado a partir da principal afirmação da corrente: “Deus está morto!”, pois o autor sempre acreditou e defendeu essa morte, não se conhece um José Saramago que não faça questão de ser ateu, um ateu como poucos, em suas palavras, “construído pelo próprio Cristianismo”. (Aguilera, 2010, p. 138) Entretanto, o autor acredita na

existência da crença cultural dessa figura, que opera, inclusive, como já dissemos, na sedimentação do sustentáculo do pensamento ocidental.

Já em Thomas J. J. Altizer, é possível estabelecer esta relação através da concepção de Deus que o teólogo compartilha com José Saramago. Ao lermos algumas definições de Deus feitas por ele, temos a impressão de estar diante de uma obra saramaguiana: “O Deus primordial, totalmente outro, transcendente, absoluto, opressivo, alheio, estranho e onipotente morreu em Jesus Cristo” (Altizer apud Bent, 1968, p.270). Saramago também defende esta morte de Deus em Jesus Cristo, pois tudo aquilo que procuramos em Deus encontramos em seu filho. Nesse sentido, para o autor, assim como para o Movimento da Morte de Deus, Deus é desnecessário, em suas palavras: “o mundo seria muito mais pacífico se todos fossemos ateus” (Saramago *apud* Aguilera, 2010, p. 129).

É importante destacarmos também este perfil cada vez mais humano de Deus. Hoje, assistimos a um processo de multiplicação das religiões, e o conceito de Deus adotado por cada uma delas é potencialmente mais autônomo e peculiar, para que esse Deus se adapte às suas realidades e exigências, como Vahanian defende:

Alguns destes conceitos são perfeitamente fantásticos. [...] Todos esses conceitos são antropomórficos e tem todos origem na imaginação inflacionária de sentimentalismo. Mas os homens adoram o Deus que merecem. Os homens criam Deus à sua imagem. As suas concepções de Deus só representam uma hipertrofia da compreensão de si mesmos e, às vezes, uma sanção farisaica ou moralista das suas aspirações. Deus acaba por ser apenas o homem ideal. (Vahanian, apud Bent, 1968, p.33)

Chegamos ao ponto central desta discussão, quando Vahanian define acima o que acreditamos ser o alicerce da Teologia Humanista de Saramago. Nesta perspectiva, compreendemos que tal abordagem estética da representação do homem feita por Saramago em sua obra projeta uma visão humanizada dele, iniciada, como afirmamos, em seu evangelho, mas naturalizada no decorrer de sua obra publicada posteriormente.

A quase totalidade dos textos em prosa que sucedem *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, tais como *Ensaio Sobre a Cegueira* (1995), *O Homem Duplicado* (2002), *Ensaio Sobre a Lucidez* (2004), *As Intermitências da Morte* (2005), *Caim* (2009) e *Alabardas, Alabardas, Espingardas, Espingardas* (2014), projetam uma abordagem completamente dessacralizada do mundo, mas direcionada à figura do homem como medida de todas as coisas, que vai assumir, portanto, o antropocentrismo do mundo de uma vez por todas,

pautando suas atitudes em sustentáculos de um humanismo de tipo existencialista, que tem como base a ideia de que

O humanismo não é um programa de partido, é antes uma concepção do ser humano e um conjunto de princípios éticos e políticos. O humanismo constata o pertencimento de todos os homens à mesma espécie e exige a mesma dignidade para todos. Ele favorece a expressão da vontade da sociedade, pela soberania do povo; do indivíduo, na esfera privada. Ele dá à ação humana objetivos puramente humanos. No topo de seus valores, o humanismo coloca amor, pois cada de um nós necessita dos outros, que detêm a chave de nossa felicidade. (Todorov, 2010, p. 39)

O humanismo cumpre, dessa forma, a missão de conduzir o homem ao retorno de sua humanidade, de sua capacidade de sentir o mundo para além das aparências, condição essa colocada pelo modo de vida moderno. Ele cumpre essa incumbência também na obra de Saramago, uma vez que perspectivando o homem, o autor constrói os diálogos presentes em seus Ensaios, por exemplo, caminhando através do insólito, para alcançar o retorno à humanização.

Um dos principais filósofos a teorizar essa modalidade existencial do humanismo, a qual recorreremos para procurar compreender a dosagem utilizada por Saramago, é Jean Paul Sartre, em texto intitulado *O Existencialismo é um Humanismo* (2009), reproduzido de uma conferência feita pelo filósofo em Paris, no ano de 1945, no qual parte do pressuposto de que o homem estaria condenado a ser livre. Para Sartre, o existencialismo tem origem na ideia do ateísmo.

Ele declara que, se Deus não existe, há pelo menos um ser em quem a existência precede a essência, um ser que existe antes de poder ser definido por algum conceito, e que este ser é o homem, ou, como diz Heidegger, a realidade humana. Que significa dizer que a existência precede a essência? Significa que o homem primeiro existe, se encontra, surge no mundo, e que se define depois. O homem, tal como o existencialista o concebe, se não é definível, é porque de início ele não é nada. Ele só será em seguida, e será como se tiver feito. Assim, não há natureza humana, pois não há Deus para concebê-la. O homem é não apenas tal como ele se concebe, mas como ele se quer, e como ele se concebe depois da existência, como ele se quer depois desse impulso para a existência, o homem nada mais é do que aquilo que ele faz de si mesmo. Tal é o primeiro princípio do existencialismo. É também o que se chama a subjetividade. (Sartre, 2009, p. 619-620)

O substituto de Deus, é, portanto, o homem, pois a existência deste precede a invenção de Deus. Pensamento semelhante é o que tenciona Saramago, que apesar de acreditar na existência de uma tradição judaico-cristã, não crê na existência de Deus.

Além disso, Sartre defende a inexistência de uma natureza humana, pois o homem não é nada além daquilo que escolhe ser, o que traz à luz toda uma discussão histórica a respeito da liberdade do homem, capaz de criar causas primeiras, que por sua vez diverge radicalmente da experiência do livre-arbítrio articuladora de uma liberdade controlada da ação do homem no mundo, desde que este mundo é mundo.

Nesse sentido, o homem é o único responsável pela sua existência, pois “o primeiro passo do existencialismo é colocar todo homem de posse daquilo que ele é e fazer cair sobre ele a responsabilidade total por sua existência” (Sartre, 2009, p. 620). Isto posto, o homem é não só o único responsável por sua existência, como também único capaz de sua salvação. É nesses moldes que Saramago pensa o humano e constrói suas personagens, embebidos de uma consciência quase heroica, como é o caso da mulher do médico de *Ensaio sobre a Cegueira*, de Maria de Magdala de *O evangelho segundo Jesus Cristo*, e etc. Essa consciência de si e de sua capacidade conduz o homem a escolher a si mesmo, e,

quando afirmamos que o homem se escolhe a si mesmo, entendemos que cada um de nós se escolhe, mas queremos dizer também que, escolhendo-se, ele escolhe todos os homens. De fato, não há um só de nossos atos que, criando o homem que queremos ser, não crie ao mesmo tempo uma imagem do homem tal como estimamos que ele deveria ser. (Sartre, 2009, p. 620)

Além disso, o existencialismo “define o homem pela ação”, e não “como uma descrição pessimista do homem”. Portanto, “não há doutrina mais otimista, pois o destino do homem está nele mesmo”. Além disso, o existencialismo não pretende também “desencorajar o homem de agir, pois ela lhe diz que só existe esperança em sua ação, e que a única coisa que permite ao homem viver é o ato” (Sartre, 2009, p. 630-631). A grande questão é que o existencialismo deixa uma possibilidade de escolha para o homem, e essa escolha é conduzida pelo pensamento e pela ação.

Essa tese se articula com o fato de que a escrita de Saramago, apesar de adotar um tom pessimista, assume uma postura humanista de solidariedade e de confiança no homem. Isso é possível a partir da ideia de que ele, o homem, é capaz de se refazer, de recobrar a sensibilidade através dessa capacidade e concretização da ação, compreendida por Hannah Arendt como “a única faculdade humana operadora-de-milagres”, e do retorno ao exercício do pensamento, conforme corrobora a filósofa:

O fato de o homem ser capaz de agir significa que se pode esperar dele o inesperado, que ele é capaz de realizar o infinitamente improvável. E isso, mais uma vez, só é possível porque cada homem é único, de sorte

que, a cada nascimento, vem ao mundo algo singularmente novo.
(Arendt, 2020, p. 220)

Para Hannah Arendt (2020), portanto, a fé e a esperança nos assuntos humanos, provêm do fato de que novas pessoas chegam continuamente no mundo, sendo cada uma delas capaz de novas iniciativas que são capazes de romper com o estado atual das coisas.

Outro fato incontestável e revelador, que deve ser levado em consideração em nossa reflexão, é o de que o homem não produz discurso sozinho, o que gera, por sua vez um senso de coletividade, resgatado por Saramago em seus Ensaio, por exemplo. Essa sensibilidade, idealizada no conceito de coletividade em tais textos do autor, é tributária de uma visão bastante atual sobre o indivíduo, que rivaliza com sua representatividade moderna, compreendendo-o como um sujeito forte, destemido e isolado.

A crença popular em um “homem forte” que, isolado dos outros, deve sua força ao fato de estar só, é ou mera superstição, baseada na ilusão de que podemos “produzir” algo no domínio dos assuntos humanos – “produzir” instituições ou leis, por exemplo, como fazemos mesas e cadeiras, ou produzir homens “melhores” ou “piores” –, ou é, então, a desesperança consciente de toda ação, política e não política, aliada à esperança utópica de que seja possível tratar os homens como se tratam outros “materiais”. (Arendt, 2020, p. 233)

É exatamente nessa linha de argumentação que defendemos a tese de que os escritos de Saramago adotam uma perspectiva negativa a respeito do mundo, mas que reverbera um tipo específico de esperança no homem que desautomatiza os sentimentos, que retorna ao exercício do pensamento, desfazendo a atomização massiva alienante que o embriaga, tornando-o capaz de projetar, através de um humanismo presente e corporificado no insólito, na distopia, na esfera do impossível, no discurso da falta, na fé no próprio homem. Mas vejamos, não estamos falando desse homem de hoje, muito menos do homem da época de Saramago, ainda estamos longe de alcançar o ideal de humanismo sonhado pelo autor, por isso argumentamos que sua esperança é embebida de pessimismo.

Essa fé no homem, entretanto, é direcionada não apenas no sentido de que o humanismo seja garantido no âmbito de seus direitos enquanto sujeitos humanos. Para o autor, é necessário também que o homem cumpra o que ele compreende como deveres humanos, para que o equilíbrio existencial seja alcançado. Na esteira deste pensamento, o autor inicia, a partir de seus Ensaio, a reflexão sobre a necessidade de refletir sobre a exigência de assumir os deveres humanos como algo constituinte da natureza humana, no

caminho de um humanismo existencial, pois é a ação entre os direitos e os deveres que conduzirá à construção de um sujeito ideal, dentro dos limites do possível.

Entretanto, como pensador das questões humanas, inclusive em uma perspectiva filosófica, mas sempre no limite de sua representação estética, Saramago procura, através de sua obra, traçar esse caminho de retorno ao humano, pautado nesse equilíbrio, em que suas personagens, conduzidos por situações insólitas e extremadas, são obrigados a referenciar sua relação com o mundo e com as pessoas, em um caminho de autoconhecimento e reconstrução de sua humanidade, na qual abandonam o apego ao eu e reaprendem a amar o outro, desempenhando novamente sua alteridade.

Procuramos, nas próximas páginas, refazer esse caminho com Saramago, através da leitura de seus Ensaaios, no sentido de alcançar esse novo homem, nascido da derrota e do abandono de Deus, que se torna capaz de reassumir sua humanidade, pautada agora na certeza de que o mundo não basta.

3. “É desta massa que nós somos feitos, metade de indiferença e metade de ruína”: o totalitarismo, o sujeito de massa e o mal em *Ensaio sobre a Cegueira*

O caminho da reconstrução da humanidade do homem é longo, árduo, e quase sempre impossível para as personagens saramaguianos, pois, além de provar um processo profundo de desenraizamento de si, e de sua capacidade de amar e sentir, o mundo que ele construiu é cruel, como o próprio Saramago afirma:

Muita gente me diz que sou pessimista; mas não é verdade, o mundo é que é péssimo. O ser humano se limita, na atualidade, a “ter” coisas, mas a humanidade se esqueceu de “ser”. Esta última coisa dá muito trabalho: pensar, duvidar, perguntar-se sobre si mesmo (Saramago *apud* Aguilera, 2010, p. 157).

A prerrogativa do pessimismo de Saramago é oriunda do fato de que a realidade sempre vence, não importa o que façamos, existimos em um mundo que nós mesmos criamos. E esse destino a que a humanidade se encaminha não parece ter rumo certo, mas conduz o homem a assumir sua parcela de responsabilidade nessa empreitada, que mesmo não parecendo lhe reservar boas surpresas, é resultado daquilo que sua espécie construiu.

Nesse sentido, *Ensaio sobre a Cegueira* se constrói de forma quase inaugural no estilo saramaguiano, experimentando um estilo do autor presente em textos não ficcionais. Não se consolida como um romance histórico, nem muito menos pretende questionar ou relativizar verdades “inabaláveis” sobre a história do homem no mundo, pelo

contrário, é ambientado em uma cidade ficcional contemporânea, que tem como principal temática o homem, entregue à sua solidão e às mazelas de uma sociedade que ele mesmo criou, e que hoje o suplanta. Porém, é um texto que reconduz o homem ao caminho do “ser”, e ao abandono do “ter”.

Para Marx e Engels, esse processo em que a sociedade supera o homem é iniciado com o marco da divisão e estratificação do trabalho, haja vista que essa forma capitalista de organizar as coisas contraria a ordem natural do mundo e conduz a divisão entre interesse particular e interesse comum, como campo de atividade exclusivo. Dessa forma,

a própria ação do homem torna-se um poder que lhe é estranho e que a ele é contraposto, um poder que subjuga o homem em vez de por este ser dominado. Logo que o trabalho começa a ser distribuído, cada um passa a ter um campo de atividade exclusivo e determinado, que lhe é imposto e ao qual não pode escapar; o indivíduo é caçador, pescador, pastor ou crítico, e assim deve permanecer se não quiser perder seu meio de vida (Marx e Engels, 2007, p. 37-38).

Assim é com as personagens de *Ensaio sobre a cegueira*, bem como em alguns outros romances de Saramago, em que as figuras ficcionais são destituídas de nomes próprios, e carregam a alcunha da posição ou função pela qual são reconhecidos socialmente, ou mesmo naquele contexto narrativo ao qual pertencem. Entretanto, o que esse dado representa na obra é uma discussão a ser realizada em outro momento; por hora, nos importa colocar a questão de como o mundo contemporâneo é ambientado nesse ensaio de Saramago, e de como a alegoria da cegueira revela aquilo que está diante de nós, mas que nos recusamos a enxergar.

Nesse contexto, a primeira parte da narrativa traz de forma subjetiva o retrato de uma sociedade líquida, naquilo que Bauman (2003) compreende a respeito da nova configuração social do mundo, onde nada deve durar, já que vivemos em um mundo de incertezas, em que as pessoas demonstram um estado de cegueira que precede a epidemia branca. Suas relações são plásticas, efêmeras e automatizadas. As pessoas não se esforçam em relacionar-se com os outros, nem mesmo em praticar a alteridade, ao se colocar no lugar deles. A prova disso é o personagem do primeiro cego, que não sabe lidar com a nova situação imposta com a cegueira, uma vez que ela foge daquela organização arquitetada e normalizada pelo modo de vida moderno, pois ele tem receio em demonstrar fraqueza: “agradeceu à sorte não ter aparecido naquele momento nenhum vizinho, pois ali mesmo, à primeira palavra que ele lhe dirigisse, se teria desfeito em lágrimas” (Saramago, 1995, p. 20).

Ademais, percebemos a representação dessa sociedade ao nos aprofundar na análise da obra, que projeta, por sua vez, a partir da discussão ética, por via da utilização do recurso estético, a análise de variados desvios morais, como na atitude do rapaz que auxilia o primeiro cego no momento da descoberta de seu estado. Ele o ajuda a chegar em casa e instalar-se, porém, mesmo presenciando a aflição do homem, não hesita em roubá-lo, aproveitando-se de sua condição inferior e vulnerável: “o santinho do teu protector, a boa alma, levou-nos o carro [...] Aproveitou-se da tua desorientação, da aflição em que estavas, e roubou-nos” (Saramago, 1995, p. 20).

Além desse exemplo, podemos citar de forma alusiva alguns momentos da narrativa que irão propor essa discussão ética, como o controle da comida durante o regime de quarentena, o homicídio cometido pela mulher do médico, e a banalização do mal e da violência no ambiente da narrativa.

O que iremos perceber, portanto, no decorrer de todo esse romance, é a possibilidade de projeção e discussão simbólica dos pilares sobre os quais a sociedade contemporânea se ampara, por meio de uma visão humanizada do mundo e das relações existenciais. Esse texto de Saramago, assim como sua obra de uma maneira geral, apesar de suscitar discussões de ordem social, política, histórica e cultural, está para além disso, já que reconstrói o mundo de uma maneira diferente, vazando possibilidades e esperança, ao passo que firmam o compromisso com aquilo que não pode ser no mundo da racionalidade, mas que é no mundo da ficção.

Dessa forma, o humanismo constitui-se como um dos sustentáculos fundamentais da concepção de Saramago sobre o mundo, e irá nortear o diálogo que iremos construir com *Ensaio sobre a Cegueira* neste capítulo. Primeiro desvelando sua falta, e o que essa ausência pode causar, depois, amparando a discussão a respeito dos caminhos de reencontro do homem com sua humanidade, por meio da esperança e do retorno ao pensamento, visto que, nas palavras de Saramago:

A grande revolução, e o livro [*Ensaio sobre a cegueira*] fala disso, seria a revolução da bondade. Se nós, de um dia para o outro, nos descobríssemos bons, os problemas do mundo estavam resolvidos. Claro que isso nem é uma utopia, é um disparate. Mas a consciência de que isso não acontecerá não nos deve impedir, cada um consigo mesmo, de fazer tudo o que pode para reger-se por princípios éticos. Pelo menos a sua passagem por este mundo não terá sido inútil e, mesmo que não seja extremadamente útil, não terá sido pernicioso. Quando nós olhamos para o estado em que o mundo se encontra, damos-nos conta de que há milhares e milhares de seres humanos que fizeram de sua vida uma

sistemática ação pernicioso contra o resto da humanidade (Saramago *apud* Aguilera, 2010, p. 111-112).

Essa utopia, ou mesmo disparate, como nomeia Saramago, só é plausível no universo do simbólico. Entretanto, essa possibilidade oportuniza a abertura de um caminho de referência sobre nossa ação no mundo, que resulta em pelo menos um sentimento de conforto, concedido pela entrega a potência da fabulação imaginativa, pois é nessa esfera do possível que se promove a verdadeira revolução. Nesse contexto, rompe o dado inesperado, inexplicável e incompreensível que servirá de mote à narrativa da cegueira branca de Saramago:

O médico perguntou-lhe, Nunca lhe tinha acontecido antes, quero dizer, o mesmo de agora, ou parecido, Nunca, senhor doutor, eu nem sequer uso óculos, E diz-me que foi de repente, Sim, senhor doutor, Como uma luz que se apaga, Mais como uma luz que se acende, Nestes últimos dias tinha sentido alguma diferença na vista, Não, senhor doutor, Há, ou houve, algum caso de cegueira na sua família, Nos parentes que conheci ou de quem ouvi falar, nenhum. (Saramago, 1995, p. 22)

O primeiro cego esclarece o quão bem enxergava antes de a cegueira branca lhe acometer, o que nos inquieta e induz a pensar na metáfora dessa cegueira, que acomete aqueles que pensam enxergar bem, como se ela se referisse não a um problema oftalmológico de fato, mas social. A natureza da cegueira é, portanto, outra, conforme a narrativa nos sugere a pensar, pois não há explicação lógica e científica para ela, por mais que se pense sobre isso.

A agnosia, a cegueira psíquica, poderia ser. mas então tratar-se-ia do primeiro caso com estas características, porque não há dúvida de que o homem está mesmo cego, a agnosia, sabemos-lo é a incapacidade de reconhecer o que se vê, pois, também pensei nisso, a possibilidade de se tratar de uma amaurose, mas lembra-te do que comecei por te dizer, esta cegueira é branca, precisamente o contrário da amaurose, que é treva total, a não ser que exista por aí uma amaurose branca, uma treva branca, por assim dizer (Saramago, 1995, p. 28)

A ideia de uma treva branca por si já parece absurda, uma vez que o significado de treva alude a total ausência de luz, e a cegueira branca, por sua vez, é exatamente o contrário, é o excesso de luz. Assim, essa cegueira irá unir a ideia do real e do impossível, que passam a coexistir em um mesmo conceito, de forma conflituosa e insensata, pois essa “cegueira é tão anormal, tão fora do que a ciência conhece, que não poderá durar sempre, E se fôssemos ficar assim para o resto da vida, Nós, Toda a gente, Seria horrível, um mundo todo de cegos, Não quero nem imaginar” (Saramago, 1995, p. 59-60).

A experiência da cegueira que as personagens do ensaio de Saramago irão viver será, portanto, transformadora, da forma mais absoluta que se possa imaginar, visto que eles serão conduzidos à forma mais original e animalesca da condição humana, para que possam reaprender a viver.

Mesmo quando se coloca a questão da cegueira de forma técnica na narrativa, as reflexões que recorrem dela são de origem transcendental, como se o problema estivesse dentro da alma do homem, e não em seu aparelho ocular, que considera os “olhos uma espécie de espelhos virados para dentro, com o resultado, muitas vezes, de mostrarem eles sem reserva o que estávamos tratando de negar com a boca” (Saramago, 1995, p. 26). Dessa forma, os olhos, na narrativa, serão percebidos como responsáveis por filtrar e camuflar o que a alma esconde, e aquilo que ela enxerga, vindo o enceguecer a operar uma clarividência ontológica e irreversível sobre o estado das coisas:

O médico tomou-o por um braço e foi instalá-lo por trás de um aparelho que alguém com imaginação poderia ver como um novo modelo de confessor, em que os olhos tivessem substituído as palavras, com o confessor a olhar directamente para dentro da alma do pecador (Saramago, 1995, p. 23).

Teria então a cegueira coletiva rompido o texto para fazer o homem pensar em sua conduta e reavaliar seus princípios, reformulando assim seu modo de convivência no mundo? Essa situação distópica nos leva a pensar exatamente isso. Os fatos narrados nos conduzem a tal conclusão pelo fato de que a cegueira se torna inexplicável cientificamente, conforme conclui o médico ao examinar o primeiro cego:

Não encontrou nada na córnea, nada na esclerótica, nada na íris, nada na retina, nada no cristalino, nada na mácula lútea, nada no nervo óptico, nada em parte alguma. Afastou-se do aparelho, esfregou os olhos, depois recomeçou o exame desde o princípio, sem falar, e quando outra vez terminou tinha na cara uma expressão perplexa. Não lhe encontro qualquer lesão, os seus olhos estão perfeitos. (Saramago, 1995, p. 23)

A indagação do cego após a conclusão do médico é a mesma a que chegamos: “Se os meus olhos estão perfeitos, como diz, então por que estou cego”? (Saramago, 1995, p. 23). O oftalmologista é categórico em sua resposta: “a sua cegueira, neste momento, é inexplicável, [...] pessoalmente, em toda a minha vida de médico, nunca me apareceu nada assim, e atrevo-me mesmo a dizer que em toda a história da oftalmologia” (Saramago, 1995, p. 23).

Dessa maneira, subjaz a metáfora da cegueira de Saramago, transcendendo o limite significativo comum, pois, inicialmente ela rompe com a normalidade, se colocando de forma insólita por tornar os homens incapazes de ver, não pela ausência total da luz, que caracteriza a cor preta, comumente relacionada à cegueira, que absorve toda a luz, mas por conduzir as personagens de sua narrativa a enxergar o mundo coberto por um véu branco, que remete à presença absoluta da luz, refletindo a metáfora construída na obra em uma percepção de totalidade, que absorve completamente a claridade.

A perplexidade oriunda da condição da cegueira e de seu acometimento repentino e inesperado atordoa também as personagens da obra: “O cego ergueu as mãos diante dos olhos, moveu-as, Nada, é como se estivesse no meio de um nevoeiro, é como se tivesse caído num mar de leite, Mas a cegueira não é assim, disse o outro, a cegueira dizem que é negra, Pois eu vejo tudo branco” (Saramago, 1995, p. 12).

O dado inicialmente inquietante é, portanto, a natureza da cegueira, que não se distinguia necessariamente pela cor, pois a “diferença não era só na cor, se efetivamente são cores o branco e o negro” (Saramago, 1995, p. 221), mas o fato de a ausência de visão ser luminosa: “eles diluem-se na luz que os rodeia, é a luz que não os deixa ver” (Saramago, 1995, p. 260).

Entretanto, a ausência de visibilidade, causada pelo excesso de luz, não mascara a aparência das coisas e dos homens, consumindo assim não só as cores com sua força brilhante, mas também os seres, que se percebem “numa brancura tão luminosa, tão total, que devorava, mais do que absorvia, não só as cores, mas as próprias coisas e seres, tornando-os, por essa maneira, duplamente invisíveis” (Saramago, 1995, p. 16).

A cegueira é inexplicável para o leitor tanto quanto é para as personagens, que se percebem acometidos por um mal que não compreendem. Esse dado se relaciona com o caráter insólito, e, portanto, fantástico que a obra alude, naquilo que David Roas argumenta sobre a sensação causada pela irrupção com a lógica de normalidade reconhecida por nós como racional:

A irrupção do anormal em um mundo aparentemente normal, mas não para demonstrar a evidência do sobrenatural, e sim para postular a possível anormalidade da realidade, o que também impressiona o leitor terrivelmente: descobrimos que nosso mundo não funciona tão bem quanto pensávamos. (Roas, 2014, p. 67)

A cegueira se estabelece, portanto, como meio de questionar o que naturalizamos como normalidade. Entretanto, conforme destacado pelo teórico, a compreensão buscada por nós nem sempre se apresenta como equilibrada e benevolente. Essa será a constatação

a qual as personagens de Saramago irão chegar, após encontrarem-se suspensos no mundo que reconhecem como real, mas que, após ter o véu das aparências desnudado revela sustentáculos construídos à base de desumanidade e violência, principalmente ao perceberem que essa é “ a doença mais lógica do mundo, o olho que está cego transmite a cegueira ao olho que vê, já se viu coisa mais simples” (Saramago, 1995, p. 111).

O fantástico presente nesta obra de Saramago, assim como em *Ensaio sobre a Lucidez*, é um pouco distinto de como foi trabalhado em outros textos literários do autor, como em *A jangada de Pedra* (1986), *Memorial do Convento* (1982), *Intermitências da morte* (2005), etc., pois, nesses romances, o fantástico se coloca de forma monumental e extraordinária, rompendo ou relativizando com a ideia de normalidade e lógica da organização racional do mundo, que reconhecemos como natural.

Entretanto, nos ensaios de Saramago, a irrupção da anormalidade não chega a ser fantástica, como os outros exemplos mencionados. O dado inquietante surge como algo insólito, mas não absolutamente impossível de ocorrer, ajustado a uma perspectiva pós-moderna da realidade, “segundo a qual o mundo é uma entidade indecifrável” (Roas, 2014, p. 66). Dessa forma, David Roas argumenta o fato de que o que caracteriza o fantástico contemporâneo é a “irrupção do anormal em um mundo aparentemente normal, mas não para demonstrar a evidência do sobrenatural, e sim para postular a possível anormalidade da realidade” (Roas, 2014, p. 66). Esse recurso nos leva a questionar o quanto de realmente lógico é o mundo, e que seu futuro não é tão auspicioso assim.

Em função disso, argumentamos que tais obras do autor, que consistem no *corpus* de nossa pesquisa, dialogam com uma forma de desenvolvimento da categoria de fantástico nomeada como *neofantástico*, desenvolvida por Jaime Alazraki (1990), que não é necessariamente uma nova forma do conceito, mas como comenta David Roas, para quem esse tipo de dado corresponde ao “fantástico contemporâneo”, é uma “nova maneira de cultivar o gênero, que não funciona de acordo com os esquemas todorovianos” (Roas, 2014, p. 65), e que representa uma “nova etapa na evolução natural do fantástico, em função de uma noção diferente do homem e do mundo” (Roas, 2014, p. 71).

Tal aproximação ocorre, inicialmente, na medida em que os textos *neofantásticos*

não desejam devastar a realidade por meio da introdução abrupta de um fato sobrenatural [...]. Os textos *neofantásticos* desejam propiciar a oportunidade de conhecer e intuir a realidade ultrapassando a fachada racionalmente construída que a esconde, valendo-se de um fato corriqueiro ou despojado de seu potencial assustador. (Alvarez, 2009, p. 6)

Intuímos isso da leitura de *Ensaio sobre a Cegueira*, pois sua potente alegoria da cegueira nos desloca do conforto da normalidade, e nos lança para a aflição assustadora que ela revela, substituindo o medo pela perplexidade e inquietação. A presença da metáfora opera ainda um outro fenômeno na narrativa *neofantástica*, que “assume el mundo real como una máscara, como un tapujo que oculta una segunda realidad que es el verdadero destinatario de la narración *neofantástica*”⁴ (Alazraki, 1990, p. 29).

A forma como conheceríamos essa segunda realidade oculta na narrativa seria, portanto, por meio das metáforas, que “buscan expresar atisbos, entrevisiones o intersticios de sinrazón que escapan o se resisten al lenguaje de la comunicación, que no caben en las celdillas construidas por la razón, que van a contrapelo del sistema conceptual o científico con que nos manejamos a diario”⁵ (Alazraki, 1990, p. 29). É a metáfora que dará forma e significado a esses vazios de nossa percepção, por meio da linguagem segunda, capaz de nomear o inominável, de imaginar o impossível, como formula Alazraki.

Na obra em análise, a metáfora da cegueira lança luz a um dado de nossa sociedade bastante problemático, mas que ainda habita na esfera dos interstícios do não dito, do oculto, daquilo que sabemos que existe, mas que somos incapazes de expressar, por não haver palavras para dizê-lo, que é a perda de nossa capacidade para amar e de nossa humanidade, assim como a entrega à atomização e a alienação total do homem máquina.

Esse mergulho em um estado de transe a que a narrativa nos leva, por meio da percepção do mundo, ora pelos olhos de uma única mulher que é capaz de ver, ora pela incapacidade de enxergar das personagens, conduz a naturalização gradativa do dado insólito, que opera no enredo do romance, conciliando mais uma das características que aproximam o ensaio de Saramago à modalidade *neofantástica: o modus operandi*, que consiste na aceitação do insólito desde o início da narrativa, “desde las primeras frases del relato, el cuento *neofantástico* nos introduce, a boca de jarro, al elemento fantástico: sin progresión gradual, sin utilería, sin *pathos*”⁶ (Alazraki, 1990, p. 31).

A naturalização do insólito, da cegueira branca, se encaminhará, portanto, para a abertura de um mundo distópico. Assim, a literatura vai operar como compensatória de

⁴ Trad. para o português: “assume o mundo real como uma máscara, como uma dissimulação que oculta uma segunda realidade que é o verdadeiro destinatário da narração neofantástica” (Tradução nossa).

⁵ Trad. para o português: “buscam expressar vislumbres, entrevisões ou interstícios de sem-razão que escapam ou resistem à linguagem da comunicação, que não cabem nos casulos construídos pela razão, que vão contra o sistema conceitual ou científico com que lidamos diariamente” (Tradução nossa).

⁶ Trad. para o português: “desde as primeiras frases do relato, o conto neofantástico nos introduz, de modo direto, ao elemento fantástico: sem progressão gradual, sem utilitários, sem *pathos*” (Tradução nossa).

uma realidade limitada, e delinear um painel crítico do presente, das doutrinas de sua época, conforme argumenta Seligmann-Silva (2009).

O abandono da utopia enquanto plano de ideias distante, e a adoção de ideologias mais próximas da capacidade de realização do homem, por meio da compreensão do mundo sem vinculação com projeções idealizadas positivas, promove a despedida do homem de modelos eternos e mutáveis. Dessa forma, as distopias “expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno, assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pós-medieval” (Fromm, 2009, p. 269). Em consequência disso, a distopia não projeta um mundo melhor, pelo contrário, potencializa determinadas características da sociedade contemporânea e intensifica seus desdobramentos, ao passo em que ambienta suas narrativas em um futuro distante, estando a obra, portanto, distanciada de seu tempo, e podendo, assim, refletir sobre a sociedade de sua época.

Para Hilário (2013), a perda de energia utópica que distingue determinadas comunidades sociais, característica da sociedade pós-moderna, marca o surgimento da distopia, oriunda de um sentimento de perda da individualidade e da decadência. Esses sentimentos são provocados por acontecimentos históricos que distinguem a sociedade, e que leva seus cidadãos a perceberem-se sozinhos, desiludidos da noção de coletividade. Nesse contexto, a grande diferença da distopia é que, ao contrário da utopia, não se projeta no futuro, mas no presente. Assim,

as distopias problematizam os danos prováveis caso determinadas tendências do presente vençam. É por isso que elas enfatizam os processos de indiferenciação subjetiva, massificação cultural, vigilância total dos indivíduos, controle da subjetividade a partir de dispositivos de saber etc. (Hilário, 2013, p. 206).

A distopia, portanto, possui um traço de crítica do presente, no sentido de refletir sobre a realidade e suas possibilidades. Essa particularidade afasta a relação comumente estabelecida entre distopia e ficção científica, visto que não se limita apenas a projetar a temática futurista, mas funciona também como ferramenta para combater o presente na tentativa de evitar um determinado futuro, faz “soar o alarme que consiste em avisar que se as forças opressoras que compõem o presente continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará à catástrofe e barbárie” (Hilário, 2013, p. 207). No sentido então de criticar o presente, as narrativas distópicas contemporâneas visam abordar a já mencionada fragmentação do homem, que marca a sociedade moderna, e tendem a repensar o presente no

sentido de evitar um futuro catastrófico, ao passo em que compreende-se a modernidade como uma tradição feita de rupturas. (Compagnhon, 1996).

Saramago faz isso, priorizando o dado presente, em detrimento de projetar um futuro incerto: “Então não há futuro, disse o velho da venda preta, Não sei se haverá futuro, do que agora se trata é de saber como poderemos viver neste presente” (Saramago, 1995, p. 244). O que importa nas obras do autor é ressoar o presente, haja vista que não se tem certeza de que haverá um futuro. Além disso, ao projetar suas reflexões sobre o homem e a contemporaneidade, recorrendo à literatura enquanto objeto estético, o autor induz a pensar as origens da individualidade e da tendência corruptiva do homem, por meio da representação da sociedade massificada.

Entretanto, importa destacar que a forma como Saramago projeta essa sociedade dialoga com a noção de sociedade massificada, porém, o autor usa esse dado para demonstrar também o poder que a massa tem, ao representar em obras como *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez*, a reação da sociedade de massa contra o poder estabelecido, pois, conforme pontua André Bernardo, “através dessa quebra de laços entre indivíduo e sociedade há como que um ‘desmontar’ ou uma ‘desconstrução’ dessas relações de poder imbuídas na sociedade” (Bernardo, 2012, p. 46).

Essas narrativas de Saramago deflagram, portanto, um dado da sociedade contemporânea (talvez nem tanto assim), que leva seus indivíduos a um colapso social, oportunizado pela perda de sua individualidade e subjetividade. A marca da individualidade e a inconformidade do homem, que deveriam construir discursos de contrapoder, que viabilizam por sua vez as transformações sociais, funcionam, nesse contexto, como meio de manutenção de um discurso de poder, já que essa individualidade é marcada e determinada pelo projeto político vigente. Esse dado marca a presença da distopia na obra do autor, pois reflete criticamente sobre a condição alienante do homem moderno, que o projeta para um futuro caótico, marcado pela perda da sensibilidade.

Ademais, apesar de *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez* não serem comumente compreendidos pela crítica como distópicos, em função de que há uma tendência em “reconhecer apenas as obras de ficção científica como tal” (Hilário, 2013, p. 207), defendemos a tese de que ambos dialogam com esse conceito, uma vez que a análise do tema, sua aplicabilidade e reconhecimento no contexto vivencial contemporâneo têm ressignificado esse dado, haja vista que textos literários que versam sobre problemáticas oriundas da dificuldade do homem em se alinhar ao mundo tecnológico têm revelado circunstâncias existências que colocam o sujeito humano em situações impossíveis de

serem concebidas, sendo, portanto, distópicas. Nesse sentido, “o homem moderno pensa seu nascimento a partir da culpa de estar no mundo. [...] Sua existência é despida de transcendência, é um suplemento, um enxerto de vida” (Seligmann-Silva, 2009, p. 310).

O homem moderno e contemporâneo, estaria, portanto, destituído da capacidade de transcendência, entregue à uma condição de alienação que o massifica, o conduzindo, na maioria das vezes, a um estado de automatização, semelhante à uma máquina que opera funções, mas não as compreende. Entretanto, o que Saramago nos ensina é que essa máxima não é absoluta, pois esses homens procuram formas diferentes de tocar a transcendência, além de demonstrar sua capacidade de reconstrução a partir do humanismo, como ocorre com as personagens do grupo dos primeiros cegos.

Outro argumento que podemos utilizar a nosso favor, quando pensamos em aproximar os ensaios de Saramago ao conceito de distopia, é a particularidade de que ambas as obras deflagram um forte sentimento de pessimismo para com a ação e organização do homem no mundo. As obras trazem a representação de um mundo caótico, que perdeu suas noções de valor e empatia, imperado pelo controle do poder e pela “cegueira branca”, oriunda da mistura de toda fragmentação que compõe o universo do homem moderno.

Nesse contexto, chamamos a atenção para o fato de que a distopia não é necessariamente o oposto de utopia, pois conhecer o destino do homem sob uma perspectiva pessimista, como faz o *Ensaio sobre a Cegueira*, nos revela um estado preocupante do destino do homem, em uma perspectiva distópica, mas nos desperta também a esperança, visto que nos conduz a pensar racionalmente nossa condição neste mundo de agora, levando a um esclarecimento e desejo de mudança. É como se a narrativa despertasse a necessidade de nos refazer, o que impulsiona a esperança, ligada a uma perspectiva utópica, haja vista que esperar tanto do mundo e dos homens talvez seja mais do que eles podem nos dar.

Nesse contexto, em *Ensaio sobre a Cegueira*, essa suposta utopia pode ser pensada a partir do advento da cegueira branca, no sentido em que os homens passariam a enxergar o mundo e suas ações nele de forma referenciada, e, portanto, melhor, adquirindo uma consciência humana, que outrora havia sido liquidada na modernidade. Já em *Ensaio sobre a Lucidez*, a utopia estaria presente no fato de toda uma comunidade votar em branco, mesmo que de forma involuntária, projetando assim um protesto coletivo, a despeito de um sistema político falido.

Assim, importa destacar que nossa perspectiva não é a de que os romances são apenas pessimistas, pois, de certo modo, eles também se projetam para a construção de

uma heterotopia. Nos termos de Foucault (2013), ao fundar um entrelugar onde reverbera a ideia de não aceitação das condições que se impõem por meio de um governo dos mais fortes sobre os mais fracos, que se rebelam contra a ordem estabelecida, por via da provocação do caos (Cegueira) e a superação dele, ou pelo abandono da condição de alienação (Lucidez), de forma alegórica, projetando assim um sentimento de esperança.

Ao refletirmos o conceito de heterotopia, se projeta, obrigatoriamente, a ideia da composição dos espaços, compreendidos a partir de uma centralidade e marginalidade, vindo este último a compor o lugar onde se operam as transformações, inclusive no âmbito do universo ficcional, como ocorre com as obras em estudo.

Nesse sentido, a ideia dos espaços marginais é geralmente relacionada aos sujeitos que estão submetidos a algum tipo de condicionamento social, seja a pobreza, a loucura, a limitação da liberdade, porém, pensamos que a ideia de espaço heterotópico não se limita apenas a esses lugares da subalternidade, uma vez que remete a um lugar marcado pela possibilidade de experimentação e ruptura com o que naturalizamos, podendo ser referido também a um contexto distópico, já que esse lida com a fratura da realidade e sua projeção negativa, perspectivada a partir da releitura ou transgressão do real.

O conceito de heterotopia se desenvolve, a partir do pensamento de Foucault (2013), que inicialmente é aplicado à realidade, para explicar os lugares de extrema marginalidade da sociedade, ou mesmo os espaços de evasão para onde vamos quando queremos pensar ou sonhar um mundo diferente, mas possível para nós. Ao fundar o lugar onde se passam seus ensaios, Saramago nos oferece um espaço heterotópico, haja vista que nele as personagens se localizam no limiar entre o que de pior e de melhor o homem tem para oferecer.

O ambiente desses textos é composto pela leitura possível de uma realidade futura, mas, bem próxima de nós, condicionada a vivências e experiências que só a ficção pode oferecer, uma vez que são apenas sonháveis, mas que revelam muito da realidade atual, na qual “ensaiamos” junto com as personagens, a possibilidade do final do caminho que estamos conduzindo, mas sem nos afastar da esfera das possibilidades. É como se Saramago pudesse ver além da realidade e do futuro da humanidade, como se pudesse prevê-la, deixando isso registrado em suas obras, perpassadas por alegorias que nos ensinam muito sobre nós.

Contudo, aplicado à literatura, que tem em sua própria gênese a possibilidade da fundação de lugares imagináveis e possíveis, libertos de toda e qualquer regra de legitimidade moral ou racional, ou seja, um espaço utópico, o conceito de heterotopia se alia

ao que pensamos ser uma *distopia esperançosa*, que habita esse entrelugar do sonho e da possibilidade de acontecer, ou seja, da utopia e da distopia, que transita entre o pessimismo para com o destino do homem, e a fé nele e na reconquista de sua humanidade.

O lugar heterotópico, fundado por Saramago para ambientar seus ensaios, é habitado, portanto, pela desesperança (distopia) e pelo sonho (utopia), mas os textos não deixam apenas a descrição do horror, do medo e da desesperança no homem e na sua incapacidade para o pensamento e o sentimento atuais, mas se encaminha para a esperança da superação deles quando reconduz os homens à reconquista dessas habilidades. Dessa forma, são obras que se levantam contra o estado atual das coisas, revelando exatamente o fim delas, como um chamamento para a mudança e para fé no homem.

É assim que pensamos ser, por exemplo, o manicômio onde os cegos são enclausurados em *Ensaio sobre a Cegueira*, pois, a própria ideia de colocá-los em um hospício já reverbera o conceito da heterotopia, já que o manicômio é segundo Foucault (2013), esse lugar que se distingue dos outros, estando na categoria dos “lugares que se opõem a todos os outros, destinados, de certo modo, a apagá-los, neutralizá-los ou purificá-los. São como *contraespaços*. [...] *hetero-topias*, espaços absolutamente outros” (Foucault, 2013, p. 20-21).

Agora falta decidir onde os iremos meter, senhor ministro, [...] De que possibilidades imediatas dispomos, quis saber o ministro, Temos um manicômio vazio, devoluto, à espera de que se lhe dê destino, umas instalações militares que deixaram de ser utilizadas em consequência da recente reestruturação do exército, uma feira industrial em fase adiantada de acabamento, e há ainda, não conseguiram explicar-me porquê, um hipermercado em processo de falência, Na sua opinião, qual deles serviria melhor aos fins que temos em vista, O quartel é o que oferece melhores condições de segurança, Naturalmente, Tem porém um inconveniente, ser demasiado grande, tornaria difícil e dispendiosa a vigilância dos internados, Estou a ver, Quanto ao hipermercado, haveria que contar, provavelmente, com impedimentos jurídicos vários, questões legais a ter em conta, E a feira, A feira, senhor ministro, creio ser preferível não pensar nela, Porquê, A indústria não gostaria com certeza, estão ali investidos milhões, nesse caso, resta o manicómio, Sim, senhor ministro, o manicómio, Pois então que seja o manicómio, Aliás, a todas as vezes, é o que apresenta melhores condições, por que, a par de estar murado em todo o seu perímetro. (Saramago, 1995, p. 46)

O manicômio é escolhido, portanto, por exclusão, e pela incapacidade dos demais locais propostos abrigarem os cegos de forma organizada e prática. Entretanto, perceberemos que as instalações têm muito a oferecer de simbólico:

Havia mais camaratas, corredores longos e estreitos, gabinetes que deviam ter sido de médicos, sentinas encardidas, uma cozinha que ainda não perdera o cheiro de má comida, um grande refeitório com mesas de tampos forrados de zinco, três celas acolchoadas até à altura de dois metros e forradas de cortiça daí para cima. Por trás do edifício havia uma cerca abandonada, com árvores mal cuidadas, os troncos davam a ideia de terem sido esfolados. Por toda a parte se via lixo. A mulher do médico voltou para dentro. Num armário que estava meio aberto encontrou camisas-de-forças. Quando voltou a juntar-se ao marido, perguntou-lhe, És capaz de imaginar aonde nos trouxeram, Não, ela ia a acrescentar A um manicómio. [...] Com certeza não crês que vamos ser os únicos, Isto é uma loucura, Deve de ser. estamos num manicómio. (Saramago, 1995, p. 47)

O manicómio é um espaço abandonado, caracterizado pela inexistência de vida, e povoado de memórias de terror e incompreensão para com quem outrora habitou seus espaços. A estrutura remete a uma composição que priva em si a liberdade, e facilita o monitoramento e controle dos internos, de agora e de antes, antecipando aos dias de terror e medo que serão vividos ali, ao destacar o estado mental daqueles que estiveram outrora aqui, e do futuro dos que agora o ocupam.

Após a chegada de mais cegos, por via da narração do velho da venda preta, a respeito do estado das coisas no mundo exterior, os cegos ficam a saber que a atitude do Governo para resolver, ou mesmo tratar da epidemia da cegueira, foi acreditar “ser possível circunscrever o mal recorrendo ao encerramento dos cegos e dos contaminados em uns quantos espaços discriminados, como o manicómio” (Saramago, 1995, p. 124-125). Esse dado nos remete à ideia de que o hospício não foi o único lugar ao qual os cegos foram conduzidos como forma de controle da disseminação da cegueira branca, mas reverbera a ideia de que esse lugar é marcado pelo traço da marginalidade e do abandono, sendo um “*contraespaço*”, como argumenta Foucault (2013).

Entretanto, os sujeitos que são encaminhados a esse espaço, são oriundos das mais variadas classes sociais, não sendo, portanto, marcados, necessariamente, pela marginalidade. Mas, ao adentrar nesse universo heterotópico, todos são condicionados ao mesmo nivelamento, os privilégios que possuíam e que marcavam sua posição ou não de poder, se desfazem. Isso é manifestado, por exemplo, pelo fato de as personagens não serem nomeados na narrativa, sendo referidos como “a mulher do médico”, a “rapariga dos óculos escuros”, o “velho da venda preta” etc.

Além disso, esse espaço criado por Saramago para ambientar seu *Ensaio sobre a Cegueira* projeta a ideia de não lugar, uma vez que nem mesmo é nomeado, vindo seus

habitantes a passarem por um processo de dessubjetivação⁷, em que perdem as características individualizadoras. Ou seja, é um espaço perturbador, nascido da ruptura com a ordem do sensível. E esse lugar inominável seria, portanto, aquilo que Foucault acredita serem os lugares não pertencentes a espaço algum, pois:

Há países sem lugar e histórias sem cronologia; cidades, planetas, continentes, universos, cujos vestígios seria impossível rastrear em qualquer mapa ou qualquer céu, muito simplesmente porque não pertencem a espaço algum. [...] Nasceram na cabeça dos homens, ou, na verdade, no interstício de suas palavras, na espessura de suas narrativas, ou ainda, no lugar sem lugar de seus sonhos, no vazio de seus corações; numa palavra, é o doce gesto das utopias (Foucault, 2013, p. 19).

A heterotopia, para Foucault (2013), corresponde a “utopias localizadas”. O filósofo argumenta, nesse sentido, que há “utopias que têm um lugar preciso e real, um lugar que podemos situar no mapa; utopias que têm um tempo determinado, um tempo que podemos fixar e medir conforme o calendário de todos os dias” (Foucault, 2013, p. 20). Esse espaço seria assim, “lugares reais fora de todos os lugares”, onde seja possível a “contestação mítica dos espaços em que vivemos” (Foucault, 2013, p. 20), como ocorre com os ensaios de Saramago, que amparam a realidade contestando-a.

Assim, o gesto esperançoso da utopia, aliado à desesperança da distopia, gera, portanto, esse entrelugar das narrativas ensaísticas do autor, que propõem a experiência de um mundo que pode vir a ser, caso o homem não tome consciência de seu caminho e condição. Dessa forma, esse mundo cego pelo excesso de luz, encaminha-se para um entrecruzamento entre utopia e distopia, uma vez que intenta um estado de coisas absurdo, violento, de homens marcados pelo abandono e pela perda da fé em um Deus, para a esperança de alguns desses sujeitos no homem, e em sua capacidade de resistir a um mundo hostil, na esperança de reordená-lo.

Ademais, esse espaço heterotópico se ergue a partir da contestação de outros espaços que, para Foucault, “pode ser exercida de duas maneiras: [...] criando uma ilusão que denuncia todo o resto da realidade como ilusão, ou, ao contrário, criando outro espaço tão perfeito, tão meticuloso, tão bem disposto quanto o nosso é desordenado, mal posto e desarranjado” (Foucault, 2013, p. 28). Nos parece, então, que Saramago cria o primeiro tipo de espaço em seus ensaios, uma vez que funda uma ficção que revela a realidade

⁷ Utilizamos o termo “dessubjetivação” como o apagamento da subjetividade do homem e a consequente transição dele para uma condição atomizada (ARENDT, 1989), ou massificada.

como ilusão, apontando o quanto de alucinação e controle há no estabelecimento dos sustentáculos de nosso mundo, naquilo que Oliveira e Caimi destacam a respeito desses espaços: “A atenção aos textos produzidos nos espaços heterotópicos põe em questão as divisões, as hierarquias, os mecanismos do poder produtores das desigualdades nos modos de ver, conhecer e dizer o mundo” (Oliveira; Caimi, 2020, p. 3).

Porém, neste contexto de discussão, se faz importante lembrar que, apesar do autor fundar uma realidade aparentemente distópica para ambientar suas narrativas ensaísticas, ele maneja dados e proposituras muito realistas sobre esses espaços e as possibilidades que se encaminham em nossa realidade, naturalmente potencializadas pela presença do insólito, que só a literatura é capaz de projetar, mas que dialogam muito com o que temos presenciado dos desdobramentos da desmedida do homem.

Nesse contexto, os ensaios de Saramago adotam e projetam uma abordagem política do mundo que se materializa na literatura por via da abordagem da deterioração do homem, e o espaço que ele ocupa representa, por sua vez, este estado. Entretanto, esta abordagem estética não se reduz, conforme aponta Rancière, à denúncia das injustiças e desigualdades sociais, tendo em vista que

a arte não é política antes de tudo pelas mensagens que ela transmite nem pela maneira como representa as estruturas sociais, os conflitos políticos ou as identidades sociais, étnicas ou sexuais. Ela é política antes de mais nada pela maneira como configura um *sensorium* espaço-temporal que determina maneiras do estar junto ou separado, fora ou dentro, face a ou no meio de... [...] Porque a política, bem antes de ser o exercício de um poder ou uma luta pelo poder, é o recorte de um espaço específico de “ocupações comuns”; é o conflito para determinar os objetos que fazem ou não parte dessas ocupações, os sujeitos que participam ou não delas, etc. Se a arte é política, ela o é enquanto os espaços e os tempos que ela recorta e as formas de ocupação desses tempos e espaços que ela determina interferem com o recorte dos espaços e dos tempos, dos sujeitos e dos objetos, do privado e do público, das competências e das incompetências, que define uma comunidade política. (Rancière, 2011, p. 46)

Assim, a obra de arte é política na medida em que projeta um olhar sobre o mundo, que pode revelar dados silenciados ou mascarados. Sua ação é, nesse sentido, “uma interpelação ao mundo, porque constitui um gesto que interfere na ordem das coisas, porque sua existência é pública e seu significado diz respeito a todos, e ainda porque configura uma forma de dar a ver, entender e agir no mundo, contrapondo-se às classificações hegemônicas” (Oliveira; Caimi, 2020, p. 4). Essa compreensão da obra de arte como forma de agir no mundo nos leva a pensar, portanto, o espaço das narrativas ensaísticas de

Saramago como sintomas de uma sociedade que se percebe cada vez mais entregue a indiferença e desumanidade.

Esse universo projetado nas obras, permeado pela ausência da empatia, habitado pela violência e pelo silêncio, reverbera uma sociedade com tons de totalitarismo, pois sujeita o mundo a formas distintas de controle social, que sedimentam a existência do homem naquele mundo. As estratégias de controle do poder ocorrem antes e durante os episódios insólitos que conduzem as narrativas, mas ambas são marcadas por um desfecho que eleva o homem por meio do rompimento e consequente libertação, conforme discutiremos no próximo tópico.

3.1. “O Governo está perfeitamente consciente das suas responsabilidades”: O totalitarismo e a violência

A forma como as autoridades irão administrar a crise epidêmica na narrativa tem muito a nos dizer, sobretudo quando projetamos a reflexão sobre essa estrutura governamental em moldes totalitários. À primeira vista, nossa afirmação pode parecer pretensiosa, entretanto, se analisarmos as modulações que o sentido do termo toma, principalmente por meio da formulação feita por Hannah Arendt em *As origens do totalitarismo* (1951), oriunda de sua leitura a respeito dos regimes políticos autoritários, para quem “o totalitarismo nos coloca diante de uma espécie totalmente nova de governo” (Arendt, 1998, p. 513), nascida da experiência dos campos de concentração nazistas.

Muita coisa mudou na dinâmica conceitual e prática dos sistemas totalitários após sua conceituação germinal, feita por Arendt em 1951. Nesse sentido, é possível perceber que o poder totalitário evoluiu, remodelando as formas de manutenção do controle, sobretudo, das mentes.

Para Arendt (1998), a sociedade moderna assumiu traços de despolitização, que tornam o mundo bastante vulnerável, possibilitando o surgimento de uma subdivisão social do povo, entre os miseráveis e a massa, sendo estes últimos aqueles que perfilam o sujeito ideal para compor o sistema totalitário, já que “não procura uma dominação despótica dos homens, mas busca a transformação dos seres humanos em animais supérfluos” (Arendt, 1975, p. 457).

Nesse sentido, uma das maiores verdades dos sistemas totalitários, conforme discute Arendt (1998), é que eles não precisam de súditos fiéis, nem de cidadãos convictos

da verdade ideológica de seus sistemas, o que eles precisam, de fato, é de sujeitos incapazes de pensar e de exercer sua liberdade.

A filósofa entende o surgimento do totalitarismo como uma opção política planejada e organizada, e não como um “acidente” na história política de um povo. Nesse contexto, Arendt defende que ele é uma “forma de governo cuja essência é o terror e cujo princípio de ação é a lógica do pensamento ideológico” (Arendt, 2012, p. 632). O terror como natureza fundante desse tipo de regime condiciona suas manifestações à violência extrema e à submissão dos homens a suas doutrinas, de forma passiva e incontestável, os fazendo perder, dessa forma, sua espontaneidade.

O que vislumbramos quando projetamos tais conceitos aplicados à obra em análise, é que essa estrutura de poder se impõe por meio de uma espécie de transição, que irá migrar de uma condição de poder social marcado por uma burocratização exacerbada e domínio do capital, além do poder centralizador do governo, que se aproveita da situação de emergência para tomar atitudes sem ser questionado, para uma condição absolutamente totalitária, com traços de ditadura e tirania, que irá se impor durante a convivência no manicômio, a partir do momento em que os cegos se encontram sem a autoridade de alguém que os organize e controle.

Esse poder será exercido, por sua vez, por pessoas que estão no interior do manicômio. Na verdade, o poder será imposto por meio da violência e do terror, como institui a doutrina totalitária, mas ele é permitido pela omissão do governo, que enclausura essas pessoas em um ambiente sem condições de sobrevivência.

A configuração anterior do mundo, antes da epidemia da cegueira, revela também traços que aproximam o universo narrativo da obra ao conceito de totalitarismo crivado por Hannah Arendt, marcado pela extrema burocratização, pelo comportamento dos cidadãos, que não questionam as ordens e as informações que lhes são dadas, pelo controle das informações, entre outras características que visam segregar o espaço de trabalho e de vivência social, transparecendo uma imagem de estrutura organizada, que respeita ordens, mesmo que questionando-as, pois é assim que naturalizamos o funcionamento do mundo. Assim age o médico oftalmologista, quando precisa comunicar as autoridades sua descoberta a respeito da cegueira branca:

É desta massa que nós somos feitos, metade de indiferença e metade de ruindade. [...] A única forma de fazer chegar à informação aonde convinha, por via segura, seria falar com o director clínico do seu próprio serviço hospitalar, de médico para médico, sem burocratas pelo meio,

ele que se encarregasse depois de pôr a maldita engrenagem oficial a funcionar. (Saramago, 1995, p. 40)

A atitude do médico, ao aperceber-se da dimensão do problema que acabara de descobrir, é a certeza de que, caso a verdade fosse dita por ele, não teria a credibilidade de ser reconhecida sua urgência e magnitude, pois a burocratização é um dos pilares de sustentação da estrutura de poder totalitária, conforme argumenta Nádia Souki:

Quanto à instituição burocrática, ela se caracteriza pelo culto da distância e o gosto pelo secreto. Ela dá a seus agentes o sentimento de embriaguez de servir às forças superiores e aos vastos desígnios nos quais eles não são eles mesmos, mas apenas instrumentos tão dóceis quanto irresponsáveis. (Souki, 2006, p. 51)

Sendo assim, o trâmite burocrático segue, e só após as autoridades reconhecerem a real gravidade da situação, é que toma uma iniciativa, projetando, claro, o controle da massa por meio da manipulação da informação:

O ministério queria saber a identidade dos pacientes que tinham estado no dia anterior no consultório, o médico respondeu que as fichas clínicas respectivas continham todos os elementos de identificação, o nome, a idade, o estado civil, a profissão, a morada, e terminou declarando-se ao dispor para acompanhar a pessoa ou pessoas que fossem recolhê-los. (Saramago, 1995, p. 42)

O encaminhamento que a decisão do governo irá tomar é isolar as pessoas acometidas pela cegueira branca em regime de quarentena, assim como aqueles que tiveram contato direto com elas, em alas diferentes, na esperança de controlar o contágio:

A lembrança tinha saído da cabeça do próprio ministro. Era, por qualquer lado que se examinasse, uma ideia feliz, senão perfeita, tanto no que se referia aos aspectos meramente sanitários do caso como às suas implicações sociais e aos seus derivados políticos. Enquanto não se apurassem as causas, ou, para empregar uma linguagem adequada, a etiologia do mal-branco, [...] todas as pessoas que cegaram, e também as que com elas tivessem estado em contacto físico ou em proximidade directa, seriam recolhidas e isoladas, de modo a evitarem-se ulteriores contágios, os quais, a verificarem-se, se multiplicariam mais ou menos segundo o que matematicamente é costume denominar-se progressão por quociente. *Quod erat demonstrandum*, concluiu o ministro. Em palavras ao alcance de toda a gente, do que se tratava era de pôr de quarentena todas aquelas pessoas, segundo a antiga prática, herdada dos tempos da cólera e da febre-amarela. (Saramago, 1995, p. 45)

A quarentena é minimamente planejada, priorizando a segurança não dos enclausurados, mas dos que ainda não cegaram, de forma que a estrutura que fora oferecida era sucateada e insuficiente, assim como a logística da praticidade cotidiana não foi pensada,

pois a prioridade ali era impedir que os cegos sássem, e não que sobrevivessem. Entretanto, a imagem que o governo quer transparecer, e que parece conservar inicialmente, tanto internamente quando fora dos muros do manicômio, é a de que o cerceamento da liberdade daquelas pessoas é necessário para seu próprio bem, e, principalmente para o bem comum, como deixa refletir nas mensagens que reproduz:

A palavra Atenção foi pronunciada três vezes, depois a voz começou, O Governo lamenta ter sido forçado a exercer energeticamente o que considera ser seu direito e seu dever, proteger por todos os meios as populações na crise que estamos a atravessar, quando parece verificar-se algo de semelhante a um surto epidémico de cegueira. provisoriamente designado por mal-branco - e desejaria poder contar com o civismo e a colaboração de todos os cidadãos para estancar a propagação do contágio - supondo que de um contágio se trata. (Saramago, 1995, p. 49-50)

Esse é mais um traço totalitário, tanto a ideia de que as decisões do governo são as melhores escolhas para o povo, quanto a necessidade de que a massa compreenda a mensagem dessa forma, assumindo-a como responsabilidade sua. Tudo isso movido por meio da propaganda totalitária, que se confessa como

a outra face do terror. Mas isto só é verdade nos estágios iniciais, pois, quando o regime totalitário detém o poder absoluto, ele substitui a propaganda pela doutrinação, e a violência não é usada mais com o objetivo de assustar o povo (quando ainda existe oposição), mas para dar realidade às suas doutrinas ideológicas e às suas mentiras totalitárias. [...] A propaganda é um instrumento do totalitarismo, possivelmente o mais importante, para enfrentar o mundo não-totalitário, e o seu objetivo não é a persuasão, mas a organização. (Souki, 2006, p. 63).

Nesse sentido, em *Ensaio sobre a Cegueira*, a mesma mensagem que transmite uma ideia de organização, de preocupação, que visa difundir a imagem de normalidade e controle fora daqueles muros, é transmitida diariamente para os internos:

O Governo está perfeitamente consciente das suas responsabilidades e espera que aqueles a quem esta mensagem se dirige assumam também, como cumpridores cidadãos que devem de ser as responsabilidades que lhes competem, pensando que o isolamento em que agora se encontram representará acima de quaisquer outras considerações pessoais, um acto de solidariedade para com o resto da comunidade nacional. Dito isto, pedimos a atenção de todos para as instruções que se seguem. [...] as luzes manter-seão sempre acesas, [...] abandonar o edifício sem autorização significará morte imediata. [...] Esta comunicação será repetida todos os dias, a esta mesma hora, para conhecimento dos novos ingressados. O Governo e a Nação esperam que cada um cumpra o seu dever. Boas noites. (Saramago, 1995, p. 50-51)

No comunicado, os cegos são orientados rudimentarmente a respeito dos procedimentos que deverão tomar para organizarem-se minimamente. Entretanto, não há menção a cuidados médicos ou a quaisquer direitos que os cegos possam ter enquanto estiverem sitiados. Além disso, novamente e repetidamente, os cidadãos são responsabilizados pela manutenção da ordem e do poder.

O período em que os cegos são mantidos isolados no manicômio, até o momento em que descobrem que estão abandonados, pelas autoridades e também por Deus, irá compor uma das partes mais importantes da narrativa, em que percebemos a ruptura entre a pseudo-condição de humanidade que as personagens acreditavam possuir, passando a ser conduzidos a um estado de desumanidade animalésca, sendo encaminhados para a percepção de que apenas sobrevivem, com o objetivo de saciar seus instintos mais primitivos. Isso se encaminha para uma resistência dos cegos em explorar sua liberdade quando conseguem sair do manicômio, pois, agora não teriam ninguém que cuidasse deles ou os oprimisse, e seriam obrigados a tomar conta de si, a assumir sua liberdade.

A sensação de abandono que os cegos irão experimentar após saírem do manicômio é imobilizante, afinal, como sobreviver em um mundo que já não se conhece mais? A única conhecedora real disso é a mulher do médico, e por meio de seus olhos, nós, assim como seu grupo, vislumbraremos o cenário aterrador encontrado após conquistarem sua liberdade: “As ruas estão desertas, por ser ainda cedo, ou por causa da chuva, que cai cada vez mais forte. Há lixo por toda a parte, algumas lojas têm as portas abertas, mas a maioria delas estão fechadas, não parece que haja gente dentro, nem luz” (Saramago, 1995, p. 214).

Nesse momento, é possível construirmos uma analogia um tanto impetuosa, onde esse ambiente do manicômio remete aos campos de concentração nazistas, responsáveis por criar as mais impactantes narrativas de crueldade e violência de nossa era. Essa possibilidade da natureza humana irá se enraizar e se manifestar cotidianamente no comportamento do homem, de forma que tornará o mal presente e banal.

Nesse sentido, na obra em análise, há a materialização dos resultados da exploração dessa capacidade do homem, ao ser colocado diante da necessidade de sobrevivência, remetendo assim a uma conjuntura totalitária. Conforme já argumentamos, a forma como as pessoas são mantidas no regime de isolamento, apesar de possuir divergências com as motivações, os objetivos e as práticas nazistas dos campos de concentração parecem proporcionar o mesmo resultado: uma profunda objetificação do homem, através de seu desenraizamento e da perda de sua subjetividade, que o encaminha a um estado originário

de animalização, na forma como o sujeito humano é percebido por quem ocupa o lugar de dominador, se encaminhando assim a prática do mal banal. No caso dos campos de concentração, essa objetificação do homem e a prática da banalização do mal é exercida pelo exército nazista, e abre um precedente histórico, segundo Hannah Arendt (1951).

No caso de *Ensaio sobre a Cegueira*, o terror praticado no interior do manicômio irá influenciar na modificação da natureza humana, pois algumas personagens se tornarão mais violentos, representando assim o microcosmo do mundo exterior, ao reproduzirem o terror infringido pelo governo, vindo a própria ideia de humanidade ser referenciada, como constata a mulher do médico: “Pode ser que a humanidade venha a conseguir viver sem olhos, mas então deixará de ser humanidade, o resultado está à vista, qual de nós se considerará ainda tão humano como antes cria ser” (Saramago, 1995, p. 244).

A exceção se trata daqueles que compõem o grupo dos primeiros cegos, pois, por serem guiados pela visão da mulher do médico, tendem a conservar traços de humanidade, o que não permite que transgridam a linha tênue que ali os separa da animalidade:

Nem eu me estou a queixar, só digo que apenas servimos para isto, para ouvir ler a história de uma humanidade que antes de nós existiu, aproveitamos o acaso de haver aqui ainda uns olhos lúcidos, os últimos que restam, se um dia eles se apagarem, não quero nem pensar, então o fio que nos une a essa humanidade partir-se-á, será como se estivéssemos a afastar-nos uns dos outros no espaço, para sempre, e tão cegos eles como nós. (Saramago, 1995, p. 290)

O que irá aproximar a experiência do manicômio à ideia dos campos de concentração é, portanto, a forma como os cegos que não pertenciam a esse grupo tiveram essa humanidade partida, e sua a lucidez esvaída, isso porque:

Os campos de concentração não são apenas destinados ao extermínio de pessoas e à degradação de seres humanos: servem também à horrível experiência que consiste em eliminar, em condições cientificamente controladas, a própria espontaneidade enquanto expressão do comportamento humano, e em transformar a personalidade humana em simples coisa, em alguma coisa que nem mesmo os animais possuem. (Arendt, 1990, p. 506)

A aproximação da ideia do confinamento dos primeiros cegos a um campo de concentração é naturalmente parcial, sobretudo porque nenhuma experiência ficcional pode se aproximar do terror real sofrido pelas vítimas dos campos de concentração nazistas. Entretanto, o confinamento e a privação de liberdade das personagens da primeira parte da narrativa de *Cegueira* vislumbram uma vivência totalitária, ao serem condicionados ao cumprimento absoluto das ordens, sob a iminência e banalização permanente da

morte, uma vez que eram vistos como objetos destituídos de subjetividade. Assim, são levados à perda da espontaneidade do comportamento humano, e quando libertos do encarceramento, são incapazes de reconduzir a vida.

Sua condição de dessubjetivação é, assim, elevada e mantida por aqueles responsáveis por observá-los e “guardá-los”, os soldados, mas que irão exercer uma violência semelhante à infringida pelos nazistas no aprisionamento e no impedimento de fugas nos campos de concentração. Esses soldados chegam ao extremo de pensar uma “solução final” como resolução definitiva da ameaça que os cegos representavam:

O sargento ainda disse, Isto o melhor era deixá-los morrer à fome, morrendo o bicho acabava-se a peçonha. Como sabemos, não falta por aí quem o tenha dito e pensado muitas vezes, felizmente um resto precioso de sentido de humanidade fez dizer a este, A partir de agora deixamos as caixas a meio caminho, eles que as venham buscar, mantemo-los debaixo de olho, e ao menor movimento suspeito, fogo. (Saramago, 1995, p. 89)

Conforme mais cegos chegam ao manicômio, mais o ambiente se torna desumano e caótico, coadunando para o recrudescimento da violência:

Os cegos da camarata viraram todos a cara para o lado da porta, à espera. Não podiam ver, mas sabiam o que iria acontecer nos minutos seguintes. A mulher do médico, sentada na cama, ao lado do marido, disse em voz baixa, Tinha de ser. O inferno prometido vai principiar. [...] Os gritos tinham diminuído, agora ouviam-se ruídos confusos no átrio, eram os cegos, trazidos em rebanho, que esbarravam uns nos outros, comprimiam-se no vão das portas, uns poucos perderam o sentido e foram parar a outras camaratas, mas a maioria, aos tropeções, agarrados em cachos ou disparados um a um, agitando aflitivamente as mãos em jeito de quem está a afogar-se, entraram na camarata em turbilhão, como se viessem a ser empurrados de fora por uma máquina arroladora. Uns quantos caíram, foram pisados. Apertados na coxia estreita, os cegos, aos poucos, iam-se desbordando para os espaços entre os catres, e aí, como barco que em meio do temporal logrou enfim entrar no porto, tomavam posse do seu fundeadouro pessoal, que era a cama, e protestavam que já não cabia mais ninguém, que os atrasados fossem procurar noutro sítio. (Saramago, 1995, p. 72-73)

Após se alocarem no manicômio, os cegos percebem que naquele lugar não há ordem ou lei, que aquilo que reconheciam como princípios fora daqueles muros não se aplica naquele ambiente, em que apenas os mais fortes, perseverantes e espertos sobrevivem. Isso porque foram abandonados pelo sistema que os criou e os condicionou à incapacidade de agir e de pensar, aqueles que deveriam resguardar sua segurança e garantir sua sobrevivência os temem, e reagem da forma mais violenta possível:

A ofuscação produzida pela forte luz do exterior e a transição brusca para a penumbra do átrio impediram-nos, no primeiro momento, de ver o grupo de cegos. Viram-nos logo a seguir. Soltando berros de medo, largaram as caixas no chão e saíram como loucos pela porta fora. Os dois soldados da escolta, que esperavam no patamar, reagiram exemplarmente perante o perigo. Dominando, só Deus sabe como e porquê, um legítimo medo, avançaram até ao limiar da porta e despejaram os carregadores. Os cegos começaram a cair uns sobre os outros, caindo recebiam ainda no corpo balas que já eram um puro desperdício de munição, foi tudo tão incrivelmente lento, um corpo, outro corpo, parecia que nunca mais acabavam de cair, como às vezes se vê nos filmes e na televisão. (Saramago, 1995, p. 88)

A dimensão da violência aplicada, na tentativa de conter o medo, é quase inacreditável, porém, será responsável pelo controle de qualquer ação de revolta ou tentativa de fuga por parte dos internos, uma vez que a “a violência priva sua vítima de toda e qualquer possibilidade de ação; reduz seu espaço de ação a zero, aniquila-o” (Han, 2017, p. 139). Essa será a relação dos cegos para com os soldados, que ali representam a autoridade externa, e que transmitem a mensagem de abandono e aprisionamento, o que irá oportunizar uma atitude de aceitação e resignação naqueles que já perderam a esperança da liberdade, restando-lhe agora apenas a tentativa de sobreviver ao ambiente hostil que se coloca de forma cada vez mais desafiadora, em função do estabelecimento de formas paralelas de poder e opressão interna.

Esse estado de resignação irá conduzi-los à aceitação de que “o mundo caridoso e pitoresco dos ceguinhos acabou, agora é o reino duro, cruel e implacável dos cegos. [...] Sei, sei, levei a minha vida a olhar para dentro dos olhos das pessoas, é o único lugar do corpo onde talvez ainda exista uma alma, e se eles se perderam” (Saramago, 1995, p. 135). Essa constatação do médico leva a concluir que o processo de perda da humanidade desses sujeitos alcançou um lugar em que já não é possível voltar.

Entretanto, os homens e mulheres, ao se encontrarem na condição da cegueira branca, recobram uma capacidade humana perdida após o advento daquilo que Byung-Chul Han chama de “sociedade positiva”, que é a competência de lidar com o “sofrimento e a dor”, sob o pressuposto de que “esquecemos como dar-lhes forma” (Han, 2017, p. 18), imersos em um mundo positivo, em que não há espaço para o fracasso e para a perda. Isso se coloca, inclusive, na forma como a violência se manifesta, transmutada, nesse contexto, para uma ação psíquica, e não física, como fora outrora, no passado. Dessa forma, no mundo contemporâneo, a violência opera por via do controle da mente, pois

o sujeito de desempenho desenvolve uma depressão e a violência continua se propagando a passos largos, apenas em seu interior. A

decapitação na sociedade da soberania, a deformação na sociedade disciplinar e a depressão na sociedade de desempenho são estágios da mudança topológica da violência, que é sempre mais internalizada, psicologizada e, assim, acaba se tornando invisível. Ela vai se livrando mais e mais da negatividade do outro ou do inimigo, tornando-se autorreferente. (Han, 2017, p. 7)

Entretanto, o que irá ocorrer na narrativa, é novamente a inversão das formas de violência, que irão retornar à atrocidade marcada pelo sangue. Essa violência autorreferencial, que baliza a sociedade contemporânea, será substituída pela “violência da espada” ou da “arma de fogo”, conforme nomeia Han (2017), e como fica explícito na obra em análise a partir de então, uma vez que o poder será exercido por aquele capaz de praticar mais violência:

O exército lamenta ter sido obrigado a reprimir pelas armas um movimento sedicioso responsável pela criação duma situação de risco iminente, da qual não teve culpa directa ou indirecta, e avisa que a partir de hoje os internados passarão a recolher a comida fora do edifício, ficando desde já prevenidos de que sofrerão as consequências no caso de se manifestar qualquer tentativa de alteração da ordem, como aconteceu agora e a noite passada tinha acontecido. (Saramago, 1995, p. 89)

Iremos além ao argumentar que, no caso da obra em análise, a condição de encarceramento dos cegos do manicômio faz com que eles estejam inaptos à sobrevivência, quando conseguem enfim a liberdade, pois, mesmo partilhando da mesma dificuldade dos demais cegos que habitam o mundo fora daqueles muros, eles estão em desvantagem, porque não sabem ainda viver sem serem governados, sem ter alguém que lhes diga o que fazer e para onde ir, a não ser o grupo dos primeiros cegos, que tem a mulher do médico para lhes direcionar:

Diz-se a um cego, Estás livre, abre-se-lhe a porta que o separava do mundo, Vai, estás livre, tornamos a dizer-lhe, e ele não vai, ficou ali parado no meio da rua, ele e os outros, estão assustados, não sabem para onde ir, [...] Postados diante do edifício que já arde de uma ponta à outra, os cegos sentem na cara as ondas vivas do calor do incêndio, recebem-nas como algo que de certo modo os resguarda, tal como as paredes tinham sido antes, ao mesmo tempo, prisão e segurança. [...] Sentaram-se também, ou deitaram-se, os cegos que ainda esperam que os soldados, ou outros por eles, a cruz vermelha é uma hipótese, lhe tragam a comida e os outros confortos necessários à vida, o desengano, para estes, chegará um pouco mais tarde, é a única diferença. (Saramago, 1995, p. 211-212)

A incapacidade dessas pessoas de retomarem suas habilidades sociais e vivências demonstra sua inabilidade para adaptar-se novamente ao mundo, como se o homem

tivesse sido conduzido a uma condição de esvaziamento de sua premissa ontológica, levado ao convencimento de pertença a um mundo em que o homem não precisa mais pensar para existir, que não necessita de habilidades variadas para progredir e garantir sua permanência e sobrevivência em circunstâncias adversas. Dessa forma, esse sujeito se torna amorfo, técnico, desenraizado, supérfluo e isolado.

Ligado a essa condição de inabilidade existencial do homem está sua incapacidade para agrupar-se e partilhar, pois, apesar de os homens não serem capazes se sociabilizar-se novamente e produzir memórias coletivas, eles partilham de uma memória comunitária, ligada a um mesmo comportamento, ou seja, os sujeitos destituídos de subjetividade se comportam de forma igual.

Dessa forma, em *Ensaio sobre a Cegueira*, há a partilha de uma memória coletiva do trauma, quando toda a espécie perde a humanidade, tornando-se cruel e atroz. Isso se confirma no ensaio do autor, inicialmente quando essa perversidade é praticada por aqueles responsáveis pela manutenção do poder e pelo controle dos cegos no manicômio que, por sua vez, em primeiro momento, não se rebelam contra o enclausuramento e a falta de assistência e de tratamento humanitário que recebem, visto que essa ideia é incutida como a única saída para a contenção da epidemia.

Entretanto, após perceberem que estão abandonados por Deus e pela suposta “proteção” de uma entidade governamental, há um recrudescimento da violência no ambiente interno do manicômio, que irá se notar também fora dele, após os cegos se libertarem, tanto por parte dos seres humanos, como por parte das instituições que teoricamente deveriam garantir a paz:

Quem sabe se não nos virão trazer a comida, pode ter havido uma confusão, um atraso, outras vezes aconteceu, Mas os soldados não estão cá, Isso não quer dizer nada, podem ter-se ido embora por deixarem de ser precisos, Não percebo, Por exemplo, porque deixou de haver contágio, Ou porque se descobriu o remédio para a nossa doença, Era bom, era, Que fazemos, Eu fico aqui até ser dia. E como saberás tu que é dia. Pelo sol? Pelo calor do sol. (Saramago, 1995, p. 211-212)

Ademais, analisar como esse processo de agravamento da violência toma proporções extremadas se torna exemplar, em um movimento em que a totalidade da existência é alterada, como afirma a mulher do médico, “o mundo está todo aqui dentro” (Saramago, 1995, p. 102). Assim, o que ocorre no interior daquele espaço é um exemplo do que pode acontecer caso os homens, no mundo real, sejam expostos a circunstâncias semelhantes a que as personagens experimentaram, conforme explica Philip Zimbardo:

As pessoas podem se tornar más quando são enredadas em situações nas quais os controles cognitivos, que normalmente guiam seus comportamentos de maneiras socialmente desejáveis e pessoalmente aceitáveis, estão bloqueados, suspensos ou distorcidos. A suspensão do controle cognitivo tem múltiplas consequências, dentre elas a suspensão da consciência, da autoconsciência, do sentimento de responsabilidade pessoal, da obrigação, do compromisso, da confiabilidade, da moralidade, da culpa, da vergonha, do medo da análise da própria conduta em cálculos de custo-benefício. (Zimbardo, 2013, p. 427)

O medo se torna fator definitivo para a condução das ações e para intensificação da violência, que parte das autoridades em um primeiro momento, representadas ali pelo exército, responsável por manter a ordem, mas, principalmente, impedir que os cegos violem a quarentena. Após isso, os males serão provocados pelos próprios internos do manicômio. De forma estendida, percebemos, aos poucos, que quem ficou fora do enclausuramento também está vulnerável ao mesmo mal:

Estivemos internados desde que a cegueira começou, Ah, sim, a quarentena, não serviu de nada, [...] Deixaram-nos sair, Houve um incêndio e nesse momento percebemos que os soldados que nos vigiavam tinham desaparecido, E saíram, Sim, Os vossos soldados devem ter sido dos últimos a cegar, toda a gente está cega, Toda a gente, a cidade toda, o país. [...] Por que é que não vive na sua casa, Porque não sei onde ela está. [...] Havia mais gente fora. Como se orientarão eles, perguntou-se a mulher do médico. Não se orientavam, caminhavam rente aos prédios com os braços estendidos para a frente, continuamente esbarravam uns nos outros como as formigas que vão no carreiro. (Saramago, 1995, p. 215-218)

A partir do momento em que os soldados percebem a situação se complicar, o medo irá conduzir sua relação com os cegos. Dessa forma, enquanto ainda mantém o poder sobre os cegos, os soldados irão conduzir um controle pautado na violência como solução, o que passa a despertar o medo nos internos do manicômio que, outrora, viam os soldados como protetores e fornecedores da ordem. É então que percebem a gravidade da situação em que se encontram:

Imperativa, impaciente, a voz do altifalante repetiu a chamada. A mudança de tom, notória mesmo para quem não tivesse sobra de motivos de desconfiança, assustou os cegos. Um deles declarou, Eu não saio daqui, o que eles querem é apanhar-nos lá fora para depois nos matarem a todos, Eu também não saio, disse outro, Nem eu, reforçou um terceiro. Estavam parados, irresolutos, alguns queriam sair, mas o medo ia tomando conta de todos. A voz ouviu-se outra vez, Se dentro de três minutos ninguém aparecer para levar as caixas da comida, retiramo-las. A ameaça não venceu o temor, só o empurrou para as últimas cavernas da mente, como um animal perseguido que vai ficar à espera duma ocasião

para atacar. Receosos, tentando cada qual esconder-se atrás doutro, os cegos foram saindo para o patamar da escada. (Saramago, 1995, p. 104)

A revelação da indiferença dos soldados é arrefecida pelo temor de que a cegueira os contagie, então seu comportamento transmuta do cumprimento de ordens ao temor pelas suas próprias vidas, o que irá fazer com que haja uma intensificação da violência e da indiferença para com os cegos, que direcionará consequências na forma como eles se organizam no interior dos muros.

A vontade dos soldados era apontar as armas e fuzilar deliberadamente, friamente, aqueles imbecis que se moviam diante dos seus olhos como caranguejos coxos, agitando as pinças trôpegas à procura da perna que lhes faltava. Sabiam o que no quartel tinha sido dito essa manhã pelo comandante do regimento, que o problema dos cegos só poderia ser resolvido pela liquidação física de todos eles, os havidos e os por haver, sem contemplações falsamente humanitárias, palavras suas, da mesma maneira que se corta um membro gangrenado para salvar a vida do corpo, A raiva de um cão morto, dizia ele, de modo ilustrativo, está curada por natureza. (Saramago, 1995, p. 105)

O que vai ocorrer, portanto, como resultado da neutralidade do governo com os internos do manicômio é o agrupamento dos cegos, que iniciam a requerer o poder, tendo como consequência o surgimento de uma forma de controle autoritário, mais opressora e violenta, pois o que está em jogo agora é a sobrevivência do mais forte sobre o mais fraco, mas sem que haja regras ou leis que reservem direitos a quem sucumbe mediante a voz dos que agora dominam.

Dessa maneira, pensar como a presença intensa e contínua da violência, enquanto mecanismo de conquista e manutenção do poder, promove a sensação de amedrontamento e desesperança na obra, nos projeta a refletir que esse dado, enquanto resultado da prática do mal elevado à categoria de banalidade, questão que discutiremos no próximo tópico, é o indício de que o objetivo de modificar a natureza humana foi alcançado, e o homem, enfim, retornou a seu estado ontológico de animal. Entretanto, isso só se tornou possível em função dele já se encontrar em estado de total de alienação, entregue a um modo de vida líquido, conforme iremos perceber a partir da análise realizada no próximo tópico.

3.2. “A cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança”: o sujeito de massa, o mal e a desumanização do homem

A omissão à condução de uma organização interna dos cegos do manicômio, por parte dos representantes do poder, gera consequências muito negativas e problemáticas,

pois, não havendo quem os governe, acabam entregues a uma situação caótica e vulnerável, resultando em um dado positivo para o poder externo, uma vez que a união das massas nunca foi desejável, pode ser, inclusive, perigosa.

Nesse sentido, os soldados não interferem nos conflitos que se desenvolvem, apenas assistem passivos, como que a um espetáculo da miséria que a luta pela sobrevivência pode gerar, como podemos perceber na seguinte passagem da obra:

Impelida pela esperança absurda de uma autoridade que viesse restaurar no manicômio a paz perdida, fortalecer a justiça, devolver a tranquilidade, uma cega chegou-se conforme pôde à porta principal e gritou para os ares, Ajudem-nos, que estes estão a querer roubar-nos a comida. Os soldados fizeram de conta que não tinham ouvido, as ordens que o sargento recebera de um capitão que por ali havia passado em visita de inspeção eram peremptórias, claríssimas, Se eles se matarem uns aos outros, melhor, menos ficam. [...] Por fim, percebendo a inutilidade dos seus apelos, calou-se, virou-se para dentro a soluçar e, sem se dar conta de por onde ia, apanhou na cabeça desprotegida com uma cacetada que a derrubou. [...] Os cegos que tinham vindo reclamar a comida começavam já a recuar desbaratados, perdida de todo a orientação tropeçavam uns nos outros, caíam, levantavam-se, tornavam a cair, alguns nem o tentavam, desistiam, deixavam-se ficar prostrados no chão, exaustos, míseros, torcidos de dores, com a cara no lajedo. Então a mulher do médico, aterrorizada, viu um dos cegos quadrilheiros tirar do bolso uma pistola e levantá-la bruscamente ao ar. (Saramago, 1995, p. 139-140)

Aos poucos, conforme o homem vai se conformando a seu estado de cegueira, e aceitando a certeza de que fora abandonado, vai tornando-se dessubjetivado, pois relega aquilo que o caracteriza como ser individual, que opera em uma conjuntura coletiva, entregue a um processo irreversível de reificação, quase inorgânico, submergindo sua autonomia e autoconsciência.

Esse homem, compreendido como sujeito de massa, profundamente individualizado, desenraizado, e entregue à submissão passiva de estruturas de poder de traços totalitários, é personagem comum nas narrativas de Saramago, como nos contos de *Objecto Quase* (1978), conforme discutido em artigo publicado por nós, intitulado *A coisificação do humano em Objecto Quase, de José Saramago* (2020)⁸, mas também em seus *Ensaio sobre a Cegueira* e *Ensaio sobre a Lucidez*, e demais textos de abordagens mais universalistas.

⁸ Artigo publicado em periódico científico. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=49701@1>

A ideia de homem de massa presente no autor dialoga com uma perspectiva marxista, em que a modernização constitui sujeitos que não são capazes de se reconhecer como produtores de algo, operando apenas como consumidores. Nesse contexto, pensamos que José Saramago, por meio de sua escrita literária e de sua militância intelectual, bastante lúcida, e marcadamente comunista, nos leva a referenciar essa categoria de sujeito alienado, ou “atomizado”, conforme conceitua Hannah Arendt (1998), ao despir a sociedade dos valores historicamente condicionados e reconhecidos, vindo a abalar e questionar, inclusive, seus sustentáculos, fundada em valores que hoje reconhecemos como causa do “mal estar” social da era moderna, reconectando, assim, o homem à sua capacidade natural de produzir, por meio do retorno do pensamento.

Nesse sentido, Hannah Arendt (1998) irá nos oferecer o conceito mais dialógico à perspectiva saramaguiana, tanto no que diz respeito à categorização do sujeito atomizado, como de sua libertação, que se dará, pelo pensamento, ou seja, pelo retorno à sua condição de sujeito produtor, e não mais unicamente consumidor.

As personagens de *Ensaio sobre a Cegueira* já se encontram nesse estado quando se inicia a narrativa, antes mesmo da epidemia da cegueira. Entretanto, com a perda da capacidade da visão, esses sujeitos irão se perceber, cada vez mais, entregues a uma condição de total sujeição, que se encaminhará para a compreensão de seu abandono – pelo Estado e por Deus -, e que os conduzirá a sua total objetificação, massificação, coisificação, migrando para um estado quase bestial, como é possível observar na narração do seguinte trecho:

O silêncio desaparecera, gritavam os de fora, começaram os de dentro a gritar, provavelmente ninguém o terá notado até hoje, como são absolutamente terríveis os gritos dos cegos, parecem eles que estão a gritar sem saberem porquê. [...] Puseram-se pois os quatro voluntários a rastejar, as duas mulheres ao centro, um homem de cada lado. [...] Em poucos minutos chegaram os socorristas ao seu destino, souberam-no quando ainda nem tinham tocado nos corpos, o sangue por cima do qual se iam arrastando era como um mensageiro que lhes tivesse vindo dizer Eu era a vida, atrás de mim já não há nada, Meu Deus, pensou a mulher do médico, quanto sangue, e era verdade, um charco, as mãos e a roupa pegavam-se ao chão como se as tábuas e o lajedo estivessem cobertos de visco. A mulher do médico soergueu-se sobre os cotovelos e continuou a avançar, os outros tinham feito o mesmo. Estendendo os braços alcançaram enfim os corpos. Os companheiros continuavam a fazer lá atrás todo o barulho que podiam, agora eram como carpideiras em transe. (Saramago, 1995, p. 200-202)

Conforme a narrativa se desenvolve, mais os homens se desumanizam, perdem, conforme mergulham em sua condição de cegueira, as capacidades que os distinguiam dos outros animais:

Já se tinha afastado muito de onde havia deixado o marido e os companheiros, cruzando e recruzando ruas, avenidas, praças, quando se encontrou diante de um supermercado. Lá dentro o aspecto não era diferente, prateleiras vazias, escaparates derrubados, pelo meio vagueavam os cegos, a maior parte deles de gatas, varrendo com as mãos o chão imundo, esperando encontrar ainda algo que se pudesse aproveitar. (Saramago, 1995, p. 219)

Os sujeitos dessas e de outras narrativas de Saramago não produzem mais cultura, são produzidos por ela, determinados pelos padrões sociais estabelecidos através do lugar que ocupam na sociedade criada pelo autor. As subjetividades, portanto, são concebidas de acordo com o projeto político daquele contexto social, que cria seres úteis à manutenção do capitalismo, destituídos de sentimentos, de coletividade, de empatia. Estes homens sintetizam o “homem de massa”, que tem como principal característica, nem “a brutalidade nem a rudeza, mas o seu isolamento e a sua falta de relações sociais normais” (Arendt, 1998, p. 367), afirma Hannah Arendt.

Resultantes de um processo que resulta na perda total do sentimento de coletividade e solidariedade, substituído pelo individualismo e egoísmo, que o homem experimenta quando percebe a necessidade de prover sua subsistência, se demonstra em *Cegueira*, compreendido, por exemplo, pela mulher do médico: “quando começar a tornar-se difícil encontrar água e comida, o mais certo é que estes grupos se desagreguem, cada pessoa pensará que sozinha poderá sobreviver melhor, não terá de repartir com outros, o que puder apanhar é seu, de ninguém mais” (Saramago, 1995, p. 245).

Além disso, o terror e a violência também colaboram para esse estado, ao ponto de o homem se comportar de forma tão submissa que chega a ser equiparado a um carneiro:

O que não estaria bem seria imaginar que estes cegos, em tal quantidade, vão ali como carneiros ao matadouro, balindo como de costume, um pouco apertados, é certo, mas essa sempre foi a sua maneira de viver, pêlo com pêlo, bafo com bafo, cheiro com cheiro. Aqui vão uns que choram, outros que gritam de medo ou de raiva, outros que praguejam. (Saramago, 1995, p. 112)

Essa relação conceitual, entretanto, não se constitui de forma avulsa e descompromissada na narrativa, pois remete a uma simbologia maior, que dialoga, por sua vez, com

nossa hipótese de que o homem retorna a sua condição germinal e animalesca, ao perder sua capacidade para sentir e pensar. Esse argumento, no que lhe diz respeito, está contido já em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, na emblemática alegoria do cordeiro, que representa, conforme argumentado anteriormente, a própria humanidade. Algumas passagens do romance trazem a comprovação dessa relação alegórica entre o cordeiro e a humanidade:

Logo, não tenho saída, Nenhuma, e não faças como o cordeiro irrequeto que não quer ir ao sacrifício, ele agita-se, ele geme que corta o coração, mas o seu destino está escrito, o sacrificador espera-o com o cutelo, Eu sou esse cordeiro, O que tu és, meu filho, é o cordeiro de Deus, aquele que o próprio Deus leva ao seu altar, que é o que estamos preparando aqui. (Saramago, 2005, p. 215)

E mais adiante:

Jesus morre, morre, e já o vai deixando a vida, quando de súbito o céu por cima da sua cabeça se abre de par em par e Deus aparece, vestido como estivera na barca, e a sua voz ressoa por toda a terra, dizendo, Tu és o meu Filho muito amado, em ti pus toda a minha complacência. Então Jesus compreendeu que viera trazido ao engano como se leva o cordeiro ao sacrifício, que a sua vida fora traçada para morrer assim desde o princípio dos princípios, e, subindo-lhe à lembrança o rio de sangue e de sofrimento que do seu lado irá nascer e alagar toda a terra, clamou para o céu aberto onde Deus sorria, Homens, perdoai-lhe, porque ele não sabe o que fez. (Saramago, 2005, p. 374)

Em *Ensaio sobre a Cegueira*, a animalização dos homens é que o conduz à condição alegórica de cordeiro, marcado pela passividade absoluta, ao temer perder-se do rebanho, e abrir mão da falsa sensação de segurança que possuíam no manicômio: “Mantêm-se juntos, apertados uns contra os outros, como um rebanho, nenhum deles quer ser a ovelha perdida, porque de antemão sabem que nenhum pastor os irá procurar” (Saramago, 1995, p. 211). Aqui se constrói, novamente, uma intertextualidade notória com *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, quando o narrador equipara as personagens a um rebanho de ovelhas, remetendo ao rebanho cuidado pelo Pastor/Diabo na referida obra, em que a ovelha salva do sacrifício é acolhida pelo diabo, sendo também motivo de sua admiração para com Jesus, conforme está na obra:

Disse Pastor, Sabia que a trovoada estava à tua espera, E eu devia sabê-lo, disse Jesus, Que cordeiro é esse, O dinheiro que tinha não chegava para comprar o cordeiro da Páscoa, por isso pus-me à beira da estrada a pedir, mas veio um velho e deu-me este que aqui vês, Por que não o sacrificaste, Não pude, não fui capaz. Pastor sorriu, Percebo melhor agora, esperou por ti, deixou-te vir em paz até ao rebanho para mostrar, à minha vista, a sua força. [...] E agora, esse cordeiro, que queres fazer

com ele, Nada, trouxe-o para que ficasse com o rebanho, Os cordeiros brancos são todos iguais, amanhã já não o reconhecerás no meio dos outros, Ele conhece-me, Chegará o dia em que começará a esquecer-te, além disso vai-se cansar de ser ele sempre a procurar-te, o remédio seria marcá-lo, dar-lhe um golpe numa orelha, por exemplo, Pobre bichinho, Não sei porquê, tu também estás marcado, cortaram-te o prepúcio para se saber a quem pertences, Não é o mesmo, Não devia ser, mas é. (Saramago, 2005, p.213-214).

A simbologia dessa ovelha pode ser aludida, por sua vez, tanto ao animal cuidado por Jesus, quanto ao próprio nazareno, que incorpora o papel de cordeiro sacrificado, vindo a figurar no evangelho de Saramago o sacrifício do homem. Toda essa discussão, a respeito desse homem que se condiciona a posição passiva, irá colaborar para a construção de uma ideia do homem de massa, pois o comportamento das personagens, assim como a forma como são construídos, inomináveis, capazes das mais absurdas e extremas violências para garantir sua permanência no mundo, os levam a possibilidade de os percebermos como representação estética dos sujeitos de massa que consomem o mundo hoje, e que nos conduzem para um caminho de medo e pavor.

Ainda outra vez, em *Ensaio sobre a Cegueira*, os cegos são remetidos como ovelhas: “Iam como podiam, cada um por si, o cão das lágrimas ora adiante ora atrás, como se tivesse nascido para cão de rebanho, com ordem de não perder nenhuma ovelha” (Saramago, 1995, p. 256). Nesta passagem, ocorre a migração do grupo dos primeiros cegos à casa do médico e de sua mulher, que ocupará nessa simbologia o papel de condutora do rebanho, de pastora, de cuidadora, que outrora em *O evangelho segundo Jesus Cristo* foi cumprido pelo diabo e por Jesus. Ela representa, portanto, não o homem, mas a mulher que irá encaminhar esse bando, que traduz a salvação da humanidade à sobrevivência e superação de um mundo em decadência, que o próprio homem construiu e destruiu.

O abandono do governo irá abrir um espaço vazio, que será ocupado por um grupo paralelo de cegos, nomeados como “cegos malvados”, guiados, em parte, por um deles que conseguia perceber as coisas de modo diferente e de outra cor, pois perdera a capacidade da visão muito antes da epidemia. Assim, naquele contexto, esse cego, que vê tudo preto, e não branco, demonstra possuir mais habilidade de sobrevivência, uma vez que já estava habituado a essa incapacidade e aprendera a conviver com ela. O tipo de poder e controle que irão exercer, entretanto, é o da violência e da exploração do mais fracos:

O da pistola continuou, Está dito e não há volta atrás, a partir de hoje seremos nós a governar a comida, ficam todos avisados, e que ninguém tenha a ideia de ir lá fora busca-la, vamos pôr guardas nesta entrada, sofrerão as consequências de qualquer tentativa de ir contra as ordens,

a comida passa a ser vendida, quem quiser comer, paga, Pagamos como, perguntou a mulher do médico. [...] Cada camarata nomeará dois responsáveis, esses ficam encarregados de recolher os valores, todos os valores, seja qual for a sua natureza, dinheiro, jóias, anéis, pulseiras, brincos, relógios, o que lá tiverem, e levam tudo para a terceira camarata do lado esquerdo. (Saramago, 1995, p. 140)

Quando não há mais bens e dinheiro a que os cegos malvados possam extorquir, encontram outra forma de explorar os demais, mantendo a posição de poder sobre eles, por meio da exploração sexual das mulheres das outras alas, em troca de alimentos:

Passada uma semana, os cegos malvados mandaram recado de que queriam mulheres. Assim, simplesmente, Tragam-nos mulheres. Esta inesperada, ainda que não de todo insólita, exigência causou a indignação que é fácil imaginar, os aturdidos emissários que vieram com a ordem voltaram logo lá para comunicar que as camaratas, as três da direita e as duas da esquerda, sem exceção dos cegos e cegas que dormiam no chão, haviam decidido, por unanimidade, não acatar a degradante imposição, objectando que não se podia rebaixar a esse ponto a dignidade humana, neste caso feminina. (Saramago, 1995, p. 165)

Não haverá escolha para as mulheres que, mais uma vez, cumprem o importante papel de carregar as maiores responsabilidades pela humanidade, embebidas de traços constitutivos que revelam sua força e natureza, dado comum nas narrativas de Saramago. As passagens em que os constantes e violentos estupros ocorrem possuem descrição bestial, sendo, nomeadamente, as passagens mais aterradoras do romance, como se o escritor quisesse nos alertar para a dureza da condição de ser mulher, em que somos duplamente coisificadas, animalizadas, como é exemplo a simbólica morte da cega das insónias, que perde a vida durante um desses brutais rituais sexuais:

Amanhecia quando os cegos malvados deixaram ir as mulheres. A cega das insónias teve de ser levada dali em braços pelas companheiras, que mal se podiam elas próprias, arrastar. Durante horas haviam passado de homem em homem, de humilhação em humilhação, de ofensa em ofensa, tudo quanto é possível fazer a uma mulher deixando-a ainda viva. [...] Nesse preciso momento a cega das insónias foi-se abaixo das pernas, literalmente, como se lhas tivessem decepado de um golpe, foi-se-lhe também o coração abaixo, nem acabou a sístole que tinha começado, finalmente ficámos a saber por que não podia esta cega dormir, agora dormirá, não a acordemos. Está morta, disse a mulher do médico, e a sua voz não tinha nenhuma expressão, se era possível uma voz assim, tão morta como a palavra que dissera, ter saído de uma boca viva. Levantou em braços o corpo subitamente desconjuntado, as pernas ensanguentadas, o ventre espancado, os pobres seios descobertos, marcados com fúria, uma mordedura num ombro, Este é o retrato do meu corpo, pensou, o retrato do corpo de quantas aqui vamos, entre estes insultos e as nossas dores não há mais do que uma diferença, nós, por enquanto, ainda estamos vivas. (Saramago, 1995, p. 178-179)

Será a atitude de uma mulher, a do médico, que irá promover a revolução necessária para a libertação de todos os cegos do manicômio daquela situação de sujeição. Após a morte da cega das insônias, ela mata o chefe dos malvados em um ato heroico de redenção, pelo bem comum, mas principalmente por todas as mulheres que foram e vinham sendo violadas:

Enquanto lentamente avançava pela estreita coxia, a mulher do médico observava os movimentos daquele que não tardaria a matar, como o gozo o fazia inclinar a cabeça para trás, como já parecia estar a oferecer-lhe o pescoço. Devagar, a mulher do médico aproximou-se, rodeou a cama e foi colocar-se por trás dele. A cega continuava no seu trabalho. A mão levantou lentamente a tesoura, as laminas um pouco separadas para penetrarem como dois punhais. Nesse momento, o último, o cego pareceu dar por uma presença, mas o orgasmo retirara-o do mundo das sensações comuns, privara-o de reflexos. Não chegarás a gozar, pensou a mulher do médico, e fez descer violentamente o braço. A tesoura enterrou-se com toda a força na garganta do cego, girando sobre si mesma lutou contra as cartilagens e os tecidos membranosos, depois furiosamente continuou até ser detida pelas vértebras cervicais. O grito mal se ouviu, podia ser o ronco animal de quem estivesse a ejacular, como a outros já estava sucedendo. e talvez o fosse, na verdade, ao mesmo tempo que um jacto de sangue lhe regava em cheio a cara, a cega recebia na boca a descarga convulsiva do sémen. Foi o grito dela que alarmou os cegos, de gritos tinham experiência de sobra, mas este não era como os outros. (Saramago, 1995, p. 185-186)

O cego morre em meio ao gozo, confundido entre o prazer e a dor. O que movera a mulher do cego a praticar tal ato, em defesa de si e de todas as outras mulheres, se confunde entre coragem e medo, mas o certo é que enfim, ela, enquanto única que permanece capaz de enxergar, promove a redenção daquele grupo de mulheres que ali se encontrava em estado de exploração bestial, revertendo agora a posição de quem profere as ordens e de quem as obedece: “Desferindo golpes à esquerda e à direita, foi abrindo caminho. Agora eram os cegos que gritavam, que se atropelavam, que subiam uns por cima dos outros. [...] A mulher do médico não queria matar, só queria sair o mais depressa possível, sobretudo não deixar atrás de si nenhuma cega” (Saramago, 1995, p. 187).

Apesar da forma como o assassinato é executado, bastante realista e impactante, pela proximidade da violência narrada, a personagem não é condenada em função de seu ato, pelo contrário, a narrativa e os fatos nos permitem compreender que ela não tivera outra saída a não ser escolher entre ela e os seus, e a estrutura de poder que se estabeleceu no ambiente interno do manicômio. Prova disso é a sensação da mulher após o cometimento do assassinato:

Os olhos nublaram-se-lhe, Vou cegar, pensou, mas logo compreendeu que ainda não ia ser desta vez, eram só lágrimas o que lhe cobria a visão, lágrimas como nunca as tinha chorado em toda a sua vida, Matei, disse em voz baixa, quis matar e matei. [...] As lágrimas continuavam a correr, mas lentas, serenas, como diante de um irremediável. Levantou-se a custo. Tinha sangue nas mãos e na roupa, e subitamente o corpo exausto avisou-a de que estava velha, Velha e assassina, pensou, mas sabia que se fosse necessário tornaria a matar, E quando é que é necessário matar, perguntou-se a si mesma enquanto ia andando na direcção do átrio, e a si mesma respondeu, Quando já está morto o que ainda é vivo. (Saramago, 1995, p. 189)

Essa culpa irá acompanhá-la durante toda a narrativa, o que comprova a permanência de sua humanidade, pois, mesmo sendo capaz de praticar um ato tão atroz, apesar de justificado pelo bem comum, como seu esposo argumenta: “O médico segurou a mão da mulher, depois perguntou, Ainda há quem esteja aqui a pensar em descobrir quem matou aquele, ou estaremos de acordo em que a mão que o foi degolar era a mão de todos nós” (Saramago, 1995, p. 193), ela sente remorso, mas não arrependimento.

O sentimento que essa passagem do romance desperta no leitor é também de alívio e satisfação, a despeito de todo o mal que o cego malvado e os seus foram capazes de exercer na obra. Nesse sentido, vale lembrar que a estrutura de valores éticos e morais que imperam no mundo real não se aplica ao universo do texto. Portanto, o leitor possui liberdade artística para se comprazer de tal vingança.

Contudo, seu ato irá conduzi-la a uma transformação definitiva, que ocorre como uma espécie de epifania, levando a mulher do médico e o leitor, ao reconhecimento de que o mundo não é mais o mesmo, e de que a partir desse momento é necessário se adaptar às circunstâncias para garantir sua sobrevivência e a do grupo guiado por ela. Essa clareza da personagem se traduz como a lucidez delineada na narrativa, que versa a respeito da nossa consciência do estado atual das coisas, principalmente da humanidade.

Após essa constatação, a necessidade de fugir daquele ambiente se torna latente, pois a permuta de poder e a escassez de alimentos, acompanhada pelo abandono das forças e do assistencialismo governamental torna a permanência ali insustentável:

Pela porta do átrio que dá para a cerca exterior entra uma difusa clareza que cresce pouco a pouco, os corpos que estão no chão, mortos dois deles, os outros vivos ainda, vão lentamente ganhando volume, desenho, traços, feições, todo o peso de um horror sem nome, então a mulher do médico compreendeu que não tinha qualquer sentido, se o havia tido alguma vez, continuar com o fingimento de ser cega, está visto que aqui já ninguém se pode salvar, a cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança. (Saramago, 1995, p. 204)

Novamente, quem conduz a ruptura do estado das coisas é a mulher do médico, resoluta, ela inicia um incêndio no manicômio, que irá obrigar todos a libertarem-se:

A mulher está de joelhos à entrada da camarata, mesmo junto às camas, puxa devagar os cobertores para fora, depois levanta-se, faz o mesmo na que está por cima, ainda na terceira, à quarta não lhe alcança o braço, não importa, os rastilhos estão preparados, agora é só chegar-lhes o fogo. [...] ouve os gritos dos malvados lá dentro, foi nesse momento que pensou, E se eles têm água, se vão conseguir apagar, desesperada meteu-se debaixo da primeira cama, passeou o isqueiro ao comprido do colchão, aqui, além, então de repente as chamas multiplicaram-se, transformaram-se numa única cortina ardente. (Saramago, 1995, p. 206-207)

O fogo rapidamente toma proporções irreversíveis, principalmente naquele contexto, de escassez de água, de visão e de organização, culminando no pânico geral.

Então, para simplificar, aconteceu tudo ao mesmo tempo, a mulher do médico anunciou em altas vozes que estavam livres, o telhado da ala esquerda veio-se abaixo com medonho estrondo, esparrinhando labaredas por todos os lados, os cegos precipitaram-se para a cerca gritando, alguns não conseguiram, ficaram lá dentro, esmagados contra as paredes, outros foram pisados até se transformarem numa massa informe e sanguinolenta, o fogo que de repente alastrou fará de tudo isto cinzas. O portão está aberto de par em par, os loucos saem. (Saramago, 1995, p. 210)

Quando se deparam com a possibilidade da libertação, entretanto, os cegos reagem temerosos, pois sua reação é a da sujeição, da adaptação às ordens e respeito às condutas pré-estabelecidas. Esses homens não sabem gerir suas vidas, não são capazes de sobreviver sem que haja alguém que lhes diga como, como nos é possível perceber na obra, no momento em que os portões do manicômio são enfim abertos:

Diz-se a um cego, Estás livre, abre-se-lhe a porta que o separava do mundo, Vai, estás livre, tornamos a dizer-lhe, e ele não vai, ficou ali parado no meio da rua, ele e os outros, estão assustados, não sabem para onde ir, é que não há comparação entre viver num labirinto racional, como é, por definição, um manicômio, e aventurar-se, sem mão de guia nem trela de cão, no labirinto dementado da cidade, onde a memória para nada servirá, pois apenas será capaz de mostrar a imagem dos lugares e não os caminhos para lá chegar. Postados diante do edifício que já arde de uma ponta à outra, os cegos sentem na cara as ondas vivas do calor do incêndio, recebem-nas como algo que de certo modo os resguarda, tal como as paredes tinham sido antes, ao mesmo tempo, prisão e segurança. (Saramago, 1995, p. 211)

O mundo que encontram fora do manicômio não é o mesmo que aqueles cegos haviam deixado, nem mesmo o que o velho da venda preta havia descrito, era muito pior,

o cenário era de guerra, e aquele grupo guiado pela mulher do médico precisará aprender a viver nele, a começar pela aceitação de que talvez não tenham mais aquilo que um dia chamaram de lar, como a personagem descobre em um dos primeiros diálogos no exterior do manicômio:

Vocês os que estiveram na quarentena têm muito que aprender, não sabem como é fácil ficar sem casa, Não compreendo, Os que andam em grupo, como nós, como quase toda a gente, quando temos de procurar comida somos obrigados a ir juntos, é a única maneira de não nos perdermos uns dos outros, e como vamos todos, como ninguém ficou a guardar a casa, o mais certo, supondo que tínhamos conseguido dar com ela, é estar já ocupada por outro grupo que também não tinha podido encontrar a sua casa, somos uma espécie de nora às voltas, ao princípio houve algumas lutas, mas não tardámos a perceber que nós, os cegos, por assim dizer, não temos praticamente nada a que possamos chamar nosso, a não ser o que levarmos no corpo, A solução estaria em viver dentro duma loja de comidas, ao menos enquanto elas durassem não seria preciso sair. (Saramago, 1995, p. 216)

Entretanto, no que diz respeito ao estado dos homens, o que encontram no mundo, não difere muito daquilo que haviam fugido, pois o estado dos homens no exterior do manicômio é também de desumanização, de animalização. É uma constatação a que a própria mulher do médico chega:

Como está o mundo, tinha perguntado o velho da venda preta, e a mulher do médico respondeu, Não há diferença entre o fora e o dentro, entre o cá e o lá, entre os poucos e os muitos, entre o que vivemos e o que teremos de viver, E as pessoas, como vão, perguntou a rapariga dos óculos escuros, Vão como fantasmas, ser fantasma deve ser isto, ter a certeza de que a vida existe, porque quatro sentidos o dizem, e não a poder ver. (Saramago, 1995, p. 233)

A comparação entre o estado das pessoas e uma condição de fantasmagoria traduz a profundidade da questão que tanto almejamos colocar aqui, que tenciona a denúncia de um estado de desumanização do sujeito humano a que somos conduzidos, quando desfeitos da capacidade de enxergar o mundo, despido das ilusões imagéticas que construímos historicamente para significar nossa existência, e que acabaram por nos suplantar, ao passo em que nos tornamos incapazes de viver sem a aparência das coisas. Essa é a descoberta compartilhada entre a mulher do médico e seu grupo:

Foi à mesa que a mulher do médico expôs o seu pensamento, Chegou a altura de decidirmos o que devemos fazer, estou convencida de que toda a gente está cega, pelo menos comportavam-se como tal as pessoas que vi até agora, não há água, não há electricidade, não há abastecimentos de nenhuma espécie, encontramos-nos no caos, o caos autêntico deve de

ser isto, [...] Pode ser que a humanidade venha a conseguir viver sem olhos, mas então deixará de ser humanidade, o resultado está à vista, qual de nós se considerará ainda tão humano como antes cria ser. [...] Disseste que há grupos organizados de cegos, observou o médico, isso significa que estão a ser inventadas maneiras novas de viver, não é forçoso que acabemos destroçados, como prevês, Não sei até que ponto estarão realmente organizados, só os vejo andarem por aí à procura de comida e de sítio para dormir, nada mais, Regressámos à horda primitiva, disse o velho da venda preta, com a diferença de que não somos uns quantos milhares de homens e mulheres numa natureza imensa e intacta, mas milhares de milhões num mundo descamado e exaurido, E cego, acrescentou a mulher do médico. (Saramago, 1995, p. 244-245)

Essa constatação funciona como ruptura na obra, pois, munidos da certeza de que os homens já não são mais capazes de amar, de se organizar, de viver em sociedade, o grupo dos primeiros cegos reconhece a desumanização coletiva e sintomática dos outros, tentando manter o mínimo de humanidade possível entre eles, para que possam sobreviver, na esperança que paira silenciosamente, de que dias melhores virão.

Além disso, esse momento será bastante simbólico para a *Teologia Humanista* de Saramago, pois é o momento em que assume a degeneração do homem, mas realoca a esperança nele, aliada à necessidade da construção de um mundo novo, onde serão reconstruídos os valores e a humanidade, para que então o mundo, verdadeiramente, possa mudar, pelo homem, e para o homem.

Tão longe estamos do mundo que não tarda que comecemos a não saber quem somos. nem nos lembrámos sequer de dizer-nos como nos chamamos, e para quê. [...] é pelo cheiro que identifica e se dá a identificar nós aqui somos como uma outra raça de cães, conhecemo-nos pelo ladrar, pelo falar, o resto feições, cor dos olhos, da pele, do cabelo, não conta, é como se não existisse. (Saramago, 1995, p. 64)

Esse testemunho da desumanidade a que o homem é capaz de chegar, vislumbrada na obra por meio de uma metáfora distópica, muito mais reveladora do que gostaríamos, dialoga com o fato de que Saramago situa o ser humano no centro de tudo, responsabilizando-o pelo mundo que ele construiu, e isso não inclui apenas o universo da positividade, mas da negatividade também. Para ele,

no mundo do inteligível, do que se pode entender, compreender, nós somos os únicos que podemos ter uma noção do universo, uma noção de vida. [...] somos o centro [de todas as coisas], mas é um centro que tem de ser responsável por si mesmo e responsável pelos outros. (Saramago *apud* Aguilera, 2010, p. 162-163).

Entretanto, pensar na forma como isso se coloca na narrativa em análise, sobretudo, pelo olhar da mulher do médico e de seu grupo, mantém a certeza de que, se há alguma possibilidade de redenção para este mundo, ela está no ser humano.

Contudo, parece-nos que, para essa redenção acontecer, se faz necessário a humanidade se “purificar”, retornando a um estado ontológico, original, mas mesmo assim bestial, pois “só num mundo de cegos as coisas serão o que verdadeiramente são” (SARAMAGO, 1995, p. 128). Dessa forma, o mundo habitado por este homem irá se mostrar, quando tudo produzido sob a falsa crença de necessidade se torna obsoleto:

O lixo nas ruas, que parece ter-se duplicado desde ontem, os excrementos humanos, meio liquefeitos pela chuva violenta os de antes, pastosos ou diarreicos os que estão a ser eliminados agora mesmo por estes homens e estas mulheres enquanto vamos passando, saturam de fedor a atmosfera, como uma névoa densa através da qual só com grande esforço é possível avançar. Numa praça rodeada de árvores, com uma estátua ao centro, uma matilha de cães devora um homem. Devia ter morrido há pouco tempo, os membros não estão rígidos, nota-se quando os cães os sacodem para arrancar ao osso a carne filada pelos dentes. Um corvo saltita à procura de uma aberta para chegar-se também à pitaça. A mulher do médico desviou os olhos, mas era tarde de mais, o vômito subiu-lhe irresistível das entranhas, duas vezes, três vezes, como se o seu próprio corpo, ainda vivo, estivesse a ser sacudido por outros cães, a matilha da desesperação absoluta, aqui cheguei, quero morrer aqui. (Saramago, 1995, p. 251)

Conforme avança a narrativa, e os cegos passam a se ambientar com sua condição, mais se aproximam da essência animalesca que os compõem, tendo início esse processo a partir do momento em que cegam, como constata o médico, ao perceber que as práticas do cotidiano necessárias à existência, que distinguem o homem de um animal irracional, seriam, naquele ambiente, desafiadoras:

Depois quis limpar-se, mas não havia papel. Apalpou a parede atrás de si, onde deveriam estar os suportes dos rolos ou os pregos em que, à falta de melhor, se teriam espetado uns bocados de papel qualquer. Nada. Sentiu-se infeliz desgraçado a mais não poder, ali com as pernas arqueadas, amparando as calças que roçavam no chão nojento, cego, cego, cego, e, sem poder dominar-se, começou a chorar silenciosamente. [...] o instante, movido por um desconcertante sentimento de pudor, o médico tinha subido as calças. Depois baixou-as, quando calculou que estaria sozinho, mas não foi a tempo, sabia que estava sujo, sujo como não se lembrava de ter estado alguma vez na vida. Há muitas maneiras de tornar-se animal, pensou, esta é só a primeira delas. (Saramago, 1995, p. 97)

O que ocorre aqui é o retorno do homem a sua condição original de animal, mesmo contra sua vontade, pois todos os princípios estabelecidos pela evolução se tornam, neste

ambiente, neste novo mundo, impraticáveis. Os homens, por sua vez, entregam-se ao instinto de sobrevivência, abandonando as regras sociais que criaram para estabelecer uma existência harmônica e racional no mundo, pois, quando sua sobrevivência está sendo ameaçada, seus instintos mais naturais reagem, como no caso dos mantimentos, que se tornam motivo de embate constante entre os cegos:

Mais corajosos, ou mais fatalistas, nem sempre a distinção é fácil, dois dos contagiados avançaram, e já estavam quase a tocar com as mãos gulosas na primeira caixa quando no vão da porta que dava para a outra ala apareceram uns quantos cegos. [...] Os cegos moviam-se como cegos que eram, às apalpadelas, tropeçando, arrastando os pés, não obstante, como se estivessem organizados, souberam repartir as tarefas eficazmente, alguns deles, patinhando no sangue pegajoso e no leite, começaram logo a retirar e transportar os cadáveres para a cerca, outros ocuparam-se das caixas, uma por uma, as oito que tinham sido largadas pelos soldados. [...] Em pouco tempo o átrio ficou vazio, sem outros sinais que a mancha grande do sangue, e outra pequena tocando-a, branca, do leite que se entornara, mais do que isto só os rastros cruzados dos pés, pegadas vermelhas ou simplesmente húmidas. (Saramago, 1995, p. 91-92)

Conforme podemos notar, essa reaproximação com a essência animalesca do homem, é oportunizada não só pelos conflitos que se estabelecem no manicômio, decorrentes de seu estado de cegueira, mas pelo próprio ambiente, pois enclausurados naquele espaço, os sujeitos reagem de forma a desconsiderar todas as regras que respeitavam fora dele, se tornando assim um não lugar, em que a moral e a ética não são necessárias, por mais que algumas personagens ainda insistam em resgatá-las, recorrendo à necessidade de respeito aos direitos humanos. Em alguns casos, inclusive houve tentativas mal-sucedidas de revolta, que eficazmente foram silenciadas:

Então ouviu-se a voz seca do altifalante. [...] Quando a voz se calou, levantou-se um coro indignado de protestos, Estamos fechados, Vamos morrer aqui todos, Não há direito, Onde estão os médicos que nos tinham prometido, isto era novidade, as autoridades tinham prometido médicos. assistência. talvez mesmo a cura completa. (Saramago, 1995, p. 73-74)

Entretanto, o que se coloca como significativo, em nossa concepção, é o fato de a obra transparecer um horror que já existia, pois, tais práticas, potencializadas e amplificadas no texto, habitavam o interdito, se revelando para nós. Aliada a essa reflexão, percebemos também uma visão tênue que a obra projeta, perpassada pela esperança e a desesperança, operadas pela incapacidade de os direitos humanos serem respeitados no ambiente sombrio ali tensionado, decorrentes do fato de que seus deveres também não são

cumpridos, o que os ensina a serem animais, como constata a mulher do médico, única capaz de perceber o processo de brutalização a que àquelas pessoas estão condicionadas: “Estes cegos, se não lhes acudirmos, não tardarão a transformar-se em animais, pior ainda, em animais cegos. [...] Há que dar remédio a este horror, não aguento, não posso continuar a fingir que não vejo” (Saramago, 1995, p. 134).

Os cegos da camarata da mulher do médico são os únicos a conservar um pouco de humanidade, exatamente por serem guiados por ela na conservação de seus deveres mínimos para com a manutenção de sua dignidade de pessoa humana, pois como a própria personagem assevera: “Se não formos capazes de viver inteiramente como pessoas, ao menos façamos tudo para não viver inteiramente como animais, tantas vezes o repetiu, que o resto da camarata acabou por transformar em máxima, em sentença, em doutrina, em regra de vida” (Saramago, 1995, p. 119). O resultado, conforme observamos desde o início da partilha de suas vidas no manicômio, é uma organização com indícios de humanização:

Quanto à primeira camarata, talvez por ser a mais antiga e portanto estar há mais tempo em processo e seguimento de adaptação ao estado de cegueira, um quarto de hora depois de os seus ocupantes terem acabado de comer já não se via um papel sujo no chão, um prato esquecido, um recipiente pingando. Tudo havia sido recolhido, as coisas menores metidas dentro das maiores, as mais sujas metidas dentro das menos sujas, como o determinaria uma regulamentação de higiene racionalizada, tão atenta à maior eficácia possível na recolha dos restos e detritos como à economia do esforço necessário para realizar esse trabalho. A mentalidade que forçosamente haverá de determinar comportamentos sociais deste tipo não se improvisa nem nasce por geração espontânea. (Saramago, 1995, p. 118-119)

Entretanto, o período em que os homens, com exceção do grupo dos primeiros cegos, passaram isolados no manicômio, foi como que um processo de retorno à essência do homem, animalesca e instintiva, pois aos poucos, aos olhos do leitor, eles vão perdendo a capacidade de relacionar-se socialmente, e de seguir as regras morais e éticas que foram calcadas e solidificadas historicamente pela sua raça, e que reconheciam a harmonia e o equilíbrio coletivo como princípio.

O retorno ao individualismo absoluto, que a contemporaneidade preconiza, remete a uma forma originária de existência do homem, em um momento germinal de sua história no mundo, vista sob um ponto de vista científico, e não religioso. Isso porque a capacidade de sociabilização da espécie humana é considerada um dado evolutivo. Nesse sentido, Peter Ludwig Berger (1985) argumenta que, ao nascer, o homem encontra um

mundo biológico pronto para existir, entretanto, esse mundo objetivo não é suficiente para suprir todas as aspirações suscitadas pela existência humana.

Portanto, o homem cria um mundo cultural para preencher tais espaços, nesse contexto de ajustamento do mundo à humanidade, como forma de significar aspectos da existência humana, de criar um cosmos que o transcenda e o inclua, na tentativa de explicar aquilo que ele ainda não foi capaz de desvendar, necessariamente o que foge às determinações biológicas.

Dessa forma, “o homem não possui uma relação preestabelecida com o mundo” (Berger, 1985, p. 18), necessitando, portanto, que construa um mundo para si. Colocando de uma maneira mais clara, desde o princípio da existência do homem no mundo, o que ele encontra, ao nascer, é um mundo biológico pronto. Entretanto, esse mundo não é suficiente para suprir suas necessidades existenciais, é insatisfatório. Logo, o sujeito precisa moldá-lo e adaptá-lo para que possa assim habitá-lo. Para isso, ele faz uso da atividade humana, já que está inserido em um ambiente precedente a seu aparecimento, mas que não considera ideal para sua sobrevivência.

Assim, nos é possível chegar à constatação de que o homem não só produz um mundo, como produz a si mesmo. “Biologicamente privado de um mundo do homem, constrói um mundo humano. Esse mundo, naturalmente, é a cultura. Seu encorpo fundamental é fornecer à vida humana as estruturas firmes que lhe faltam biologicamente” (Berger, 1985, p. 19). Porém, o que percebemos na obra em análise é um movimento de retorno à condição primitiva do homem, dessubjetivado, desenraizado. E isso se coloca de forma notória no texto, por meio, inclusive, do modo como esses sujeitos passam a se comportar para adaptar-se à nova realidade imposta:

Em circunstâncias diferentes, o grotesco espectáculo teria feito rir à gargalhada o mais sisudo dos observadores, era de morrer, uns quantos cegos a avançarem de gatas, de cara rente ao chão como sumos, um braço adiante rasoando o ar, enquanto outros, talvez com medo de que o espaço branco, fora da protecção do tecto, os engolissem, se mantinham desesperadamente aferrados à corda e apuravam o ouvido, à espera da primeira exclamação que assinalaria o achamento das caixas. (Saramago, 1995, p. 105)

Podemos pensar, então, que a leitura da obra nos leva a uma reflexão a respeito da visão como um sentido condicionante da alienação, pois, o homem, ao perdê-la, se torna incapaz de movimentar-se socialmente, nos remetendo também ao princípio dos valores humanos como algo superficial, sustentado na imagem reveladora de uma

fragilidade profunda. Desse modo, essa ausência total de visão consome drasticamente o mundo, pois possui uma força implacável.

Assim, o homem que reage apenas aos instintos é um sujeito não pensante. Dessa forma, é com todos os cegos, ao perderem a capacidade de ver o mundo, se desligando dele, assim como de suas capacidades humanas. Porém, nesse ambiente, a única que se mantém firme é a mulher do médico, que vê e logra manter acesa a humanidade de quem a cerca e de quem cuida, como se visse por eles, os lembrando constantemente o valor da vida e o horror da violência, aliadas ao instinto animalesco de sobrevivência do homem, que não está acima de sua capacidade para os sentimentos.

Entretanto, seu desafio, assim como de seu grupo, se coloca como algo quase impossível de se alcançar, pois, na medida em que avança a narrativa, ocorre o aprofundamento da condição de brutalização dos homens e mulheres habitantes daquele mundo, já que a animalização e desumanização dos sujeitos se agrava conforme a prática do mal se banalizada ainda mais.

3.3. “Não há limites para o mal”: a banalização do mal que há no homem

A banalização a qual nos referimos é compreendida na perspectiva desenvolvida por Hannah Arendt em *Eichmann em Jerusalém* (1999), enquanto algo não extraordinário, e que pode ser promovido por qualquer pessoa, um mal que não possui justificativa especial – um pecado, um trauma –, que pode ser infinito, e cometido por qualquer sujeito normal, como explica Hannah Arendt:

Há alguns anos, em relato sobre o julgamento de Eichmann em Jerusalém, mencionei a “banalidade do mal”. Não quis, com a expressão, referir-me a teoria ou doutrina de qualquer espécie, mas antes a algo bastante factual, o fenômeno dos atos maus, cometidos em proporções gigantescas – atos cuja raiz não iremos encontrar em uma especial maldade, patologia ou convicção ideológica do agente; sua personalidade destacava-se unicamente por uma extraordinária superficialidade (Arendt, 1993, p. 145).

Esse tipo de ato é executado por sujeitos representados por Eichmann, que corresponde ao “cidadão” das sociedades burocráticas modernas, que se move conforme as ordens, incapaz de pensar, destituído de espontaneidade.

Assim, o mal, em sua perspectiva banal, seria, portanto, uma prática constante, e sua justificativa está na automação do pensamento do homem, que com o avanço da burocratização das formas de poder e de domínio das sociedades modernas e

contemporâneas, o conduz a um lugar de dessubjetivação e coisificação, em que perde sua capacidade de pensar e de sentir, tornando-se, assim, propício a praticar também o mal, sem que isso se coloque como um problema moral, uma vez que seu bem-estar individual se impõe de forma prioritária em relação ao bem comum.

Nesse contexto, pensamos que a forma do mal projetada em Saramago ganha contornos decisivos em *Ensaio sobre a Cegueira*, pois nele vislumbramos um aspecto que passa a fazer parte da natureza do homem. Entretanto, importa destacar que, “em Saramago há uma procura constante de explicações para a natureza do mal, não apenas uma representação de seus efeitos” (Nogueira, 2022, p. 14), isso porque, conforme já mencionamos, os textos do autor compõem uma espécie de manual do comportamento do homem, que tensionam a discussão de temas existenciais, como o mal, por exemplo, que é enredado por meio de uma *Teologia Humanista*, em que Deus morre, efetivamente, e o homem assume a total responsabilidade pela sua existência, inclusive pelo mal que sofre e que pratica.

Entretanto, para compreendermos a problemática do mal que se coloca nesse contexto, como algo inerente a homem, e que faz parte de sua conduta moral, se faz necessário refletir a respeito da evolução histórica do fenômeno, como explica Ana Marcia Siqueira, em relatório de pesquisa dedicada ao mal:

A complexidade da problemática do mal envolve circunstâncias e óticas diversas não somente ligadas à religiosidade. A filosofia antiga refletiu acerca do mal sob a perspectiva ética. Com a propagação do cristianismo predominou o prisma religioso, a partir do final do século XIX, a discussão passou a focar mais o mal em si mesmo do que a sua problemática definição, e também passou a perscrutá-la enquanto conceito moral ou ético de uma dada sociedade. [...]

De modo geral, a conceituação de bem e mal depende de perspectivas culturais, morais e religiosas, de normas e de leis em um determinado período histórico. Assim, o que é mal para um não é necessariamente para outro. O que era considerado ruim ou errado há alguns anos deixa de sê-lo hoje, o que é visível nas mudanças observadas nos costumes. Nesta acepção, os conceitos de bem e mal estão relacionados à moralidade e às leis estabelecidas por uma dada sociedade e um dado período. [...]

Na visão da religiosidade, pensamos em comportamentos que são desviantes em relação aos padrões de conduta vistos como bons ou verdadeiros em oposição à ideia de pecado. Na perspectiva moral, refletimos sobre os juízos relativos aos comportamentos de terceiros ou de nós mesmos e sobre suas formas de justificação. (Siqueira, 2003, p. 3)

Dessa forma, as justificativas mais aceitas em relação à conceituação do mal dizem respeito à moralidade e à sabedoria. Ambas concordam com o pressuposto de que

ele se opõe ao bem, e que integra o ser humano. Moralmente, o mal é compreendido como um ato consciente do homem, e apenas um ser dotado de inteligência moral pode ser considerado mal, pois pratica suas ações conscientemente. Nesse sentido, a moralidade define que “o mal é qualquer obstáculo que impede um ser de alcançar a perfeição que, não fosse por isso, ele poderia atingir. O mal impede os indivíduos de realizar seus desejos e satisfazer suas necessidades” (Jeha, 2007, p. 11), gerando, dessa forma, o sofrimento.

Todavia, com o advento da modernidade e de todos os eventos sociais e históricos que ela engloba, essa tese tornou-se impossível de ser mantida. A crença na Teodicéia e, portanto, no fato de que um ser supremo regia o destino de cada homem, é substituída pela fé no próprio homem, pela crença de que ele, por meio de sua compreensão moral, seria responsabilizado por suas escolhas e caminhos.

Dessa busca histórica da compreensão do mal, o ser humano foi aos poucos sendo implicado, desde quando as Teodicéias⁹ passam a se inclinar em responsabilizá-lo pelo mal, pautados na justificativa do mau uso que fazem do livre-arbítrio, vindo ele, o homem, a partir da ascensão do pensamento crítico, a ser cada vez mais incurso na intenção e na ação da prática do mal no mundo.

Nesse percurso, Immanuel Kant (1781), ao pensar sobre o mal, retoma a indagação: “de onde vem o mal?”, acrescida da dúvida “por que o praticamos?”, fortalecendo a ideia da responsabilidade humana sobre ele. Para Kant, a morte e a finitude são uma condição inerente ao homem, mas o mal se configura como uma arbitrariedade do universo.

Kant, portanto, compreende a discussão sobre mal como algo inerente, mas distante da percepção humana. Acredita que o homem é afetado, naturalmente, por boas e más disposições, então o bem e o mal subsistem na natureza humana, e influenciam na formação de seu caráter.

Retomando nossa argumentação, podemos inferir que esse é o momento em que o homem se converte em medida de todas as coisas, e, como tal, passa a ser responsabilizado por suas ações no mundo, o que promove uma ruptura na forma de compreender o mal, que é visto agora a partir das definições de Rousseau, como dividido entre o mal natural e o mal moral. Para o filósofo, o homem nasce com a capacidade inata e natural

⁹ Segundo Leibniz, é o conjunto de argumentos que, em face da presença do mal no mundo, procuram defender e justificar a crença na onipotência e suprema bondade do Deus criador, contra aqueles que, em vista de tal dificuldade, duvidam de sua existência ou perfeição. Conforme definido em: Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Editora Objetiva, 2001, verbete teodicéia, p. 2696.

para o bem e para o amor. Sendo assim, a causa do erro, do crime, da falta, diz Rousseau no *Emílio* (1995), não seria *externa* ao homem, (pré)determinada pela vontade divina, mas *interna*, isto é, fruto das suas próprias ações e escolhas.

O universo das causas naturais é, portanto, inexpugnável para o homem, mas a natureza lhe presenteou com a capacidade moral inata. Todos nascem com a habilidade de discernir entre a bondade e a generosidade, e os seus opostos. Essa capacidade, porém, deve ser cultivada, pois do contrário poderá ser facilmente mal guiada e distorcida (Castro, 2010, p. 2). Assim, no contexto contemporâneo, o mal ainda é um tema predominantemente religioso, em função de o Cristianismo ter sedimentado o ideário cultural ocidental. Entretanto, ele tem sido discutido e estudado como tema filosófico, moral e político.

Nesse sentido, Arendt retoma o pensamento de Rousseau, de que o homem nasce apto para o bem e para o amor, por isso quer a preservação do mundo e a responsabilização por ele. Isso pode, de certa forma, inibir o surgimento e a ação do mal inerente ao homem, originário de sua atual condição, enquanto ser imerso em um mundo tecnocrata, pois quanto mais o homem se entrega a essa condição da alienação moderna, que o conduz à categoria de massa, mais distante ele fica do caminho de volta, como está representado no *Ensaio sobre a Cegueira*, de Saramago, que planeia esse horizonte de possibilidade onde o homem alcança o máximo de sua reificação, para então relembrar que assim como sua natureza está para o mal, também está para o bem.

Por esse ângulo, a relação entre o pensamento de Arendt e a proposta de leitura de *Cegueira* dialoga de forma contundente, visto que a narrativa lança a ideia de redenção do homem a partir dele mesmo, do reconhecimento de sua orfandade em relação a Deus, e da necessidade de transformar seu modo de agir no mundo. A salvação estaria, portanto, pautada no próprio homem, e na sua capacidade para o bem, como discute o personagem do médico na obra em análise:

Estamos numa situação insustentável, É insustentável desde que aqui entrámos, e apesar disso vamo-nos aguentando, O senhor doutor é optimista, Optimista não sou, mas não posso imaginar nada pior do que o que estamos a viver, Pois eu estou desconfiado de que não há limites para o mau, para o mal, Talvez tenha razão, disse o médico, e depois, como se estivesse a falar consigo mesmo, Alguma coisa vai ter de suceder aqui, conclusão esta que comporta uma certa contradição, ou há afinal algo pior do que isto, ou daqui para diante tudo vai melhorar, ainda que pela amostra o não pareça (Saramago, 1995, p. 144-145)

A certeza de que alcançaram o limite do mal e da barbárie traz, de certa forma, conforto às personagens, pois para elas um mal maior que esse não pode haver, e o

caminho agora será do retorno à humanidade, à capacidade para o bem. A capacidade para a esperança é o que distingue o grupo dos primeiros cegos dos demais, uma esperança injustificável até, mas que funciona como uma metáfora para a forma como Saramago compreende o mundo e a potencialidade humana de transformá-lo, sob o pressuposto de que há um grupo de pessoas que, sem saber o motivo, estão juntas, se aproximando daquilo que o autor chama de “tribo da sensibilidade” (2001), conforme destaca seu narrador:

Há que reconhecer que os primeiros cegos trazidos a esta quarentena foram capazes, com maior ou menor consciência, de levar com dignidade a cruz da natureza eminentemente escatológica do ser humano. Mas agora, ocupados como se encontram todos os catres, duzentos e quarenta, sem contar os cegos que dormem no chão, nenhuma imaginação, por muito fértil e criadora que fosse em comparações, imagens e metáforas, poderia descrever com propriedade o estendal de porcaria que por aqui vai. Não é só o estado a que rapidamente chegaram as sentinas, antros fétidos, como deverão ser. No inferno, os desaguadoiros das almas condenadas, é também a falta de respeito de uns ou súbita urgência de outros que, em pouquíssimo tempo, tornaram os corredores e outros lugares de passagem em retretes que começaram por ser de ocasião e se tornaram de costume. (Saramago, 1995, p. 133)

Em contraponto, Carlos Nogueira lança uma proposta de leitura muito interessante a respeito do mal colocado na obra de Saramago, em seu livro *O mal na obra de Saramago* (2022), em que traz a discussão da ideia da aproximação do conceito de banalidade do mal aplicado à obra do autor. Porém, a opinião de Nogueira é um tanto divergente da nossa, mas nos conduz a uma discussão bastante interessante e reveladora, a de que a banalização completa do sujeito não é possível, tese com a qual concordamos. Destacamos, porém, que a obra do autor chegou até nós após termos iniciado nossa pesquisa, porém, julgamos necessário trazer suas conceituações à tona, sobretudo para discutir com nossa perspectiva, em função da riqueza e diversidade das discussões postas nela.

Nogueira compreende e articula sua ideia sobre o mal como um misto entre a banalidade (Arendt) e o radicalismo (Kant), regimentada no “princípio da responsabilidade e da escolha moral de cada um” (Nogueira, 2022, p. 77). Contudo, o estudioso não vai tão a fundo na questão proposta, sobretudo quando pensa o *Ensaio sobre a Cegueira*, pois sua análise não ultrapassa a questão do ladrão de carros, que é comparado a Eichmann pelo autor, principal mote para o desenvolvimento da teoria da banalização do mal de Arendt. Entretanto, Nogueira esclarece que aproxima as duas figuras não na intenção

de compará-las de forma gratuita, e sem considerar a natureza de cada um, mas no sentido de um iluminar o outro. Para ele, portanto:

Poderíamos incorrer na tentação de enquadrar essa personagem na definição de mal de Hannah Arendt, que dizia não acreditar num mal *radical* (profundo, enraizado na estrutura moral do sujeito, tal como o bem), mas sim num mal ‘banal’: um fenômeno sem raízes, superficial e mecânico, praticado pelo mais comum dos indivíduos, pelas pessoas mais normais. Com isto [...] poderíamos chamar o erro de Hannah Arendt. (Nogueira, 2022, p. 233)

Para o estudioso, a compreensão da filósofa está pautada em um erro, de considerar o mal exclusivamente como banal, desconsiderando sua perspectiva radical. Nogueira argumenta:

Ora, nem um simples ladrão de automóveis, [...] manietado e oprimido por quem verdadeiramente detém esse negócio ilícito, é incapaz de pensar crítica e reflexivamente, de olhar para o outro e se ver a si mesmo. Ele terá roubado o carro não por um efeito automático explicado pela sua submissão a um mal banal, por cuja ocorrência ele seria apenas o executor, mas porque sentiu uma falha moral (a desconfiança) no comportamento do cego em relação ao ato (a ajuda desinteressada, altruísta) que praticou. (Nogueira, 2022, p. 235)

A compreensão de Nogueira a respeito da tese de Arendt sobre o mal está amparada no que ele considera o erro de pensar que o homem se isenta de sua capacidade moral quando está diante da prática de ações negativas. Para o autor, “o conceito de banalidade do mal, combinado com o de mal radical, recobre o comportamento e a disposição ético-moral de um burocrata como Eichmann” (Nogueira, 2022, p. 248). Assim, considera que “o mal banal é radical, e, o que é o mesmo, que o mal radical é banal. Mal banal, isto é, vulgar, trivial, praticado como que levianamente, mas nem por isso sem profundidade, com raízes na personalidade de quem o pratica (mal radical)” (Nogueira, 2022, p. 248), sob o pressuposto de que:

O ladrão de automóveis está sujeito ao mal radical, mas o narrador dá-nos a entender que ele, em qualquer momento, pode fazer prevalecer a sua vontade e negar a dominação da regra do mal. [...] O roubo é moralmente condenável, mas essa regra não escapa necessariamente a variáveis que podem justificar o ato de roubar. (Nogueira, 2022, p. 253)

Eichmann, por sua vez, segundo Nogueira, assim como os cegos malévolos, “se entregam totalmente ao mal radical enquanto sujeição das regras do bem às regras do mal” (Nogueira, 2022, p. 254). Consideramos a análise do autor problemática e equivocada, ou pelo menos simplificada, tanto quando se refere à perspectiva do mal banal

(Arendt), quanto do radical (Kant), sobretudo porque a pensa de um modo geral, aplicada à amplitude da obra de Saramago.

Além disso, não consideramos a aproximação feita entre estes cegos e Eichmann tão absoluta, pois, conforme discute Hannah Arendt (1999), o sujeito nazista é construído por um processo que envolve a percepção de uma ideologia que reconhece sua suposta superioridade, o “autorizando” a sujeitar os outros, sendo esse um dado definidor do papel que irão ocupar em um conjuntura marcada pela extrema burocratização. Esses outros, são, portanto, completamente destituídos de subjetividade, e considerados indignos de conviver ou pertencer a essa nova sociedade forjada em alicerces nazistas.

Os cegos malvados de Saramago, entretanto, não possuem um pensamento organizado e modificado conforme a ascensão do regime ditatorial que se constitui naquele espaço, são conduzidos, pelo contrário, pelo instinto animalesco, sendo colocados, portanto, em um lugar de equiparação com suas vítimas.

Essa incoerência do pensamento de Carlos Nogueira a respeito da aplicabilidade da teoria sobre o mal desenvolvida por Hannah Arendt na obra de Saramago, pode ser exemplificada, também, na análise da personagem do ladrão de carros, e sua aproximação a Eichmann. Nogueira simplifica a discussão crítica da tese da filósofa quando diz que a ideia encerra o perigo de “... desculpabilizar atos públicos e privados sob pretexto de uma inconsciência sem remédio, porque desencadeada apenas pela estupidez de quem pratica o mal” (Nogueira, 2022, p. 234). Consideramos que Arendt quer destacar a banalidade no sentido de poder ser praticada por qualquer pessoa não comprometida por uma perspectiva ética, somente voltada para si, sem empatia ou sensibilidade com o outro. Desse modo, não consideramos que o texto de Arendt define uma inconsciência da prática do mal; pelo contrário, propõe como uma das causas a indiferença em relação aos conceitos éticos, quando há vantagens pessoais, no individualismo sem empatia, sem senso de coletividade, na indiferença com as consequências que atingem outrem.

Além disso, a filosofia do mal de Kant está intimamente ligada à capacidade de “juízo”, compreendida como pensamento do homem, o que elimina, por sua vez, a obediência cega. O próprio Eichmann tentou recorrer à teoria kantiana do cumprimento do dever em sua defesa, quando afirma ter lido *Crítica da razão pura*, o que explica o fato de que “deu uma definição quase correta do imperativo categórico: ‘o que quis dizer com minha menção a Kant foi que o princípio de minha vontade deve ser sempre tal que possa transformar no princípio de leis gerais’” (Arendt, 1999, p. 153). Entretanto, complementa explicando que:

A partir do momento em que fora encarregado de efetivar a Solução Final, deixara de viver segundo os princípios kantianos, que sabia disso e que se consolava com a ideia de que não era mais ‘senhor de seus próprios atos’, de que era incapaz de ‘mudar qualquer coisa’”. (Arendt, 1999, p. 153)

Nesse contexto, Arendt argumenta em defesa de Kant, visto que acredita, como nós, que o filósofo jamais pretendeu “dizer nada desse tipo; ao contrário, para ele todo homem é um legislador no momento em que começa a agir: usando essa “razão prática” o homem encontra os princípios que poderiam e deveriam ser os princípios da lei” (Arendt, 1999, p. 153-154). Dessa forma, o que Eichmann faz é uma distorção da teoria de Kant, que ele mesmo diz ser “para uso doméstico do homem comum” (Arendt, 1999, p. 154).

No que diz respeito à ideia de que o mal radical está nas atitudes de Eichmann, o que acreditamos é que é de fato um sujeito indiferente, incapaz de exercer a empatia, o que o categoriza como capaz de praticar o mal sem pensar sobre isso.

Ademais, para nós, a aproximação de Eichmann se estende as demais personagens que não fazem parte do grupo dos primeiros cegos, e não só ao ladrão de carros, pensada na forma como o compreendemos, como um sujeito incapaz de se colocar no lugar do outro, que estará em constante confronto com a prática do mal, de forma individual e coletiva, haja vista que os cegos vislumbram a banalização não apenas por meio da automatização dos sentimentos e da ausência de pensamento, mas também pela perda da capacidade para a humanidade, metaforizada pela cegueira branca, como emblematicamente demonstra a imagem dos santos de olhos vendados:

Já me sinto bem, mas naquele mesmo instante pensou que tinha enlouquecido, ou que desaparecida a vertigem ficara a sofrer de alucinações, não podia ser verdade o que os olhos lhe mostravam, aquele homem pregado na cruz com uma venda branca a tapar-lhe os olhos, e ao lado uma mulher com o coração trespassado por sete espadas e os olhos também tapados por uma venda branca, e não eram só este homem e esta mulher que assim estavam, todas as imagens da igreja tinham os olhos vendados, as esculturas com um pano branco atado ao redor da cabeça, as pinturas com uma grossa pincelada de tinta branca... [...], só havia uma mulher que não tinha os olhos tapados porque já os levava arrancados numa bandeja de prata. (Saramago, 1995, p. 301)

Essa passagem da obra é bastante representativa, tanto para o leitor como para a mulher do médico, por revelar que o estado de cegueira acometia não apenas os homens, como também os santos em sua condição de humanidade. Talvez, esteja aplicada a

perspectiva de Kant, de que o homem é capaz do mal na medida em que se “ensimesma”, passando a perceber em si a potência do mundo. Afinal, como ocorre com o ladrão de carros, o homem “está sujeito ao mal radical, mas a qualquer momento pode fazer prevalecer a sua vontade e negar a dominação da regra do mal” (Nogueira, 2022, p. 253). É o que ocorre com o grupo de cegos liderado pela mulher do médico, que são lembrados por ela dos limites que os mantêm minimamente humanizados.

Essa perspectiva se coloca contrária à tese de Hannah Arendt a respeito da banalização do mal, discutida por Carlos Nogueira, que propõe sua relativização, sobretudo no que diz respeito à sua natureza, conforme argumenta:

A minha visão é outra, Eichmann não é uma mera peça de uma engrenagem, e o mal que nele é indiscutível (ética e juridicamente) não constitui um simples efeito de superfície. Inverte a dualidade e a alternância bem/mal que regula toda a vida ética e passa a reger-se, numa parte substancial da sua *ordenação* diária, pela regra do mal, que ocupou o lugar de dominante. (Nogueira, 2022, p. 143)

Então, na perspectiva de Carlos Nogueira, o mal pode ocupar um lugar dominante no sujeito. Mas sua proposta corrobora apenas parcialmente com a tese de Hannah Arendt, como destacamos anteriormente, no sentido em que o autor afirma que “os indivíduos mais comuns, o contrário de monstros ou ‘diabos’, podem cometer sistematicamente os males mais inomináveis” (Nogueira, 2022, p. 143).

Em sua obra, de uma forma geral, o autor trará a análise de como o mal se constrói e se modula na obra de Saramago. Segundo Nogueira, a questão se colocará em duas fases: a da estátua e a da pedra. A primeira corresponde a toda a obra do autor,

até *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), é sobretudo a consequência direta da ideologia política e religiosa de Saramago, do seu materialismo histórico e comunismo, da sua visão da História como reino do mal (o dos poderosos, os do topo da pirâmide social) que se impõe ao mundo do bem (o dos oprimidos, os da base). O mal é entendido como o resultado da desorganização social e da perversidade institucional que se foi construindo ao longo da história da Humanidade. A segunda fase inicia-se com *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), que vai investigar mais o indivíduo, o interior, do que o coletivo. (Nogueira, 2022, p. 16)

Nogueira irá explicar, no âmbito de sua tese, que no primeiro momento predomina o “Mal objetivado na e pela História, figura de um combate social há muito começado e não ‘atributo’ romântico de uma individualidade autônoma [...]”, como escreveu Eduardo Lourenço (Lourenço, 1994, p. 186). É, portanto, na história que esse mal “se corporifica e se multiplica em instâncias e forças, do Poder religioso [...] ao Poder político [...]”

(Nogueira, 2022, p. 16). Esse é, portanto, o momento em que Saramago irá radicar suas ideias “no materialismo histórico e no “fator Deus”. Assim, “o mal resulta sobretudo da desordem social e das iniquidades institucionais que se foram produzindo ao longo da história da Humanidade” (Nogueira, 2022, p. 115).

Já no segundo momento, que se inicia, como dissemos, com *Ensaio sobre a Cegueira*, “Saramago deixa a descrição da estátua, o lado de fora da pedra, e transita para o seu interior”. É o momento em que ele “começou a sondar mais o indivíduo, as profundezas do ser, do que a coletividade” (Nogueira, 2022, p. 116).

Corroboramos com Nogueira a respeito dessa visão sobre o mal na obra de Saramago, sendo, em nossa compreensão, a fase da estátua, a primeira, portanto, a de desconstrução, aquela em que é abordado o mal em uma perspectiva mítica, na qual os mitos são relativizados e desconstruídos, em um posicionamento germinalmente histórico e já pessimista em relação ao homem, oriundo, sobretudo, de uma organização social injusta. Já a segunda fase, por sua vez, é a de construção, em que se destaca o abandono da coletividade como uma falha social, onde não há governo e nem Deus, e que a situação do homem é, portanto, de abandono, circunstância que o leva à beira da barbárie.

Essa barbárie, contudo, independe da educação ou da classe social das personagens. Na verdade, essas ideias e conceitos de valor são desfeitos, visto que os sujeitos estão imersos em um não lugar, e a cegueira funcionará como metáfora da escolha de quem se quer ser projetada por meio da escolha das personagens. Nesse contexto, Carlos Nogueira argumenta que

o problema do mal tem sido traduzido em termos teológicos ou em termos seculares. Saramago sabia-o muito bem e lidou com o problema dentro destes dois sistemas. Porém, o mais exato em relação ao autor é dizer que ele afrontou esta questão em termos *profundamente humanos*, de indagação na mais funda interioridade do humano enquanto entidade biológica e, ao mesmo tempo, social. (Nogueira, 2022, p. 26)

A conclusão a que chegamos é a de que o mal com o qual entramos em contato por meio da leitura da obra de Saramago, em sua segunda fase de escrita, é, portanto, eminentemente humano, parte do homem e se projeta nele, para posteriormente ser reconhecido no outro, como argumenta Carlos Nogueira, para quem o autor “diz o mal humano para não o abandonar a quem tem poucos escrúpulos e o quer esquecido; di-lo para aguçer o seu próprio olhar (e o nosso) às velhas e às novas formas de mal” (Nogueira, 2022, p. 64).

Fernando Gómez Aguilera confirma essa perspectiva, não ao ponto de marcar essa distinção como divisória de uma abordagem sobre o mal, mas reconhece que com o *Ensaio sobre a Cegueira* inicia-se uma nova fase na escrita de Saramago, marcada por um direcionamento que prevê o homem rumo ao caminho do abandono:

A partir de *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), a literatura de Saramago assumiu como propósito, investigar a condição do ser humano contemporâneo. Seu ceticismo se traduzia em desencanto, se se tratava de formar juízo sobre a humanidade. Partindo da decadência que vive nossa civilização, Saramago insistia em fazer constar a maldade, suscitada pelo egoísmo, a crueldade, a intolerância, a injustiça e a violência exercida sobre o resto dos congêneres, que caracteriza nossos comportamentos, à margem de outras considerações. (Aguilera, 2010, p. 143)

A possibilidade do mal é, portanto, “inerente ao ser humano, que não raramente transita da falha para a falta, de uma experiência pontual para uma opção, do erro ou do engano para a culpabilidade” (Nogueira, 2022, p. 141). Entretanto, Saramago não crê, apesar de tudo, que “o mal seja o motor que faz bater o coração humano. Embora me pareça igualmente que não é o bem que o faz bater...” (Saramago, 2018, p. 21-22).

Nesse sentido, ao analisarmos como o problema do mal se coloca em *Ensaio sobre a cegueira*, o que observamos é que algumas personagens conservam uma preocupação com relação às suas ações, assim como da consequência que elas têm, no contexto da sobrevivência coletiva, esse é posicionamento que move, pelo menos, o grupo dos primeiros cegos. Os demais cegos representam, por sua vez, o

sujeito destituído como sujeito político, transformado em átomo anônimo entre os átomos anônimos da massa, um homem qualquer, sem capacidade política, sem consciência moral, sem vontade, sem julgamento – e, por essa razão, capaz de seguir ou de fazer banalmente o mal. (Souki, 2006, p. 95)

Um homem que, como argumentamos, retornou à sua condição ontológica e brutalizada, que permite imperar o instinto em detrimento da razão e do sentimento, que transforma sua própria natureza, como ocorre na narrativa, a partir do processo de aprofundamento da reificação a que é guiado, e da experiência da cegueira, como constata a mulher do médico em diálogo com a rapariga dos óculos escuros:

Coitada, Coitados dos teus pais, coitada de ti, quando se encontrarem, cegos de olhos e cegos de sentimentos, porque os sentimentos com que temos vivido e que nos fizeram viver como éramos, foi de termos olhos que nasceram, sem olhos os sentimentos vão tornar-se diferentes, não sabemos como, não sabemos quais, tu dizes que estamos mortos porque estamos cegos, aí está, Amas o teu marido, Sim, como a mim mesma,

mas se eu cegar, se depois de cegar deixar de ser quem tinha sido, quem serei então para poder continuar a amá-lo, e com que amor, Dantes, quando víamos, também havia cegos, Poucos em comparação, os sentimentos em uso eram os de quem via, portanto os cegos sentiam com os sentimentos alheios, não como cegos que eram, agora, sim, o que está a nascer são os autênticos sentimentos dos cegos, e ainda vamos no princípio, por enquanto ainda vivemos da memória do que sentíamos, não precisas ter olhos para saberes como a vida já é hoje. (Saramago, 1995, p. 241)

O que fica claro é que o fenômeno da cegueira promove uma transformação profunda na relação que o homem estabelece com o mundo, com os outros e com o consumo, por meio da ruptura com a normalidade e do sentimento de inquietação e subversão que isso promove, pois é como se eles desaprendessem tudo que construíram historicamente e culturalmente para intermediar sua socialização, e restaurassem seu modo de vida no mundo, pautado no exemplo dos erros que cometeram no passado.

O que a narrativa de Saramago faz, nesse sentido, é oportunizar a chance de um novo começo para a humanidade, haja vista que suas palavras agridem, relativizam e reconstróem aquilo que reconhecemos como mundo. Segundo Nogueira, o autor descreve “por palavras a crueldade mais extremada”, e isso “é um exercício que reclama nitidez e naturalidade. [...] Trata-se, afinal, paradoxalmente, de dizer o indizível, de representar dores físicas e psicológicas inqualificáveis” (Nogueira, 2022, p. 61).

Nesse sentido, a forma como compreendemos a materialização do mal na obra de Saramago, sobretudo em seus ensaios, se assemelha à perspectiva projetada por Hannah Arendt, ao conceituar uma forma de mal que se torna banal e praticável por qualquer sujeito. Assim, “o problema do mal sai, verdadeiramente, dos âmbitos teológico, sociológico e psicológico e passa a ser focado na sua dimensão política” (Souki, 2006, p. 100).

A partir da reflexão a respeito do caso do Estado Nazista, Hannah Arendt (1998) argumenta que os autores dos crimes mais sórdidos não se percebem como criminosos, se limitam a obedecer às ordens, acreditando em sua “inocência” por não haver envolvimento pessoal com os atos desumanos que praticam.

Portanto, a perda da esperança também funciona como balizador do mal na narrativa, como é possível notar na seguinte passagem:

Pela porta do átrio que dá para a cerca exterior entra uma difusa clareza que cresce pouco a pouco, os corpos que estão no chão, mortos dois deles, os outros vivos ainda, vão lentamente ganhando volume, desenho, traços, feições, todo o peso de um horror sem nome, então a mulher do médico compreendeu que não tinha qualquer sentido, se o havia tido alguma vez, continuar com o fingimento de ser cega, está visto que

aqui já ninguém se pode salvar, a cegueira também é isto, viver num mundo onde se tenha acabado a esperança. (Saramago, 1995, p. 204)

Por outro lado, é a esperança que mantém unido o grupo dos primeiros cegos, e que os manterá juntos. O grupo conserva atitudes que os mantêm no limite de sua humanidade, como a solidariedade pelos outros:

Serviu-se da pá para encher a cova, calcou bem a terra, compôs o montículo que sempre sobra da terra que voltou à terra, como se nunca tivesse feito outra coisa na vida. Finalmente, arrancou uma rama da roseira que crescia num canto do quintal e foi plantá-la na base do momento, do lado da cabeça. Ressurgirá, perguntou a rapariga dos óculos escuros, Ela, não, respondeu a mulher do médico, mais necessidade teriam os que estão vivos de ressurgir de si mesmos, e não o fazem, Já estamos meio mortos, disse o médico, Ainda estamos meio vivos, respondeu a mulher. (Saramago, 1995, p. 288)

Aqui, percebemos um diálogo indireto com a ressurreição de Cristo, mas neste caso, a dos homens, já que no *O Evangelho segundo Jesus Cristo* de Saramago, não é narrada a ressurreição do nazareno. Nesse sentido, compreendemos que a passagem do texto nos remete à hipótese interpretativa de que o homem precisa morrer para aprender a viver novamente, como Jesus o fez, mas, nesse caso, precisa ressurgir de si mesmo, o que podemos interpretar como a necessidade do homem de reaprender sua humanidade.

Outro dado importante que a passagem nos mostra é a presença da esperança, que ainda reverbera, mesmo nesse espaço tão hostil, onde o homem já demonstrou toda a sua capacidade para o mal, onde se brutalizou e retrocedeu à sua condição ontológica de animal. Mesmo assim, através das palavras da personagem, o grupo dos primeiros cegos é relembrado da capacidade da esperança de devolver ao homem sua humanidade.

3.4. A salvação do homem: a capacidade para a esperança

O grupo dos primeiros cegos terá papel importante na narrativa, no que diz respeito à manutenção da humanidade, haja vista que irá, com a ajuda e orientação da mulher do médico, manter-se nos limites do que os distingue dos animais. Seu agrupamento é natural, e está relacionado à chegada de seus membros ao manicômio, de acordo com a ordem com que foram acometidos pelo mal branco e, respectivamente, com o contato que tiveram no consultório do médico:

Como foi que me reconheceu, Sobretudo pela voz, a voz é a vista de quem não vê, Sim, a voz, também estou a reconhecer a sua, [...] Recordo-me de o senhor doutor me ter dito que depois de operado nem

iria reconhecer o mundo em que vivia, nesta altura sabemos quanta razão tinha. [...] A rapariga dos óculos escuros tinha-se aproximado, Lembra-se de mim, levava uns óculos escuros postos, Lembro-me bem, [...] Está aqui também aquele menino, [...] E eu sou o primeiro que cegou, disse o primeiro cego, estou com a minha mulher, E eu sou a empregada do consultório, disse a empregada do consultório. A mulher do médico disse, Só falta que me apresente eu, e disse quem era. (Saramago, 1995, p. 120)

Alguns deles, conforme podemos constatar, possuem laços familiares, outros irão construí-los no decorrer da narrativa. Entretanto, o que os mantêm unidos, é, de fato, a manutenção da esperança e da humanidade. A tentativa de manter o ambiente organizado, de forma harmoniosa e respeitável, também os torna mais racionais que os demais egresos do manicômio, que pensam apenas em suas necessidades imediatas, sem considerar qualquer regra de convivência coletiva:

Na camarata já toda a gente estava acordada, pronta para receber o seu quinhão, com a experiência haviam estabelecido ali um modo bastante cómodo de fazer a distribuição, começavam por levar a comida toda para o fundo da camarata, onde estavam os catres do médico e da mulher e os da rapariga dos óculos escuros e do rapazinho que chamava pela mãe, e aí é que iam buscar, aos dois de cada vez, principiando pelas camas mais perto da entrada, um direito um esquerdo, dois direito dois esquerdo, e assim sucessivamente, sem zangas nem atropelos, demorava mais, é certo, mas a tranquilidade compensava a espera. Os primeiros, isto é, aqueles que tinham a comida logo ali, ao alcance da mão, eram os últimos a servirem-se, excepto o rapazinho estrábico, claro está, que sempre acabava de comer antes que a rapariga dos óculos escuros recebesse o seu quinhão, do que vinha a resultar que uma parte do que devia ser dela terminava invariavelmente no estômago do mocinho. (Saramago, 1995, p. 137)

A tentativa de estabelecer ordem ao caos que se coloca no interior da quarentena, entretanto, não perdura, como sabemos. Todavia, o que o grupo encontra quando enfim se liberta do enclausuramento é a mesma desordem, porém, em proporção maior, mas os cegos do grupo seguem sempre juntos:

Levantaram-se a custo, cambaleando, com vertigens, agarrando-se uns aos outros, depois dispuseram-se em fila, à frente a dos olhos que vêem, logo os que tendo olhos não vêem, a rapariga dos óculos escuros, o velho da venda preta, o rapazinho estrábico, a mulher do primeiro cego, o marido dela, o médico vai no fim. O caminho que tomaram leva ao centro da cidade, mas não é essa a intenção da mulher do médico, o que ela quer é encontrar rapidamente um sítio onde possa deixar abrigados os que vêem atrás de si e ir sozinha à procura de comida. (Saramago, 1995, p. 214)

As personagens que compõem o grupo dos primeiros cegos, ao passo que escolhem manter a esperança em meio àquelas circunstâncias, nos conduzem à reflexão do que nos constitui verdadeiramente como humanos: seria a cultura? Nossa capacidade de socialização, a linguagem, a tendência para “evoluir” e produzir conhecimento? Para Saramago, e para nós, é nossa capacidade para a esperança, ou seja, a inteligência dos sentimentos, nossa humanidade, como revela a rapariga dos óculos escuros:

Enquanto puder, disse a rapariga dos óculos escuros, mantereí a esperança, a esperança de vir a encontrar os meus pais, a esperança de que a mãe deste rapaz apareça, Esqueceste-te de falar da esperança de todos, Qual, A de recuperar a vista, Há esperanças que é loucura ter, Pois eu digo-te que se não fossem essas já eu teria desistido da vida. (Saramago, 1995, p. 290)

A rapariga de óculos se alimenta de pequenas esperanças, não é ingênua em acreditar que a cegueira irá desaparecer como chegou, porque não foi educada para a fé, assim como a humanidade em geral. Entretanto, ela incorpora a credulidade que Saramago deposita no homem, em sua capacidade de modificar sua vivência, por meio do exercício da bondade, e, assim, semear o mundo com o que há de melhor. Nesse sentido,

a realização em que Saramago acredita, ainda que determinada pela natureza humana, não se concretiza por si só, mecanicamente. A máxima perfeição, a moralidade suprema, não dependem de uma essência, de uma causa forma, de uma enteléquia, decorrem da vontade e da determinação humanas. (Nogueira, 2022, p. 350)

Entretanto, é necessário que o homem passe por esse “ritual” da cegueira branca, para que se purifique de tudo que acumulou de negativo, oriundo daquilo que ele mesmo construiu. Esse ritual de purgação, em nossa interpretação, será simbolizado pelo choro, pelas lágrimas que são derramadas pelas personagens, pelo cão das lágrimas, e mesmo pelo céu, em forma de chuva, pois todos banham e renovam a fé no homem.

O primeiro momento em que é descrito o choro da mulher do médico, que desde o início mantém uma postura sólida, de enfrentamento e força, emana como uma ruptura no texto, e faz o grupo dos primeiros cegos perceber a condição de abandono a que estão sujeitos ali, sem governo e sem um Deus que possa vir a seu socorro:

Deitada ao lado do marido, o mais juntos que podiam estar, por causa da estreiteza da cama, mas também por gosto, [...] Firmou melhor a vista, viu que o ponteiro dos segundos não se movia. Tinha-se esquecido de dar corda ao maldito relógio, ou maldita ela, maldita eu, que nem sequer esse dever tão simples tinha sabido cumprir, ao cabo de apenas três dias de isolamento. Sem poder dominar-se, desatou num

choro convulsivo, como se lhe tivesse acabado de suceder a pior das desgraças. [...] Não é nada, foi uma tristeza que me entrou de repente, disse, Se a senhora, que é tão forte, está a desanimar, então é porque não temos mesmo salvação, queixou-se a rapariga. (Saramago, 1995, p. 100)

Contudo, esse é igualmente o momento em que a mulher do médico e seu grupo tomam consciência de que são feitos de fraqueza, mas também de força; e o choro, nesse contexto, os lembra da parcela de humanidade que ainda os habita:

Todos temos os nossos momentos de fraqueza, ainda o que nos vale é sermos capazes de chorar, o choro muitas vezes é uma salvação, há ocasiões em que morreríamos se não chorássemos, [...] aqui todos somos culpados e inocentes, muito pior fizeram os soldados que nos estão a guardar, e até esses poderão alegar a maior de todas as desculpas, o medo. (Saramago, 1995, p. 101)

O choro, como dissemos, abranda o medo e irrompe a capacidade para os sentimentos do grupo, os impede de ceder à condição de brutalização a que a maioria dos outros cegos já se encontra. Muitas serão as passagens da obra em que o choro irá lembrá-los de sua condição de humanidade, nos enternecendo, visto que as lágrimas que caem daqueles olhos cegos, áridos, incapazes de chorar outrora, purificam a visão, mesmo cega, daqueles sujeitos, que estranhamente, nos salvam pelo choro.

Nos momentos em que a obra descreve as cenas mais terríveis, sentimos, juntamente com as personagens, a dor e o peso do horror, como argumenta Carlos Nogueira, “o trabalho de escrita de José Saramago gera, no texto e no leitor, um efeito de presença física da dor e do mal” (Nogueira, 2022, p. 199). Essas passagens nos lembram, portanto, o mal que o homem é capaz de produzir, e que nenhum olho deveria ser obrigado a ver, como a cena em que a mulher do médico encontra ao adentrar no depósito do supermercado, em busca de comida:

Que aconteceu, perguntou, trémulo, ela só dizia, Leva-me daqui, leva-me daqui por favor, pela primeira vez desde que a cegueira chegara era ele quem guiava a mulher, guiava-a sem saber para onde, para qualquer parte longe destas portas, das chamas que não podia ver. Quando saíram do corredor, os nervos dela foram-se abaixo de golpe, o choro tornou-se convulsão, não há nenhuma maneira de enxugar lágrimas como estas, só o tempo e o cansaço as poderão reduzir, por isso o cão não se acercou, apenas buscava uma mão para lambe. Que aconteceu, tornou o médico a perguntar, que foi que viste, Estão mortos, conseguiu ela dizer entre soluços, Quem é que está morto, Eles, e não pôde continuar, Acalma-te, falar s quando puderes. Passados alguns minutos, ela disse, Estão mortos, Viste alguma coisa, abriste a porta, perguntou o marido, Não, só vi que havia fogos-fátuos agarrados às frinchas, estavam ali

agarrados e dançavam, não se soltavam, Hidrogénio fosforado resultante da decomposição. (Saramago, 1995, p. 298)

Aqui, a personagem da mulher do médico, a única que ainda consegue ver, e que agora assimila a dupla capacidade da visão, a de ver e a de enxergar, é também a que sozinha vislumbra cenas de horror como essa, que transmitem a degradação e a violência que só o homem é capaz de produzir. Ela, então, cede novamente ao choro, dessa vez, convulsivo, que lhe lembra de sua faculdade para os sentimentos, pois como ela mesma nos lembra: “o choro, muitas vezes é uma salvação” (Saramago, 1995, p. 101).

Ela ainda irá chorar, pois ainda é humana, e, em um dos últimos momentos, esse choro não será de dor, nem de desamparo, nem de cansaço, mas de esperança:

Então o médico disse o que todos estavam a pensar, mas que não ousavam pronunciar em voz alta, É possível que esta cegueira tenha chegado ao fim, é possível que comecemos todos a recuperar a vista, a estas palavras a mulher do médico começou a chorar, deveria estar contente e chorava, que singulares reacções têm as pessoas, claro que estava contente, meu Deus, se é tão fácil de compreender, chorava porque se lhe tinha esgotado de golpe toda a resistência mental, era como uma criança que tivesse acabado de nascer e este choro fosse o seu primeiro e ainda inconsciente vagido. (Saramago, 1995, p. 307)

Aqui, parece ter fim a saga da mulher do médico, de carregar seu grupo e o mundo nas costas, de tomar decisões que outrora nunca acreditou que fosse capaz de tomar. Entretanto, no meio do caminho, teve um importante aliado a seu lado, que lhe confortou e secou as lágrimas, o cão das lágrimas, como foi nomeado pelo narrador. Seu encontro com ele se dará pelo choro, e assim será, ele sempre estará de prontidão para enxugar suas lágrimas e lhe confortar do desgosto e do desespero:

A mulher do médico vai lendo os letreiros das ruas, lembra-se de uns, de outros não, e chega um momento em que compreende que se desorientou e perdeu. [...] então, desesperada, deixou-se cair no chão sujíssimo, empapado de lama negra, e, vazia de forças, de todas as forças, desatou a chorar. Os cães rodearam-na, farejam os sacos, mas sem convicção, como se já lhes tivesse passado a hora de comer, um deles lambe-lhe a cara, talvez desde pequeno tenha sido habituado a enxugar prantos. A mulher toca-lhe na cabeça, passa-lhe a mão pelo lombo encharcado, e o resto das lágrimas chora-as abraçada a ele. Quando enfim levantou os olhos, mil vezes louvado seja o deus das encruzilhadas, viu que tinha diante de si um grande mapa, desses que os departamentos municipais de turismo espalham no centro das cidades. (Saramago, 1995, p. 226)

Certamente, como a narrativa nos deixa perceber, esse encontro “da mulher e do mapa, tão bem preparado pelo destino, incluía também um cão” (Saramago, 1995, p. 226-

227), que passará a compor o grupo dos primeiros cegos: “o cão das lágrimas seguia-os tranquilamente, como se fosse coisa de toda a vida” (Saramago, 1995, p. 239).

O choro e a água são, portanto, redentores. Nesse sentido, a chuva também irá desenvolver um papel importante na narrativa, operando como dado transformador, que expurga as sujidades e purifica a alma:

Que não pare, que esta chuva não pare, murmurava enquanto buscava na cozinha os sabões, os detergentes, os esfregões, tudo o que pudesse servir para limpar um pouco, ao menos um pouco, esta sujidade insuportável da alma. [...] despiu de golpe a bata molhada, e, nua, recebendo no corpo, umas vezes a carícia, outras vezes a vergastada da chuva, pôs-se a lavar as roupas, ao mesmo tempo que a si própria. O rumorejar de águas que a rodeava impediu-a de perceber logo que deixara de estar sozinha. Na porta da varanda tinham aparecido a rapariga dos óculos escuros e a mulher do primeiro cego. (Saramago, 1995, p. 266)

Essa passagem é em si simbólica, uma vez que é protagonizada unicamente pelas mulheres que pertencem ao grupo dos primeiros cegos, a revelar sua força e a dor de carregar o fardo de serem mulheres, e esse ato simbólico de lavarem-se, comunga de uma beleza quase lírica com o contexto colocado pela obra, se rememorarmos que desde o início da narrativa coube a elas as tarefas e os sacrifícios mais dolorosos e difíceis.

A mulher do médico tem nervos de aço, e afinal a mulher do médico está desfeita em lágrimas por obra de um pronome pessoal, de um advérbio, de um verbo, de um adjetivo, meras categorias gramaticais, meros designativos, como o são igualmente as duas mulheres mais, as outras, pronomes indefinidos, também eles chorosos, que se abraçam à da oração completa, três graças nuas sob a chuva que cai. (Saramago, 1995, p. 267)

Entretanto, dentre todas, é a mulher do médico a que mais sacrifícios coube, pois não só precisou trocar o corpo por comida, como teve que matar para que pudesse resguardar sua vida e a daqueles pelos quais se sentia responsável. Seu altruísmo se demonstra a partir de quando decide ir junto com o marido para a quarentena: “Finalmente subiu e sentou-se ao lado do marido. O condutor da ambulância protestou do banco da frente, Só posso levá-lo a ele, são as ordens que tenho, a senhora saia. A mulher, calmamente, respondeu, Tem de me levar também a mim, ceguei agora mesmo” (Saramago, 1995, p. 43-44). A partir daqui, será ela quem conduzirá seu rebanho à sobrevivência, mas não a uma qualquer, e sim uma que os lembre que são mais que suas necessidades básicas.

Assim, esse será o fardo da mulher do médico durante toda a narrativa, ver, sozinha, o que não se acreditava poder ser descrito, todo o horror que o homem é capaz de

produzir: “De que me serve ver. Servira-lhe para saber do horror mais do que pudera imaginar alguma vez, servira-lhe para ter desejado estar cega, nada senão isso” (Saramago, 1995, p. 152). Diante disso, muitas vezes, ela desejará “estar cega também, atravessar a pele visível das coisas e passar para o lado de dentro delas, para a sua fulgurante e irremediável cegueira” (Saramago, 1995, p. 65). Inicialmente, contudo,

pela primeira vez, desde que aqui entrara, a mulher do médico sentiu-se como se estivesse por trás de um microscópio a observar o comportamento de uns seres que não podiam nem sequer suspeitar da sua presença, e isto pareceu-lhe subitamente indigno, obscuro. (Saramago, 1995, p. 71)

Contudo, com o passar do tempo, a personagem se acostumará à situação, naturalizará as circunstâncias. Isso ocorrerá até o momento em que ela se vê obrigada a romper novamente com a suposta normalidade que supôs existir, na ocasião em que mata o chefe dos cegos malvados, indo ao contrário de tudo que acreditava e se esperava dela. Entretanto, essa atitude não é compreendida por nós e pelas personagens da obra como uma prática indiscriminada do mal, oriunda de sua banalidade, e sim como libertação dele, de todo o mal que aquele grupo foi capaz de promover e praticar.

A mulher do médico representa, nesse sentido, o sujeito humano, vulnerável ao erro e ao mal como forma de promoção do bem coletivo, como defesa do equilíbrio do mundo, mesmo que isso custe o seu equilíbrio individual, causando o rompimento de um estado de conflito com sua consciência, conforme esclarece Carlos Nogueira:

A mulher do médico matou porque nela os instintos se tornaram dominantes ou porque, pelo contrário, a razão se sobrepôs aos instintos e lhe ordenou que matasse? E ela admite voltar a matar porque, depois desse ato, se reconhece mais racional ou porque sabe estar mais dependente dos instintos? A resposta “Se tiver de ser, dessa cegueira já não me livrarei” (Saramago, 2014, p. 208) parece indicar que ela considera capturada pela irracionalidade que, em abstrato e em geral, no mundo civilizado associamos ao ato de matar um ser humano; mas nas suas palavras podemos ler igualmente a permeabilidade que, sobretudo em situações-limite, existe entre a razão e os instintos. Bastava ver como ela oscilava na autoanálise, como chama a si própria de assassina, e como admite voltar a matar, embora esteja consciente do efeito avassalador que a consumação desse ato tem nela física e psicologicamente. (Nogueira, 2022, p. 258)

A mulher do médico é, portanto, colocada nessa situação limite, em que opera o instinto e a racionalidade, e é nessa circunstância que ela se encontra quando pratica o assassinato, o mal, portanto. Dessa forma, “nela, a experiência do mal é em tudo

excepcional e ditada por um contexto de preservação da sua vida e da vida dos elementos do seu grupo” (Nogueira, 2022, p. 259), conforme a própria personagem deixa claro:

Que foi que se passou, perguntou o médico, disseram que foi morto um homem, Sim, matei-o eu, Porquê, Alguém teria de o fazer, e não havia mais ninguém, E agora, Agora estamos livres, eles sabem o que os espera se quiserem outra vez servir-se de nós, Vai haver luta, guerra, Os cegos estão sempre em guerra, sempre estiveram em guerra, Tornarás a matar, Se tiver de ser. Dessa cegueira já não me livrarei, E a comida, Viremos nós buscá-la, duvido que eles se atrevam a vir até aqui, pelo menos nestes próximos dias terão medo de que lhes suceda o mesmo. (Saramago, 1995, p. 189)

Entretanto, a personagem tem consciência de que aquela decisão a modificou de forma decisiva. A partir dali, ela já não é a mesma, passou por uma experiência de epifania propiciada pela dor, sentida por ela e por todas as outras mulheres, e desferida no outro, representado ali pelo chefe dos cegos malvados.

É muito representativo também quando a personagem afirma “dessa cegueira já não me livrarei”, pois ali é como se ela se apropriasse, parcialmente e quando necessário, da cegueira que até então não a havia consumido. Não a cegueira branca que a todos engolia, mas ao estado de cegueira anterior, a que agora alcançara sua expressão máxima, a cegueira da desumanização. Porém, mesmo assim, ela sente remorso por sua escolha e ação, e sente o peso das consequências coletivas de seu ato:

A mulher do médico baixou a cabeça, pensou, Têm razão, se alguém aqui morrer de fome a culpa será minha, mas depois, dando voz à cólera que sentia subir dentro de si contradizendo esta aceitação da sua responsabilidade, Mas que sejam estes os primeiros a morrer para que a minha culpa pague a culpa deles. Depois pensou, levantando os olhos, E se agora lhes dissesse que fui eu que matei, entregar-me-iam sabendo que me entregavam a uma morte certa. (Saramago, 1995, p. 191)

É o velho da venda preta que sai em sua defesa e a impede de se revelar como a assassina do chefe dos cegos malvados. Além disso, o velho demonstra uma sabedoria e sensatez exemplares, ao refletir a respeito das condições e dos motivos pelos quais a mulher foi levada a tal atitude extremada:

Mataria com as minhas mãos quem a si próprio se denunciasse, Porquê, perguntaram da roda, Porque se a vergonha ainda tem algum significado neste inferno em que nos puseram a viver e que nós tornámos em inferno do inferno, é graças a essa pessoa que teve a coragem de ir matar a hiena ao covil da hiena. ao menos que ainda sejamos capazes de lutar pelo que de direito nos pertence, Que queres dizer com isso, Que tendo começado por mandar as mulheres e comido à custa delas como

pequenos chulos de bairro, é agora a altura de mandar os homens, se ainda os temos aqui. (Saramago, 1995, p. 191-192)

A resolução do conflito é proferida pelo médico que “segurou a mão da mulher, depois perguntou, Ainda há quem esteja aqui a pensar em descobrir quem matou aquele, ou estaremos de acordo em que a mão que o foi degolar era a mão de todos nós, mais exactamente, a mão de cada um de nós” (Saramago, 1995, p. 192).

Assim irá prosseguir seu grupo, liderado por essa mulher que experimentou o mal e que agora corria o mesmo risco de transitar ao estado de cegueira coletivo que acometia os demais. Entretanto, não é isso que ocorre, ela continua empenhada em sua função de guiar um rebanho de cegos que caminha na direção de fugir e sobreviver ao mal que a desumanização é capaz de promover. Há um momento na narrativa em que a mulher do médico é colocada na circunstância de experimentar um estado temporário de cegueira, não branca, e, portanto, desumana, mas negra, marcada pela ausência de cores:

Agora sei o que é ser-se cego, segundo lanço da escada, Vou gritar, vou gritar, terceiro lanço da escada, as trevas são como uma pasta grossa que se lhe colou à cara, os olhos transformaram-se em bolas de breu, Que é que está diante de mim, e logo a seguir outro pensamento, ainda mais assustador, E como encontrarei depois a escada, um desequilíbrio súbito obrigou-a a baixar-se para não cair desamparada. quase a perder a consciência balbuciou, Está limpo, referia-se ao chão, parecia-lhe admirável, um chão limpo. Pouco a pouco começou a voltar a si, sentia umas dores surdas no estômago, não que fossem elas novidade, mas neste momento era como se não existisse no seu corpo nenhum outro órgão vivo. Decidida, ia levantar-se, mas lembrou-se de que estava tão cega como os cegos, melhor seria fazer como eles, avançar de gatas até encontrar algo pela frente, prateleiras carregadas de comida, seja o que for, desde que se possa comer tal qual está. (Saramago, 1995, p. 222)

É como se o mal branco não tivesse alcançado aquele espaço, e ali, se permitia ainda a escuridão, um tipo de cegueira que pode ser amenizada, alimentada e gerida. Porém, o desejo de cegar, que persegue a mulher do médico, tem raízes no peso que ela carrega por todos de seu grupo, visto que não é permitido que ela vacile, que fraqueje:

Aguentarei enquanto puder, mas é verdade que as forças já me estão a faltar, às vezes dou por mim a querer ser cega para tornar-me igual aos outros, para não ter mais obrigações do que eles, Habitúamo-nos a depender de ti, se nos faltasses seria o mesmo que se nos tivesse atingido uma segunda cegueira, graças aos olhos que tens conseguimos ser um pouco menos cegos. (Saramago, 1995, p. 293)

Esse ser menos cego se refere também à manutenção do estado mínimo de humanidade que os componentes do grupo dos primeiros cegos são capazes de preservar, por

meio do auxílio da mulher do médico. Já ela, cada vez mais se percebe consumida pela missão que é obrigada a carregar: “Cada vez irei vendo menos, mesmo que não perca a vista tornar-me-ei mais e mais cega cada dia porque não terei quem me veja” (Saramago, 1995, p. 302).

Contudo, a dúvida que permanece é: por que, afinal, a mulher do médico não cega como os outros? Muitas podem ser as explicações, mas preferimos acreditar que ela projeta a esperança no homem e na reconquista de sua humanidade, haja vista que sua voz reverbera como aquela que sabe dizer não àquilo que o mundo impõe como verdade e como necessidade. Ela representa, portanto, a fé na reparação do mundo pelos homens, e não por um Deus.

Essa personagem abre, assim, o caminho da possibilidade da salvação do homem. E essa salvação, acreditamos nós, só é viável por meio do retorno do homem ao pensamento, mas, para isso, é necessário que ele se desfaça da atual condição de alheamento que se encontra.

Nesse sentido, a obra de Saramago nos oferece uma possibilidade, uma vez que, conforme temos discutido, sugere sentidos que se direcionam para a ética e a política, mas não de forma impositiva ou panfletária, visto que possui uma qualidade estética ímpar. Sua escrita escapa do dogmatismo, por ser profundamente humanista, mas de um humanismo que se constitui como projeto, que revela uma unidade e tenacidade inquebrantável na defesa dos valores básicos para a existência do homem na terra, como esclarece Patrícia Martinho Ferreira (2009), para quem a inquietação que move a escrita de Saramago é a seguinte: “o que eu quero saber, no fundo, é o que é isto de ser-se um ser humano” (Ferreira, 2009, p. 198). Para ela, é este anseio de descobrir quem somos que irá conduzir a mudança de abordagem temática na obra de Saramago, do tom histórico cultural, para um mais universalista, que proporciona “o desvendar dos meandros da natureza humana” (Ferreira, 2009, p. 9).

O que os ensaios de Saramago nos oferecem, portanto, “é um diferente tipo de interesse, e também de abordagem, em relação à sociedade e ao mundo em que vivemos” (Arnaut, 2008, p. 50). Nesse sentido, a leitura crítica de textos como *Ensaio sobre a Cegueira* promove em nós a reflexão a respeito da “capacidade que o ser humano tem não só de ultrapassar as suas fragilidades perante a sugestão e a onipotência do mal, mas também de imaginar construir o bem” (Nogueira, 2022, p. 267).

Assim, ao passo em que a obra de arte ocupa o lugar de falha e falta no mundo, como explica Leyla Perrone-Móises (1990), esse mesmo mundo é desconstruído,

perdendo sua consistência para então oportunizar o surgimento de um mundo novo, acessível por meio do texto, operando no leitor, como nomeou Wisnik (2018), uma força insuspeita, que nos desloca do lugar de conforto que ocupamos na estrutura social da qual fazemos parte, para então percebermos suas conjunturas, lançando um olhar reflexivo sobre elas.

No contexto dos ensaios de Saramago, tanto o da *Cegueira* como o da *Lucidez*, iremos ser reportados a circunstâncias que revelarão os caminhos de desumanidade que o homem tem traçado, partindo do princípio de que o pensamento de Saramago

se funda numa concepção humanista, mas seu negativismo o levou a sugerir que, assim como cientificamente aceitamos a existência de um processo de hominização, teríamos de reconhecer outro processo paralelo, de humanização. A seu ver, o homem ainda não havia chegado a se cristalizar em sua condição humana; muito pelo contrário, no dia a dia ele se mostra como um ser que nega e se distancia tragicamente da sua natureza. (Aguilera, 2010, p. 144)

O que se destaca, portanto, é que a visão humanista do autor não opera apenas de forma negativa, buscando destituir o homem de sua humanidade, mas lança os sustentáculos sobre os quais esse mesmo homem pode se apegar para reconquistá-la, questão que discutiremos mais à frente. Entretanto, não se pode deixar de destacar a condição do homem contemporâneo, denunciada pelo autor em suas obras, sobretudo nas que estão em debate aqui.

Ainda assim, apesar da visão inicialmente pessimista que Saramago incute sobre o homem, *Ensaio sobre a Cegueira* também traz uma mensagem de esperança, em sua capacidade para o bem, para transformar o mundo por via da desautomatização do pensamento e dos sentimentos, como demonstra o seguinte trecho da narrativa:

A continuarem assim as coisas, acabaremos, uma vez mais, por ter de chegar à conclusão de que mesmo nos males piores é possível achar-se uma porção de bem suficiente para que os levemos, aos ditos males, com paciência, o que, transportado para a presente situação, significa que, contrariamente às primeiras e inquietantes previsões, a concentração dos alimentos em uma única entidade rateadora e distribuidora tinha, afinal, os seus aspectos positivos, por muito que se queixassem alguns idealistas que teriam preferido continuar a lutar pela vida pelos seus próprios meios, mesmo tendo de passar por causa dessa teimosia alguma fome. (Saramago, 1995, p. 151)

Essa discussão, em projeções mais realistas, oriunda da reflexão a que a obra de Saramago nos leva, conduz ao seguinte raciocínio: o que aconteceria se todos nós voltássemos a ser produtores do mundo, e não apenas consumidores dele?

Nossa hipótese para responder tal indagação é construída a partir de uma teoria dada pela própria obra *Ensaio sobre a Cegueira*, pois, ao passo em que ela promove, além do diagnóstico da atual situação do homem e de suas relações, em que a sociedade se encontra “em processo de diluição: do social, do comum e do comunitário”, e que está, cada vez mais “se atomizando e se particularizando a olhos vistos” (Han, 2017, p. 248), vislumbra a possibilidade de uma revolução da sensibilidade.

Entretanto, essa revolução perpassa pela reconquista da alteridade, que se viu diluída por uma “política generalizada da transparência”, conforme postula Byung-Chul Han (2017), para quem esta direção “consiste em fazer desaparecer totalmente a alteridade, condenando tudo à luz do igual”, pois “alcança-se a transparência justamente pela eliminação do outro” (Han, 2017, p. 204-205). Assim,

O poder social surge apenas de um agir comum, de um nós. Mas a egotização e a atomização da sociedade não deixam espaço para ações conjuntas, fazendo-as diminuir e impedindo, assim, a formação de um contrapoder que pudesse realmente colocar em questão a ordem capitalista. O *socius* dá lugar ao *solus*. Não é a multidão, mas a *solidão* que caracteriza a atual constituição social. A singularização não gera poder. [...] A falta de contrapoder perpetua a ordem econômica neoliberal, a qual, por sua vez, desenvolve uma forte energia de apropriação que absorve tudo, transformando-o em moeda de troca da fórmula capitalista. (Han, 2017, p. 244)

E é essa atitude colaborativa que se esvai no homem atual, e o encaminha para a incapacidade de reação, de revolução, conforme se projeta na obra em análise:

Recuaram esses como puderam, Há ali mortos, há ali mortos, repetiam, como se os próximos a morrer fossem eles, em um segundo o átrio voltou a ser o remoinho furioso dos piores momentos, depois a massa humana desviou-se num impulso súbito e desesperado para a ala esquerda, levando tudo à sua frente, desfeita a resistência dos contaminados, muitos que já tinham deixado de o ser, outros que, correndo como loucos, tentavam ainda escapar à negra fatalidade. Em vão corriam. Um após outro, todos foram cegando, com os olhos de repente afogados na hedionda maré branca que inundava os corredores, as camaratas, o espaço inteiro. Lá fora, no átrio, na cerca, arrastavam-se os cegos desamparados, doridos de golpes uns, pisados outros, eram sobretudo os anciãos, as mulheres e as crianças de sempre, seres em geral ainda ou já com poucas defesas, milagre foi não terem saído disto muitos mais mortos para enterrar. (Saramago, 1995, p. 115)

O primeiro indício de desumanização será a perda da capacidade de pensar, e, conseqüentemente, de agir e reagir contra o mundo, ocasionando o desprezo por ele, que se torna ineficaz, pois não produz resultados práticos e imediatos. O homem passa então

a se sujeitar às conjunturas que ele mesmo criou e permitiu, sentindo-se incapaz de atuar sobre elas, de modificá-las, visto que o pensamento é capaz de

dissolver todas as verdades previamente estabelecidas, por isso se diz que ele é perigoso. O pensamento é “fora de ordem” não só porque interrompe todas as demais atividades necessárias para os assuntos vitais e para a manutenção da vida, mas também porque inverte todas as relações habituais. Disso resulta que a ausência de pensamento, ao proteger os indivíduos contra os perigos da investigação, ensina-os a aderir rapidamente a tudo o que as regras de conduta possam prescrever em determinada época para uma determinada sociedade – essa ausência conduz ao conformismo. Essas são contingências que obrigam o homem a não pensar e, ao mesmo tempo, a se submeter. (Souki, 2006, p. 124)

Esse tipo de homem, é resultado de um tipo específico de sociedade, denominada por Han de “sociedade da transparência”, que corresponderia à atual forma de organização social padrão. Nela, o homem é um animal que se encontra incapaz de perceber a si, o que ele compreende como constituição de sua essência é oriunda da visão do outro sobre ele. Esse é um dado deflagrado pela suprema socialização a que o homem se entregou nos últimos séculos, calcada no abandono da compreensão sobre si e desenraizamento das relações, o que opera uma descontinuidade na própria essência humana, conforme argumenta Byung-Chul Han: “A alma humana necessita naturalmente de esferas onde possa estar *junto de si mesma*, sem o olhar do outro” (2017, p. 12). Nas palavras de Saramago:

Uma sociedade que instituiu como valores a perseguir esses que nós sabemos, o lucro, o êxito, o triunfo sobre o outro e todas essas coisas, essa sociedade coloca as pessoas numa situação em que acabam por pensar (se é que o dizem e não se limitam a agir) que todos os meios são bons para se alcançar aquilo que se quer. (Saramago *apud* Reis, 2018, p. 133)

Dessa forma, quando Saramago arquiteta o acometimento insólito da cegueira branca, na verdade, ele conduz o homem a romper com os limites colocados pelos padrões sociais, que o impedem de perceber sua própria essência, e também a do outro, se entregando assim a sua natureza, a substância que o qualifica como humano, entregue a um estado originário de sobrevivência. Essa cegueira pode ser compreendida, então, como uma “iluminação”, e não como privação de um sentido, pois evidencia ao homem algo já esquecido, que os reconecta com aquilo que realmente são, com o que não sabiam que eram. Para Byung-Chul Han:

O ser humano *sequer é transparente para consigo mesmo*. Segundo Freud, o eu nega precisamente aquilo que o inconsciente afirma e deseja irrestritamente. O Id permanece amplamente oculto no Ego. Assim, na

psique humana é aberta uma fissura que não deixa o Ego coincidir consigo mesmo. É essa fissura fundamental que impossibilita a autotransparência. Obviamente, entre as pessoas há um fosso divisor. Desse modo, torna-se impossível criar uma transparência interpessoal. (Han, 2017, p. 14)

Nesse sentido, a cegueira de Saramago irá nos conduzir a essa conciliação do homem consigo mesmo, por meio da representação das personagens que orientam a narrativa, como a rapariga dos óculos escuros, que passa por um processo profundo de reconstrução, de seus sentimentos, de sua percepção de mundo, de sua humanidade, como é possível observar nesse excerto:

O médico só disse, Se eu voltar a ter olhos, olharei verdadeiramente os olhos dos outros, como se estivesse a ver-lhes a alma, A alma, perguntou o velho da venda preta, Ou o espírito, o nome pouco importa, foi então que, surpreendentemente, se tivermos em conta que se trata de pessoa que não passou por estudos adiantados, a rapariga dos óculos escuros disse, Dentro de nós há uma coisa que não tem nome, essa coisa é o que somos. (Saramago, 1995, p. 262).

É pela voz dessa personagem que iremos experimentar o processo de desconstrução e edificação dos sentimentos e do comportamento humano, oportunizado pela purificação que o horror causado pela cegueira ocasionou:

O medo cega, disse a rapariga dos óculos escuros, São palavras certas, já éramos cegos no momento em que cegámos, o medo nos cegou, o medo nos fará continuar cegos, Quem está a falar, perguntou o médico, Um cego, respondeu a voz, só um cego, é o que temos aqui. Então perguntou o velho da venda preta, Quantos cegos serão precisos para fazer uma cegueira. (Saramago, 1995, p. 131)

É necessário, portanto, que os sujeitos não pensem, e que estejam em constante estado de temor, para que consumam, não aquilo que precisam, mas o que precisamos vender. Entretanto, o que a metáfora da cegueira nos ensina, com o exemplo das personagens que compõem o grupo dos primeiros cegos, é que ainda é possível salvar o homem, aliás, que ele ainda pode salvar-se, por meio do retorno ao pensamento e do cumprimento dos direitos, e principalmente, de seus deveres humanos.

4. “Os grandes males pedem grandes remédios” – “agora ou nunca” ... a reconstrução de um sistema político pela lucidez

Dez anos depois de *Ensaio sobre a Cegueira* Saramago irá retomar o método do ensaio sobre o homem, quando publica em 2004 *Ensaio sobre a Lucidez*. Nesta obra reencontraremos os habitantes do mesmo lugar onde ocorrera a epidemia da cegueira, refeitos em suas vidas, exatamente quatro anos depois do fim daquele lapso temporal em que foram obrigados a relembrar seus instintos mais animalescos. Se *Cegueira* se encerra na expectativa da mudança do homem, *Lucidez* irá incorporar esse movimento, em que os sujeitos se apropriam de um posicionamento político e conduzem uma atitude revolucionária com ele.

Mas, o que temos em *Ensaio sobre a Lucidez*, entretanto, são pessoas diferentes. O início da narrativa já deixa isso claro, os indivíduos que compõem o texto não são, de modo geral, desenraizados e imersos em um estado alienante de massificação, como eram as personagens de *Ensaio sobre a Cegueira* em um primeiro momento.

Nem mesmo a abordagem individual e minuciosa das personagens é feita pelo narrador, sobretudo no começo do texto, o que já revela o tom coletivo que irá assumir, projetando a visão dos fatos sob um ponto de vista comunitário. Inclusive, as figuras de poder também assumem essa postura de abordagem coletiva, que revela um corporativismo negativo, opressor, e sem nome. Isso se coloca, por sua vez, como um dado interessante da obra, uma vez que irá corroborar com a abordagem coletiva que o texto expressará. Ou seja, o papel social e coletivo dos sujeitos está acima de sua existência e vivência individual e egoísta.

Em *Ensaio sobre a Cegueira*, temos, portanto, personagens que são conduzidos de um estado de alienação e desumanização para sua ressignificação enquanto sujeitos humanos, conforme discutimos no capítulo anterior. Já em *Ensaio sobre a Lucidez*, essas personagens estão refeitas, após resgatar sua subjetividade, tornando-se, inclusive, capazes de promover uma revolução contra o sistema político vigente, de modo coletivo e consciente.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que o homem é, incontestavelmente, um animal político, sua natureza o induz, desde os primórdios de sua existência, à necessidade de uma maneira de organização social. Sendo assim, ele sempre estará em busca de se ajustar, ou mesmo fundar algum tipo de ordem que regule e direcione sua existência coletiva.

Entretanto, quando a ausência dessa ordem acontece, ele tensiona uma nova forma de se ordenar socialmente, de modo a gerir o espaço coletivo. É assim em *Ensaio sobre a Cegueira* (1995), quando as personagens tentam se organizar no interior do manicômio, até serem acometidos pelo golpe dos “cegos malvados”, e quando o grupo dos primeiros cegos resiste à ausência de ordem que encontram fora dos muros que os cerceavam. Entretanto, o que se percebe, fora do ciclo fechado pelo grupo dos primeiros cegos, é o estabelecimento do caos e da incapacidade do homem em se organizar em sociedade, sem um comando e sem a definição de uma ordem pautada em poder.

Destarte, em *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), ocorre o contrário: quatro anos após a epidemia da cegueira branca, os habitantes do mesmo lugar irão romper com a ideia de governo que operava até então, e provarão a capacidade que o ser humano tem de gerir uma sociedade pautada em princípios que não oprimam o outro em benefício de si. Assim, irão experimentar o que seria a humanidade sem a necessidade de alguém que lhes comande, por meio da relativização da ideia de organização social, que passa a ser pautada no pressuposto real de coletividade, comungada no melhor para todos.

Entretanto, no decorrer da narrativa, esses sujeitos irão ter a comprovação da impossibilidade dessa proposta, mediante o que se discute na obra, conforme argumenta Carlos Nogueira: “são as bases da democracia vigente que estão ameaçadas, e o que se vislumbra em contraponto é o autoritarismo e o populismo que se querem substituir ao funcionamento democrático das instituições e à liberdade individual e coletiva” (Nogueira, 2022, p. 95). Esse conflito irá desvendar, para as personagens, e para nós, leitores, a impossibilidade da ideia do homem se organizar socialmente sem que haja alguém que o domine.

A narrativa se desenvolve no sentido de construir a ideia de que o idealismo de um mundo ajustável a proposta socialista é possível. É como se esses novos sujeitos, oriundos da transformação que a cegueira lhes proporcionou, fossem capazes de operar uma mudança social radical, que nega a ideia de um governo do mais forte sobre o mais fraco. Na verdade, rejeitam qualquer ideia de poder que explore suas qualidades como fragilidades, e é isso que essas personagens irão comprovar na narrativa.

Mas, para que isso fosse possível, foi necessário que os sujeitos passassem pelo processo de referenciação e recondução de sua humanidade, oportunizado pela cegueira branca. A reação, aparentemente voluntária, dos votos em branco, que opera um protesto contra o sistema político em vigor, é consequência, portanto, da lucidez alcançada pela cegueira, como destacam alguns estudiosos da obra de José Saramago, como é o caso de

Deize Esmeralda C. N. Lima (2008). Esses traços dialógicos têm seus primeiros sinais anunciados pelo mau tempo que antecede o dia da eleição: “Teria sido preferível adiar as eleições, disse o delegado do partido do meio, p.d.m., desde ontem que está a chover sem parar, há derrubamentos e inundações por toda a parte, a abstenção, desta vez, vai subir em flecha” (Saramago, 2004, p. 10). Entretanto, veremos que nem mesmo uma tempestade será capaz de impedir essa revolução.

Em seguida, chegado o dia da eleição, os fatos que seguem continuam a prenunciar que algo de diferente está acontecendo: “Fala o presidente da mesa da assembleia de voto número catorze, estou muito preocupado, algo francamente estranho está a acontecer aqui, até este momento não apareceu um único eleitor a votar, já lá vai mais de uma hora que estamos abertos, e nem uma alma” (Saramago, 2004, p. 14). Assim ocorrerá em todas as assembleias pela cidade, o que alarmará a todos, pois nem mesmo a tempestade justifica um fato insólito como este. Além do mais, os eleitores “entravam indiferentes, saíam indiferentes” (Saramago, 2004, p. 19).

Foi quase uma hora depois que entrou o primeiro eleitor. [...] O segundo eleitor tardou dez minutos a aparecer, mas, a partir dele, se bem que a conta-gotas, sem entusiasmo, como folhas outonais desprendendo-se lentamente dos ramos, os boletins de voto foram caindo na urna. (Saramago, 2004, p. 17-18)

O cenário irá mudar apenas quando o relógio marcar quatro da tarde, bem com, de forma incompreensível também, pois, sem motivo aparente,

precisamente a uma hora que não é tarde nem cedo, que não é carne nem peixe, os eleitores que até então se tinham deixado ficar na tranquilidade dos seus lares, parecendo ignorar abertamente o ato eleitoral, começaram a sair para a rua, a maioria pelos seus próprios meios, mas outros graças à benemérita ajuda de bombeiros e de voluntários porque os lugares onde moravam ainda se encontravam alagados e intransitáveis, e todos, todos, os sãos e os enfermos, aqueles por seu pé, estes em cadeiras de rodas, em macas, em ambulâncias, confluíam para as suas respectivas assembleias eleitorais como rios que não conhecem outro caminho que não seja o do mar. (Saramago, 2004, p. 20)

Aparentemente sem motivo nenhum, e por razões próprias, as pessoas decidiram sair de casa no mesmo horário para exercer sua função política do voto. Quando indagados por repórteres e jornalistas a respeito de tão particular circunstância, os cidadãos respondem: “infelizmente só posso dizer que olhei o relógio, vi que eram quatro

horas e disse para a família Vamos, é agora ou nunca, Agora ou nunca, porquê, Pois aí é que está o busfalis da questão, saiu-me a frase assim” (Saramago, 2004, p. 22).

Os fatos insólitos começam a se apresentar em uma atmosfera de inquietude e incompreensão, que perspectiva um tipo de sonho da razão (utopia), mas um sonho que irá produzir também um pesadelo (distopia), quando os dados de representação se aproximam, nessa narrativa de Saramago, de nossa realidade presente, mesmo operando na esfera do ficcional, pois projetam informações de planificação social e de forças de poder totalitário manipulatórios muito semelhantes aos quais temos experimentado cada vez mais na realidade presente das sociedades capitalistas. Essa transição entre utopia e distopia, que ocorre entre os dois ensaios do autor se justifica a partir da perspectiva de que,

no pensamento ideológico e literário de Saramago a utopia de uma organização social baseia-se, antes, na ideia de solidariedade, de resistência popular e de activismo anti-sistémico. [...] É uma “utopia como práxis”, cuja literarização tem vindo a questionar as diferentes institucionalizações sistêmicas através das suas representações culturais. (Baltrusch, 2014, p. 15)

Essa ideia de solidariedade e resistência popular pacífica se demonstra, cada vez mais, insustentável no mundo real. Assim, compreendemos que a utopia cede espaço à distopia em *Ensaio sobre a Lucidez*, pois, levando em consideração que na utopia a sociedade ideal implica uma deslocalização espacial, e na distopia não, o ambiente onde ocorre essa narrativa é, conforme destacamos, o mesmo de *Ensaio sobre a cegueira*, envolvendo as mesmas personagens, localizadas apenas em um tempo diferente, marcado pela passagem de quatro anos. Além disso, a distopia não requisita heróis para sua proposta de salvação, ela parte do próprio homem, conforme destaca Ana Paula Arnaut, para quem “o (não) lugar da utopia deixa de ser um (outro) espaço físico, geográfico, passando a ser o próprio Homem, as suas crenças e convicções” (Arnaud, 2014, p. 41).

A partir desse momento da narrativa, os leitores passam a partilhar com a mídia a inquietude da particularidade que vai se formando em torno do processo eleitoral, o que se demonstrará, por fim, um

extraordinário exemplo de civismo que a população da capital estava a dar ao país naquele momento, acudindo em massa às urnas quando o fantasma de uma abstenção sem paralelo na história da nossa democracia ameaçava gravemente a estabilidade não só do regime, mas também, muito mais grave, do sistema. [...] À porta dos lugares de voto, as filas de eleitores, a três de fundo, davam a volta ao quarteirão até se perderem de vista. (Saramago, 2004, p. 22-23)

Naquele momento, portanto, há a consciência por parte das personagens de que estavam vivendo um momento histórico ímpar, e que a partir dali nada seria como antes, e que enfim, as consequências da transformação que a epidemia da cegueira ocasionou naquela sociedade seriam sentidas. Pois que,

passava da meia-noite quando o escrutínio terminou. Os votos válidos não chegavam a vinte e cinco por cento, distribuídos pelo partido da direita, treze por cento, pelo partido do meio, nove por cento, e pelo partido da esquerda, dois e meio por cento. Pouquíssimos os votos nulos, pouquíssimas as abstenções. Todos os outros, mais de setenta por cento da totalidade, estavam em branco. (Saramago, 2004, p. 24)

Instalava-se, portanto, a revolução. Entretanto, essa transformação não é tão repentina como pensam os líderes do governo em um primeiro momento. Além disso, essa perspectiva demonstra um traço de idealismo do autor, destacado por Carlos Nogueira ao problematizar que essa característica de Saramago

encerra uma projeção de aspirações cuja concretização integral é impossível, porque a História está cativa da imprevisibilidade do humano e da sua tendência para a desordem, a desunião e a morte. O mundo ideal de Saramago, apesar de inalcançável, compreende uma moral máxima. Os valores supremos (humanitarismo e igualitarismo para todos) são as referências que pautam tanto as suas ações de cidadão como as das suas personagens, em cujo ideal de liberdade o material e o espiritual se articulam. (Nogueira, 2022, p. 349)

Uma revolução pelo voto, pacífica, que instituísse uma nova ordem social, pautada na razão e na prevalência do bem comum nos parece distante, principalmente para Saramago, que sentencia o sujeito humano ao diagnóstico da presença do mal como algo que o constitui.

Essa proposta de revolução irá se construir, simbolicamente, ao longo de *Ensaio sobre a lucidez* como proposta de continuidade e consequência da lucidez adquirida em *Ensaio sobre a Cegueira*, conforme pontuamos anteriormente, e como irá revelar ao personagem do Ministro da Cultura:

Andaremos para aqui às apalpadelas, às cegas, queixou-se o presidente. O silêncio foi daqueles que embotariam o gume da mais afiada das facas. [...] Do fundo da sala, ouviu-se a voz tranquila do ministro da cultura, Tal como há quatro anos. Rubro, como se tivesse sido ofendido por uma obscenidade brutal, inadmissível, o ministro da defesa levantou-se e, apontando um dedo acusador, disse, O senhor acaba de romper vergonhosamente um pacto nacional de silêncio que todos havíamos aceitado, Que eu saiba, não houve nenhum pacto, e muito menos nacional, há quatro anos já eu era bastante crescido, e não tenho a menor lembrança de que a população tivesse sido chamada a assinar um pergaminho em que se comprometesse a não pronunciar, nunca,

uma só palavra sobre o facto de que durante algumas semanas estivemos todos cegos, Tem razão, pacto em sentido formal não houve, interveio o primeiro ministro, mas todos pensámos, [...] que a terrível provação por que havíamos passado deveria, para a saúde do nosso espírito, ser considerada apenas como um pesadelo abominável, algo que tivesse existido como sonho, não como realidade. (Saramago, 2004, p. 170-171)

Apesar de haver, como explicitado pelas personagens, uma espécie de pacto de silêncio em torno da cegueira branca, o tema é trazido à tona, e irá encaminhar uma discussão que se aproximará cada vez mais de uma justificativa para a presença do insólito, travestido da presença do excesso de claridade, porém, dessa vez, revelado por meio do voto, que passa a ser percebido como “uma manifestação de cegueira tão destrutiva como a outra, Ou de lucidez, disse o ministro da justiça” (Saramago, 2004, p.172).

Mas o que é visto como destrutivo pelo governo, é percebido como redentor pelo povo, pois essa clareza, alcançada pela condição de desumanização a que estiveram sujeitos outrora, mas a partir da qual foram capazes de repensar seu comportamento, se demonstra como ferramenta importante da emancipação reflexiva e comportamental desse sujeito humano, que vota agora em branco, como manifestação de sua insatisfação com o sistema político e desejo de mudança dessa situação. Ou seja, pelo branco ele reconquista sua humanidade e se organiza como agora como sociedade.

O que se destaca em *Ensaio sobre a Lucidez*, portanto, é que o branco irá incorporar um aspecto coletivo, diferente do que ocorreu em *Ensaio sobre a Cegueira*, em que o esclarecimento se fez presente apenas no grupo dos primeiros cegos, como reconhece o primeiro cego, na carta que escreve ao Presidente: “essa nova cegueira branca que, permito-me reproduzir aqui, humildemente, as próprias palavras de vossa excelência, atinge em cheio o coração dos fundamentos da democracia como nunca qualquer sistema totalitário tinha conseguido fazê-lo antes” (Saramago, 2004, p.185-187).

Além do destaque para o caráter coletivo dessa segunda cegueira, o primeiro cego chama a atenção das autoridades também para o aspecto político dela, que se vincula ao povo, que passa a se comportar como um só. Todas essas simbologias perpassam pela cor branca, que em si possui uma carga de representação potente, por refletir todos os raios luminosos, mas sendo incapaz de os absorver, sendo compreendida, portanto, como ausência de cor.

Nesse sentido, a ausência se manifesta pelo esvaziamento das estruturas e simbologias políticas anteriores, que serão substituídas por outras, fundadas por esses

novos sujeitos, que expressam através de sua escolha do voto branco o desejo de mudança. Inclusive, “com o passar dos dias, de um modo ao princípio quase imperceptível, começou a notar-se que a palavra branco, como algo que se tivesse tornado obscuro ou mal soante, estava a deixar de ser utilizada, que as pessoas se serviam de rodeios ou de perífrases para substituí-la” (Saramago, 2004, p. 51).

Essa nova manifestação da “cegueira” branca é percebida pelo governo como fora outrora, enquanto estado de absurda brutalização e provação, em que não foram capazes de fazer nada além de sobreviver. A aproximação de ambas é convocada por meio da lembrança da destruição:

substituamos o silêncio pela palavra, acabemos com este estúpido e inútil fingimento de que nada aconteceu antes, falemos abertamente sobre o que foi a nossa vida, se era vida aquilo, durante o tempo em que estivemos cegos, que os jornais recordem, que os escritores escrevam, que a televisão mostre as imagens da cidade tomadas depois de termos recuperado a visão, convençam-se as pessoas a falar dos males de toda a espécie que tiveram de suportar, falem dos mortos, dos desaparecidos, das ruínas, dos incêndios, do lixo, da podridão, e depois, quando tivermos arrancado os farrapos de falsa normalidade com que temos andado a querer tapar a chaga, diremos que a cegueira desses dias regressou sob uma nova forma, chamaremos a atenção da gente para o paralelo entre a brancura da cegueira de há quatro anos e o voto em branco de agora, a comparação é grosseira e enganosa, [...] que se perguntem diante do espelho se não estarão outra vez cegas, se esta cegueira, ainda mais vergonhosa que a outra, não os estará a desviar da direção correta, a empurrar para o desastre extremo que seria o desmoronamento talvez definitivo de um sistema político que, sem que nos tivéssemos apercebido da ameaça, transportava desde a origem, no seu núcleo vital, isto é, no exercício do voto, a semente da sua própria destruição. (Saramago, 2004, p.175)

Entretanto, o que se manifesta, de fato, é a prática do esclarecimento da população, que precisou passar por um estado de humanização para que fosse capaz de rejeitar um sistema político. Esse encaminhamento é movido pelo retorno à razão como princípio. De modo dialógico, aproximamos a proposta de Saramago ao princípio do Iluminismo, enquanto pensamento filosófico fundamental para o desenvolvimento da ciência e do humanismo, que vislumbra a liberdade política, pois a cegueira de outrora oportunizou o surgimento de uma visão reflexiva, que não cega, possibilitando ao sujeito humano enxergar além de ver.

Nesse contexto, Saramago se coloca como um comunista esclarecido, que compreende a necessidade de superar a leitura de Marx e Engels a respeito da forma como a sociedade se comporta a partir da evolução do capitalismo e da tecnologia, no sentido

de levar o sujeito humano ao desenvolvimento, cada vez mais latente, de características de uma sociedade de massa, atomizada e incapaz de pensar.

Nesse sentido, ao refletirmos a proposta colocada pelo autor da forma como a sociedade de *Ensaio sobre a lucidez* se organiza, perdendo suas características individuais e operando de um modo coletivo, mesmo quando se encaminha para uma postura politizada, o que percebemos é que o discurso de classes desenvolvido pelos teóricos do marxismo não cabe na conjuntura social desenvolvida por Saramago, pois essa sociedade, em que se ambientam as duas epidemias brancas, a da cegueira e a da lucidez, não se organiza mais como classes, perdendo essa configuração quando entra em estado de ruptura com a normalidade. Dessa forma, levando em consideração que “o discurso sobre classe só faz sentido dentro de uma pluralidade de classes que interagem ou concorrem mutuamente”, nessas narrativas “a multidão é praticamente a única classe existente” (Han, 2017, p. 242), como ocorre na globalização.

Mas seria necessário que a escolha da população fosse testada, legitimada, visto que não parecia admissível, nem mesmo possível, o resultado que a contagem das urnas demonstrava. Foi então convocada uma nova eleição pelo governo, de acordo com as leis vigentes, que se empenhou em fiscalizar e organizar tudo para que nada saísse de seu controle. Assim, chegou o dia da segunda eleição, “estando o céu que nos cobre e protege em todo o seu esplendor, com um sol de ouro flamejando em fundo de cristal azul” (Saramago, 2004, p. 28), como que para garantir que nada pudesse ser usado como justificativa para o resultado das urnas,

começaram os eleitores a sair de suas casas a caminho das respectivas assembleias de voto, não em massa cega como se tem dito que sucedeu há uma semana, mas, não obstante ir cada um por sua conta, com tanto apuro e diligência que ainda as portas não tinham sido abertas e já extensíssimas filas de cidadãos aguardavam a sua vez. (Saramago, 2004, p. 28)

Esses eleitores também não poderiam ser acusados de compor uma “massa”, haja vista que, dessa vez, decidiram se organizar sem tumulto para exercer sua cidadania, demonstrando ser, portanto, o contrário disso. Esse comportamento da população se torna inquietante, pois não corresponde ao que se espera do comportamento humano, que instintivamente coloca seus interesses e vontades individuais à frente do bem coletivo. Entretanto, a uniformidade de pensamento e ação das pessoas chama a atenção, principalmente do governo, que estava agora mais atento:

Nem tudo, porém, desgraçadamente, era honesto e límpido nos tranquilos ajuntamentos. Não havia uma fila, uma só entre as mais de quarenta espalhadas por toda a cidade, em que não se encontrassem um ou mais espias com a missão de escutar e gravar os comentários dos circunstantes, convencidas como estavam as autoridades policiais de que uma espera prolongada, [...] leve a soltarem-se as línguas mais cedo ou mais tarde, fazendo aparecer à luz, nem que seja com uma simples meia palavra, as intenções secretas que animam o espírito dos eleitores. (Saramago, 2004, p. 28)

A fiscalização também acontecia de outras formas, utilizando recursos tecnológicos e aparatos de última geração. Todavia, nada disso leva os investigadores a uma possível explicação do que ocorrera na primeira eleição, e do que estava por acontecer nesta. Entretanto,

À impressionante serenidade dos votantes nas ruas e dentro das secções de voto não correspondia uma idêntica disposição de ânimo nos gabinetes dos ministros nem nas sedes dos partidos. A questão que mais preocupa a uns e a outros é a quanto montará desta vez a abstenção, como se nela é que se encontrasse a porta de salvação para a difícil situação social e política em que o país se encontra mergulhado desde há uma semana. (Saramago, 2004, p. 32)

Assim, a presença maciça dos eleitores nos locais de votação já demonstrava que desta vez a abstenção viria a ser baixa, ou praticamente nula, mas o que realmente passou a inquietar as autoridades depois dessa constatação é a postura dos eleitores, que “salvo escassas exceções, responderem com um silêncio impenetrável às perguntas dos encarregados das sondagens sobre como haviam votado” (Saramago, 2004, p. 33).

Essa postura, por sua vez, corrobora com o perfil coletivo e consciente dos cidadãos que a obra vem construindo, uma vez que, conceitualmente, o voto, em si, consiste em uma privação do direito individual, já que através dele escolhemos alguém que deveria expressar nossos interesses, como argumenta Aguilera:

a redução do cidadão ao papel mecânico de eleitor — na prática, votar implicaria a renúncia posterior ao direito de intervir na pólis —, em um processo de deslocamento e desidratação democrática, paralelamente à burocratização do sistema. Tanto a intensidade da presença do mercado e da propaganda dos meios de comunicação quanto a delegação passiva de poderes aos representantes eleitos viciam o sistema e pulverizam aqueles que deveriam ser os seus verdadeiros protagonistas. Assim, o escritor conclamava a que se assumam as responsabilidades cívicas, ao mesmo tempo que procurava estimular a adoção de uma atitude reflexiva que ajudasse a opor o pensamento, o envolvimento e a liberdade de julgamento à alienação inerente ao cidadão que se vê reduzido ao seu papel de consumidor. (Aguilera, 2010, p. 371-372)

A decisão de não escolher alguém que os represente, é, assim, uma decisão que reverbera o interesse coletivo do povo, partindo de sua autonomia, e não deve, portanto, ser influenciado por discursos de poder, ou mesmo interesses particulares e discursos de convencimento. O comportamento da população era o mais cível que já havia se demonstrado, para o desgosto dos representantes do governo, mas o melhor para o bem comum. Aqui se destaca, mais uma vez, a característica insólita desse comportamento, já que essa uniformidade não é um dado natural da ação humana, como destaca o autor:

A muita gente há-de parecer assombrosa, para não dizer impossível de suceder, esta coincidência de procedimento entre tantos e tantos milhares de pessoas que não se conhecem, que não pensam da mesma maneira, que pertencem às classes ou níveis sociais diferentes, que, em suma, estando politicamente colocadas à direita, ao meio ou à esquerda, quando não em parte nenhuma, resolveram, cada uma por si, manter a boca. (Saramago, 2004, p. 33)

Outro dado a ser destacado nessa postura de uniformização do povo é que ela pode ser resultante, também, de uma estratégia totalitária, mesmo que nesse contexto da narrativa ela se organize para uma finalidade nobre, levando em consideração a argumentação de Hannah Arendt de que

O domínio total, que procura sistematizar a infinita pluralidade e diferenciação dos seres humanos como se toda a humanidade fosse apenas um indivíduo, só é possível quando toda e qualquer pessoa seja reduzida à mesma identidade de reações. O problema é fabricar algo que não existe, isto é, um tipo de espécie humana que se assemelhe a outras espécies animais, e cuja única “liberdade” consista em “preservar a espécie”. (Arendt, 2012, p. 582)

Ou seja, a finalidade dessa conduta comportamental, em *Ensaio sobre a lucidez* não é apenas garantir a preservação da espécie, porém, os sujeitos humanos apresentam um comportamento próximo à indicação instintiva, uma vez que a descaracterização da individualidade os aproxima de uma atuação animalesca e desumana.

Contudo, o que se encaminha com a manifestação da vontade do povo nas duas eleições é uma revolução, que, como dissemos, pretende abalar e subverter o sistema político que sedimenta esta sociedade historicamente. Portanto, as ações precisam ter a mesma magnitude do ideal que pretendem alcançar. Além do mais, não se pode esquecer que essa revolução é resultado de um processo de esclarecimento que teve início com a epidemia da cegueira.

O resultado da segunda eleição é, como se esperava, semelhante ao que ocorreu na primeira, e, após os votos serem apurados e contabilizados,

Às dez horas da noite, finalmente, apareceu na televisão o primeiro-ministro. Vinha com o rosto demudado. [...] Prezados concidadãos, disse, o resultado das eleições que hoje se realizaram na capital do país foi o seguinte, partido da direita, oito por cento, partido do meio, oito por cento, partido da esquerda, um por cento, abstenções, zero, votos nulos, zero, votos em branco, oitenta e três por cento. Fez uma pausa para levar aos lábios o copo de água que tinha ao lado e prosseguiu, O governo, reconhecendo que a votação de hoje veio confirmar, agravando-a, a tendência verificada no passado domingo e estando unanimemente de acordo sobre a necessidade de uma séria investigação das causas primeiras e últimas de tão desconcertantes resultados, considera, após ter consultado com sua excelência o chefe do estado, que a sua legitimidade para continuar em funções não foi posta em causa. (Saramago, 2004, p. 34-35)

Ninguém, portanto, deixou de comparecer às urnas, demonstrando assim um comprometimento cívico nunca visto, na verdade a maior prova de consciência política que um povo pode dar, mas que o governo recebe como “um golpe brutal contra a normalidade democrática” (Saramago, 2004, p. 35). É este o momento em que o governo irá perceber a oportunidade de exercer o poder sem pudor e sem limites, mesmo sem o apoio e a legitimação do povo, que se torna o grande vilão da situação, na visão dos governantes:

É tempo ainda de emendar o erro, não por meio de uma nova eleição, que no atual estado de coisas poderia ser, a mais de inútil, contraproducente, mas através do rigoroso exame de consciência a que, desde esta tribuna pública, convoco os habitantes da capital, todos eles, a uns para que melhor possam proteger-se da terrível ameaça que paira sobre as suas cabeças, aos outros, sejam eles culpados, sejam eles inocentes de intenção, para que se corrijam da maldade a que se deixaram arrastar sabe-se lá por quem, sob pena de se converterem no alvo decreto das sanções previstas no estado de exceção cuja declaração, após consulta, amanhã mesmo, ao parlamento, para esse efeito reunido em sessão extraordinária, e obtida, como se espera, a sua unânime aprovação, o governo vai solicitar a sua excelência o chefe do estado. (Saramago, 2004, p. 35-36)

Neste momento, tem início a conduta totalitária do governo, já comum nas narrativas saramaguianas, induzida, sobretudo, pela incitação do caos social, que pode ter origens variadas, como ocorre em *Ensaio sobre a Cegueira*, por exemplo, em que ele é promovido pelas circunstâncias resultantes da epidemia, que passam a ser incontroláveis. Já em *Ensaio sobre a Lucidez*, ele é induzido pelas autoridades, para que a população clame por seu retorno, e se submeta, novamente a seu julgo, reconhecendo sua suposta necessidade e poder.

O primeiro traço da dominação totalitária, na perspectiva de Hannah Arendt, é a destruição das redes de comunicação, responsáveis por vincular o sujeito humano a um tecido sociopolítico, na intenção de mobilizar as massas, controlando as informações que circulam entre eles, e, assim, o discurso de poder:

Em lugar das fronteiras e dos canais de comunicação entre os homens individuais, constrói um cinturão de ferro que os cinge de tal forma que é como se a sua pluralidade se dissolvesse em Um-Só-Homem de dimensões gigantescas. Abolir as cercas da lei entre os homens — como o faz a tirania — significa tirar dos homens os seus direitos e destruir a liberdade como realidade política viva; pois o espaço entre os homens, delimitado pelas leis, é o espaço vital da liberdade. (Arendt, 2012, p. 619)

As estratégias para a condução do poder totalitário em *Ensaio sobre a Lucidez* têm seu início com o estabelecimento do estado de exceção, apesar de alguns integrantes do governo serem adeptos a condutas mais incisivas: “mais inteligente e patriótico seria, acrescentava-se, formar já um governo de salvação nacional com representação de todos os partidos, porque, existindo realmente uma situação de emergência coletiva, não é com o estado de sítio que ela se resolverá” (Saramago, 2004, p. 37).

Entretanto, as autoridades optam por “métodos discretos, menos ostensivos, mas acaso mais eficazes que mandar o exército ocupar as ruas, fechar o aeroporto e instalar barreiras nas saídas da cidade” (Saramago, 2004, p. 39), pelo menos em um primeiro momento. Além disso, agentes são infiltrados em meio a população, a fim de coletar informações a respeito das razões que possam justificar as duas eleições em que os votos brancos representaram a vontade da enorme maioria do povo. Então, se institui o estado de exceção, e sua declaração passa a

permitir ao governo assumir os poderes correspondentes e suspender de uma penada as garantias constitucionais. [...] Com a liberdade de expressão e de comunicação condicionadas, com a censura a olhar por cima do ombro do redactor, estava encontrada a melhor das desculpas e a mais completa das justificações. (Saramago, 2004, p. 44)

O controle do governo começa, então, por demonstrar sua verdadeira face, uma vez que opera em variadas instâncias, cerceando a liberdade da população, controlando o fluxo do que entra e do que sai da capital, monitorando a imprensa e as informações, e vigiando os cidadãos, em busca de identificar possíveis agitadores sociais e membros do que seria uma organização revolucionária, responsável pelo golpe contra a democracia.

O estado de exceção demonstra a manifestação do poder do Estado, sendo a mais direta e imediata forma de negação da liberdade, que conforme explica Byung-Chul Han:

habilita os poderosos a impor sua vontade, por meio da violência contra a vontade daqueles submetidos ao poder. Contudo, o poder não se limita a quebrar a resistência e compelir à obediência: não tem que necessariamente assumir a forma de uma coerção. O poder que depende da violência não representa o poder máximo: o simples fato de que uma vontade contrária surja e se oponha àquele que o detém é a prova da fraqueza do seu poder. O poder está precisamente onde não é posto em evidência. Quanto maior é o poder, *mais silenciosamente* atua. Ele se dá sem ter que apontar ruidosamente para si mesmo. (Han, 2020, p. 25)

A infiltração de agentes para monitoramento da população irá resultar em quinhentas pessoas detidas, subvertidas naturalmente pelas autoridades que, segundo nota oficial do ministério, consistiam em cidadãos que “tinham vindo apresentar motu próprio às autoridades, oferecendo o seu leal apoio e toda a colaboração”, no intuito de contribuir com “o avanço das investigações em curso sobre os factores de anormalidade verificados durante os dois últimos actos eleitorais” (Saramago, 2004, p. 48-49).

Entretanto, o que se revela na narrativa é que essas pessoas estão detidas contra sua vontade, e que em última instância, após inúmeras tentativas de obter respostas sobre a hipótese de um complô organizado para o fenómeno do voto em branco, serão submetidas a um polígrafo, também conhecido como detector de mentiras. O que as autoridades não esperavam, porém, é que a máquina que “desenhava mentiras” não poderia traçar o que não existia, pois estavam habituados ao medo induzir o comportamento de quem era submetido à máquina. Porém, nesse caso, o resultado é, para eles, decepcionante, uma vez que não levaram em consideração o fato de que os cidadãos não eram “robôs nem pedras falantes”, como respondeu a mulher que estava sendo sujeitada ao polígrafo naquela ocasião.

Além disso, é preciso destacar aqui a simbologia que a máquina possui nesse contexto, e de que forma ela é desconstruída pelo autor. Na era moderna, se percebe uma profunda instrumentalização do mundo, em que as ferramentas possuem um carácter mais que instrumental, pois o ser humano e a máquina passam a constituir uma simbiose em que o homem se adequa às condições da máquina e não o contrário, conforme destaca Hannah Arendt:

E, realmente, entre as principais características da era moderna, desde o seu início até o nosso tempo, encontramos as atitudes típicas do *homo faber*: a instrumentalização do mundo, a confiança nas ferramentas e na produtividade do fazedor de objetos artificiais; a confiança na

oniabrangência da categoria meios-fim, a convicção de que qualquer assunto pode ser resolvido e qualquer motivação humana reduzida ao princípio da utilidade; a soberania, que concebe todas as coisas dadas como material e toda a natureza como “um imenso tecido do qual podemos cortar qualquer pedaço e tornar a coser como quisermos”¹⁰ o equacionamento da inteligência com a engenhosidade, ou seja, o desprezo por qualquer pensamento que não possa ser considerado como “primeiro passo (...) para a fabricação de objetos artificiais, principalmente de ferramentas para fabricar outras ferramentas e para variar sua fabricação indefinidamente”¹¹; e, finalmente, sua identificação natural da fabricação com a ação. (Arendt, 2020, p. 379)

A condução do trabalho do homem a um estado de simbiose com a máquina, e a conseqüente perda de seu sentido é destacada por Saramago em mais de uma obra, e caracterizado pela marca de impessoalidade que as personagens possuem ao não serem nomeadas, sendo assim tipificadas, de acordo com a função social que ocupam nessa sociedade profundamente instrumentalizada que o autor denuncia em seus textos. em *Ensaio sobre a cegueira* as personagens já se encontram em estado de isolamento, que irá conduzi-los a desumanização.

Mas em *Ensaio sobre a lucidez*, essa relação com a máquina e com o mundo burocrático e instrumentalizado será referenciado, nela os sujeitos possuem uma compreensão esclarecida do papel que a máquina tem na manutenção do poder e no controle das massas, como se demonstra no episódio em que a mulher é submetida ao polígrafo. Ela compreende e nos leva, enquanto leitores, a pensar que

O que preside o processo de *labor* e todos os processos de trabalho executados à maneira do *labor* não é o esforço intencional do homem nem o produto que ele possa desejar, mas o próprio movimento do processo e o ritmo que este impõe aos operários. Os utensílios do *labor* aderem a este ritmo até que o corpo e o instrumento passam a agitar-se no mesmo movimento repetitivo, isto é, até que, no uso das máquinas—que, entre todos os utensílios, melhor se adaptam à ‘performance’ do *animal laborans*—já não é o movimento do corpo que determina o movimento do utensílio, mas sim o movimento da máquina que impõe os movimentos ao corpo. (Arendt, 2020, p. 193)

Hannah Arendt revela como a operacionalização da máquina conduz o comportamento mecânico do sujeito de massa, e essa compreensão do processo esclarece a forma como o poder mantêm o controle sobre os sujeitos isolados e solitários, que não é o caso da mulher que se sujeita ao teste do polígrafo, e em resposta, argumenta: “em

¹⁰ Henri Bergson, *Évolution créatrice* (1948), p. 157.

¹¹ Idem, p. 140.

toda a verdade humana há sempre algo de angustioso, de aflito, nós somos, e não estou a referir-me simplesmente à fragilidade da vida, somos uma pequena e trémula chama que a cada instante ameaça apagar-se, e temos medo, acima de tudo temos medo” (Saramago, 2004, p. 56). O que a personagem destaca aqui são características humanas com as quais a máquina não consegue lidar, e que são responsáveis por arbitrar os resultados que ela irá oferecer.

Como se percebe, Saramago, não só denuncia essa situação, como advoga contra ela, revelando para nós, e para o próprio agente, o fato de que o ser humano é composto, principalmente, de humanidade, e que uma máquina, por mais que se pense e se interceda o contrário, não é capaz de traduzi-lo, ou mesmo de compreendê-lo. Assim, o discurso da mulher reverbera a mensagem que a narrativa arquiteta: de que a capacidade de pensamento, e sobretudo de sentimento do homem, está acima dos códigos que ele mesmo criou para automatizar sua existência no mundo, e aos poucos o suplantou, mas que agora é a hora de subverter essa relação.

A prova disso é quando a personagem desafia o agente a passar pelo teste do polígrafo, diante da argumentação do representante do governo em defesa da máquina: “Sendo assim, por que não experimentamos, propôs a mulher, deixe-se ligar à máquina e eu faço as perguntas” (Saramago, 2004, p. 56). Mediante a insistência da mulher, o agente se submete ao teste, e o resultado é surpreendente:

A mulher inspirou fundo, reteve o ar nos pulmões durante três segundos e soltou bruscamente a palavra, Branco. Não chegava a ser uma pergunta, não passava de uma exclamação, mas as agulhas moveram-se, riscaram o papel. [...] A mulher olhava-os, não ao homem atado, e depois, sim, voltando para ele os olhos, perguntou num tom de voz suave, quase meigo, Diga-me, por favor, votou em branco, Não, não votei em branco, nunca votei nem votarei em branco na minha vida, respondeu com veemência o homem. Os movimentos das agulhas foram rápidos, precipitados, violentos. [...] A máquina diz que o senhor mentiu, respondeu confuso o técnico, É impossível, gritou o agente, eu disse a verdade, não votei em branco, sou um profissional do serviço secreto, um patriota que defende os interesses da nação, a máquina deve é estar avariada, Não se canse, não se justifique, disse a mulher, acredito que tenha dito a verdade, que não votou em branco nem votará, mas recordo-lhe que não era disso que se tratava, eu só pretendi demonstrar-lhe, e consegui, que não nos podemos fiar demasiado no nosso corpo. [...] a culpa foi da eva tentadora. (Saramago, 2004, p. 56-57)

Ao ser exposto a uma única palavra: “Branco”, que nem chegava a ser uma pergunta, o agente é acusado pela máquina de mentir, após ser questionado a respeito da natureza de seu voto, apesar de negar com veemência de ter contabilizado sua escolha no

branco. O que se prova, com isso, conforme esclarece a mulher, é que não se pode alcançar com cálculos de natureza física e racional, o que se opera na instância do pensamento e sentimento do homem, ao concluir astutamente a mulher: “mas ao menos explique lá ao ministro que as astúcias não serviram de nada, que nós todos continuaremos a mentir quando dissermos a verdade, que continuaremos a dizer a verdade quando estivermos a mentir, tal como ele, tal como você” (Saramago, 2004, p. 57).

O estado de exceção, entretanto, demonstra ser ineficaz, haja vista que não alcança a esperada reconquista da consciência cidadã da população que o governo esperava. Mas, o que eles não compreendiam é que agora, essas pessoas já não se encontram mais em estado passivo, em condições de acatar e se sujeitar aos mesmos métodos de controle adotados desde sempre para a manutenção do poder.

Nesse sentido, Hannah Arendt (2012) explica que é o encolhimento da esfera pública a responsável pelo avanço do totalitarismo, oportunizada pelo isolamento/solidão dos sujeitos, como ocorre em *Ensaio sobre a cegueira*, em que a quase totalidade das pessoas é conduzida a condição de massa enquanto o governo ainda consegue manter algum tipo de poder, e quando se estabelecem outros tipos de domínios internos no manicômio, mas na ocasião em que o grupo dos primeiros cegos se organiza de forma coletiva, há o estabelecimento de um contrapoder e uma reação a essas formas de domínio estabelecidas.

Já em *Ensaio sobre a Lucidez* o que ocorre é um embate entre essas forças, pois a população abandona uma vivência marcada pela individualidade e passa a adotar uma postura coletiva, pautada na esfera pública, o que confronta diretamente os planos do governo, que passa a encontrar dificuldade em manter a ordem e o poder, passando então a adotar medidas mais incisivas:

Impunha-se, por conseguinte, a imposição de um estado de sítio a sério, que não fosse uma coisa para inglês ver, com recolher obrigatório, encerramento das salas de espectáculo, patrulhamento intensivo das ruas por forças militares, proibição de ajuntamentos de mais de cinco pessoas, interdição absoluta de entradas e saídas da cidade, procedendo-se em simultâneo ao levantamento das medidas restritivas, se bem que muito menos rigorosas, ainda em vigor no resto do país, a fim de que a diferença de tratamento, por ostensiva, tornasse mais pesada e explícita a humilhação que se infligia à capital. (Saramago, 2004, p. 60)

A proposta era, portanto, de que se privasse totalmente a liberdade dos cidadãos, que fosse evitado o seu ajuntamento, promovendo o desenraizamento dos sujeitos, para que assim voltasse a operar o individualismo, que outrora fora a marca daquela sociedade.

A busca pelas razões que justificassem ou que acusassem alguém pelo ocorrido continuou, entretanto, permaneceram ineficazes:

Ao ministro do interior, informou o conselho de que, após uma exaustiva investigação, em íntima colaboração com a interpol, se havia chegado à conclusão de que o movimento anarquista internacional [...] não teve qualquer participação no boicote do acto eleitoral de que fomos vítimas, e que portanto se trata de uma questão meramente interna. (Saramago, 2004, p. 60)

A certeza cada vez mais latente de que o fenómeno ocorrido ali não era resultante de um plano mirabolante, composto de um ataque externo e articulado, era mais aterrador do que parecia, pois revelava o temor das autoridades: a tomada de consciência da população. Há, neste momento, uma inversão dos papéis comumente estabelecidos, pois o medo passa a se fazer presente na mente dos governantes, e não mais da população, ao passo que as autoridades temem

o que está a suceder aqui possa vir a atravessar as fronteiras e espalhar-se como uma nova peste negra, Branca, esta é branca, [...] então poderemos, com muito mais propriedade, falar de cargas de profundidade contra a estabilidade do sistema democrático, não simplesmente, não meramente, num país, neste país, mas em todo o planeta. (Saramago, 2004, p. 60-61)

A partir desse momento, ao se sentirem ameaçados, a decisão pela instituição do estado de sítio é tomada, sob a justificativa da necessidade da manutenção da segurança:

À mesma hora que o primeiro-ministro aparecia na televisão a anunciar o estabelecimento do estado de sítio invocando razões de segurança nacional resultantes da instabilidade política e social ocorrente, consequência, por sua vez, da acção de grupos subversivos organizados que reiteradamente haviam obstaculizado a expressão eleitoral popular, unidades da infantaria e da polícia militarizada, apoiadas por tanques e outros carros de combate, tomavam posições em todas as saídas da capital e ocupavam as estações de caminho de ferro. [...] As imagens das operações militares, com a força imparável do directo, como dizia o repórter, invadiram as casas dos confundidos habitantes da capital. Eles eram os oficiais a dar ordens, eles eram os sargentos a berrar para as fazer cumprir, e eram os sapadores a instalar barreiras, e eram ambulâncias, unidades de transmissão, holofotes iluminando a estrada até à primeira curva, vagas de soldados saltando dos camiões e ocupando posições, armados até aos dentes, e equipados tanto para uma dura batalha imediata como para uma longa campanha de desgaste. (Saramago, 2004, p. 66-67)

A ordem seria estabelecida pela força, conduta comum por parte das autoridades que desejam, a todo custo se manter no poder, pois “a diminuição do poder, seja individual ou coletivo, é sempre um fator que pode levar à violência [...] muito da presente

glorificação da violência é causada pela severa frustração da faculdade de ação do mundo moderno” (Arendt, 2016, p.62). O recrudescimento das ações do governo, demonstram, portanto, sua perda de controle, se estabelecendo, assim, a violência.

Essa postura, da presença da violência como marca do controle sobre uma sociedade atomizada, já foi denunciada por Saramago inúmeras vezes, em mais de uma narrativa, como no conto *Coisas*, em *Ensaio sobre a cegueira* e mesmo em *Ensaio sobre a Lucidez*. A incitação ao medo, seguido de seu controle por via da prática da violência é uma das armas mais poderosas dos sistemas totalitários.

Porém, a grande questão que se coloca nesse momento da narrativa de *Ensaio sobre a Lucidez* é: qual a “ordem” que o governo tanto insistia em manter? já que o que ocorria não era uma revolução nos moldes tradicionais, como esperavam as autoridades. Mas, a instituição do estado de sítio não será suficiente para o estabelecimento da situação que os governantes esperam, para afinal impor a disciplina e agir com rigorosidade para que o controle volte a ser seu, sem questionamentos. Sendo assim, os “serviços secretos se encarregarão de criar os focos de agitação adequados que justificar, a priori, a severidade de uma repressão que o governo, generosamente, tem desejado, por todos os meios pacíficos e, repita-se a palavra, persuasórios, evitar” (Saramago, 2004, p. 74).

O narrador deixa claro que o governo deseja evitar uma repressão, entretanto, caso necessário, ela irá acontecer, e isso é tão previsível que seus planos já estão elaborados, visto que há uma “arma secreta” aguardando ser acionada, caso as táticas do estado de sítio não sejam positivas. O que os estrategistas do governo não esperavam, porém, é que houvesse uma reação organizada e pacífica do povo com relação ao estado de sítio e a limitação de sua liberdade, indo às ruas protestar contra a decisão.

Essa situação trará a circunstância de execução do plano secreto arquitetado pelo ministro da defesa, mas que reservava para o momento oportuno. Aproveitando-se da situação, e subvertendo a atitude dos manifestantes e sua finalidade, ao transformar uma manifestação pacífica de uma maioria em ameaça violenta de uma minoria, propõe o que parecia impossível, a proposta de o governo abandonar a capital, bem como levar consigo o exército e quem mais o represente, e deixar que as pessoas se governem por si, para que assim alcancem, em sua opinião, o mais avançado grau de selvageria e caos, já que estariam sem quem os governe e limite, como acontecera durante a epidemia da cegueira:

vos trago aqui é nada mais e nada menos que uma proposta de retirada múltipla, um conjunto de ações que alguns talvez considerem absurdas, mas que tenho a certeza nos levarão à vitória total e ao

regresso à normalidade democrática, a saber, e por ordem de importância, a retirada imediata do governo para outra cidade, que passará a ser a nova capital do país, a retirada de todas as forças do exército que ainda ali se encontram, a retirada de todas as forças policiais, com esta acção radical a cidade insurgente ficará entregue a si mesma, terá todo o tempo de que precisar para compreender o que custa ser segregada da sacrossanta unidade nacional, e quando não puder aguentar mais o isolamento, a indignidade, o desprezo, quando a vida lá dentro se tiver tornado num caos, então os seus habitantes culpados virão a nós de cabeça baixa a implorar o nosso perdão. (Saramago, 2004, p.75)

O primeiro-ministro esperava que a cidade fosse condicionada ao isolamento extremo, que levaria seus habitantes ao caos, ao ponto de implorarem o retorno do sistema político, e a volta gloriosa do governo, pois “os grandes males pedem grandes remédios, e se é verdade que o remédio que vos proponho é doloroso, o mal que nos ataca é simplesmente mortal” (Saramago, 2004, p.75). Segundo Hobbes (2012, p. 104), “quando não existe um poder comum capaz de manter os homens numa atitude de respeito, temos a condição do que denominamos guerra; uma guerra de todos contra todos”.

O tipo de violência que o governo institui aqui é internalizada e silenciosa, pois direciona a responsabilidade aos cidadãos, na expectativa de que eles a promovam, como aconteceu em *Ensaio sobre a cegueira*, e conforme discute Byung-Chul Han ao problematizar o tipo de violência que impera no mundo pós-moderno:

Também a técnica de dominação lança mão da internalização da violência. Ela provê mecanismos para que o sujeito de obediência internalize as instâncias de domínio exteriores transformando-as em parte componente de si. Com isso, exerce-se o domínio com muito menos desgaste. Também a violência simbólica é uma modalidade que se serve do automatismo do costume. Ela se inscreve nas coisas autoevidentes e naturais, nos modelos de percepção e de comportamento que se tornaram hábito. A violência, de certo modo, é naturalizada. Sem o emprego de violência física, marcial, ela provê as condições para que as relações de domínio vigentes se mantenham. Também a técnica disciplinar se serve da internalização psíquica da coerção. (Han, 2017, p. 23)

Entretanto, esse tipo de violência terceirizada ao outro, por meio de sua incitação, ou mesmo, “permissão”, não irá se manifestar no contexto de *Ensaio sobre a Lucidez*, em função da consciência política e social que os sujeitos humanos adquiriram. A conduta do governo irá, portanto, migrar para um tipo de prática de violência do sangue, comum no passado, em que a “força bruta fazia as vezes de uma insígnia de poder. Nesse aspecto a violência não se escondia, mas era visível e manifesta; não passava por qualquer tipo de vergonha, mas era convincente e significativa” (Han, 2017, p. 19). Assim, apesar de

haver uma tentativa do governo de mascarar suas ações e golpes de violência contra a população, como no caso da bomba e dos assassinatos, é muito claro seu envolvimento na execução de tais atos.

Mas, além de incitar o caos, a saída do governo consistia também em uma debandada, porém, “não se tratava de uma fuga cobarde, mas antes de uma jogada estratégica de primeira ordem, sem paralelo na audácia” (Saramago, 2004, p.77). Assim, após a decisão da partida ser tomada, outras questões precisavam ser decididas:

Em primeiro lugar haverá que decidir quem irá sair da cidade e quem nela ficará. Sairão, claro está, sua excelência o chefe do estado e todo o governo até ao nível de subsecretário, acompanhados pelos seus assessores mais chegados, sairão os deputados da nação para que não se veja interrompida a produção legislativa, sairão as forças do exército e da polícia, incluindo a de trânsito, mas a vereação municipal permanecerá em bloco com o seu respectivo presidente, permanecerão as corporações de bombeiros, não vá a cidade abrasar-se por algum descuido ou acto de sabotagem, também permanecerão os serviços de limpeza urbana por causa das epidemias, e, obviamente, serão garantidos o abastecimento de água e o fornecimento de energia eléctrica, esses bens essenciais à vida. Quanto à comida, um grupo de especialistas em alimentação, também chamados nutricionistas, já havia sido encarregado de elaborar uma ementa de pratos mínimos que, sem reduzir a população à fome, lhe fizesse sentir que um estado de sítio levado às últimas consequências não é precisamente o mesmo que umas férias na praia. (Saramago, 2004, p.77-78)

O governo iria se retirar da cidade, mas garantiria que sua falta fosse sentida. A ausência é, assim, induzida e controlada, mas o poder é mantido, o que não se assemelha ao que acontece, por exemplo, em *Ensaio sobre a Cegueira*, em que toda ideia de controle se dilui. Essa decisão de se afastar e limitar os recursos da população, no intuito de promover sua falta, e conseqüentemente a emergência e requerimento de retorno, na mentalidade do governo, seria temporária e breve, mas decisiva para instituir um estado de coisas insustentável e violento, como ocorrera no primeiro ensaio de Saramago, de forma que fosse indispensável o retorno à ordem, e necessária e urgente, portanto, a presença do Estado para intervir na situação.

O plano de retirada a que finalmente se chegou era uma obra-prima de acção táctica, consistindo basicamente numa bem estudada dispersão dos itinerários com vista a dificultar ao máximo concentrações de manifestantes acaso mobilizados para expressar o desgosto, o descontentamento ou a indignação da capital pelo abandono a que ia ser votada. Haveria um itinerário exclusivo para o chefe do estado, mas também para o primeiro-ministro e para cada um dos membros do gabinete ministerial, num total de vinte e sete percursos diferentes, todos sob a protecção do exército e da polícia, com carros de assalto nas

encruzilhadas e ambulâncias na cauda dos cortejos, para o que desse e viesse. (Saramago, 2004, p.79)

A retirada seria, portanto, discreta. Porém, no fundo, os estrategistas e os componentes do governo desejavam ser observados em sua retirada, reconhecidos por seu ato heroico, ansiavam em ver o lamento nos olhos escondidos de quem ficava. Entretanto, o que aconteceu foi uma fuga desassossegada, pela indiferença que causou na população, que, como se pode observar, foi notada, mas não lamentada, uma vez que não havia “ninguém naquelas janelas, como se as caravanas oficiais estivessem a fugir ridiculamente do nada, como se as forças do exército e da polícia, carros de assalto e caminhões da água incluídos, tivessem sido desprezadas pelo inimigo e agora não tivessem a quem combater” (Saramago, 2004, p.84).

O que ocorre é que enquanto a caravana de fugitivos passa, as luzes das casas e dos apartamentos se acenderam, como para guiar sua passagem, mas também para sinalizar que não havia segredo em sua partida, e de que também não deixavam medo nem desesperança. Mas esse sinal opera uma simbologia de esclarecimento que toma conta dessas pessoas, transmite a mensagem de que já não estão mais cegos, nem sujeitos ao discurso de poder obscuro que o Estado transmite, de que agora enxergam. O governo sente que algo de diferente está acontecendo:

Senhor presidente, uma palavra, Diga, Não posso esconder-lhe que me sinto preocupado, agora muito mais que no dia da primeira eleição, Porquê, Estas luzes que se acenderam à nossa passagem e que, com toda a probabilidade, vão continuar a acender-se durante o resto do caminho, até sairmos da cidade, a ausência absoluta de pessoas, repare que não se distingue uma só alma nas janelas nem nas ruas, é estranho, muito estranho, começo a pensar que deverei admitir o que até agora recusava, que há uma intenção por trás disto, uma ideia, um objectivo pensado, as coisas estão a passar-se como se a população obedecesse a um plano, como se houvesse uma coordenação central. (Saramago, 2004, p.85)

As pessoas não aparecem no cenário que se constrói, apenas as luzes, o que torna a construção da metáfora imagética ainda mais potente, pois, a partir desse momento da narrativa a população irá assumir uma postura política consciente e coerente, se organizando de forma solidária, visando sempre o bem comum. O sinal está dado:

Peço-lhe que olhe para trás, senhor presidente, por favor, Para quê, As luzes, Que têm as luzes, Continuam acesas, ninguém as apagou, E que conclusões quer que eu tire destas luminárias, Não sei bem, senhor presidente, o natural seria que as fossem apagando à medida que fôssemos avançando, mas não, aí estão elas, imagino que vistas do ar aparecerão como uma enorme estrela de vinte e sete braços, Pelos

vistos, tenho um primeiro-ministro poeta, Não sou poeta, mas uma estrela é uma estrela, ninguém o pode negar, senhor presidente. (Saramago, 2004, p.87)

O que os governantes esperavam, com sua retirada, era não apenas que a população entrasse em colapso e clamasse por sua volta, mas também que houvesse resistência e tentativas de fuga em massa, e com isso, um recuo dos “brancos”, que são, naturalmente, apontados como culpados pela situação que se impunha, como é possível perceber no discurso do Presidente:

Falo-vos com o coração nas mãos, falo-vos despedaçado pela dor de um afastamento incompreensível, como um pai abandonado pelos filhos a quem tanto amara, perdidos, perplexos, eles e eu, ante a sucessão de uns acontecimentos insólitos que vieram romper a sublime harmonia familiar. E não digais que fomos nós, que fui eu próprio, que foi o governo da nação, assim como os deputados eleitos, os que nos separámos do povo. É certo que nos retirámos essa madrugada para outra cidade que a partir de agora passará a ser a capital do país, [...] é certo que vos encontrais cercados, rodeados, confinados dentro do perímetro da cidade, que não podeis sair dela, que se o tentais sofrereis as consequências de uma imediata resposta pelas armas, mas o que não podereis nunca é dizer que a culpa a têm estes a quem a vontade popular, livremente expressa em sucessivas, pacíficas e leais disputas democráticas, confiou os destinos da nação para que a defendêssemos de todos os perigos internos e externos. Vós, sim, sois os culpados, vós, sim, sois os que ignominiosamente haveis desertado do concerto nacional para seguirdes o caminho torcido da subversão, da indisciplina, do mais perverso e diabólico desafio ao poder legítimo do estado de que há memória em toda a história das nações. (Saramago, 2004, p. 94-95)

Além da culpa, nesse discurso se coloca também a responsabilidade pelo retorno da estabilidade política para o povo, acusado de trair a pátria. Aqui, observamos um traço contundente de totalitarismo no caminho que o discurso do governo toma, pois coloca a Pátria acima de quaisquer outros valores, considerando loucura a negação de tais preceitos, responsáveis pela sedimentação do pensamento e do comportamento do homem desde o início dos tempos.

Entretanto, o que os governantes não levam em consideração foi o fato de que esse povo que compõe a população da capital, metáfora para o coração da pátria, composta até então por sujeitos de massa, é desprovido do sentimento de pertença a uma pátria, pelo menos a pátria que se tinha até antes do esclarecimento recente, até antes da saída do governo, tendo em vista que o sujeito de massa, conforme argumenta Hannah Arendt, possui “responsabilidade comunitária limitada” (1989, p. 269).

Com toda a minha alma, quero acreditar que a vossa loucura será transitória, que não perdurará, quero pensar que amanhã, um amanhã que rezo aos céus não se faça esperar demasiado, o arrependimento penetrará docemente nos vossos corações e voltareis a congregar-vos com a comunidade nacional, raiz de raízes, e com a legalidade, regressando, como o filho pródigo, à casa paterna. Agora sois uma cidade sem lei. [...] Talvez imagineis, ilusoriamente, que, entregados ao vosso alvedrio e aos vossos livres caprichos, sereis capazes de organizar melhor e melhor defender as vossas vidas que o que em favor delas nós havíamos feito com os métodos antigos e as antigas leis. Terrível equívoco o vosso. Antes cedo que tarde sereis obrigados a tomar chefes que vos governem, se é que não serão eles a irromper bestialmente do caos inevitável em que ireis cair, e impor-vos a sua lei. Tomai a severidade dos meus avisos, não como uma ameaça, mas como um cautério para a infecta supuração política que haveis gerado no vosso seio e em que vos estais revolvendo. (Saramago, 2004, p. 96-97)

A possibilidade da existência de uma comunidade que não seja, obrigatoriamente, gerida pelo viés do poder, parece inadmissível para as autoridades, e para o povo também. Mas, os caminhos que essa sociedade irá tomar são diferentes de tudo que já se viu, pois a expectativa dos governantes, bem como a do leitor, a respeito do desfecho da situação não é esperançosa, tendo em vista que todas as formas de governo se pautam no domínio do homem por ele mesmo. Mas, deve-se levar em consideração o fato de que,

É o apoio do povo que confere poder às instituições políticas de um país, e esse apoio nada mais é que do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência. Sob condições de um governo representativo, supõe-se que domina aqueles que o governam. Todas as instituições políticas são manifestações e materializações do poder; elas se petrificam e decaem tão logo o poder vivo do povo deixa de sustentá-las. (Arendt, 2016, p. 57)

O poder, portanto, passa pelo consentimento para existir e permanecer. Assim, para que uma estrutura de discurso de poder seja continuada, é necessário que haja quem a legitime, que o governo domine as massas. Nesse sentido, Hannah Arendt (2016) esclarece ainda que as instituições políticas são essa materialização do poder, mas apenas o povo a pode sustentar.

No âmbito dessa discussão, a filósofa formula uma outra proposta de pensamento político, fundamentada na perspectiva de poder a partir do consentimento, e não da violência. Assim, o “poder” seria estabelecido a partir do consentimento, e as instituições se sustentariam a partir do “apoio do povo”, levando em consideração que “esse apoio não é mais do que a continuação do consentimento que trouxe as leis à existência” (Arendt, 2016, p.35).

Para Arendt, portanto, o poder está vinculado ao “momento fundacional” de uma dada comunidade, e seria aquele instante que traz as leis à existência, que irão retirar dessa ocorrência primitiva o consentimento, que sustentará, por sua vez, a manutenção futura dessas instituições, como o governo, por exemplo.

Trazendo essa conceituação para o horizonte de nossa discussão, é possível refletir que a grande questão em *Ensaio sobre a Lucidez* é que aquelas pessoas não são mais as mesmas, elas passaram por uma profunda transformação durante a epidemia da cegueira, em que reconquistaram sua humanidade, e ao retornarem ao mundo e à convivência coletiva, as coisas tentam se colocar da mesma forma, entretanto, não é o suficiente, pois, como dissemos, os sujeitos não são mais os mesmos.

Sendo assim, no contexto político, quando são convocados a legitimar o sistema governamental, as pessoas expressam essa vontade coletiva e insatisfação por meio do voto em branco, levando ao colapso a revolução e a transformação de seu sistema político, o que corresponderia a um novo “momento fundacional”, na perspectiva de Hannah Arendt, alcançado a partir da lucidez que adquirem.

Essa manifestação coletiva corrobora também para propor, na esfera da ficção, a possibilidade do questionamento profundo a respeito da ideia de política que temos e defendemos, pautada em princípios “democráticos”, conforme argumenta o próprio autor:

não nos damos conta de que no mesmo instante em que coloca seu voto na urna o cidadão está realizando um ato de renúncia ao seu direito e ao seu dever de participar, delegando o seu poder a outras pessoas, que às vezes nem sabe quem são. A democracia pode ser apenas uma fachada sem nada por trás. [...] Por isso, o cidadão deve fazer de sua participação cívica uma obrigação. [...] É preciso inventar alguma coisa melhor, e não nos contentarmos com isso. (Saramago *apud* Aguilera, 2010, p. 384)

Essa renúncia é compreendida como o abandono de nossas funções políticas, que todos nós, enquanto sujeitos sociais precisamos ter, para que o sistema político não suplante nossas vontades, interesses, direitos e deveres. Essa alguma coisa melhor que devemos inventar se manifesta em *Ensaio sobre a Lucidez*, com os votos em branco, que serão compreendidos pelo poder como a mais grave ameaça ao sistema político em vigor.

Essa condição de lucidez irá se demonstrar a partir de então, por meio das atitudes da população em relação às investidas do governo na busca pela retomada do controle, como ocorre quando reagem de forma pacífica ao abandono das autoridades, conforme se demonstra nesta passagem:

As ruas, até aí praticamente desertas, fechado o comércio quase todo, quase vazios os autocarros que passavam, encheram-se de gente em poucos minutos. Os que tinham ficado em casa debruçavam-se às janelas para ver o concurso, palavra que não quer dizer que as pessoas caminhassem todas na mesma direcção, eram antes como dois rios, um a subir, outro a descer, e acenava-se de um lado para o outro como se a cidade estivesse em festa, como se fosse feriado municipal, por ali não se viam ladrões nem violadores nem assassinos, ao contrário dos mal-intencionados prognósticos do presidente fugido. (Saramago, 2004, p. 97-98)

As pessoas não são mais movidas ou iludidas pelo medo e pela falsa sensação de dependência que sustentou o regime político por tanto tempo, demonstrando assim um verdadeiro patriotismo, que liga os cidadãos a um sentimento de pertencimento a pátria, e os conduz a necessidade de partilhar aquele espaço colaborativamente. Assim, a partir da demonstração de sua lucidez, por meio do voto em branco, irão conduzir a construção de uma nova sociedade, por meio desse novo momento fundacional, amparada no bem coletivo, sensibilidade e sensatez. Entretanto, como acontece em qualquer sociedade, há aqueles reacionários, que não compartilham do desejo da maioria:

Em alguns andares dos prédios, aqui, além, estavam fechadas as janelas, com as persianas, quando as havia, melancolicamente descidas, como se um doloroso luto tivesse ferido as famílias que ali residiam. Nesses andares não se tinham acendido as alertas luzes da madrugada, quando muito os residentes teriam espreitado por trás das cortinas com um aperto no coração, ali vivia gente com ideias políticas muito firmes, pessoas que tendo votado, quer na primeira eleição quer na segunda, nas suas preferências de toda a vida, o partido da direita e o partido do meio, não tinham agora qualquer motivo para festejar, e, bem pelo contrário, temiam o desencadear de ataques da massa ignara que cantava e gritava nas ruas. (Saramago, 2004, p. 98)

A opinião dessas pessoas não se manifesta como maioria, como fora outrora, entretanto, o respeito com que são tratadas demonstra novamente que o sistema político que se estabelece na narrativa se ampara no que seria verdadeiramente o ideal democrático.

O tom festivo da população é interrompido por mais uma estratégia do governo em incitar o caos e o conflito, por meio do estabelecimento de uma greve do serviço público de limpeza:

No dia seguinte confirmou-se o rumor, os camiões da limpeza urbana não saíram à rua, os recolhedores do lixo declararam-se em greve total e tornaram públicas umas reivindicações salariais que o porta-voz da câmara imediatamente acudiu a protestar serem de todo inaceitáveis, e muito menos nesta altura, disse, quando a nossa cidade se encontra a

braços com uma crise sem precedentes e de desenlace altamente problemático. (Saramago, 2004, p. 103)

Entretanto, o que não esperavam era que as pessoas reagiriam da forma mais pacífica e evoluída possível, amparadas em um senso agudo de coletividade, pois que

meio-dia exacto era, de todas as casas da cidade saíram mulheres armadas de vassouras, baldes e pás, e, sem uma palavra, começaram a varrer as testadas dos prédios em que viviam, desde a porta até ao meio da rua, onde se encontravam com outras mulheres que, do outro lado, para o mesmo fim e com as mesmas armas, haviam descido. (Saramago, 2004, p. 103)

Aqui, subjaz a consciência dos deveres humanos para a manutenção do equilíbrio e boa convivência social, em que o senso de coletividade subjaz o individualismo e as formas de divisão de trabalho que segregaram a sociedade. Assim, “varrer a sua testada começou por ser precisamente o que estão a fazer agora estas mulheres da capital, como no passado também o haviam feito, nas aldeias, as suas mães e avós, e não o faziam elas, como o não fazem estas, para afastar de si uma responsabilidade, mas para assumi-la” (Saramago, 2004, p. 104).

Destacamos também a remissão da função a um passado distante, bem como sua vinculação à figura feminina, o que nos leva a pensar que essas funções, em outro tempo histórico, foram naturalmente coletivas, e só passaram a ser de responsabilidade do governo a partir do processo de burocratização e automação do homem moderno. Assim, atividades que antes cumpriam as funções de agregar e aproximar pessoas de uma mesma comunidade, entrelaçadas por um senso de responsabilidade para com o bem comum, são resgatadas pelo autor na descrição e problematização de atitudes como essa.

Dessa forma, “possivelmente foi pela mesma razão que ao terceiro dia saíram à rua os trabalhadores da limpeza. Não traziam uniformes, vestiam à civil. Disseram que os uniformes é que estavam em greve, não eles” (Saramago, 2004, p. 104). Era, portanto, uma greve da função governamental, e não da responsabilidade para com o zelo do bem e dos espaços comuns, bem como do cumprimento dos deveres humanos.

A cada dia, a população se ajustava mais ao seu novo modo de vida, e, ao contrário do que se esperava, as notícias que chegavam ao governo eram de que o cenário da capital não havia piorado:

Nada a assinalar de muito grave, não têm chegado à câmara notícias piores que as habituais, acidentes de trânsito, um ou outro engarrafamento, um pequeno incêndio sem consequências, um assalto frustrado a uma dependência bancária, Como se arranjaram eles, agora

que estamos sem polícia, O assaltante era um pobre diabo, um amator, e a pistola, embora fosse autêntica, estava descarregada, Para onde o levaram, As pessoas que o desarmaram foram entregá-lo a um quartel de bombeiros, Para quê, se aí não há instalações para manter alguém detido, Em algum sítio tinham de ir pô-lo, E que aconteceu depois, Contaram-me que os bombeiros estiveram uma hora a dar-lhe bons conselhos e depois puseram-no em liberdade, Não podiam fazer outra coisa. (Saramago, 2004, p. 113)

Ao que parecia, nem mesmo a polícia fazia falta à manutenção da segurança, pois que “a própria população, espontaneamente ou de maneira mais ou menos organizada, tinha tomado à sua conta as tarefas de vigilância” (Saramago, 2004, p. 113), apesar de

durante estes últimos dias houve crimes na cidade que obviamente vão ficar sem castigo, se não temos polícia, se os delinquentes não são presos, se não há investigação nem processo, se os juízes vão para casa e os tribunais não funcionam, é inevitável que a criminalidade aumente, parece que toda a gente está à espera de que a câmara municipal se encarregue do policiamento da cidade, pedem-no, exigem-no, protestam que sem segurança não haverá tranquilidade, e eu pergunto-me como, pedir voluntários, criar milícias urbanas. (Saramago, 2004, p. 113-114)

A angústia do presidente da câmara municipal se traduzia na incapacidade de colocar em prática o que o governo exigia, levando em consideração o contexto que se apresentava na “capital em estado de sítio, abandonada pelo seu próprio governo, cercada pelo seu próprio exército” (Saramago, 2004, p. 115). Em uma atitude desesperada, o presidente da câmara sai em caminhada pela cidade, como que inspecionando o estado das coisas, monitora as pessoas que passam,

procura agora indícios de desleixo, de abandono, de deterioramento, e, pelo menos à primeira vista, não os encontra. As lojas e os grandes armazéns estão abertos, ainda que não pareça que estejam a fazer negócio por aí além, os automóveis circulam sem mais impedimentos que um ou outro engarrafamento de pouca monta, à porta dos bancos não há filas de clientes inquietos, aquelas que sempre se formam em alturas de crise, tudo parece normal, nem um só roubo de esticão, nem uma só briga de tiros e navalhas, nada que não seja esta tarde luminosa, nem fria, nem quente, uma tarde que parece ter vindo ao mundo para satisfazer todos os desejos e acalmar todas as ansiedades. Mas não a preocupação ou, para ser mais literário, o desassossego interior do presidente da câmara. (Saramago, 2004, p.117-118)

O personagem sente uma ameaça no ar, que o inquieta e o angustia, pois sabe que o governo não irá se render, permitindo que essas pessoas conduzam suas vidas dessa forma, “pressinto que alguma coisa de mau está prestes a suceder” (Saramago, 2004, p. 118). Entretanto, ele não imaginava a dimensão do mau que estava por vir.

O criado trouxe-lhe o prato, Aqui tem, senhor presidente, que lhe faça bom proveito. Estava a levar o garfo à boca quando uma explosão fez estremecer de alto a baixo o edifício, ao mesmo tempo que rebentavam em estilhaços os vidros de dentro e fora, mesas e cadeiras foram atiradas ao chão, havia pessoas a gritar e a gemer, algumas estavam feridas, outras aturdidas pelo choque, outras trémulas de susto. O presidente da câmara sangrava de um corte na cara causado por um pedaço de vidro. Era evidente que tinham sido atingidos pela onda expansiva do rebentamento. Deve ter sido na estação de metro, disse entre soluços uma mulher que tentava levantar-se. Apertando um guardanapo contra a ferida, o presidente da câmara correu para a rua. Os vidros estalavam-lhe debaixo dos pés, lá adiante erguia-se uma espessa coluna de fumo negro, pareceu-lhe mesmo ver um resplendor de incêndio, Aconteceu, é na estação, pensou. (Saramago, 2004, p.121)

A bomba é então a carta na manga da qual falava o primeiro ministro. A primeira reação do presidente da câmara é a mesma do leitor, inquietação e incredulidade, aliada à tentativa de compreender a situação: “Quantos mortos estarão ali dentro, quem pôs esta bomba”, ao passo em que o incêndio provocado pela explosão era contido, o presidente buscava respostas junto ao chefe dos bombeiros, “Que lhe parece isto, comandante, perguntou, Do pior que vi alguma vez, até tenho a impressão de que me cheira a fósforo” (Saramago, 2004, p.122-123).

Mesmo após o fogo ser declarado extinto, não era possível mensurar quantas pessoas haviam morrido, mas, “umas trinta ou quarenta que, com ferimentos de diversa gravidade haviam escapado aos piores efeitos da explosão por se encontrarem numa zona do átrio afastada do local do rebentamento” (Saramago, 2004, p.124).

O atentado conduz o presidente da câmara a uma situação limite, que já vinha se modulando, pois ele estava do lado de cá da cerca, onde as pessoas resistiam bravamente e de forma exemplar, como nunca vira antes, as investidas negativas do governo, em busca de assumir novamente o controle. Então, quando ele começa a ter certeza de que a implantação da bomba foi responsabilidade dessas autoridades, seu estado de ânimo se torna insustentável, a ponto de confrontar o primeiro ministro em busca da verdade, sem medir as consequências:

Entenda-o como quiser, Senhor ministro, o que se passou aqui foi um crime hediondo, Suponho que tem razão, assim se lhes costuma chamar, Quem pôs a bomba, senhor ministro, Você parece perturbado, aconselho-o a ir descansar, volte a telefonar-me quando for dia, mas nunca antes das dez da manhã, Quem pôs a bomba, senhor ministro, Que pretende insinuar, Uma pergunta não é uma insinuação, insinuação seria se eu lhe dissesse o que ambos estamos a pensar neste momento, Os meus pensamentos não têm por que coincidir com o que pensa um

presidente de município, Coincidem desta vez, Cuidado, está a ir demasiado longe, Não estou a ir, já cheguei, Que quer dizer, Que estou a falar com quem tem directa responsabilidade no atentado, Está doido, Preferiria estar, Atrever-se a lançar suspeitas sobre um membro do governo, isto é inaudito, Senhor ministro, a partir deste momento deixo de ser presidente da câmara municipal desta cidade sitiada, Amanhã falaremos, de todo o modo tome já nota de que não aceito a sua demissão, Terá de aceitar o abandono, faça de conta que morri, Nesse caso aviso-o, em nome do governo, de que se arrependerá amargamente, ou nem terá tempo para arrepender-se, se não guardar sobre este assunto um silêncio absoluto. (Saramago, 2004, p.126)

Já haviam sido contabilizados vinte e três mortos, e “não sabemos quantos ainda se irão descobrir debaixo dos escombros”, argumentava o primeiro-ministro, mas o que importava de fato era que “os meios de comunicação social são praticamente unânimes em atribuir o atentado a algum grupo terrorista relacionado com a insurreição dos brancos” (Saramago, 2004, p.127). Aqui, observamos a condução da culpa pelo atentado aos supostos organizadores do movimento do voto em branco, o que corrobora com a tese de que a bomba foi plantada para incitar o medo e o terror na população, como estratégia de retorno ao poder. Mas o próprio governo assume a culpa pelo atentado:

Tínhamos pensado num artefacto não demasiado potente, que pouco mais causasse que um susto, Infelizmente algo terá falhado na cadeia de transmissão da ordem. [...] Fosse como fosse, saberíamos que haveria mortos, Mas não vinte e três. [...] Quem quiser os fins terá de querer os meios, permita-me que lho recorde. (Saramago, 2004, p.128)

Essa é uma prática comum dos governos totalitários, conforme explica Hannah Arendt, partindo do pressuposto de que “a violência impõe a obediência inquestionável” (Arendt, 2016, p. 57). Arendt argumenta ainda que a violência aparece como “último recurso para conservar intacta a estrutura de poder contra contestadores individuais, [...] como se a violência fosse o pré-requisito do poder” (Arendt, 2016, p. 64). Assim, recorrer à violência para manutenção ou mesmo retomada do poder é uma atitude corriqueira daqueles que se percebem naturalizados na posição dominadora.

A decisão do governo em plantar uma bomba para incitar o medo na população, bem como as outras condutas que tomou e irá tomar, corroboram com a análise de Arendt a respeito da reação do poder mediante o risco da perda do controle sobre o povo:

A superioridade do governo tem sido sempre absoluta; mas essa superioridade dura apenas enquanto a estrutura de poder do governo está intacta – isto é, enquanto os comandos são obedecidos e as forças do exército ou da polícia estão prontas a usar suas armas. [...] Onde os comandos não são mais obedecidos, os meios da violência são inúteis e

a questão dessa obediência não é decidida pela relação de mando e obediência, mas pela opinião e, por certo, pelo número daqueles que a compartilham. [...] A ruptura súbita e dramática do poder que anuncia as revoluções revela em um instante quanto a obediência civil - às leis, aos governantes, às instituições - nada mais é do que a manifestação externa do apoio e do consentimento. (Arendt, 2016, p. 65-66)

O que se conclui é que a superioridade do governo só é absoluta quando seus comandos são reconhecidos e obedecidos, ou seja, nem mesmo a violência é capaz de manter o povo sob o controle quando seu discurso é contestado, se rompendo o pacto inicial e fundacional de lei, não havendo mais legitimidade para o cumprimento de suas ordens. A sustentação dessa conduta irá se demonstrar em *Ensaio sobre a Lucidez*, na maneira como a população irá se comportar após o atentado, uma vez que não se renderão à coação do Estado. Na verdade, a tragédia os aproximará ainda mais, pois despertará em todos a compaixão por aqueles que perderam a vida.

Além da compaixão, o atentado irá avivar no povo um sentimento de revolta e indignação, haja vista que, mesmo sem haver a discussão organizada sobre o tema, ou mesmo sobre o voto, uma vez que seu comportamento é voluntário, sabem que não fora nenhum deles o responsável pela bomba, e decidem, assim, organizar uma manifestação pacífica, o que o governo recebe com muita antipatia: “estariam a preparar uma manifestação, Que pretendem eles conseguir com isso, as manifestações nunca serviram para nada, ou então nunca as autorizaríamos, Suponho que apenas querem protestar contra o atentado” (Saramago, 2004, p.130).

A conclusão das autoridades a respeito do assunto, entretanto, abre-se às possibilidades do que ali estava acontecendo: “um estado organizado não pode perder uma batalha destas, seria o fim do mundo, Ou o começo doutro” (Saramago, 2004, p.130). O que estava ocorrendo ali, era, necessariamente, o início de outro mundo, pautado em novos valores e novas verdades, que desenvolvia regras assentes ao momento fundacional do voto em branco que, por sua vez, só fora possível em função do processo de reconstrução a que essas pessoas foram sujeitas na ocasião da cegueira branca. Pois bem,

as informações chegadas ao ministério do interior eram correctas, a cidade preparava-se para uma manifestação. O número definitivo de mortos havia passado a trinta e quatro. Não se sabe de onde nem como, nasceu a ideia, logo aceite por toda a gente, de que os corpos não deveriam ser enterrados nos cemitérios como mortos normais, que as sepulturas deveriam ficar per *omnia saecula saeculorum* no terreno ajardinado fronteiro à estação de metrô. Contudo, algumas famílias, não muitas, conhecidas pelas suas convicções políticas de direita e inamovíveis da certeza de que o atentado havia sido obra de um grupo

terrorista directamente relacionado, [...] recusaram-se a entregar à comunidade os seus inocentes mortos. (Saramago, 2004, p.131)

O enterro seria, portanto, de vinte e sete cadáveres, três dias depois do atentado, “manhã cedo, começaram as pessoas a sair para a rua. Iam caladas, graves, muitas levavam bandeiras brancas, todas um fumo branco no braço esquerdo, e não venham os protocolistas em exéquias dizer-nos que um sinal de luto não pode ser branco” (Saramago, 2004, p.132). Na narrativa, todos os sinais que, outrora foram negros, são ressignificados pelo branco, como a cegueira, e agora o luto. Esse sinal, novamente, é muito representativo na narrativa, pois subverte uma simbologia cultural e passa o sentido de que há o esclarecimento a respeito da causa e dos culpados daquelas mortes. A cerimônia é descrita como uma cerimônia tocante e inesquecível:

Às onze horas a praça já estava cheia, mas ali não se ouvia mais que o imenso respirar de multidão, o surdo sussurro do ar entrando e saindo dos pulmões, inspirar, expirar, alimentando de oxigénio o sangue destes vivos, inspirar, expirar, inspirar, expirar, até que de repente, não completamos a frase, esse momento, para os que aqui vieram, sobreviventes, ainda está por chegar. Viam-se inúmeras flores brancas, crisântemos em quantidade, rosas, lírios, jarros, alguma flor de cacto de translúcida alvura, milhares de malmequeres a quem se perdoava o botãozinho negro do centro. Alinhadas a vinte passos, as urnas foram subidas aos ombros de parentes e amigos dos falecidos, os que os tinham, levadas em andamento funerário até às covas, e depois, sob a orientação habilitada dos enterradores de profissão, paulatinamente descidas por cordas até tocarem com um som cavo no fundo. (Saramago, 2004, p.132-133)

Destaca-se, ainda, a ausência da igreja na cerimônia, que é, notadamente laica, pois sua presença poderia ser interpretada como apoio político. Após a conclusão dos ritos fúnebres coletivos, depois de terem chorado coletivamente por todos os mortos e prestado apoio a seus entes queridos, ao contrário do que se esperava, “a multidão não se dispersou, a manifestação prossegue, e agora avança em massa, a toda a largura das ruas, em direcção, segundo se está vozeando, ao palácio do chefe do estado. E no caminho ficam, nem mais nem menos, a residência oficial do primeiro-ministro” (Saramago, 2004, p.135). O que se espera dessa movimentação do povo é o pior, uma catástrofe anunciada:

Ninguém parece saber aqui o que se vai passar, mas temos motivos para temer que a multidão se esteja a preparar para tomar de assalto o palácio presidencial, não sendo de excluir, diríamos até, admitimo-lo como altamente provável, que venha a saquear a residência oficial do primeiro-ministro e todos os ministérios que encontre pela frente, não se trata de uma previsão apocalíptica fruto do nosso espanto, bastará olhar para os rostos descompostos de toda esta gente, vê-se que não há

nenhum exagero em dizer que cada uma destas caras reclama sangue e destruição. (Saramago, 2004, p.135)

Entretanto, o que ocorre de fato é justamente o contrário do que a imprensa e o governo esperavam, pois, como já foi dito, essas pessoas não são as mesmas, operou nelas um senso cívico e civilizacional que gere seu comportamento, pautado agora no cumprimento de seus deveres humanos. Assim, o que iremos ter é que:

Tudo poderia acontecer, realmente, mas afinal nada aconteceu, salvo deter-se a manifestação, esta pequena parte que dela vemos, no cruzamento em que o palacete, com o seu jardimzinho à volta, ocupa uma das esquinas, o resto derramando-se pela calçada abaixo, pelos largos e ruas limítrofes, se ainda cá estivessem os aritméticos da polícia diriam que, ao todo, não eram mais que cinquenta mil pessoas, quando o número exacto, o número autêntico, porque as contamos todas, uma por uma, era dez vezes maior. (Saramago, 2004, p.135-136)

Rompendo com as expectativas negativas em torno deles, o povo, pacificamente, paralisa diante da casa do primeiro-ministro, simbolizando a consciência de que sabiam a quem culpar pelo atentado. E em meio à multidão, um repórter reconhece o presidente da câmara, que já havia apresentado sua demissão, por não compactuar com a conduta do governo, exatamente por estar deste lado da cerca, e, ao ser indagado pelo repórter a respeito da natureza da manifestação, e dos motivos pelos quais abandonou o seu cargo, explica:

Demitiu-se, Abandonei o cargo, Porquê, A única resposta que tenho para lhe dar é uma boca fechada, a minha, [...] Esta manifestação não é contra o governo, é de pesar, as pessoas vieram enterrar os seus mortos, Os mortos já foram enterrados e, não obstante, a manifestação prossegue, que explicação tem para isso, Pergunte a estas pessoas, Neste momento é a sua opinião que me interessa, Vou aonde elas vão, nada mais, Simpatiza com os eleitores que votaram em branco, com os brancosos, Votaram como entenderam, a minha simpatia ou a minha antipatia nada têm que ver com o caso, E o seu partido, que dirá o seu partido quando tiver conhecimento de que participou na manifestação, Pergunte-lhe, Não teme que lhe venham a ser aplicadas sanções, Não, Porque está tão seguro disso, Pela muito simples razão de que já não estou no partido. (Saramago, 2004, p.137)

A personagem deixa claro que a manifestação não é contra o governo, e sim de pesar. Além disso, transparece a natureza voluntária e inexplicável do movimento, marcada pela inexistência de organizadores. Mas, como já argumentamos, essa revolução é diferente, e a manifestação dela também o será, pois é movida pelo cansaço, pela lucidez, como tipifica o presidente da câmara, em nova resposta ao repórter:

A mim o que me assombra é que não se ouça um grito, um viva, um morra, uma palavra de ordem que expresse o que a gente quer, só este silêncio ameaçador que causa arrepios na espinha, Reforme a sua linguagem de filme de terror, talvez, no fim de contas, as pessoas só se tenham cansado das palavras”. (Saramago, 2004, p.138)

A manifestação fora, portanto, a mais pacífica que se poderia imaginar, contrariando completamente a expectativa jornalística e governamental, que esperavam raiva e depredação, mas tiveram civilidade e silêncio, “as pessoas chegaram e encheram a praça, estiveram meia hora a olhar em silêncio para o palácio fechado, depois dispersaram-se” (Saramago, 2004, p.139). Entretanto,

o que a bomba não tinha conseguido fazer, fê-lo a pacífica manifestação. Inquietos, assustados, os votantes indefectíveis dos partidos da direita e do meio, p.d.d. e p.d.m., reuniram os seus respectivos conselhos de família e decidiram, cada um em seu castelo, mas unânimes na deliberação, abandonar a cidade. Consideravam que a situação criada, uma nova bomba que amanhã poderia rebentar contra eles e as ruas impunemente tomadas pelo populacho, deveria levar o governo a convencer-se da necessidade de uma revisão dos rigorosos parâmetros que havia estabelecido para a aplicação do estado de sítio, em especial a escandalosa injustiça que representava fazer recair o mesmo duro castigo, sem distinção, sobre os firmes defensores da paz e sobre os declarados fautores da desordem. (Saramago, 2004, p.139-140)

Finalmente, os votantes dos partidos da direita e do meio decidem se manifestar, e como era de se esperar, coadunam com o posicionamento do governo, em acreditar que todo o cenário que se delineava compunha um plano conspiratório da esquerda, inclusive, acreditavam na ideia de que a bomba havia sido colocada pelos “brancos”, e que havia a possibilidade de mais bombas estourarem. Começa então a organização do plano de ação de retirada desses cidadãos da cidade, que “recebeu, por proposta de um erudito helenista do partido do meio, o nome de Xenofonte” (Saramago, 2004, p.140).

A referência que o autor faz ao episódio da famosa “Retirada dos Dez Mil”, da qual o escritor grego Xenofonte (354/428 A.C.) participou, e que deixou registrado em seu livro *Anábasis*, dialoga com a ideia de que, para os governantes, a retirada de seus apoiadores de um ambiente hostil e ameaçador consistia em algo semelhante a expedição heroica de Xenofonte e os 10.000 soldados gregos que liderou contra os bárbaros que os perseguiram, projetando a visão exagerada e pomposa que os líderes assumiam da população dos votantes em branco. A referência incorpora ainda a ironia de Saramago, principalmente quando conhecemos o fim da história desses “soldados” de *Ensaio sobre a Lucidez*.

A questão que passa a preocupar a comissão é a reação dos “brancos” com a fuga, porém, no horário marcado para a retirada dessas famílias da capital, quando elas começam a deixar suas casas, o que ocorre é que “as portas dos outros inquilinos não se abriram, ninguém veio ao patamar para gozar o espectáculo da fuga, ninguém lançou piadas, ninguém insultou, e também não foi por estar a chover que ninguém foi debruçar-se às janelas para ver as caravanas em debandada” (Saramago, 2004, p. 142), contrariando assim o que se esperava deles, “apenas diziam uns para os outros enquanto se aconchegavam nos lençóis, Vão-se embora” (Saramago, 2004, p. 143).

Além disso, uma outra falha marcou o plano de ação e colocou sua aplicação em prova, “os atarefados notáveis do comitê esqueceram-se, ou nem tal coisa lhes chegou a passar pela cabeça, de comprovar se a frente militar iria estar informada da evasão e, o que não era menos importante, pelos ajustes” (Saramago, 2004, p. 145), o que culminou em um desajuste sem medidas quando essas pessoas chegaram à fronteira, ocasionando na recusa da autorização para ultrapassar a linha divisória, seguida da dúvida a respeito do fato de que todos faziam parte do partido.

A questão acaba sem solução, e o governo se obriga a convencer as pessoas a retornarem à capital; recorrendo, para isso, à paixão comunitária: “Qualquer arrazoado que convença aquela gente a voltar para casa, que lhe inflame os brios patrióticos, diga que é um crime de lesa-pátria deixar a capital abandonada às mãos das hordas subversivas, que todos aqueles que votaram nos partidos que estruturam o actual sistema político”, ameaçam também suas casas, “diga que os lares que deixaram desprotegidos serão assaltados e saqueados pelas quadrilhas insurrectas, não diga que nós os assaltaremos se for necessário” (Saramago, 2004, p. 150).

Conforme já argumentamos, não há nesses sujeitos que ainda permanecem vinculados ao Estado, sentimento de patriotismo. Porém, na circunstância que se apresenta, sob a impossibilidade de seguir adiante, as pessoas são convencidas a regressar, mas a impressão que temos é a de que são movidos muito mais pelo medo do que pode ter acontecido a suas casas após as terem abandonado, do que necessariamente estarem sendo mobilizados por um instinto patriótico. Assim, seu recuo passa a ser compreendido como um corajoso ato de resistência, sobretudo com o apoio da mídia que “passou a adoptar uma tonalidade decididamente épica, transformando a retirada destes derrotados dez mil em vitoriosa cavalgada das valquírias” (Saramago, 2004, p. 160-161).

Nesse trecho o autor aproxima a atitude do governo a um episódio da mítica grega conhecido por “Os dez mil”, que nada mais é que um grupo de mercenários gregos

contratados por Ciro, O Jovem, para destituir seu irmão do trono da Pérsia. Essa referência, entretanto, é muito mais simbólica, pois a história é narrada em um texto raríssimo de Xenofonte, que possui apenas uma única tradução para português, e pode ser considerado como um «antepassado distante» dos romances de cavalaria. Assim, ao incorporar essa referência, Saramago dimensiona duplamente a proposição da criação de um aspecto mítico salvífico a atitude do governo.

Porém, o resultado dessa missão grega é uma derrota estratégica, e o retorno para casa, marcado por desavenças, intrigas e traições internas, que desestabilizaram o exército, vindo a sobreviver apenas uma parte deles. Mas, no contexto da obra de Saramago, a intenção dos governantes é subverter a derrota em vitória gloriosa, por isso a referência a cavalgada das Valquírias. Porém, essa modulação da derrota não se consolida como eles esperavam:

E, como era de se esperar, encontravam de tudo, frustração, desalento, raiva, ânsia de revindicta, não saímos desta vez mas sairemos doutra, edificantes afirmações de patriotismo, exaltadas declarações de fidelidade partidária, viva o partido do centro, viva o partido do meio, maus cheiros, irritação por uma noite inteira sem pregar olho, tire para lá a máquina, não queremos fotografias, concordância e discordância quanto às razões apresentadas pelo governo, algum cepticismo sobre o dia de amanhã, temor a represálias, crítica à vergonhosa apatia das autoridades, Não há autoridades, lembrava o repórter, Pois aí é que está o problema, não há autoridades, mas o que principalmente se observava era uma enorme preocupação pela sorte dos haveres deixados nas casas a que os ocupantes dos carros só tinham pensado regressar quando a rebelião dos brancos tivesse sido esmagada de vez. (Saramago, 2004, p. 312)

Ao retornarem as suas casas, o que temos, ao contrário do que se esperava, é acolhimento e ajuda, pois mesmo sem saber como chegamos a isso, do homem se espera sempre o pior. A ação do abandono da capital por essas pessoas, gera uma reação nos demais que irá transformar os primeiros, naquilo que Hannah Arendt compreende quando discute:

Como a ação atua sobre seres que são capazes de realizar suas próprias ações, a reação, além de ser uma resposta, é sempre uma nova ação que segue seu curso próprio e afeta os outros. Assim, a ação e a reação entre os homens jamais se passam em um círculo fechado. [...] Essa ilimitabilidade [*boundlessness*] é característica não só da ação política; [...] o menor dos atos, nas circunstâncias mais limitadas, traz em si a semente da mesma ilimitabilidade, pois basta um ato e, às vezes, uma palavra para mudar todo um conjunto. (Arendt, 2020, p. 236)

Nesse sentido, o impacto do ato primeiro levará à adesão completa dos sujeitos à revolução da bondade, visto que esse momento desmascara as intenções escusas de um governo que os manipulou e mentiu. A reação dos ministros que arquitetaram o plano de retirada e conduziram o retorno dos votantes, entretanto, foi de decepção e, no limite de “provavelmente quase todos estes homens teriam preferido que corresse algum sangue, não até ao ponto do massacre anunciado pelo repórter da televisão, mas algo que chocasse a sensibilidade da população de fora da capital” (Saramago, 2004, p. 166).

A situação, porém, é mais grave do que o governo esperava, e as soluções que aparecem de seus ministros são cada vez mais absurdas e pautadas em traços totalitários. E a decisão a que chegam, afinal, é mais pacífica do que se esperava, e mais estratégica também, pois se propõe a lidar diretamente com um discurso de convencimento, pautado na rememoração dos dias de horror, medo e abandono, vividos no período em que perdurou a epidemia da cegueira. Para isso, recorreriam a uma das ferramentas mais eficazes da engrenagem totalitária, a propaganda.

O primeiro-ministro punha em movimento, ainda por cima com a forçada concordância do presidente da república, a maquinaria mediática que, englobando imprensa, rádio, televisão e todas as mais subexpressões escritas, auditivas e visualizáveis disponíveis, quer decorrentes quer concorrentes, haveria de convencer a população da capital de que, desgraçadamente, estava outra vez cega. (Saramago, 2004, p.183)

Dessa forma, helicópteros fizeram chover por toda a capital, “papéis coloridos em que se explanavam as ilações dos escritores do ministério do interior sobre a mais do que provável conexão entre a trágica cegueira colectiva de há quatro anos e o desvario eleitoral de agora” (Saramago, 2004, p.185). Esta estratégia, que em um primeiro momento parece pacífica, na verdade, revela uma das táticas mais eficazes do poder totalitário, pois, conforme explica Hannah Arendt (2012), o que torna possível o estabelecimento desse tipo de poder totalitário é sua legitimação e adesão da massa a seu sistema, que aceita e justifica o caminho da violência e da força, conquistada por via da propaganda e do terror, que, conforme observamos na discussão desenvolvida aqui, se estabelece cada vez mais como meio e fim do problema do voto em branco.

No contexto do controle das informações para a manutenção de um governo totalitário, Arendt (2012) argumenta ainda que é necessário mantê-las externas e sob vigilância, impedindo que circulem dados que possam desacreditar ou fazer pensar

sobre as “verdades” impostas sobre o regime, para que possam, assim, descredibilizar o discurso que controla a massa.

Entretanto, esse tipo de manipulação por via da propaganda pode ser estabelecido também por meio do controle das informações compartilhadas com o público, como é o caso dessa, e de outras estratégias, que as autoridades tomaram e ainda virão a tomar na narrativa.

Em *Ensaio sobre a Lucidez*, a ação da propaganda lançada às ruas não fez efeito na multidão, porém, foi suficiente para alcançar um personagem que mudaria completamente o rumo dessa história, por meio de uma revelação até agora mantida em segredo, entre as personagens de *Ensaio sobre a Cegueira* e seus leitores. Esse é o momento do texto em que a anunciada ligação entre os ensaios de Saramago acontece, “Referimo-nos, sem outros rodeios, à carta que o presidente da república recebeu três dias depois de os helicópteros terem feito chover sobre as ruas” (Saramago, 2004, p.185).

A carta trazia a revelação do que ocorrerá com o grupo dos primeiros cegos durante a epidemia da cegueira, mas tratava, especificamente, do caso da mulher do médico, que não cegara como os demais, e que, por isso, fora responsável por guiar esses que representam, como já mencionado, a transformação do homem. Além disso, a carta propunha uma ligação entre esse fato e a revolução dos votos em branco:

creio, como vossa excelência, que alguma ligação terá de haver entre a recente cegueira de votar em branco e aquela outra cegueira branca. [...] Quero eu dizer, senhor presidente da república, que talvez esta cegueira de agora possa vir a ser explicada pela primeira, e as duas, talvez, pela existência, não sei se também pela acção, de uma mesma pessoa. [...] O que ninguém sabe é que uma das pessoas do grupo nunca chegou a cegar, uma mulher casada com um médico oftalmologista, o marido estava cego como todos nós, mas ela não. (Saramago, 2004, p.187)

A informação disposta na denúncia do primeiro cego corrobora com a hipótese levantada pelas autoridades desde o início dos debates a respeito da natureza dos votos em branco, pois, além de oferecer um responsável pelas ações subversivas, capaz de arquitetar o plano que culminaria no resultado das eleições e da respectiva crise política, ainda assinalava a hipótese de que essa mesma pessoa fora responsável, hipoteticamente, pela epidemia da cegueira, e que ambas tinham uma ligação direta.

Diante de tal cenário, o governo organiza uma força investigativa que procurará provar a ligação da mulher do médico com o “ataque a democracia”, iniciando pela perseguição e abordagem do autor da carta, “Esta manhã, às sete horas, disse, darão começo ao trabalho de seguimento do suspeito” (Saramago, 2004, p.199), para que assim

descobrissem os nomes dos outros componentes do que outrora foi o grupo dos primeiros cegos. Mas, o que conseguem dele é muito mais que essa informação, pois lhe é fornecida uma cópia da fotografia que o grupo tirou na ocasião em que estiveram alojados na casa do médico e de sua mulher durante os dias finais da epidemia.

4.1. “De que me serve ver... para ter desejado estar cega”: quando todos já conseguem enxergar aquilo que não queriam ver

A narrativa irá tomar um rumo diferente a partir do momento em que se identifica o grupo dos primeiros cegos, e principalmente sua líder, a mulher do médico, pois as estratégias mal-sucedidas se adotadas pelo governo até ali não surtiram efeito, já que os cidadãos da capital estavam transformados, não mais reconheciam e cumpriam as ordens e as regras estabelecidas pelo Estado, nem mesmo reagiam como esperado mediante a incitação do medo e do caos. Era necessária, portanto, uma mudança de método.

Essa adaptação irá se vislumbrar na possibilidade de localizar quem corresponderia a algum tipo de liderança, e a mulher do médico, que outrora ocupou esse lugar, é apontada como tal, pois, se fora capaz de mudar o comportamento de um grupo de pessoas antes, mantendo-os unidos e ligados a seus valores e deveres, poderia facilmente ter alargado seu alcance agora, partindo do pressuposto de que “que quem fez uma coisa podia fazer outra” (Saramago, 2004, p. 212). Há, nesse sentido, uma tentativa de descredibilizar a personagem, para que se possa criar uma imagem negativa sua, que transponha o que ela representou e ainda representa para o grupo que liderou, e para os leitores.

A estratégia do governo, portanto, é inicialmente desconstruir o perfil dessa mulher, subvertendo suas ações e escolhas, sem levar em consideração as circunstâncias em que as cometeu, como no caso do assassinato, por exemplo: “As suas cartas, repito, foram lidas com muito interesse pelos destinatários, especialmente no ponto em que diz que uma certa mulher não identificada cometeu há quatro anos um assassínio” (Saramago, 2004, p. 211). Nesse diálogo entre o investigador e o primeiro cego, se revela essa estratégia, que será desenvolvida:

Conte-nos o que sabe desse crime, pediu. O homem conteve o impulso de recordar ao senhor comissário que o mais importante na carta não era isso, que o episódio do assassinato, comparado com a situação do país, era o de menos, mas não, não o faria, a prudência mandava que seguisse a música que o convidavam a dançar, mais adiante, com

certeza, mudariam de disco, Sei que ela matou um homem, Viu, estava lá, perguntou o comissário, Não senhor comissário, mas ela própria o confessou, A si, A mim e a outras pessoas. (Saramago, 2004, p. 211)

O controle das informações se consolida como um dos recursos mais utilizados pelos governos totalitários, pois, como argumentamos anteriormente, o discurso é sua arma mais poderosa. Não importa, portanto, para essas pessoas e para a finalidade do que estão tramando, que essa mulher tenha salvo as pessoas que liderou, e mesmo libertado todos que estavam enclausurados e sendo abusados no interior do manicômio, a única coisa que é vista e destacada por eles é o crime que a mulher cometera para que esse mal deixasse de acontecer, afinal de contas, conforme discute Hannah Arendt, “a forma extrema do poder é Todos contra Um; a forma extrema da violência é Um contra Todos” (Arendt, 2016, p. 58).

A mulher representa, portanto, esse “Todos contra um”, em que a ela corresponde a causa de todo o mal que abala o sistema democrático dessa sociedade fictícia, que aponta cada dia mais sinais de que está muito melhor sozinha, entregue a seus cidadãos, do que regida por um governo com traços totalitários:

Oxalá este assunto se resolva rapidamente, confesso-lhe que me sinto como se me encontrasse perdido no meio de um campo minado, Homem, tem calma, não há nenhum motivo para preocupação, olha para estas ruas, repara como a cidade está sossegada, tranquila, Pois é justamente isso o que me inquieta, senhor comissário, uma cidade como esta, sem autoridades, sem governo, sem vigilância, sem polícia, e ninguém parece importar-se, há aqui algo muito misterioso que não consigo entender. (Saramago, 2004, p. 223)

Esse clima misterioso, nada mais é do que a reverberação da consciência cívica dos habitantes da capital, que opera pautada nos direitos e deveres humanos, alcançando assim o sentimento de comunidade perdido outrora. Nesse clima, as investigações são conduzidas, porém, os responsáveis por ela não chegam a lugar nenhum, apenas convencem o comissário de que aquela mulher e seu grupo representam, enfim, a transformação a que todos foram submetidos, e que talvez o maior problema do homem está em questionar e duvidar de sua capacidade para o bem e para a independência dos sistemas que ele mesmo criou. Entretanto, a busca incansável por um culpado continua, e o comissário interroga o médico e sua esposa:

Não há pessoas inocentes, quando não se é culpado de um crime, é-se culpado de uma falta, nunca falha, E nós, de que crime ou de que falta somos culpados ou acusados.[...] O comissário guardou silêncio durante alguns segundos, de repente entrara-lhe uma dúvida sobre qual seria a

melhor tática a seguir. [...] o inspector e o agente se limitassem, de acordo com as instruções que lhes dera, a fazer perguntas sobre o assassinio do cego, bem estava, mas ele, comissário, tinha as vistas postas num objectivo bem mais ambicioso, averiguar se a mulher que se encontra diante de si, sentada ao lado do marido, tranquila como se, por nada dever, nada tivesse que temer, além de ser uma assassina, faz também parte da diabólica manobra que mantém humilhado o estado de direito, que o pôs de cabeça baixa e de joelhos. [...] A dúvida surgida dissipou-se como fumo e uma sólida certeza tomou o seu lugar. (Saramago, 2004, p. 227)

O objetivo central da investigação se coloca, mas por vias indiretas, pois o comissário é orientado por seus superiores a buscar relacionar o perfil da mulher com o assassinato cometido por ela durante a epidemia da cegueira, o que justificaria, por sua vez, sua inclinação para a prática do mal.

Que explicação poderá dar-me, minha senhora, para o facto de não ter cegado há quatro anos, quando da epidemia. O médico e a mulher entreolharam-se surpreendidos, e ela perguntou, Como sabe que não ceguei há quatro anos. [...] Eu não sou o meu marido, E eu não tenho que desvelar, quer a si quer a ele, os segredos do meu ofício, sei que não cegou, e isso me basta. O médico fez um gesto como para intervir, mas a mulher pôs-lhe a mão no braço, Muito bem, agora diga-me, suponho que isso não será segredo, em que pode interessar à polícia que eu tenha estado cega ou não há quatro anos, Se tivesse cegado como toda a gente cegou, se tivesse cegado como eu próprio ceguei, pode ter a certeza de que não me encontraria aqui neste momento, Foi crime não ter cegado, perguntou ela, Não ter cegado não foi nem poderia ser crime, embora, já que me obriga a dizê-lo, a senhora tenha cometido um crime precisamente graças a não estar cega, Um crime, Um assassinio. [...] Sim, é verdade, matei um homem. Não prosseguiu, manteve fixo o olhar, à espera. (Saramago, 2004, p. 229)

O fato de não haver cegado é o principal indício que os investigadores têm contra a mulher, e acreditam que haja uma explicação para isso, sustentada na tese de seu envolvimento com a epidemia da cegueira, e com o atentado contra a democracia de agora, amparados na suposição de sua inclinação para o mal, pelo fato de ter cometido um assassinato. Entretanto, o comissário não esperava que suas razões e seus argumentos convenceriam até ele, bem como os leitores:

Suponho que disporá de uma boa justificação para me dar, aventurou, A respeito de quê, perguntou a mulher, A respeito do crime, Não foi um crime, Que foi então, Um acto de justiça, Para aplicar a justiça existem os tribunais, Não podia ir queixar-me da ofensa à polícia, o senhor comissário acabou mesmo agora de dizer que, como toda a gente nessa altura, estava cego, Excepto a senhora, Sim, excepto eu. (Saramago, 2004, p. 230)

A mulher demonstra ser astuta e estratégica durante a condução do interrogatório, não teme os investigadores, como de modo geral é comum, pelo contrário, ela releva uma compreensão lúcida dos papéis ali desempenhados, qualidades adquiridas a partir da experiência da cegueira, que apesar de não a ter acometido, a ensinou muito a respeito da natureza e do comportamento dos homens, bem como das funções que ocupam em sociedade, como é o caso de agora.

Até este momento o comissário havia tido muito claro na sua cabeça o objectivo da missão de que fora encarregado pelo ministro do interior, nada mais que averiguar se haveria alguma relação entre o fenómeno do voto em branco e a mulher que tinha na sua frente, mas a interpelação dela, seca e directa, deixara-o desarmado, e, pior do que isso, com a súbita consciência do tremendo ridículo em que cairia se lhe perguntasse, de olhos baixos porque não teria coragem para a olhar cara a cara, Por acaso não será a senhora a organizadora, a responsável, a chefe do movimento subversivo que veio pôr o sistema democrático numa situação de perigo a que talvez não seja exagerado chamar mortal. (Saramago, 2004, p. 232)

Todos que têm contato com a mulher do médico passam a admirá-la, ou aprendem a respeitá-la, tanto por sua conduta durante a epidemia, como pelo carácter e pela visão de mundo que passa a compartilhar após isso. As características que destacam a personagem parecem ter estado com ela desde sempre, pois foram elas que a conduziram, mesmo a contragosto, ao papel de líder do grupo dos primeiros cegos. Dessa forma, o respeito conquistado por ela, mediante essas circunstâncias, passa a compor seu carácter a partir de então, projetando, nesse sentido, o ideal de sujeito humano, consciente de seus direitos, mas praticante também de seus deveres.

Esse dado é demonstrando na narrativa tanto pelos componentes do grupo dirigido por ela, que continuam unidos, mesmo após o fim da epidemia, como pelas personagens que depois a conhecem, como é o caso do comissário de polícia que, conforme a conhece, passa a não só admirá-la, como a compartilhar de sua visão.

No que diz respeito ao grupo dos primeiros cegos, como dissemos, com exceção do primeiro cego, permanecem unidos após a epidemia, estreitando suas relações de amizade, ao ponto de o comissário de polícia, após concluir os interrogatórios com todos os membros, sair com a impressão de “que a mulher do médico deve ser a modos que uma espécie de heroína, uma alma grande” (Saramago, 2004, p. 238). Essa perspectiva é colocada, por exemplo, pela mulher do primeiro cego, que justifica:

Ela disse que das causas do incêndio nada sabia, teria sido uma coisa casual que até poderia ter acontecido antes, então perguntei-lhe como

se tinha conseguido salvar, e aí ela começa-me a falar da mulher do médico elogiando-a de todas as maneiras, uma pessoa extraordinária como nunca havia conhecido outra na sua vida, em tudo fora do comum, tenho a certeza de que se não fosse por ela, não estaria aqui a conversar consigo, salvou-nos a todos, e não foi só por ter-nos salvo, fez mais, protegeu-nos, alimentou-nos, cuidou de nós. (Saramago, 2004, p. 238)

Mesmo o primeiro cego, que revela uma personalidade disruptiva, reconhece não ter nada contra ela: “Juro que não me move qualquer animosidade contra a pessoa em causa” (Saramago, 2004, p. 186). Sua atitude em revelar o segredo do grupo parece ter relação com o despeito que sente por ter sido abandonado por sua mulher, como também ter demonstrado, desde *Ensaio sobre a Cegueira*, uma conduta fadada ao machismo, partilhada com o grupo mais tradicional que insiste no retorno do governo ao poder, características que não são bem-vindas no perfil desse novo sujeito que se constrói.

O comissário, responsável pelo levantamento de provas que culpabilizassem a mulher do médico, passa por uma transformação a partir do contato com ela e seu grupo, pois, munido de seu senso de justiça, se descobre incapaz de executar a missão que lhe fora dada, já que compreende com esses sujeitos sua humanidade.

Aqui podemos fazer um paralelo do personagem com Eichmann, principal modelo para o desenvolvimento da teoria da banalidade do mal, de Hannah Arendt. O oficial nazista, conforme já discutido, corresponde àquele sujeito destituído da capacidade de pensamento, que executa as ordens que lhe são dadas sem refletir sobre elas e sobre o mal que provocam nos outros, amparado no argumento de que “se limitou a obedecer ordens e fiado em sua fria eficácia, aparecia de maneira inquietante, como os instrumentos ‘inocentes’ dos acontecimentos impessoais e desumanos” (Arendt, 1989, p. 246).

Hannah Arendt (1999) irá descrever Eichmann como um sujeito “incapaz de sentir fosse o que fosse”, fora do contexto do exercício de sua função enquanto oficial, “seus atos eram de um cidadão respeitador das leis” (Arendt, 1999, p. 152). Entretanto, a respeito de suas práticas no holocausto, sobretudo na Solução Final, Eichmann argumenta que “cumpria o seu *dever*, como repetiu insistentemente à polícia e à corte; ele não só obedecia ordens, ele também obedecia a *lei*” (Arendt, 1999, p. 152).

O comissário também é um oficial a serviço da justiça, responsável pela manutenção do poder do Estado, entretanto, ele não age sem pensar e considerar as consequências das ações do que é orientado a fazer. Sobretudo, após seu contato com a mulher do médico.

Não se tinha demorado mais que meia hora em casa da mulher do médico, mas esse pouco tempo foi suficiente para revelar ao estupefacto grupo ali reunido os tenebrosos fundos da sua missão. Disse que iria fazer tudo quanto estivesse ao seu alcance para desviar daquele lugar e daquelas pessoas as mais do que inquietantes atenções dos seus superiores, mas que não garantia que fosse capaz de o conseguir. (Saramago, 2004, p. 251)

Assim, o comissário se distingue de Eichmann, conforme a categorização que Arendt faz deste último, aproximando-se daquilo que ela explica sobre a teoria do mal radical aplicado ao oficial nazista, pois, para ela “tudo o que resta do espírito de Kant é a exigência de que o homem faça mais que obedecer à lei, que vá além do mero chamado da obediência e identifique sua própria vontade com o princípio que está por trás da lei – a fonte de onde brotou a lei” (Arendt, 1999, p. 154). Nesse sentido, a atitude do comissário em subverter, questionar e ignorar as ordens superiores corresponde à concepção kantiana, fonte da razão pura. Já Eichmann faz uso desta, de acordo com a vontade do *Führer*, agindo como um legislador da lei que obedece.

O comissário, como argumentamos, vai além da ordem que foi convocado a obedecer, e seu envolvimento em defesa do grupo dos primeiros cegos, em especial da mulher do médico, o faz revelar o plano do governo, ao qual estava envolvido:

disse que lhe haviam dado o curtíssimo prazo de cinco dias para concluir a investigação e que de antemão sabia que só lhe aceitariam um veredicto de culpabilidade, e disse mais, dirigindo-se à mulher do médico, A pessoa a quem querem transformar em bode expiatório, com perdão da óbvia impropriedade da expressão, é a senhora, e também, por tabela, possivelmente, o seu marido, quanto aos restantes não creio que no imediato corram um perigo real, o seu crime, minha senhora, não foi ter assassinado aquele homem, o seu grande crime foi não ter cegado quando todos éramos cegos, o incompreensível pode ser desprezado, mas nunca o será se houver maneira de o usarem como pretexto. (Saramago, 2004, p. 251-252)

O homem reconhece não só acreditar na mulher, como se propõe a estar a seu lado. Sua primeira tentativa de ajudá-la é quando tenta convencer o ministro do interior de sua inocência: “E essa águia-pesqueira, que tal a achou, papagaio-do-mar, Pareceu-me uma mulher decente, normal, inteligente, e se tudo o que os outros dizem dela é verdade, albatroz, e eu inclino-me a pensar que sim, então trata-se de uma pessoa absolutamente fora do comum” (Saramago, 2004, p. 243-244). Entretanto, nenhum esforço será capaz de livrá-la do golpe do Estado, pois seu grupo e os fatos em torno deles se caracterizavam como a última tentativa do governo de solucionar a situação em que se encontravam.

Aposto o que quiser em como esses cinco constituem uma célula organizada, provavelmente, mesmo, a cabeça da ténia de que falávamos há tempos, Nem eu nem os meus colaboradores ficámos com essa impressão, albatroz, Pois não vai ter outro remédio, papagaio-do-mar, se não passar a tê-la, Precisaríamos de provas, sem provas nada podemos fazer, albatroz Encontrem-nas, [...] Recordo-lhe que a cidade se encontra sob estado de sítio e que todos os direitos e garantias dos habitantes estão suspensos, papagaio-do-mar, E que fazemos se não encontrarmos provas, albatroz, Recuso-me a admitir que não as encontre, papagaio-do-mar, para comissário parece-me demasiado ingénuo, desde que me conheço como ministro do interior, as provas que não havia, afinal estavam lá, O que me está a pedir não é fácil nem agradável, albatroz, Não peço, ordeno, papagaio-do-mar, Sim, albatroz, em todo o caso peço licença para notar que não estamos perante um crime evidente, não há provas de que a pessoa a quem se decidiu considerar suspeita o seja na realidade, todos os contactos estabelecidos, todos os interrogatórios feitos, apontam, pelo contrário, para a inocência dessa pessoa. (Saramago, 2004, p. 244)

A condução da culpa à mulher do médico é, portanto, iminente. O comissário se apercebe disso e conclui que, independente de sua interferência, o Estado procederá ao ataque contra o grupo:

Posso fazer uma pergunta, albatroz, Faça-a que eu responderei, [...] Que acontecerá se não se encontrarem provas da culpabilidade, O mesmo que aconteceria se não se encontrassem provas da inocência, Como devo entendê-lo, albatroz, Que há casos em que a sentença já está escrita antes do crime, Sendo assim, se entendi bem aonde quer chegar, rogo-lhe que me retire da missão, albatroz, Será retirado, papagaio-do-mar, prometo-lho, mas não agora nem a seu pedido, será retirado quando este caso ficar encerrado, [...] ouça-me bem, dou-lhe cinco dias, note bem, cinco dias, nem mais um, para me entregar toda a célula atada de pés e mãos, a sua águia-pesqueira e o marido, a quem não se chegou a dar nome, coitado, e os três peixinhos que agora apareceram, o lobo, o gato e a agulha, quero-os esmagados pela carga de provas de culpabilidade impossíveis de negar, ladear, contrariar ou refutar, isto é o que quero, papagaio-do-mar, Farei o que puder, albatroz, Fará exactamente o que acabei de lhe dizer. (Saramago, 2004, p. 244-245)

Nesse ponto, há o total desmascaramento das políticas totalitárias que o Estado executa para manter seu sistema, partindo da prerrogativa do controle dos sujeitos e da legitimação de seu discurso de poder pelas variadas esferas sociais. Na verdade, toda a narrativa de *Ensaio sobre a Lucidez* será perpassada por esta característica do governo, de maneira muito mais latente que em *Ensaio sobre a Cegueira*.

Dessa forma, o texto de Saramago nos leva a refletir a respeito do fato de que a era moderna é marcada pela crescente descredibilidade política, ocasionada pelo avanço de regimes totalitários, que se sustentam pelo não pensar da sociedade de massas, em detrimento da ação e da participação da vida pública. Para refletir a respeito do

totalitarismo, Hannah Arendt (2012) parte do pressuposto de que ele difere da tirania e da ditadura, sendo uma nova forma de domínio, haja vista que não se limita a destruir apenas as capacidades individuais do homem, mas destrói os grupos e instituições que sedimentam o tecido de suas relações privadas, abstendo-o, inclusive, dele mesmo.

Em *Origens do Totalitarismo* (2012), Hannah Arendt evidencia e discute as bases que sustentam os regimes totalitários. Sua tese principal é a de que o Totalitarismo parte de um desenraizamento total com qualquer outro sistema político que possa ter existido até então, oriundo de um conjunto de alterações políticas e sociais, bem como do processo de divinização das ideologias que conduziu a uma tirania das ideias, e a soberania do abstrato sobre o concreto que só a era moderna foi capaz de fornecer, a partir da configuração da sociedade de massas.

É essa conjuntura e compreensão política que encontramos materializada na sociedade descrita por Saramago em seus ensaios. Inicialmente, o governo se coloca como defensor da ordem e dos valores das massas, mas irá se revelar, conforme as circunstâncias, como potência controladora e algoz, sendo capaz das maiores atrocidades para garantir a manutenção de seu poder. Inclusive, os crimes são permitidos e autorizados nessa conjuntura, desde que realizados em nome da causa.

Em *Ensaio sobre a Lucidez*, a narrativa se inicia com uma eleição partidária, se encaminha para a tentativa de conciliação entre os variados partidos, porém, culmina no processo de estabelecimento de uma ordem totalitária de fato. Entretanto, o caminho será distinto daquele indicado por Hannah Arendt, uma vez que não há a legitimação do processo por parte da população, que não se configura como massa despolitizada e atomizada. Dessa forma, os habitantes do lugar em que a narrativa se desenvolve se libertam do estágio de individualização e perda de sua capacidade de coletividade, necessária para que haja o reconhecimento do poder totalitário, vindo a se desenvolver neles um senso de solidariedade ímpar, que só será vencido pela força da violência depositada na reação do governo.

O Totalitarismo promove, assim, a solidão, impotência e isolamento dos sujeitos, como prerrogativa da essência de seu governo. Hannah Arendt explica que, enquanto o isolamento se refere ao “terreno político da vida, a solidão se refere à vida humana como um todo” (Arendt, 2012, p. 633). Dessa forma, o totalitarismo age em todas as teias de relações humanas, no intuito de promover a desumanização do homem, naquilo que Fernanda Souki argumenta ao afirmar que “o que as ideologias totalitárias visam não é transformação do mundo exterior ou a transformação revolucionária da sociedade, mas a

transformação da própria natureza humana” (Souki, 2006, p. 65). De forma complementar, recorreremos à Hannah Arendt:

o governo totalitário, como todas as tiranias, certamente não poderia existir sem destruir a esfera da vida pública, isto é, sem destruir, através do isolamento dos homens, as suas capacidades políticas. Mas o domínio totalitário como forma de governo é novo no sentido de que não se contenta com esse isolamento, e destrói também a vida privada. Baseia-se na solidão, na experiência de não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. (Arendt, 2012, p. 633)

Essa estratégia é utilizada em *Ensaio sobre a Lucidez*, entretanto, como mencionamos, ela não se estabelece, pois o insucesso do sistema totalitário na obra advém da não configuração dos sujeitos como massificados, operando contra essa prerrogativa por meio do voto em branco e do fato de não sucumbir à solidão e ao isolamento que se esperavam deles.

Essa nossa tese se justifica no fato de que o Totalitarismo, segundo Hannah Arendt (1998), é uma forma de domínio radicalmente diversa, porque não se limita a destruir as capacidades políticas do homem, isolando-o em relação à vida pública, como faziam as velhas tiranias e os velhos despotismos, mas tende a destruir os próprios grupos e instituições que formam o tecido das relações privadas do homem, tornando-o estranho assim ao mundo e privando-o até de seu próprio eu.

O comissário de polícia representa o sujeito que retoma seu sentimento de pertencimento a uma comunidade, e decide ajudar o grupo dos primeiros cegos contra as intenções do governo. Em um primeiro momento, o mais viável é atrasar ou mesmo tentar desviar a investigação: “agora o que é preciso é empatar, entreter os acontecimentos, inventar para a investigação progressos e retrocessos que ao mesmo tempo alimentem e embaracem, sem que se perceba demasiado, os planos do ministro, esperar para ver, enfim, em que consiste a ajuda por ele prometida” (Saramago, 2004, p. 252).

Quando essa ajuda prometida chega, porém, o comissário percebe que não há saída para o grupo, e decide tomar uma decisão mais incisiva. Para isso, procura a mulher do médico a fim de explicar que a fotografia do grupo se encontra nas mãos do governo, e que a partir dali estão todos contra eles:

a fotografia se encontra nas mãos do seu ministro, Dir-lho-ia noutra ocasião, E para que a quer ele, se não é demasiada curiosidade da minha parte, Não sei, não mo disse, mas tenho a certeza de que não será para nada de bom, Então não vinha fazer-me o segundo interrogatório, perguntou a mulher do médico, Nem hoje, nem amanhã, nem nunca, se

depende da minha vontade, já tenho o que precisava de saber desta história, Terá de explicar-se melhor. (Saramago, 2004, p. 265)

O último diálogo do comissário com o ministro, a partir de sua posição oficial, será de confronto, que confirmará as intenções do governo em transformar a mulher do médico em algoz.

Então diga-me se já se encontra em condições de afirmar, sem mais rodeios nem mais circunlóquios, que essa mulher do médico, [...] é culpada, Confessou-se culpada de um assassinio, albatroz, [...] Então vá directamente ao assunto e responda-me se pode afirmar que a mulher do médico tem responsabilidade no movimento organizado para o voto em branco, que talvez mesmo seja ela a cabeça de toda a organização, Não, albatroz, não o posso afirmar, Porquê, papagaio-do-mar, Porque nenhum polícia do mundo, [...] encontraria o menor indício que lhe permitisse fundamentar uma acusação dessa natureza, Parece ter-se esquecido de que havíamos acordado em que plantaria as provas necessárias. (Saramago, 2004, p. 272-273)

O comissário mantém sua opinião a respeito do suposto envolvimento da mulher do médico com os votos em branco, e declara acreditar em sua inocência, se recusando assim a continuar colaborando com o plano do governo. Essa atitude leva o personagem a um sentimento de redenção, mesmo isso significando seu desligamento da carreira que construiu:

O comissário pousou o telefone. Levantou-se da cadeira e foi à casa de banho. Precisava de ver a cara do homem a quem tinham acabado de despedir sumariamente. [...] Mas surpreendia-o, isso sim, a serenidade da cara que via ao espelho, uma cara donde as rugas pareciam haver desaparecido, uma cara onde os olhos se haviam tornado límpidos e luminosos, a cara de um homem de cinquenta e sete anos, de profissão comissário de polícia, que acabava de passar pela prova do fogo e dela saía como de um banho lustral. Era uma boa ideia, tomar um banho. [...] Deixou correr a água à vontade, [...] a água correu para levar-lhe do corpo o resto da sujidade, então a memória transportou-o às costas quatro anos para trás, quando todos eram cegos e vagueavam imundos e famintos pela cidade, dispostos a tudo por um resto de pão duro coberto de bolor, por qualquer coisa que pudesse ser ingerida, [...] imaginou a mulher do médico a guiar pelas ruas, debaixo da chuva, o seu pequeno rebanho de desgraçados, seis ovelhas perdidas, seis pássaros caídos do ninho, seis gatinhos cegos acabados de nascer, talvez em um daqueles dias, numa rua qualquer, tivesse esbarrado com eles, talvez por medo eles o tivessem repellido, talvez por medo os tivesse repellido ele, era o tempo do salve-se quem puder, [...] Mas não é só quando não temos olhos que não sabemos aonde vamos, pensou. A água quente caía-lhe rumorosa sobre a cabeça e os ombros, escorregava-lhe pelo corpo abaixo e, limpa, desaparecia gorgolejando no escoadouro. (Saramago, 2004, p. 274-275)

A personagem, a partir dessa ruptura se torna um homem novo, que abandona o peso do lugar que ocupara e das atitudes que teve, e assim, se sente renovado. A água ocupa aqui a mesma simbologia recorrente em *Ensaio sobre a cegueira*, pois é ela que lavará esse sujeito de tudo de ruim que viu e que fez, como um tipo de libertação. Além disso, o comissário representa, também, o homem que é conduzido ao retorno do pensamento e do sentimento, que retoma sua humanidade como princípio fundamental que encaminha sua ação no mundo.

Porém, o governo enfim executa o plano final a respeito da condução da culpa à mulher do cego, que consiste na divulgação do segredo que guardou juntamente com seu grupo, de não ter cegado durante a epidemia da cegueira. A expectativa das autoridades era de conduzir a opinião da população no sentido de responsabilizá-la, pela cegueira e pela lucidez dos votos em branco, recorrendo mais uma vez a uma de suas armas mais poderosas, o discurso e a propaganda.

Que pretende ele, Amanhã veremos o que os jornais fazem além de exibir a fotografia, mas imagino que a vão estigmatizar perante a opinião pública, De não haver cegado há quatro anos, [...] agora esse facto tornou-se motivo mais que suficiente, desse ponto de vista, para a considerar responsável, no todo ou em parte, do que está a suceder, Refere-se ao voto em branco, Sim, ao voto em branco, É absurdo, é completamente absurdo, Que lhe parece que devemos fazer, Escondam-se, desapareçam, mas não o façam em casa dos vossos amigos, aí não estaríeis em segurança. (Saramago, 2004, p. 284)

A notícia é amplamente divulgada em todos os meios de comunicação, e, como era de se esperar, as manchetes são propositalmente tendenciosas, vindo em destaque o rosto da mulher do médico: “E os títulos eram, a negro e a vermelho, Descoberto Finalmente O Rosto Da Conspiração, Esta Mulher Não Cegou Há Quatro anos, Resolvido O Enigma Do Voto Em Branco, A Investigação Policial Dá Os Primeiros Frutos” (Saramago, 2004, p. 287). Não há dúvidas, portanto, da intenção do ato, sobretudo quando o comissário e os leitores têm acesso aos textos que acompanham a notícia, que de um modo geral diziam:

Quando pensávamos que o governo havia deixado entregue à acção do tempo, [...] eis que chega à nossa redacção a mais inesperada e grata das notícias.[...] lograram trazer à luz o que é, com altíssima probabilidade, a cabeça da ténia cujos anéis têm mantido paralisada, e atrofiando-a perigosamente, a consciência cívica da maioria dos habitantes desta cidade em idade de votar. Uma certa mulher, casada com um médico oftalmologista e que, assombro dos assombros, foi, segundo testemunhos dignos de suficiente crédito, a única pessoa que

há quatro anos escapou à terrível epidemia que fez da nossa pátria um país de cegos, essa mulher é considerada pela polícia como a provável culpada da nova cegueira, felizmente limitada por esta vez ao âmbito da ex-capital, que veio introduzir na vida política e no nosso sistema democrático o mais perigoso germe da perversão e da corrupção. Só um cérebro diabólico, como no passado o foram os dos maiores criminosos da história da humanidade, poderia ter concebido o que, segundo fonte fidedigna, mereceu a sua excelência o senhor presidente da república o expressivo qualificativo de torpedo disparado abaixo da linha de flutuação contra a majestosa nave da democracia. Assim é. (Saramago, 2004, p. 287-288)

Os adjetivos utilizados para descrever a mulher coadunam para a construção do perfil que o governo deseja que seja estabelecido sobre ela, de uma mulher diabólica, herdeira de Eva e de Lilith. Veja que Saramago evidencia o esforço do governo em culpar a mulher pela epidemia da cegueira, considerada por eles como o maior germe de perversão e corrupção. Esse destaque, por sua vez nos leva a considerar o tratamento que o autor oferece as suas personagens femininas, que são redimensionadas em suas narrativas, e tem suas histórias ressignificadas. Nesse caso, é possível considerar a mulher do médico como uma descendente das personagens Maria de Magdala, Blimunda, entre outras, e também como anunciação de outras que viriam depois dela, como Lilith e Eva.

Porém, apesar da campanha difamatória da mulher do médico incitada pelo governo, as pessoas costumam acreditar no que é publicado sobre ela, pois já não é mais o tempo de essa população acreditar na imutabilidade e imparcialidade da mídia, que sempre esteve a serviço e controlada pelo governo, como o constata o comissário, em diálogo com um motorista de táxi:

Foi o condutor quem entrou na matéria, Eu não sei o que o senhor pensa, mas essa história da mulher que dizem não ter cegado parece me uma aldrabice de marca maior inventada para vender jornais, se eu fiquei cego, se todos ficamos cegos, como é que essa mulher continuou a ver, é uma balela que não entra na cabeça de ninguém, E isso que dizem de ser ela a causadora do voto branco, Essa é outra, uma mulher é uma mulher, não se mete nessas coisas, ainda se fosse um homem, vá que não vá, poderia ser, agora uma mulher, pffff, Já veremos como isto acabará, Quando à história se lhe acabar o sumo, inventarão logo outra, é o que sempre sucede. (Saramago, 2004, p. 294-295)

O comissário lamenta o ocorrido. Entretanto, como já sabemos, ele já não é mais o policial que executa as ordens de seu comando sem refletir sobre elas e as questionar. Sua atitude será, portanto, de revolta e ação, sobretudo porque um movimento de pessoas se forma em frente à casa da mulher do médico, e não se sabe ao certo qual a motivação para tal. É então quando o comissário procura os jornais menos influenciáveis para

publicar a verdadeira versão dos fatos, mas encontrará dificuldade, pois os jornais estão sob constante vigilância do Estado, e, portanto, da censura.

É absolutamente necessário que isto se publique amanhã, Porquê, Porque amanhã talvez consiga ir ainda a tempo de impedir que seja cometida uma injustiça, Refere-se à mulher do médico, Sim senhor director, pretende-se, de qualquer maneira, fazer dela o bode expiatório da situação política em que o país se encontra, Mas isso é um disparate, Não mo diga a mim, diga-o antes ao governo, diga-o ao ministério do interior, diga-o aos seus colegas que escrevem o que lhes mandam. O director trocou um olhar com o chefe da redacção e disse, Como deve calcular, ser-nos-ia impossível publicar a sua declaração tal qual se encontra redigida, com todos esses pormenores, Porquê, Não se esqueça de que estamos a viver em estado de sítio, a censura tem os olhos postos em cima da imprensa, em particular de um jornal como o nosso, Publicar isto equivaleria a ter o jornal fechado nesse mesmo dia, disse o chefe da redacção, Então não há nada a fazer, perguntou o comissário, Poderemos tentar, mas não temos a certeza de que dê resultado, Como, tornou o comissário a perguntar. Depois de uma nova e rápida troca de olhares com o chefe da redacção, o director disse, É a altura de o senhor nos dizer de uma vez quem é. (Saramago, 2004, p. 301)

Mesmo recorrendo às estratégias arriscadas para driblar a censura, a notícia é publicada na forma como o comissário esperava, e o que acontece, como era de se esperar, é que o governo ordena que todos os exemplares do jornal sejam recolhidos. Entretanto, essa atitude não será capaz de impedir que a informação verdadeira circule, pois, mesmo as informações contidas no texto estando “camufladas”, o que se percebe é uma rápida e impressionante apropriação da notícia e dos desdobramentos das informações contidas nela por parte do povo, que reconhece na notícia anteriormente vinculada pelo governo na mídia, mais uma tentativa de enganá-los e controlá-los.

Algo de estranho tinha acontecido na cidade, estes homens e estas mulheres que andam a distribuir uns pequenos papéis que as pessoas param a ler e logo guardam no bolso, agora mesmo acabaram de entregar um ao comissário, e é a fotocópia do artigo do jornal apreendido, aquele que tem o título de Que Mais Nos Falta Saber, aquele que nas entrelinhas conta a verdadeira história dos cinco dias, então o comissário não consegue reprimir-se, e ali mesmo, como uma criança, desata num choro convulsivo, [...] Afinal, ainda nada está perdido, a cidade tomou o assunto nas suas mãos, pôs centenas de máquinas fotocopadoras a trabalhar, e agora são grupos animados de raparigas e de rapazes que andam a meter os papéis nas caixas de correio ou a entregá-los às portas, alguém pergunta se é publicidade e eles respondem que sim senhor, e da melhor que há. Estes felizes sucessos deram uma alma nova ao comissário, como por um passe de magia, da branca, não da negra, fizeram-lhe desaparecer a fadiga, é outro homem este que avança por estas ruas, é outra a cabeça que vai pensando. (Saramago, 2004, p. 311-312)

Mais uma vez, o choro aparece como um ato libertador, uma vez que o comissário se emociona com a conduta heroica e revolucionária que se desdobra de sua atitude, pois percebe, que assim como ele, essas pessoas já não podem ser enganadas ou impedidas. A euforia faz com que o comissário ignore o fato de que haviam agentes a lhe esperar, e que a hora do “acerto” de contas com o governo por suas subversões havia chegado.

O tom do último diálogo entre o comissário e a mulher do médico é de despedida, como se soubessem o que estava por vir, e então, após alimentar o corpo, como se pressentisse que aquela era sua última refeição, decide alimentar o espírito, ao retornar ao jardim onde estivera antes com a mulher do médico, e que lhe trouxe paz e lucidez:

Quando chegou ao jardim foi sentar-se no banco onde havia estado com a mulher do médico e conhecera de verdade o cão das lágrimas. Dali via o lago e a mulher do cântaro inclinado. Debaixo da árvore fazia ainda um pouco de fresco. Tapou as pernas com as abas da gabardina e acomodou-se suspirando de satisfação. O homem da gravata azul com pintas brancas veio por trás e disparou-lhe um tiro na cabeça. (Saramago, 2004, p. 317-318)

O comissário parte em paz, experimentando uma sensação de alívio e dever cumprido, pautada na verdadeira justiça, que nunca havia tocado. Mas sua morte também serve de estratégia para que o governo culpe os brancosos:

Duas horas depois o ministro do interior dava uma conferência de imprensa. [...] Senhoras e senhores, convoquei-vos aqui para vos comunicar a infausta notícia da morte do comissário [...]. Infelizmente não se tratou de um falecimento natural, mas sim de um homicídio deliberado e com premeditação, obra, sem dúvida, de um profissional da pior delinquência. [...] Escusado seria dizer que imediatamente todos os indícios apontaram a que se tenha tratado de uma nova acção criminosa dos elementos subversivos que continuam, na nossa antiga e infeliz capital, a minar a estabilidade do correcto funcionamento do sistema democrático, e, portanto, operando friamente contra a integridade política, social e moral da nossa pátria. O governo da nação, que aqui estou representando, soma-se ao luto e ao desgosto de quantos conheceram a extraordinária figura humana que acabámos de perder. [...] e informar que ao homem íntegro, ao exemplar servidor da pátria que desgraçadamente acabámos de perder, o governo examinará todas as possibilidades legais de que muito em breve lhe seja concedida, com carácter excepcional e a título póstumo, a mais alta condecoração com que a pátria distingue os seus filhos e filhas que mais a honraram. (Saramago, 2004, p. 318-319)

A fala do oficial do governo denota hipocrisia e ironia, tendo em vista que foi o próprio governo quem executou o comissário, subvertendo depois o significado de sua morte, bem como promovendo a tentativa de responsabilizar o suposto grupo responsável

pela organização da revolta dos votos em branco. Mas, será o povo, mais uma vez, que irá honrar sua memória, pois as manifestações que se organizam nas ruas comprovam que já não é mais possível enganar e controlar as pessoas com as estratégias e táticas de antes.

Ajustaríamos contas com ele mais tarde, não agora, essa morte foi uma estupidez sem desculpa, e agora, como se ainda fora pouco, temos essas manifestações nas ruas, Insignificantes, senhor primeiro-ministro, as minhas informações, As suas informações não valem nada, metade da população já está na rua e a outra metade não tardará, Tenho a certeza de que o futuro me dará razão, senhor primeiro-ministro, De pouco lhe há-de servir se o presente lha nega, e agora ponto final, queira retirar-se, esta conversação chegou ao fim. (Saramago, 2004, p. 321)

Nesse momento da narrativa, o leitor chega a se convencer de que o encaminhamento das coisas irá tomar um rumo diferente, mais humanista, tendo em vista a opinião do primeiro ministro a respeito do assassinato do comissário. Entretanto, o que vem depois, como desfecho do ensaio de Saramago, é o encaminhamento de uma decisão trágica e absoluta, que encerra a história da mulher do médico e de tudo que ela representa. Primeiro, há a condução do médico para o que se alega ser um interrogatório:

Às dez horas da manhã deste dia em que estamos, dois polícias à paisana subiram ao quarto andar e tocaram à campainha. Veio abrir-lhes a mulher do médico, que perguntou, Quem são os senhores, que querem, Somos agentes da polícia e trazemos ordem de levar o seu marido para um interrogatório. [...] Mandado não é necessário, a cidade está sob estado de sítio. (Saramago, 2004, p. 323)

A mulher tentará novamente acompanhar o esposo, como fizera em *Ensaio sobre a Cegueira* quando ele foi conduzido ao manicômio. Porém, dessa vez, não lhe é permitido que esteja ao seu lado

Eu vou com o meu marido aonde ele for, disse a mulher, Já lhe disse que a senhora não vai, a senhora fica, não me obrigue a ser desagradável. [...] A mulher abraçou-se ao marido, beijou-o a chorar, Não me deixam ir contigo, Fica sossegada, verás que antes da noite já estarei em casa, Vem depressa, Virei, meu amor, virei. [...] Vai algemado, estenda as mãos. (Saramago, 2004, p. 323)

O que se segue após a condução do médico é a narrativa rápida e eficiente da Solução Final dessa crise, na perspectiva do governo:

Às onze horas o homem da gravata azul com pintas brancas subiu ao terraço de um prédio quase fronteiro às traseiras daquele em que vivem a mulher do médico e o marido. Leva uma caixa de madeira envernizada, de forma rectangular. Dentro há uma arma desmontada, um fuzil automático com mira telescópica, que não será utilizada

porque a uma distância destas é impossível que um bom atirador possa falhar o alvo. [...] A arma já está montada e carregada, com cada peça no seu lugar, um instrumento perfeito para o fim a que se destina. O homem da gravata azul com pintas brancas escolhe o sítio donde disparará e põe-se à espera. [...] Mais cedo ou mais tarde a mulher do médico terá de vir à varanda. (Saramago, 2004, p. 324)

E então, sozinha, em meio a uma multidão que a acompanha de longe:

Passou uma hora, e a mulher do médico ainda não apareceu, tem estado a chorar, a pobre, mas agora virá respirar um pouco, não abre uma janela das que dão para a rua porque sempre há gente a olhar, prefere as traseiras, muito mais tranquilas desde que existe a televisão. A mulher aproxima-se da grade de ferro, põe-lhe as mãos em cima e sente a frescura do metal. Não podemos perguntar-lhe se ouviu os dois tiros sucessivos, jaz morta no chão e o sangue desliza e goteja para a varanda de baixo. (Saramago, 2004, p. 324-325)

Esse trecho é impactante para o leitor, pois revela o fim das esperanças que carregamos durante toda a narrativa. Sentimos, então, juntamente com o cão das lágrimas a dor da perda de nossa fé nos homens:

O cão veio a correr lá de dentro, fareja e lambe a cara da dona, depois estica o pescoço para o alto e solta um uivo arrepiante que outro tiro imediatamente corta. Então um cego perguntou, Ouviste alguma coisa, Três tiros, respondeu outro, Mas havia também um cão aos uivos, Já se calou, deve ter sido o terceiro tiro, Ainda bem, detesto ouvir os cães a uivar. (Saramago, 2004, p. 325)

O fato de a narrativa se encerrar com o diálogo entre dois cegos, que reagem à morte da mulher e de seu cão, remete à hipótese de que o estado de cegueira volta a imperar naquela sociedade, mas que agora não há quem os guie e os guarde, pois estão definitivamente entregues à própria sorte.

O que concluímos disso é que não pode haver salvação para o homem, não é permitido mais que ele pense e sinta. O assassinato da mulher do médico passa essa mensagem, pois ela representa a revolução do pensamento e do sentimento, o que nos leva à indagação: com a mulher do médico morre a esperança do homem de reconstruir um mundo melhor? Não se sabe ao certo, pois o ensaio é interrompido sem que os desdobramentos dessa ação sejam discutidos ou continuados. O que sabemos é que essas pessoas, mesmo que estejam todas supostamente cegas, não são as mesmas, pois são agora capazes de desvendar e desconstruir os discursos que durante muito tempo foram condicionantes de um estado de alienação.

Nós preferimos estar do lado da esperança, compreender o desfecho da narrativa como mais um embate de uma guerra que continua, no texto, e no mundo, pois, o final da obra não poderia ser feliz, já que até a esperança de Saramago tem limite. Além disso, sua proposta não é romantizar o desfecho do caminho do homem, pelo contrário, é chamar a atenção para uma possibilidade, que não se concretiza em sua obra, uma vez que o homem de hoje ainda não alcançou o nível de maturidade política e social de suas personagens de *Ensaio sobre a Cegueira*, e muito menos de *Ensaio sobre a Lucidez*.

Porém, esta, talvez, seja a obra mais esperançosa de um autor profundamente pessimista, mas que acredita no homem como o único capaz de salvar a si e ao mundo que ele mesmo destruiu. Essa esperança no homem talvez tenha se esvaído em Saramago antes de sua partida, pois, em seu *Caim* (2009), a escolha que o protagonista faz é bem diferente desse caminho que as personagens dos ensaios trilham, mas é o desfecho último para que o autor acredite sobre o homem e o mundo que ele vem destruindo, que é o fim da humanidade, a extinção desse animal da terra, pois que um recomeço não é mais possível.

4.2. “É regra invariável do poder que, às cabeças, o melhor será cortá-las antes que comecem a pensar, depois pode ser demasiado tarde”: A salvação do homem pelo pensamento

O início de *Ensaio sobre a lucidez* é marcado pela chuva, que em um primeiro momento impede as pessoas de saírem para exercer seu papel político, o voto. Porém, cessada, os cidadãos comparecem massivamente às urnas,

numa cidade entre tantas do mundo terreno, com a movimentação inesperada de milhares e milhares de pessoas de todas as idades e condições sociais que, sem se terem posto previamente de acordo sobre as suas diferenças políticas e ideológicas, decidiram, enfim, sair de casa para irem votar. (Saramago, 2004, p. 20)

A chuva é um dado bastante representativo nas narrativas de Saramago, que atua como agente fecundador e purificador, como ocorre em *Ensaio sobre a Cegueira*, em *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, *Levantado do chão*, entre outras obras de Saramago em que a chuva irá ocupar esse papel. Nessa narrativa não é diferente, pois ela vem para marcar a transformação desses sujeitos, que quatro anos atrás se refizeram através de um retorno à sua condição ontológica e instintiva, provocada pela epidemia da cegueira. A

chuva no primeiro ensaio marca o retorno da visão, e em *Ensaio sobre a Lucidez* o retorno do pensamento.

Outra distinção entre as obras é o fato de *Ensaio sobre a Lucidez* não iniciar com sujeitos desenraizados, como foi com *Ensaio sobre a cegueira*, pelo contrário, os homens e mulheres de *Ensaio sobre a Lucidez* revelam, como o título da obra projeta, uma lucidez implacável para com o papel dos sujeitos na composição e manutenção dos sistemas de valor e política que sustentam a sociedade que eles mesmos criaram.

A conduta desses sujeitos, tanto na manifestação do voto nas urnas, como em resposta às indagações da imprensa e condução das investigações a respeito da revolta política, é marcada pela sensatez, conhecimento e defesa de seus direitos, demonstrando assim uma postura política bastante coerente e sensata:

Quando, depois de muita habilidade diplomática, de muito rodear e muito tentar, o agente [...] lograva fazer a primeira pergunta, Quer dizer-me, por favor, em quem votou, a resposta que lhe davam, como um recado bem aprendido, era, palavra por palavra, o que se encontrava expresso na lei, Ninguém pode ser, sob qualquer pretexto, obrigado a revelar o seu voto nem ser perguntado sobre o mesmo por qualquer autoridade. [...] votar em branco, senhor das perguntas, é um direito sem restrições, que a lei não teve outro remédio que reconhecer aos eleitores, está lá escrito com todas as letras, ninguém pode ser perseguido por ter votado em branco, em todo o caso, para sua tranquilidade, torno a dizer-lhe que não sou dos que votaram em branco, isto foi um falar por falar, uma hipótese académica, nada mais. (Saramago, 2004, p. 49-50)

A comprovação do esclarecimento da população é alcançada por esse e outros atos, que não se configuram como manifestações individuais, pois “em situação normal, ouvir uma resposta destas duas ou três vezes não teria especial importância, [...] mas ver-se obrigado a escutá-la, imperturbável, sem mover uma sobrancelha, cem vezes seguidas, mil vezes seguidas, como uma litania aprendida de cor” (Saramago, 2004, p. 50). Temos como resultado:

Os relatórios que os agentes transmitiam à central de operações eram desalentadoramente magros de conteúdo, nem uma única pessoa, nem uma só, havia confessado ter votado em branco, algumas delas faziam-se desentendidas, diziam que outro dia, com mais vagar, fariam, agora levavam muita pressa, [...] parecia que uma epidemia de surdez os havia encerrado a todos numa cápsula insonorizada, e quando o agente, com desconcertante ingenuidade, escrevia a pergunta num papel, os descarados diziam, ou que tinham partido os óculos, ou que não percebiam a caligrafia, ou que simplesmente não sabiam ler. (Saramago, 2004, p. 50)

A estratégia dos votantes consistia, portanto, em confundir as autoridades, mesmo que feita de forma não planejada e independente. Entretanto, após o governo demonstrar a incapacidade de compreender a situação e agir à contento, o povo irá tomar uma atitude:

Uma manhã as ruas da capital apareceram invadidas por gente que levava ao peito autocolantes com, vermelho sobre negro, as palavras, Eu votei em branco, das janelas pendiam grandes cartazes que declaravam, negro sobre vermelho, Nós votámos em branco, mas o mais arrebatador, o que se agitava e avançava sobre as cabeças dos manifestantes, era um rio interminável de bandeiras brancas. (Saramago, 2004, p.74)

Nessa passagem, em que as pessoas começam a ir às ruas, as cores dos cartazes remetem ao símbolo comunista, e a mistura dessas cores (vermelho e preto) ao branco traz a simbologia dessa revolução em especial, contada por um autor nomeadamente comunista. Além disso, após assumir essa postura, a população irá demonstrar a partir de agora coragem e orgulho em suas decisões, revelando uma forte consciência cívica e coletiva. Para além da atitude da grande maioria dos cidadãos comuns, algumas autoridades irão se posicionar também, confirmando sua escolha na urna ou mesmo a intenção de votar em branco, como é o caso do presidente da câmara, do ministro da cultura e da justiça, além do comissário de polícia.

A postura desses sujeitos de *Ensaio sobre a Lucidez* é contrastante com um tipo de personagem já explorado por Saramago, em textos como *Ensaio sobre a cegueira* e *Objecto Quase*, em que as personagens dialogam com o conceito de sujeito de massa atomizado, discutido por Hannah Arendt (1999).

Nesse sentido, ao discutir a obra de Saramago, nos deparamos com todos os tipos de sujeito humano, ao que Fernando Aguilera esclarece que ele “elaborou um verdadeiro programa de pedagogia social, com o propósito de mostrar os estragos derivados da irracionalidade” (Aguilera, 2010, p. 131). Dessa forma, para o escritor “tudo está na cabeça”, uma vez que ele atribuía “a atividade cerebral a essência e os acidentes da condição humana” (Aguilera, 2010, p. 131).

Saramago advoga, portanto, contra o homem quando coloca nele a responsabilidade pela degradação do mundo, e de si. Para o autor, a consciência de sua responsabilidade nesse processo necessita ser o primeiro passo em direção à superação da desumanização que marca a sociedade contemporânea. Nesse contexto, retomamos a reflexão feita por Hannah Arendt a respeito do sujeito moderno, que se encaminha para a banalização do mal quando automatiza suas ações e pensamento, a partir da análise que

faz de Eichmann, que corresponderia ao paradigma do homem contemporâneo, prisioneiro da necessidade e da capacidade de consumo.

Saramago dialoga com Arendt, portanto, quando defende o pressuposto de que só o retorno ao pensamento é capaz de salvar o homem da condição em que se encontra:

Onde nós estamos quando pensamos? Para Hannah Arendt, o lugar do homem que pensa é o oposto ao do homem que age. A retirada deliberada do mundo das aparências, do mundo do senso comum, é a condição subjetiva para pensar. Mas a retirada do mundo das aparências é acompanhada por um retorno em direção a si mesmo. Assim, faz parte da herança humana comum essa condição paradoxal do ser humano que pode se isolar desse mundo de aparências sem, contudo, ser capaz de deixá-lo ou transcendê-lo. A estranha invisibilidade do pensamento se opõe à eminente e resplandecente visibilidade da ação. (Souki, 2006, p. 114)

Amparada nessa dicotomia, entre o homem que pensa, e aquele que apenas age, Hannah Arendt explica que apenas o sujeito que supera a visão limitadora do mundo do senso comum é capaz de retornar ao exercício do pensamento. Nesse contexto,

Saramago demonstrou um autêntico ecumenismo em defesa do raciocínio como faculdade capaz de modular as relações e de organizar a convivência. Propugnava uma racionalidade tutelada pela ética — como garantia diante de práticas desviadas —, além de fertilizá-la pela sensibilidade, afastando-se assim de qualquer mecanicismo descarnado. (Aguilera, 2010, p. 131)

Esse é o processo a que as personagens de Saramago vão ser imersas em *Ensaio sobre a Cegueira*, porém, apenas aquelas que compõem o grupo dos primeiros cegos, que irão operar uma reflexão a respeito da ética e da sensibilidade, por meio do modo como vivenciam a experiência da cegueira, guiados pela visão da mulher do médico, pois, conforme irá revelar mais tarde, “É regra invariável do poder que, às cabeças, o melhor será cortá-las antes que comecem a pensar, depois pode ser demasiado tarde” (SARAMAGO, 2004, p. 116). Esse dado presente na narrativa em questão, coaduna com uma postura comum nos escritos do autor, conforme informa Carlos Aguilera, para quem, Saramago,

em contraste com o sinal dos tempos, reclamava uma economia e uma técnica a serviço das pessoas e do seu desenvolvimento individual e coletivo, do mesmo modo que reivindicou a faculdade de pensar e a filosofia como uma dimensão substantiva da existência. (Aguilera, 2010, p. 144)

Para o autor, portanto, a faculdade de pensar é uma condição iminente do ser humano, que independe da ideologia com a qual nos amparamos enquanto sujeitos. Para ele, “o pensamento deveria ser uma emanção necessária e fatal do ser humano” (Saramago, 2010, p. 153).

Entretanto, ao passo que o mundo exige de nós discernimento, consciência, independência e senso de coletividade, o que ele nos oferece é horror. Isso porque o homem, enquanto fundamento e fundador dessa conjuntura, naturaliza a violência e recorre a ela como forma de sobrevivência, em um encadeamento que o conduz à desumanização e ao instinto de subsistência que opera acima de tudo, inclusive da razão, conforme se projeta em *Ensaio sobre a Cegueira*, na problemática da divisão da comida, que nunca chega a ter uma solução colaborativa e justa:

Estou aqui a matutar numa coisa, Em quê, Em como iremos dividir a comida, Como foi feito antes, [...] Não deu resultado, houve quem ficasse a fazer cruces na boca, E também houve quem tivesse comido a dobrar, A divisão foi mal feita, Será sempre mal feita se não houver respeito e disciplina, [...] Como eu entendo, a melhor solução seria dividir em partes iguais a comida pelas camaratas, depois cada uma governava-se com o que tivesse recebido, Quem é que falou, Fui eu, Eu, quem, Eu, De que camarata é você, Da segunda, Estava-se mesmo a ver, a grande esperteza, como têm menos gente convinha-lhes, passavam a comer mais do que nós, que temos a camarata completa, Só disse por ser mais fácil. [...] O que devíamos fazer era levar a comida toda para o refeitório, cada camarata eleger três para fazer a divisão, com seis pessoas a contar não haveria perigo de enganos nem de tralfulices, E como vamos nós saber que estão a falar verdade quando os outros disserem na nossa camarata somos tantos, Estamos a lidar com gente honesta, E isso, também foi dito pelo outro, Não, isto digo eu, O cavalheiro, o que nós somos de verdade aqui é pessoas com fome. (Saramago, 1995, p. 101)

A divisão da comida passa a gerar conflito e tema de uma discussão moral, porém, a grande questão é que as regras do mundo reconhecido como normal não se aplicam àquele novo ambiente, gerido pelo caos e pela violência, em que os homens rompem com todo e qualquer princípio ético e moral, e retomam um comportamento originalmente animalesco, instintivo, em que a sobrevivência se coloca como único objetivo latente, inclusive para os componentes do grupo dos primeiros cegos:

O que também não muda é aproveitarem-se uns do mal dos outros, como muito bem o sabem, desde o princípio do mundo, os herdeiros e os herdeiros dos herdeiros. A fuga desesperada desta gente fê-la deixar para trás os seus pertences, e quando a necessidade tiver vencido o medo e por eles voltarem, além do difícil problema que vai ser aclarar de modo satisfatório o que era meu e o que era teu, veremos que se

sumiu parte da pouca comida que tínhamos, se calhar tudo isto foi uma cínica artimanha da mulher que disse que as imagens tinham os olhos tapados, a maldade de certas pessoas não tem limites, inventarem tais patranhas só para poderem roubar à pobre gente uns restos de comidas indecifráveis. [...] do que resultou terem saído da igreja a mulher do médico e o marido sem remorsos do furto, levando os sacos meio cheios. (Saramago, 1995, p. 303-304)

A cegueira irá funcionar, portanto, como vértice condutor da desautomatização a que o homem está imerso, obrigando-o a restaurar-se, reiniciar suas vivências enquanto sujeito. Entretanto, o caminho a que esses indivíduos serão conduzidos é dubio, ou os guia para um completo estado de animalização e perda de sua capacidade de consciência e raciocínio, ou os elevará à libertação das amarras que os condicionam ao alheamento anterior. A cegueira, portanto, será um momento de pausa, de suspensão provisória do sistema de pensamento operante, atuando como ato de resistência, naquilo que Nádia Souki argumenta:

Se todo pensar exige um “pare-e-pense”, tal movimento permanente é incompatível com a atividade de pensar. Nessa pausa onde o homem pode suspender, provisoriamente, seus juízos de valor e suas certezas prévias, “parar-para-pensar” é o primeiro ato de resistência a uma imposição externa, a uma exigência de obediência. É exatamente nessa parada, momentânea, mas decisiva, que o homem pode começar a realizar sua autonomia. E esse fluxo contínuo, que interdita qualquer parada, qualquer pensamento, tem como objetivo, exatamente, o automatismo em que os homens deixam de interrogar para, prontamente, obedecer. (Souki, 2006, p. 124)

Em *Ensaio sobre a cegueira*, as personagens serão conduzidas a reflexão acerca de sua condição enquanto sujeitos, afetivos e sociais, e a lição que irão tirar dessa experiência insólita e traumática, esperamos, é de superação de um estado inconsciente, passivo, automatizado, para um de independência e lucidez. Pelo menos é essa a sensação que a obra transmite aos leitores, que durante a experiência de imersão no texto repensam seus comportamentos e relação com o mundo e os outros, em um movimento de alteridade. Assim, com a reconquista do pensamento, ocorre um despertar dos sujeitos, naquilo que Hannah Arendt argumenta:

O pensamento acompanha a vida e é ele mesmo a essência desmaterializada do estar vivo. Uma vida sem pensamento é possível, mas ela fracassa em fazer desabrochar a sua própria essência – ela não é apenas sem sentido; ela não é totalmente viva. Homens que não pensam são como sonâmbulos. (Arendt, 1991, p. 141)

Essa condição essencial da capacidade humana irá ser demonstrada, como dissemos, em *Ensaio sobre a lucidez*, onde as personagens reconquistam sua autonomia e senso de coletividade. Enquanto em *Ensaio sobre a Cegueira* a narrativa é marcada pela desumanização, violência e horror, *Ensaio sobre a Lucidez* traz uma aura de superação, revolução, consciência e, sobretudo, esperança.

Passaram os dias, as dificuldades iam em crescendo contínuo, agravavam-se e multiplicavam-se, brotavam debaixo dos pés como tortulhos depois da chuva, mas a firmeza moral da população não parecia inclinada a rebaixar-se nem a renunciar àquilo que havia considerado justo e que expressara no voto, o simples direito a não seguir nenhuma opinião consensualmente estabelecida. Alguns observadores, em geral correspondentes de meios de comunicação estrangeiros enviados à pressa para cobrir o acontecimento, assim se diz na gíria da profissão, e portanto com pouco trato das idiossincrasias locais, comentaram com estranheza a ausência absoluta de conflitos entre as pessoas, apesar de se terem verificado, e logo provado como tais, acções de agentes provocadores que estariam a tentar criar situações de uma instabilidade tal que pudessem justificar, aos olhos da denominada comunidade internacional, o salto que até agora não havia sido dado, isto é, passar de um estado de sítio para um estado de guerra. (Saramago, 2004, p. 70)

A firmeza moral da população mantém sua escolha e não segue nenhuma opinião ou regra estabelecida anteriormente, levando em consideração, a partir de agora o momento fundacional do que viria a ser uma nova sociedade, nascida da revolução do voto em branco, pois,

se haviam votado como votaram era porque estavam desiludidos e não encontravam outra maneira de que se percebesse de uma vez até onde a desilusão chegava, que poderiam ter feito uma revolução, mas com certeza iria morrer muita gente, e isso não queriam, que durante toda a vida, pacientemente, tinham ido levar os seus votos às urnas e os resultados estavam à vista, Isto não é democracia nem é nada, senhor presidente da câmara. Houve quem fosse de opinião que deveriam ponderar melhor os factos, [...] se aparecemos lá com todas essas explicações e todas essas ideias vão pensar que há uma organização política detrás de tudo isto a mexer os cordelinhos, e nós somos os únicos a saber que não é verdade. (Saramago, 2004, p. 101)

Esse posicionamento gera um novo mundo, já que ele é aquilo que o homem quer que seja. Os eleitores de *Ensaio sobre a Lucidez* seriam, nesse sentido, o modelo de homem ideal moldado pelo humanismo de Saramago, balizados pelo bem e o mal. Aquele que é, enfim, a medida de todas as coisas, que advém da ruptura com Deus, com a fé religiosa e mesmo idólatra, e se entrega a revolução da bondade. Dessa forma, na nova conjuntura ficcional fundada pelo segundo ensaio do autor, se

procura agora indícios de desleixo, de abandono, de deterioramento, e, pelo menos à primeira vista, não os encontra. As lojas e os grandes armazéns estão abertos, ainda que não pareça que estejam a fazer negócio por aí além, os automóveis circulam sem mais impedimentos que um ou outro engarrafamento de pouca monta, à porta dos bancos não há filas de clientes inquietos, aquelas que sempre se formam em alturas de crise, tudo parece normal, nem um só roubo de esticão, nem uma só briga de tiros e navalhas, nada que não seja esta tarde luminosa, nem fria, nem quente, uma tarde que parece ter vindo ao mundo para satisfazer todos os desejos e acalmar todas as ansiedades. (Saramago, 2004, p.117-118)

Esse direcionamento, por sua vez, conduz a narrativa à culminância do enredamento humanista de Saramago, que começou a ser construído com o seu *Evangelho segundo Jesus Cristo*. Paralelo a essa discussão da *Teologia Humanista* do autor, convocamos o pensamento desenvolvido por Hannah Arendt a respeito da condição humana, que estaria alicerçada em três características que condicionam as atividades humanas fundamentais, aquilo que ela designa como *vita activa*: trabalho, obra e ação. Para ela, tais atividades “são fundamentais, porque a cada uma delas corresponde uma das condições básicas sob as quais a vida foi dada ao homem na Terra” (Arendt, 2020, p.9), e ao alcançar todas, o sujeito conquista sua humanidade.

Para nós, a explicação da filósofa a respeito do trajeto do homem na busca da conquista dessas etapas, reflete o caminho das personagens saramaguianas em seu percurso em busca dessa humanidade que perdemos. Por exemplo, para Arendt, o trabalho seria a atividade que “corresponde ao processo biológico do corpo humano” (Arendt, 2020, p.9), a sua necessidade mais básica, estando, assim, ligada às condições intrínsecas da conservação da espécie, ou seja, às atividades básicas para a sobrevivência, caracterizada pela ausência de liberdade. Na obra de Saramago, essa fase se presentifica em seu *Ensaio sobre a cegueira*, pois nela os homens perdem seu senso de coletividade, e passaram a operar a partir de uma condição instintiva rudimentar, a sobrevivência, que é por sua vez, pautada no individualismo e no desenraizamento político como condição evolutiva.

O trabalho não depende, portanto, de outros seres. Nesse contexto não há o desenvolvimento e a manutenção de um sentimento de coletividade, nem mesmo de pertença, pois que o que tem origem na necessidade, e é produzido e consumido de forma quase imediata à sua produção, não deixa nada de permanente no mundo.

A obra, por sua vez, “é a atividade correspondente à não-naturalidade” da existência humana, e não está relacionada ao ciclo vital da espécie. É, dessa forma, a

característica que distingue o homem dos demais animais, pois oportuniza a construção de algo que ultrapassa sua existência individual e efêmera enquanto animal. Para Arendt, “A obra proporciona um mundo “artificial” de coisas, nitidamente diferente de qualquer ambiente natural. Dentro de suas fronteiras é abrigada cada vida individual, embora esse mundo se destine a sobreviver e a transcender todas elas” (Arendt, 2020, p.9).

Esse aspecto se relaciona a um sentido de liberdade e construção de uma vida coletiva para o homem, e na *Teologia Humanista* de Saramago se manifesta no grupo dos primeiros cegos, que terá papel importante em seus ensaios, pois representam o ideal de sujeitos humanos perspectivados pelo autor.

Por fim, a ação é a “única atividade que ocorre diretamente entre os homens, sem mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade, ao fato de que os homens, e não o Homem, vivem na Terra e habitam o mundo” (Arendt, 2020, p.9), é, portanto, quando o homem age e experimenta sua liberdade, como algo ativo e capaz de transformar seu meio social. É como compreendemos a “revolução da esperança” de *Ensaio sobre a Lucidez*.

Entretanto, importa destacar que “todas as três atividades e suas condições correspondentes estão intimamente relacionadas com a condição mais geral da existência humana: o nascimento e a morte, a natalidade e a mortalidade” (Arendt, 2020, p. 11). Assim,

o trabalho assegura não apenas a sobrevivência do indivíduo, mas a vida da espécie. A obra e seu produto, o artefato humano, conferem uma medida de permanência e durabilidade à futilidade da vida mortal e ao caráter efêmero do tempo humano. A ação, na medida em que se empenha em fundar e preservar corpos políticos, cria a condição para a lembrança, ou seja, para a história. (Arendt, 2020, p. 11)

A condição humana, portanto, tanto na perspectiva de Arendt, como na de Saramago, “compreende mais que as condições sob as quais a vida foi dada ao homem”. Pois eles são “seres condicionados, porque tudo aquilo com que eles entram em contato torna-se imediatamente uma condição de sua existência”. Assim, “o mundo no qual transcorre a *vita activa* consiste em coisas produzidas pelas atividades humanas; mas as coisas que devem sua existência exclusivamente aos homens constantemente condicionam, no entanto, os seus produtores humanos” (Arendt, 2020, p. 11).

Essa talvez seja uma das maiores lições que Saramago nos deixou sobre o homem, a partir da profunda e esclarecida visão que o autor conquistou através de seu exercício

de pensamento e escrita, a de que a única coisa capaz de superá-lo e condicionar sua degradação e fim, é sua obra.

Assim, em *Ensaio sobre a Lucidez*, os homens, enfim, alcançam a compreensão do mundo que construíram e destruíram, o que passa a alimentar nossa esperança, pois as personagens do último ensaio do autor estão no caminho da reconquista de sua autonomia, do pensamento e do sentimento, movimento que começa em *Ensaio sobre a Lucidez*. Assim, conforme argumenta Saramago,

talvez a história do homem seja um enorme movimento que nos leve à humanização. Talvez não sejamos mais que uma hipótese de humanidade e talvez se possa chegar um dia, e esta é a utopia máxima, em que o ser humano respeite o ser humano. Para chegar a isso se escreveu o *Ensaio sobre a Cegueira*, para perguntar a mim mesmo e aos leitores se podemos continuar a viver como estamos vivendo e se não há uma forma mais humana de viver que não seja a da crueldade, da tortura e da humilhação, que são o pão desgraçado de cada dia. (Saramago, 2010, p. 315)

Essa nova forma de viver, sem a presença da crueldade – quando não se levam em conta todas as ações das autoridades e seus apoiadores, como a imprensa – é ensaiada em seu *Ensaio sobre a Lucidez*, conforme argumentamos, pois nele os homens se tornam novamente capazes de cuidar, perdoar e respeitar o próximo, isso porque se apercebem de sua responsabilidade na constituição do mundo e das relações dos homens, através do respeito a seus direitos, mas sobretudo do cumprimento de seus deveres. No que diz respeito aos direitos humanos, para Saramago, eles

constituíam um binômio inseparável dos deveres humanos e representavam a outra face da moeda da democracia. Deslocando a questão da grave falta de atenção para com a Declaração para a responsabilidade dos indivíduos e das instituições, ele assinalava que a satisfação de nossas obrigações éticas exigiria fazer frente às dilacerantes consequências da insolidaridade, da desigualdade, da injustiça e da privação de liberdades existentes nos cinco continentes, sob graus e formas diferentes. (Saramago, 2010, p. 446)

São, portanto, os homens, e não as instituições criadas por eles, os responsáveis pela “regeneração da democracia”, termo bastante problemático para ele, e também pelo respeito aos direitos humanos. Além disso,

o autor quase dirigiu suas críticas, especialmente, às autoridades, por sua hipocrisia, mas também aos cidadãos, cujo silêncio cúmplice ele desaprovava, instando-o, ao mesmo tempo, a se rebelar diante do sofrimento, a abandonar a indiferença. Saramago expôs sua beligerância contra uma situação de fracasso que julgou calamitosa e

incongruente com a desejável dignidade das democracias ocidentais. Defendeu, por isso, a ideia de que a globalização neoliberal é incompatível com os direitos humanos, como provaram a fome, a exclusão, as desigualdades, a dominação e a violência que castigam o mundo. (Aguilera, 2010, p. 447)

Será, portanto, a reconquista da capacidade de pensamento do homem que o conduzirá ao retorno da humanidade, por meio de sua conscientização a respeito dos deveres humanos, pois, na conjuntura atual do mundo,

Saramago não via outra alternativa senão advogar tanto pela defesa dos direitos humanos — entendidos como marco de um eventual projeto de regeneração política, social e humana —, como pelo fortalecimento garantidor da racionalidade. A confiança na razão acionava sua maquinaria de leitura pessoal do mundo, a partir da qual se substanciaram, em grande medida, sua obra literária e seu pensamento sociopolítico. (Aguilera, 2010, p. 132)

A razão como condutora da regeneração do homem encaminha seu humanismo para aquilo que Carlos Nogueira classifica como “humanismo lucido”, pois “não incorre na ingenuidade de acreditar ser possível a felicidade coletiva prometida pelos totalitarismos. Pessimista irreduzível, mas não menos um otimista movido pela expectativa de um aperfeiçoamento gradual de si e da Humanidade” (Nogueira, 2022, p. 396).

Portanto, a razão como ponto de partida opera nas obras de Saramago uma visão de mundo, que apesar de se projetar por meio da utopia e do insólito, revela o caminho que o homem tem trilhado, conduzido por uma visão neoliberal que o empurra para o fracasso, balizado pelo dualismo do bem e do mal. Mas a utopia demonstra também o retorno da esperança, através da compreensão do homem a respeito de sua responsabilidade na construção desse mundo que se revela tão amedrontador e sem perspectivas, isso porque:

Falámos muito ao longo desses últimos anos (e felizmente continuamos a falar) dos direitos humanos; simplesmente deixámos de falar de uma coisa muito simples, que são os deveres humanos, que são sempre deveres em relação aos outros, sobretudo. E é essa indiferença em relação ao outro, essa espécie de desprezo do outro, que eu me pergunto se tem algum sentido numa situação ou no quadro de existência de uma espécie que se diz racional. (Saramago, 2018, p. 133)

Nesse sentido, compreendemos que a racionalidade é composta também, pela solidariedade, pelo respeito ao próximo, pois conforme argumenta Hannah Arendt,

a privação fundamental dos direitos humanos manifesta-se, primeiro e acima de tudo, na privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz. Algo mais fundamental do que a liberdade e a justiça, que são os direitos do cidadão, está em jogo quando deixa de ser natural que um homem pertença à comunidade em que nasceu, e quando o não pertencer a ela não é um ato da sua livre escolha, ou quando está numa situação em que, a não ser que cometa um crime, receberá um tratamento independente do que ele faça ou deixe de fazer. Esse extremo, e nada mais, é a situação dos que são privados dos seus direitos humanos. São privados não do seu direito à liberdade, mas do direito à ação; não do direito de pensarem o que quiserem, mas do direito de opinarem. Privilégios (em alguns casos), injustiças (na maioria das vezes), bênçãos ou ruínas lhes serão dados ao sabor do acaso e sem qualquer relação com o que fazem, fizeram ou venham a fazer. (Arendt, 2012, p. 402)

É preciso, portanto, ajustar-se à necessidade do mundo atual, mas sem que seja necessário se render. Nesse sentido, compreendemos que, de forma geral, não há uma ideologia de Saramago, mas um ideário, baseado em uma ética. Um ideário de justiça social, de compaixão pelo sofrimento alheio, de alteridade, de defesa dos direitos humanos em geral. Saramago, assim como Hannah Arendt, acreditam que

a atividade de pensar [...] ainda é possível, e sem dúvida está presente onde quer que os homens vivam em condições de liberdade política. [...] Nenhuma outra capacidade humana é tão vulnerável; e é realmente muito mais fácil agir do que pensar em condições de tirania. Como experiência vívida, sempre se supôs, talvez erradamente, que a atividade de pensar era conhecida apenas por uns poucos. Talvez não seja presunçoso acreditar que esses poucos não são menos numerosos em nosso tempo. Isso pode ser irrelevante, ou possuir uma relevância limitada, para o futuro do mundo, mas não é irrelevante para o futuro do homem. (Arendt, 2020, p. 403)

Nesse sentido, a ideia geral a que chegamos é a de que os resultados da eleição, em *Ensaio sobre a lucidez*, revelam a evolução do homem, pois após quatro anos, quando convocados a escolher seus representantes, manifestam sua insatisfação e recusa àquele modelo de governo, sendo capazes de gerir sozinhos sua sociedade, a partir da prática do respeito aos direitos e deveres humanos, ao princípio da bondade e da solidariedade, amparados no pensamento. Assim, “A verdadeira revolução pendente seria então a da bondade e do senso comum, uma revolução que tem por objetivo nos civilizar” (Saramago, 2010, p. 144).

Acho que a grande revolução, e o livro [*Ensaio sobre a Cegueira*] fala disso, seria a revolução da bondade. Se nós, de um dia para o outro, nos descobríssemos bons, os problemas do mundo estavam resolvidos. Claro que isso nem é uma utopia, é um disparate. Mas a consciência de que isso não acontecerá não nos deve impedir, cada um consigo mesmo,

de fazer tudo o que pode para reger-se por princípios éticos. Pelo menos a sua passagem por este mundo não terá sido inútil e, mesmo quando não seja extremamente útil, não terá sido perniciosa. (Saramago, 2010, p. 118)

A revolução da bondade é, portanto, interrompida, demonstrando que apesar de a obra possuir um posicionamento em favor do homem, ela é pessimista, pois, apesar de deixar o final inconcluso, é possível prever, através do encaminhamento dos fatos – o assassinato do comissário, a prisão do médico, o assassinato de sua mulher -, que o mais forte vence, mais uma vez, e o ser humano é novamente suplantado pelo sistema de poder que ele mesmo criou. Entretanto, ela nos capacita para compreender, no fim das contas, que “o que realmente nos separa dos animais é nossa capacidade de esperança” (Saramago, 2010, p. 151).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao ensaiar um encaminhamento final para nossa proposta, para nos manter no contexto das obras analisadas aqui, a questão que ficou a maturar insistentemente para nós foi: o que Saramago teria a nos dizer do mundo de hoje? Do ser humano de hoje? Tendo em vista que o sujeito projetado em seus ensaios já não é o mesmo que se apresenta atualmente, pois o mundo se transforma aceleradamente, e ele, o homem, acompanha, quase sem consciência, essa transformação.

Pensamos, por exemplo, no que o autor teria a dizer a respeito do confinamento pelo qual passamos recentemente, não em função de uma epidemia de cegueira branca, como ocorre em *Ensaio sobre a cegueira*, mas por consequência de uma epidemia global, em razão da Covid-19, a partir da qual notabilizou-se o quão vulnerável são os valores e os objetivos que traçamos para nossas vidas enquanto sujeitos humanos, e como nossas ideologias podem ser nocivas e decisivas para nossa sobrevivência no mundo.

Essas hipóteses são oriundas da particular relação que a escrita de Saramago tem com a realidade, seja a que o cerca, sejam outras que ele remonta, que conduzem seus leitores a reflexão da origem de nossas ideias e comportamentos, questões essas discutidas por nós no primeiro capítulo deste texto. A ideia a que chegamos, a respeito dessa relação dos textos do autor com a realidade, é a de que suas obras não só pensam sobre o mundo, mas também agem sobre ele, no sentido em que suprem uma falta, em que projetam a proposta das coisas que podem ser, mas que não são. Além disso, propomos também, neste primeiro capítulo, um mapeamento do “enredamento” humanista das obras saramaguianas, no intuito de compreender, juntamente com o amadurecimento da ideia formulada nos textos do autor, sua esperança no homem como único capaz de medir e mudar o mundo.

Em nosso primeiro capítulo, nos descobrimos então, na busca de nosso principal objetivo, a compreensão do tipo de humanidade que Saramago constrói e sonha, idealizada em um primeiro momento, em forma de ruptura, na figura do Jesus Cristo de seu *Evangelho segundo Jesus Cristo*. Nele, percebemos o início da independência do homem, que passa, enfim, a ser medida de todas as coisas.

Ademais, vai se revelando, em nosso segundo capítulo, ao nos desdobramos na análise do *Ensaio sobre a Cegueira* de Saramago, que o homem não é feito só de bondade, que há nele muito de maldade também, mas não em um sentido maniqueísta. Nele, pela cegueira branca se revela a capacidade para o mal, mas também para o bem, se

consolidando uma humanidade balizada entre o bem e o mal. Entretanto, para que a esperança no homem seja reconquistada, é necessário que ele se perca, se encontrando, em seguida, em estado de abandono. E assim, assistimos o homem perder sua humanidade, se entregando a uma condição de animalização, em que impera seus instintos, operados pela violência e subversão, mas não sem antes passar pela tentativa do controle da vontade e do poder de seus iguais.

Em *Ensaio sobre a Cegueira*, portanto, já não temos mais o homem do *Evangelho segundo Jesus Cristo*, ele já se encontra consciente do abandono de Deus e das instituições que ele mesmo criou, mas o temos munido da coragem e da vontade que só ao homem é possível, para mudar a si, e ao mundo.

Mas o caminho do homem, como nos demonstra Saramago, ainda não é a redenção, pois não é pelo sofrimento que nos libertamos, como prega a religião, mas sim pelo pensamento e pela reconquista da humanidade. É pautado nesses valores que irá se desenvolver a narrativa de *Ensaio sobre a Lucidez*, e sobre os quais direcionamos nossa análise no terceiro capítulo deste texto. Amparado no pressuposto de que a idealização de uma sociedade pautada nos princípios comunitários é possível, Saramago nos revela os interstícios e paradoxos que uma proposta como essa possui. Pela ironia, o autor revela a hipocrisia da tentativa de diluição de personalidades e vivências fragmentadas de uma comunidade em um ideal único e comunitário, provando, mais uma vez, que toda ideia de união, por mais democrática e revolucionária que possa parecer, sempre acaba por cair na armadilha do totalitarismo. O homem que vislumbramos em *Lucidez* é, portanto, o ideal que se desfaz, mediante a impossibilidade do bem vencer o mal neste mundo, hoje.

A conclusão a que chegamos após o caminho percorrido até aqui, é a de que o humanismo de Saramago, ao tempo em que propõe uma idealização, pautada em um sentido de comunidade, que não se sustenta na configuração atual do mundo, é profundamente racional e coerente, pois prevê a esperança no homem e em sua capacidade de pensar e modular o mundo, reivindicando seus direitos, mas exercendo também os seus deveres.

Entretanto, o que devemos destacar é que essa esperança depositada no homem requer um sujeito que seja capaz de refletir sobre as estruturas históricas, políticas, culturais, sociais e ideológicas que o compõem, e esse homem, quase um “super-homem” nietzscheano, ainda não se produz na mesma proporção em que produzimos sujeitos atomizados, infelizmente. Assim, estamos longe de alcançar a revolução do pensamento sonhada por Saramago em seus ensaios, mesmo o ceticismo do autor o levou a essa

conclusão ainda em vida, quando iniciou seu último livro, que ficou inacabado, mas que revela a perda da esperança reconquistada nos ensaios, estamos falando de *Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas* (2014).

Essa obra, nos parece ensaiar o encaminhamento da derrota do bem em favor da rendição desse sujeito humano a um mundo tecnocrata neoliberal, onde o capitalismo exerce o papel de Deus e o homem é condicionado, enfim, e aparentemente sem volta, ao lugar de alienação, de massa, publicada após a morte do autor, o enredo apresenta uma sociedade composta por sujeitos de massa que produzem armas, ou seja, que praticam indiretamente o mal.

Nesta narrativa as personagens possuem nome, fato raro na produção do autor, quando levamos em consideração a linha estilística adotada após *Levantado do chão*, em que abandona a caracterização onomástica das personagens, utilizando somente personagens tipo. A personagem principal da obra inacabada, porém, é nomeada Arthur paz semedo. Destacamos, que mesmo quando nomeia suas personagens Saramago não o faz de forma descompromissada, neste caso, por exemplo, o nome do protagonista remete inicialmente a uma ironia, “paz” e “semedo”, propondo um conflito entre sua natureza pacífica e a origem milenar e indolente a que seu sobrenome se refere, sem medo, oriundo de uma das famílias mais tradicionais de Portugal.

Pois bem, nesta narrativa Saramago ensaia, conforme articula Fernando Gomez Aguilera, “seu derradeiro alento narrativo”, em que pretendia escrever “um romance de ideias com um forte componente de reivindicação e provocação, um revulsivo de filosofia moral para a consciência de seus leitores” (Aguilera, 2014, p. 75). Nesta obra Saramago pretendia, portanto, dissecar o comportamento moral de Arthur paz semedo, um funcionário exemplar de uma tradicional fábrica de armas, “capaz de se abstrair em sua rotina das consequências derivadas da sua disciplinada eficácia profissional” (Aguilera, 2014, p. 75), comportamento muito semelhante, em nossa opinião, ao de Eichmann, na condução de seu trabalho nos campos de concentração nazistas, analisados por Hannah Arendt.

Essa reflexão nos leva a pensar, então, que talvez, esse texto do autor nos encaminhasse para uma compreensão mais lúcida da relação moral do homem com o mal, que ele pratica e incorpora em seu cotidiano, a partir da dissociação entre a sua conduta e os efeitos desencadeados por ela, levando em consideração a problemática da personagem principal.

Mas *Alabardas, alabardas, espingardas, espingardas* é, como dissemos, uma obra inacabada, ainda em fase inicial, assim não há muito o que se possa falar dela, além de que possivelmente ela seja uma continuação dos Ensaio de Saramago, da retomada da discussão que ele propõe, a partir da ficção, do cruzamento entre a natureza humana e sua capacidade de se organizar em sociedade, destacando as mazelas que produz, mas também as capacidades que ainda conserva, como a do pensamento, explorada em *Ensaio sobre a Lucidez*. Para nós, esta se apresenta como uma obra pessimista, porém, profundamente libertadora, levando em consideração o fato de projetar uma visão a respeito da sociedade dividida em classes que supera a visão arqui-conhecida instituída por Marx, quando propõe a existência de uma única classe, após o abandono do governo.

A revolução humana e social que a obra de Saramago propõe é pautada no esclarecimento e na recondução do ser humano à sua humanidade e consequente reconquista da capacidade de pensamento e sentimento, e esse caminho é trilhado juntamente com os leitores, em uma relação de proximidade dialógica, o que nos leva a idealizar as problemáticas vividas pelas personagens de forma bastante realista, a despeito de esta experiência ser proposta por via do insólito distópico.

Munido dessas capacidades, de pensamento e sentimento, o sujeito humano supera, então, a condição de alienação, de pertença à massa, e passa a refletir sobre sua condição, modificando-a e transformando sua relação com o mundo e com o outro, o que Saramago nomeia de Revolução da bondade. Isto porque, a partir dessa autonomia, o ser humano desenvolverá valores comunitários de sociabilidade, em que irão imperar a solidariedade e o amor ao próximo, conduzidos pelo respeito aos direitos e pelo cumprimento dos deveres humanos.

Mas, o que fizemos aqui foi ensaiar, sonhar, de forma pessimista, é claro, revelando o que há de pior, mas também o que há de melhor no homem, por via das revelações e problematizações que Saramago nos conduz através de suas obras, e a conclusão a que chegamos, enfim, é a de que o autor torce pelo ser humano, de que está do lado dele, de que espera que supere sua condição de desumanização, embora tenha consciência de suas limitações e tendência para a corruptividade e para o mal. Porém, apesar de tudo, Saramago nunca desistiu do homem, e a verdade é que ele faz muita falta no mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILERA, Fernando Gómez. **As palavras de Saramago**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

ALAZRAKI, Jaime ;**Qué es lo neofantástico?** Mester, EUA, vol. 19, n. 2, p. 21-33, 1990.

ALEKSANDROWICZ, Ana Maria C. e MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Humanismo, liberdade e necessidade: compreensão dos hiatos cognitivos entre ciências da natureza e ética**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2005, v. 10, n. 3, p. 513-526.

ALVAREZ, Roxana Guardalupe Herrera. **O neofantástico: uma proposta teórica do crítico Jaime Alazraki**. *Revista Fronteiraz*. V. 3, n. 3, p. 1-9, Setembro/2009.

ARENDT, Hannah. **A condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 13. ed. rev. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2020.

_____. **A dignidade da política: ensaios e conferências**. Trad. Antonio Abranches. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

_____. **A vida do espírito: o pensar, o querer, o julgar**. Trad. Antônio Abranches *et al.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1991.

_____. **Eichmann em Jerusalém**. Um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. (1949). **Origens do Totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Sobre a Violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ARIAS, Juan. **Jesus: esse grande desconhecido**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ARNAUT, Ana Paula. **José Saramago: da realidade à utopia O Homem como lugar onde**. In: BALTRUSCH, Burghard. (Ed.). “O que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia – sobre utopia e ficção em José Saramago”. Berlin: Frank&Timee, 2014. p. 31-52.

_____. **José Saramago**. Lisboa: Edições 70, 2008.

BALTRUSCH, Burghard. “**O que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia**” – sobre utopia e ficção em José Saramago. In: BALTRUSCH, Burghard. (Ed.). “O que transforma o mundo é a necessidade e não a utopia – sobre utopia e ficção em José Saramago”. Berlin: Frank&Timee, 2014. p. 9-17.

BARTHES, Roland. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1980.

_____. **O grau zero da escritura**. Trad. Heloysa de Lima Dantas. 2ed. São Paulo: Cultrix, 1986.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

- BENT, Charles. **Linha de Risco: O Movimento da Morte de Deus**. Rio de Janeiro, RJ: Moraes Editores, 1968.
- BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.
- BERNARDO, André. **Entre a Vida e a Morte: Uma reflexão sobre “Biopolítica”, “Distopia” e “Morte” em José Saramago**. Dissertação (Mestrado em Estudos Comparatistas) – Centro de Estudos Comparatistas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.
- BERRIEL, Carlos Eduardo Ornelas. **Editorial**. Revista MORUS – Utopia e Renascimento, Campinas, n. 2, p. 4-10, 2005.
- BECKER, Caroline Valada. **Distopia, alegoria e redescoberta dos sentidos: o ser humano em meio ao caos**. PUCRS, 2013.
- BLANCHOT, Maurice. **A parte do fogo**. Trad. Ana Maria Scherer. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- BLOOM, Harold. **Onde encontrar a sabedoria**. (J. R. O'Shea, Trad.) Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.
- BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.
- CANDIDO, Antonio. **Vários escritos**. 5. ed., corrigida pelo autor. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.
- CARVALHAL, Tânia Franco. **Literatura comparada**. 4.ed. rev. e ampliada. - São Paulo: Ática, 2006.
- CASTRO, Susana. **Resenha sobre o livro *O Mal no Pensamento Moderno – uma história alternativa da filosofia***. In: *Revista Redescições – Revista online do GT de Pragmatismo e Filosofia Norte-Americana*. Rio de Janeiro, 2010, nº 4, p. 1-49.
- COMPAGNON, Antoine. **Os cinco paradoxos da modernidade**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1996.
- COUTO, João Luiz Peçanha. **A negação do mundo: a palavra proibida**. Revista Estação Literária, Londrina, volume 9, p. 111-121, junho, 2012.
- CRESPI, Franco. **A Experiência religiosa na pós-modernidade**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.
- CROCE, Benedetto. **A literatura Comparada**. In: CARVALHAL, Tania Franco & COUTINHO, Eduardo (Orgs). **Literatura comparada: Textos fundadores**. Rio de Janeiro: Rocco, 2011. 2ª edição.

DANOWSKI, Déborah; Viveiros de Castro, Eduardo. **Há mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins**. Desterro: Cultura e Barbárie; ISA, 2014.

FERRAZ, Salma. 1998. **O Quinto Evangelista: o (des) evangelho Segundo José Saramago**. Brasília: Editora UNB, 1998.

FERREIRA, Patrícia Isabel Martinho. **O elogio do barroco em Memorial do convento** (dissertação de mestrado). Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2009.

FOUCAUT, Michel. **O corpo utópico, as heterotopias**. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: n-1 edições, 2013.

FROMM, Eric. **Posfácio**. In: ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 365-379.

GOLDMANN, L. **Sociologia do romance**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1964.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da Transparência**. Trad. Enio Paulo Giachini. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HILÁRIO, Leomir Cardoso. **Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade**. In: *Revista Anuários de Literatura*. Florianópolis, 2013, nº 2, v. 18, p. 201-215.

HOBBS, Thomas. **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**. Tradução: Rosina D'Angina. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2012.

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção**; tradução Ricardo Cmz. - Rio de Janeiro: Imago Ed., 1991.

JEHA, J. **Monstros como metáforas do mal**. In: JEHA, J. (org.) *Monstros e monstruosidades na literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2007b. p. 9-31.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. São Paulo: Abril Cultural, 1980 (Os pensadores).

LEENHARDT, Jacques. **Existência e objeto da “sociologia da literatura”, hoje**. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, n. 48, maio-ago 2018, p. 30-46.

LIMA, Deize Esmeralda [Cavalcante Nunes](#). **Cegueira e Lucidez: os ensaios de Saramago**. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura e diversidade cultural) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2008.

LOURENÇO, Eduardo. **O canto do signo – existência e literatura**. Lisboa: Presença, 1994.

LUIS SEGUNDO, Juan. **O Homem de hoje diante de Jesus de Nazaré I: fé e ideologia**. São Paulo: Ed. Paulinas, 1985.

MARX, Karl ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

NEIMAN, Susan. **O mal no pensamento moderno: uma história alternativa da filosofia**. Tradução Fernanda Abreu – Rio de Janeiro: DIFEL, 2003.

NODARI, Alexandre. **A literatura como antropologia especulativa**. Revista da ANPOLL, n. 38, p. 75-85, 2015.

NOGUEIRA, Carlos. **José Saramago: A literatura e o mal**. Lisboa: Edições Tinta da China Ltda, 2022.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. CAIMI, Cláudia Luiza. **Heterotopias da escrita e deslocamentos do literário**. *Revista de estudos de Literatura brasileira contemporânea*, Brasília, n. 59, e591, 2020.

PASSOS, Rodolfo Pereira. **Ensaio sobre a cegueira e a fragilidade do ser: os cegos errantes de Saramago**. Revista Estação Literária. Londrina, Volume 10C, p. 246-259, fev. 2013. p. 246-259.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Flores da escrivaniinha**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. **Mutações da Literatura no século XXI**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

PIRES, Felipe Augusto Mariano. **Hannah Arendt e o totalitarismo como forma de governo apoiada na ralé e nas massas**. Revista Investigação filosófica. v. 11, n. 1, p. 39-56, Macapá, 2020.

PRADO, Adélia. **A arte como experiência religiosa**. In MASSIMI, Marina e MAHFOUD, Miguel (org.). *Diante do mistério – psicologia e senso religioso*. São Paulo: Edições Loyola, 1999, páginas 17 a 32.

REALE, G.; ANTISERI, D. **História da Filosofia V. 1: Filosofia Pagã Antiga**. Tradução Ivo Storniolo. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2004.

RANCIÈRE, Jacques (2011). **Política da arte**. Disponível em: <https://bit.ly/33pAgSy>. Acesso em: 04 jun. 2023.

REIS, Carlos. **Diálogos com José Saramago**. Belém: ed.ufpa, 2018.

RICOEUR, Paul. **O mal: um desafio à filosofia e à teologia**. Tradução: Maria da Piedade. Campinas, SP: Papirus, 1988.

ROAS, David. **A ameaça do fantástico: aproximações teóricas**. Tradução de Julián Fuks. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

ROCHA, Iraci Simões da. **Utopia e práxis: esperança e ação em Saramago e Pepetela**. Revista Reconcâvos. Ano 3. N. 3. Cachoeira (BA), 2009.

ROUSSEAU, J-J. **Emílio ou da educação**. São Paulo, Editora Martins Fontes, 1995.

SAER, Juan José. **O conceito de ficção**. Tradução de Joca Wolff. *Sopro*, 15, p.1-4, 2009.

SANTOS, Joel Rufino. **O alicerce da nossa civilização**. 2013. Disponível em <http://www.joelrufinodossantos.com.br/paginas/artigos/o-alicerce-da-nossa-civilizacao.asp>. Acessado em 10/01/2024.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Ensaio sobre a lucidez**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

_____. **O evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Cadernos de Lanzarote**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____. **Os últimos cadernos de Lanzarote**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. “José Saramago: La moral insurrecta”, *Revista Universidad de Antioquia, Medellín*, n. 265, julho-setembro de 2001 [Entrevista a Amparo Osorio e Gonzalo Márquez Cristo].

SARTE, Jean-Paul. **O existencialismo é um humanismo**. In MARÇAL, Jairo (org.). **Antologia de Textos Filosóficos**. Jairo Marçal, organizador. - Curitiba: SEED – Pr., 2009. p. 616-639.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **Do utopismo iluminista ao (anti) utopismo romântico: a crítica romântica da razão utópica**. In: *Revista MORUS – Utopia e Renascimento*. Campinas, 2009, nº. 6, p.307-323.

SIQUEIRA, Ana Marcia A. **Relatório final da pesquisa intitulada "O Mal e suas Vertentes na Literatura - parte 1"**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará em 20 de setembro de 2023.

SOUKI, Nádia. **Hannah Arendt e a banalidade do mal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. 3ª ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

VECCHIO, Daniel. **Estudos introdutórios sobre a utopia e a distopia científica nas obras de Júlio Verne**. In: *Recorte: Revista Eletrônica*, v.11, n.2, p.1-16, jul-dez. 2014.

WISNIK, José Miguel. **Ficção ou não**. *Revista Reversa – escritos de criação literária do Instituto Vera Cruz*, ano 3, n. 3, out. 2018, p. 126-150.

_____. **O papel das narrativas na construção do humano**. In: II Seminário Internacional 2019 / [Coord.] Dolores Prades, Sandra Medrano. – 1.ed. –, São Paulo: Emília, 2020, pp. 115-143.

ZIMBARDO, Philip. **O Efeito Lúcifer: como pessoas boas se tornam más**. Rio de Janeiro: Record, 2013.